

**IGREJA E SOCIEDADE:  
análises em perspectiva**

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP

Número 5: Igreja e sociedade: análises em perspectiva

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

Grupo Gestor

Representantes da PUC Minas:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges (Pe.)

Frederico Santana Rick

José Zanetti Gonçalves

Secretaria

Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Adriana Maria Brandão Penzim

CAPA

Cláudio Lütkenhaus

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

FUMARC - Fundação Mariana Resende Costa

# IGREJA E SOCIEDADE: análises em perspectiva

CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES (Org.)  
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA (Org.)  
ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM (Org.)  
DANIEL SEIDEL  
DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES  
DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO  
FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR  
JALDEMIR VITÓRIO  
JOÃO BATISTA LIBANIO  
JORGE SÜNDERMANN  
LUCIANA TEIXEIRA DE ANDRADE  
MAURÍCIO ABDALLA  
MERCÊS SOMARRIBA  
VALENTINA SOMARRIBA  
WILLIAM CESAR CASTILHO PEREIRA

@2015 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.



**GRÃO-CHANCELER:** Dom Walmor Oliveira de Azevedo

**REITOR:** Professor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

**VICE-REITORA:** Professora Patrícia Bernardes

**SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO:** Professor Mozahir Salomão Bruck

**COORDENADOR DO ANIMA:** Professor Carlos Frederico Barboza de Souza

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

---

124 Igreja e sociedade: análises em perspectiva / Organização: Claudemir Francisco Alves, Robson Sávio Reis Souza, Adriana Maria Penzim . Belo Horizonte: NESP, 2015.  
359 p.: il.

**ISBN:**

1. Igreja e sociedade - Coletânea. 2. Religião e sociologia. I. Alves, Claudemir Francisco. II. Souza, Robson Sávio Reis. III. Penzim, Adriana Maria. IV. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Núcleo de Estudos Sociopolíticos.

CDU: 2:301

---

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA	- Decreto <i>Apostolicam Actuositatem</i>
ACO	- Ação Católica Operária
ADI	- Ação Direta de Inconstitucionalidade
AI	- Ato Institucional
AP	- Ação Popular
APD	- Assembleia do Povo de Deus
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BNH	- Banco Nacional da Habitação
BRICS	- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAP	- Caixa de Aposentadorias e Pensões
CBJP	- Comissão Brasileira Justiça e Paz
CEDES	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
CEFAP	- Centro de Formação de Agentes de Pastoral
CEGIPAR	- Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas
CELAM	- Conselho Episcopal Latino-Americano
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPLETE	- Comitê de Planejamento Territorial
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito

CRB	- Conferência dos Religiosos do Brasil
EG	- Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
FAJE	- Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
FAPEMIG	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
GS	- Constituição pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
ICFP	- Instituto Central de Filosofia e Teologia
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INP	- Instituto Nacional Pastoral
ISI	- Instituto Santo Inácio
ISTA	- Instituto Santo Tomás de Aquino
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JOC	- Juventude Operária Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
LS	- Carta encíclica <i>Laudato Si</i>
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEPAC	- Núcleo de Pastoral da Cultura
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	- Organização não governamental
PAC	- Plano de Aceleração do Crescimento
PCC	- Primeiro Comando da Capital
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional
PGE	- Plano Global Específico
PIB	- Produto Interno Bruto
PPA	- Plano plurianual

---

PPCE	-	Projeto Pastoral “Construir a Esperança”
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
PO	-	Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDI	-	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNPS	-	Política Nacional de Participação Social
PPAG	-	Plano Plurianual de Ação Governamental
PSD	-	Partido Social Democrático
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
RENSA	-	Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida
RENSC	-	Região Episcopal Nossa Senhora da Conceição
RENSE	-	Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança
RENSP	-	Região Episcopal Nossa Senhora da Piedade
SEDPAC	-	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais
SEGOV	-	Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais
SEPLAG	-	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SNPS	-	Sistema Nacional de Participação Social
SOTER	-	Sociedade de Teologia e Ciências da Religião
SUS	-	Sistema Único de Saúde
STF	-	Superior Tribunal Federal
TFP	-	Tradição, Família e Propriedade

UDN	- União Democrática Nacional
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UR	- Decreto <i>Unitatis Redintegratio</i>
URBEL	- Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VEASP	- Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política



# Sumário

Lista de siglas e abreviaturas.....5

## Apresentação

*Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães* .....11

## Parte I:

### IDENTIDADE DA IGREJA E AÇÃO PASTORAL SOB O PONTIFICADO DE FRANCISCO

#### Fé e ação política

*Dom Walmor Oliveira de Azevedo* .....21

#### “A justiça será o seu cinturão” (Is 11,5):

esperança messiânico-política no profetismo bíblico

*Jaldemir Vitório* .....25

#### Panorama eclesial com o papa Francisco

*Francisco de Aquino Júnior*.....55

#### Instituição, poder e gestão colegiada:

dialogando com o papa Francisco

*William Cesar Castilho Pereira* .....79

## Parte II:

### MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL DE HOJE

#### Entre o mundo da mídia e o mundo da fé

*Maurício Abdalla* .....119

A paz é fruto da justiça: reflexões sobre direitos,  
violências, desigualdades e justiça

*Robson Sávio Reis Souza*.....159

Conjuntura social e política brasileira: chaves para compreensão e caminhos para ação <i>Daniel Seidel</i> .....	185
--	-----

Parte III:  
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Um século de avanços e retrocessos da cidadania no Brasil <i>Mercês Somarriba, Valentina Somarriba</i> .....	219
---	-----

Democracia deliberativa: uma demanda da política brasileira contemporânea <i>Claudemir Francisco Alves, Jorge Sündermann</i> .....	245
--	-----

Belo Horizonte e suas favelas: o que mudou com a urbanização na percepção dos seus moradores <i>Luciana Teixeira de Andrade</i> .....	271
---	-----

Parte IV:  
NESP - 10 ANOS: DOCUMENTOS

Sob o signo da alegria e da esperança <i>Adriana Maria Brandão Penzim</i> .....	305
--	-----

A <i>Gaudium et Spes</i> ontem e hoje <i>Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães</i> .....	319
---	-----

Entrevista <i>in memoriam</i> de Padre Libanio: a formação dos Grupos de Fé e Política na Arquidiocese de Belo Horizonte <i>Padre João Batista Libanio</i> .....	331
--	-----

SOBRE OS AUTORES .....	357
------------------------	-----

# Apresentação

DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES

ESTA PUBLICAÇÃO, COMEMORATIVA DOS 10 ANOS do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte (Nesp), propõe uma reflexão da mais alta relevância sobre temas das realidades sociopolítica e eclesial. Não tendo pretensão exaustiva, apresentados numa perspectiva dialógica e ao mesmo tempo interpelativa, os vários autores nos convidam a leituras profundas de temas muitas vezes pautados de forma superficial. Ajudar na leitura crítica da realidade, procurando confrontar argumentos; apresentar análises consistentes que desvelem novas possibilidades de interpretação dos fatos são objetivos do Nesp.

Antes de tecer comentários sobre os variados textos que compõem essa coletânea, é preciso registrar a “alegria e esperança” que sempre depus no trabalho do Nesp. Desde sua criação em 2005, o Núcleo foi se consolidando como um importante instrumento de formação política a serviço da Arquidiocese de Belo Horizonte, da PUC Minas, da sociedade e da Igreja no Brasil. Esse percurso está registrado, neste livro, por meio do texto da Professora Adriana Penzim que, comigo, articulou o projeto de criação do Nesp.

Na sua missão de promover a educação popular no campo da política, o Nesp prioriza o debate e a capacitação em conteúdos orientadores para uma atuação social engajada, procurando promover relações pautadas na justiça e na paz. Nesse sentido, presta importante serviço à Igreja particular de Belo Horizonte, por auxiliar os participantes de pastorais e movimentos eclesiais e sociais no desenvolvimento de sua capacidade de leitura e compreensão pluridimensional da realidade brasileira. Em seu trabalho, o Nesp promove a circulação e a assimilação de saberes sobre questões relevantes do mundo contemporâneo, abrangendo diferentes campos do conhecimento.

O envolvimento dos cristãos com a política, numa perspectiva de ação com vistas à construção do bem comum, foi lembrado pelo papa Francisco numa audiência pública, no dia 7 de junho de 2013, no Vaticano. Na ocasião, o papa afirmou:

envolver-se na política é uma obrigação para o cristão. Nós cristãos não podemos brincar de Pilatos, lavar-nos as mãos. Devemos envolver-nos na política, porque a política é uma das formas mais altas da caridade, porque procura o bem comum. Os leigos cristãos devem trabalhar em política. Você me dirá: não é fácil. Mas também não o é tornar-se padre! A política é demasiadamente suja, mas é suja porque os cristãos não se envolveram com o espírito evangélico. É fácil dizer: culpa daquilo... Mas eu, o que faço? Trabalhar para o bem comum é dever do cristão.

No âmbito da PUC Minas, o Nesp tem procurado criar um espaço que cultiva a relação entre diferentes áreas do conhecimento e a interface necessária entre ensino, pesquisa e extensão. Para efetivar essa articulação, o Núcleo desenvolve pesquisas, projetos e ações que objetivam uma produção acadêmica sólida. Procura fazê-lo em diálogo com a sociedade, de modo a disseminar co-

nhcimentos que formem lideranças comunitárias e fortaleçam os grupos comprometidos com o bem comum. Entende-se que apenas dessa forma é possível aos cidadãos participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e solidária.

A partir de 2011, o Nesp passou a integrar o Anima – Sistema Avançado de Formação que reúne outros cinco grupos que prestam serviços à Arquidiocese, à Universidade e à sociedade: o Cefap (Centro de Formação de Agentes de Pastoral); o Cegipar (Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas); a Ação Pastoral Universitária; o Nepac (Núcleo de Pastoral da Cultura); e o Observatório da Evangelização.

Feitas essas considerações iniciais, apresento sucintamente o conteúdo desta publicação. Esta edição da série *Cadernos Temáticos do Nesp* encontra-se dividida em quatro partes. Na primeira delas, o leitor é levado a voltar seu olhar para os desafios vividos pela Igreja Católica que, a cada época, enfrenta o desafio sempre novo de atualizar a mensagem do Evangelho para o homem de seu tempo. Em particular, o pontificado do papa Francisco está fazendo cintilar diversas facetas da vida eclesial que o Concílio Vaticano II já havia enunciado. Suas palavras e ações apostólicas exigem um reposicionamento de todo cristão, revisando os compromissos sociais e políticos que deve ter todo aquele que crê em Cristo. Por isso, a primeira parte deste livro sugere alguns temas que, nesse contexto, devem ser objeto de reflexão para as mulheres e homens católicos.

Primeiramente, o leitor haverá de encontrar uma valiosa reflexão proposta pelo arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte sobre as inter-relações entre a fé e a política. Partindo da afirmação do Papa Francisco acima referida, segundo a qual “a política é uma das formas mais altas da caridade”, Dom Walmor avalia o importante papel que o Nesp desempenha na Arquidiocese de Belo Horizonte, contribuindo para a aproximação entre a ação política e a vivência da fé no Evangelho.

Em seguida, o padre Jaldemir Vitório oferece uma leitura, ao mesmo tempo exegética e pastoral, do livro do profeta Isaías, mostrando que o Deus no qual o cristão deposita sua fé é um Deus que intervém na história humana. O “reino de Deus” não é uma promessa futura, mas uma esperança que se concretiza no tempo humano. Dessa forma, a fé cristã não se mostra como uma atitude escapista ou de fuga do mundo, mas um compromisso com a transformação das condições concretas que lhe servem de contexto.

Francisco de Aquino Júnior apresenta, logo adiante, um panorama da Igreja no curso do pontificado de Francisco. Ele entende que Deus age na história da Igreja em respeito ao fazer dos homens. A iniciativa é de Deus, diz Aquino Júnior, mas cabe às pessoas aderir ou rejeitar o projeto de Deus. É nesse sentido que esse texto trata de compreender os caminhos que a Igreja, povo de Deus, está traçando hoje ao longo de seu caminhar, com as confluências e as contradições próprias de todas sociedades humanas em cada época.

O último capítulo que compõe a primeira parte deste livro é uma reflexão proposta por William Castilho sobre as instituições. Nessa análise o saber acadêmico, com o aporte de relevantes conceitos advindos da Psicologia, se entrecruza com uma leitura de um discurso feito pelo papa Francisco à Cúria Romana. Surgem daí importantes contribuições para pensar sobre as relações de poder que se estabelecem no cotidiano dos grupos de fé e política, das pastorais e de várias outras instâncias e ministérios organizados na vida eclesial.

Passando à segunda parte do livro, o leitor é convidado a contemplar, agora, o papel que os meios de comunicação têm desempenhado na sociedade brasileira. Em uma época que se define pela abundância da informação, percebe-se que, paradoxalmente, o cidadão atual não parece estar mais iluminado por um saber objetivo sobre o mundo que o cerca. A informação revela – neste momento

talvez mais do que em qualquer outro período da história – sua face política. Revela-se sua face opinável, interpretativa, contaminada por interesses nem sempre declarados.

Para esses aspectos chama a atenção o texto de Maurício Abdalla, ao analisar o papel ambíguo que a mídia e as novas formas de informação e comunicação hoje acessíveis exercem no Brasil deste início de século. Tais meios de comunicação contribuem para produzir mundos e realidades imaginadas, mas, nem por isso, menos reais. Abdalla conclui chamando a atenção para os desafios que esse contexto por ele discutido conforma para a ação da Igreja, em particular, no Brasil atual.

O texto seguinte toma como título um versículo do livro do profeta Isaías que proclama: “a paz é fruto da justiça” (Is 32,17). Partindo de uma reflexão sobre o processo de fortalecimento da democracia e o contrastante incremento da violência no Brasil, Robson Sávio propõe uma análise das dificuldades enfrentadas pelo país para conter o avanço da criminalidade. O autor enfrenta as contradições históricas dessa sociedade e a mentalidade elitista que tem contribuído para o predomínio de políticas públicas que culpabilizam e punem seletivamente os jovens, os negros e os pobres. Sávio conclui que a mídia e as estruturas de Estado operam, nesse campo, com uma racionalidade peculiar que levam à banalização e ao uso político da violência.

Fechando a segunda parte deste volume, encontra-se a análise de conjuntura proposta por Daniel Seidel. Sua reflexão se baseia em três pilares: a compreensão dos fatores históricos e estruturais que, em tempos recentes, conduziram a um esgotamento da democracia formal no país; as consequências da criminalização da política que vem dominando certa opinião pública; e a questão ambiental que problematiza, a partir da base, o modelo de sociedade atual. Ao concluir, Seidel recoloca essa interpretação do Brasil e do mundo contemporâneos sob a luz do Evangelho e das palavras do

papa Francisco, fazendo um apelo para que se renovem a esperança e a utopia na ação pastoral.

A penúltima parte do livro, intitulada *Cidadania e participação social no Brasil contemporâneo*, é composta por três textos. No primeiro deles, Mercês Somarriba e Valentina Somarriba refazem o percurso da cidadania e dos direitos no Brasil ao longo do último século. Esse minucioso retrospecto culmina com a análise do conturbado momento que o país atravessa nestes últimos anos. A avaliação feita pelas duas autoras lhes permite concluir que o Brasil é um país em que se respeitam importantes direitos políticos. Contudo, o exercício pleno desses direitos ainda é atravancado por forças autoritárias e estratificadoras. São perspectivas políticas que se tornam violentas na medida em que negam a vastas parcelas da sociedade o direito à cidadania.

No texto seguinte, Claudemir Francisco Alves e Jorge Sündermann refletem sobre a reivindicação de maior participação popular que emerge no país, de modo especial, durante e após as manifestações que se disseminaram em meados de 2013. À luz dessa constatação, os dois autores procuram interpretar a iniciativa do atual Governo Federal de implantar um sistema de participação e controle popular sobre as políticas públicas no plano nacional. Além disso, uma experiência de gestão compartilhada das políticas implementadas pelo governo, a qual se encontra em andamento no estado de Minas Gerais, também é tomada como objeto de análise. O objetivo desse capítulo é entender se e em que medida tais iniciativas de fato podem ser tratadas como uma resposta à necessidade de se ampliar a participação popular na gestão dos interesses públicos.

O terceiro texto que compõe a penúltima parte do livro é o relato de uma pesquisa conduzida por Luciana Teixeira de Andrade na qual se procura resgatar a história das favelas na capital mineira. Seu objetivo principal é compreender como os moradores



dessas comunidades avaliam o recente processo de urbanização. De acordo com o proposto pelos poderes públicos, tais intervenções deveriam trazer ganhos para o exercício da cidadania, integrando as comunidades atendidas ao restante da cidade. Ouvindo os moradores dessas regiões urbanas, o relato aqui apresentado, procurou avaliar se tal objetivo foi alcançado.

Finalmente, a quarta e última parte deste livro é dedicada à celebração do décimo aniversário do Núcleo de Estudos Sociopolíticos – o Nesp. Nessa seção registram-se alguns documentos que marcaram a fundação e atuação do Núcleo. Por isso, primeiramente, propõe-se um relato das alegrias e esperanças que marcaram essa década de intenso trabalho. Nesse texto ao qual já me referi no início, a professora Adriana Penzim recupera tantos momentos e tantas ações que, nesses anos, contribuíram na formação de inúmeros agentes de pastorais e movimentos na Arquidiocese de Belo Horizonte. Como também diz em seu texto o Dom Walmor, de forma mais ampla, o Nesp vem contribuindo, em diversos momentos, com a Igreja em todo o Brasil. Por meio dos materiais que produz e de outros serviços, o Nesp forma cidadãos e eleitores mais conscientes. Nesse mesmo ato, contribui para a consolidação da democracia no país.

Em seguida se reproduz um texto de minha autoria, feito para a solenidade de fundação do Nesp. Naquele ano de 2005, se celebravam os quarenta anos do fim do Concílio Vaticano II e, com ele, também o aniversário da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: alegria e esperança! Essas duas palavras tão singelas expressam valores tão atemporais. Mais um decênio se passou e, agora, meio século nos separa do Concílio, tão determinante para a vida da Igreja no Brasil e em todo o mundo. A alegria e a esperança continuaram sendo a marca e a razão de ser do Nesp, na medida em que continuam sendo a marca e a razão que justificam a especialidade com que cada cristão deve se pôr na sua sociedade e nas relações

políticas, sendo, nessas instâncias, ali no mundo, um testemunho vivo da mensagem do Evangelho de Cristo.

Por último, temos a imensa alegria de publicar uma entrevista do padre Libanio em que transparece uma parte da história recente da Igreja Católica da qual ele foi testemunha ocular e protagonista. Fazemos desse registro das palavras de Libanio uma homenagem póstuma, a ele que tanto contribuiu para que a teologia se fizesse *pari passu* com a história e que a fé jamais se apartasse das condições vividas.

Enfim, desejamos que a leitura deste livro produza para você, leitor, a mesma alegria e a mesma esperança que nos inspiram ao colocá-lo em suas mãos.

Boa leitura!

Parte I:

IDENTIDADE DA  
IGREJA E AÇÃO  
PASTORAL  
SOB O  
PONTIFICADO  
DE FRANCISCO



# Fé e ação política

DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO

“ENVOLVER-SE NA POLÍTICA É UMA OBRIGAÇÃO DO CRISTÃO”, diz o Papa Francisco, lembrando que quem segue Cristo não pode fazer como Pilatos, “lavar as mãos”. A política, ensina o Santo Padre, “é uma das formas mais elevadas da caridade, pois procura o bem comum.” (IGREJA CATÓLICA, 2013). Nesse horizonte, cada cristão leigo é chamado a se inserir mais na vida política, uma tarefa que, certamente, não é fácil. As dificuldades são muitas e as notícias sobre acontecimentos nas instâncias do poder, tão marcadas por escândalos de corrupção, causam desânimo. Porém, uma advertência do Papa Francisco deve conduzir todos à ação. Diante de cenários políticos desoladores, é fácil apontar culpados, mas é necessária uma avaliação da própria conduta a partir do seguinte questionamento: o que faço para mudar a realidade? “Trabalhar para o bem comum é dever cristão”, orienta o Santo Padre. (IGREJA CATÓLICA, 2013).

Se as instâncias da política são marcadas por escândalos de corrupção, pela presença de grupos que observam apenas os interesses cartoriais, é porque faltam, nesses cenários, cidadãos iluminados pelos valores do Evangelho, verdadeiramente empenhados na busca pelo

bem de toda a sociedade. A Palavra de Deus é fonte de moralidade com força para corrigir rumos e oferecer importantes contribuições. Qualifica todos os ordenamentos de uma sociedade pluralista. Nesse sentido, a participação na política, para os cristãos, não é apenas um direito, mas um dever. Esse compromisso de participar se fortalece com a fé, dom de Deus que é fonte de clarividência. Permite a cada pessoa compreender que a sua presença na vida política é gesto concreto de solidariedade, principalmente quando se trabalha para o bem dos mais pobres, dos excluídos, promovendo a justiça.

A Doutrina Social da Igreja ensina que o princípio da solidariedade implica o cultivo, por parte dos homens de nosso tempo, de uma maior consciência do débito que têm para com a sociedade. Todos devem trabalhar para criar condições que possibilitem mais dignidade e integridade à existência humana. Esse fundamento deve ser base da cidadania que se desdobra em participação na vida política de um povo. Segmentos diversos da sociedade, como as famílias e as escolas, devem oferecer contribuições para que essa consciência se desenvolva no coração de cada pessoa. Sem investimentos, a cidadania torna-se frágil, deixando espaço para os casos de corrupção que ferem a história do país.

Certamente, muitas pessoas que protagonizaram casos de corrupção política foram vencedoras nas urnas porque, em determinado momento, eleitores agiram como Pilatos. Em vez de se qualificarem para o exercício do voto, “lavaram as mãos”. Há também uma carência de líderes, nos mais diversos âmbitos, porque falta uma consistente formação cristã e humanística aos que se apresentam para conduzir os rumos da sociedade, nas instâncias de decisão. Eis a raiz da corrupção política, uma das mais graves deformações do princípio democrático, conforme sublinha a Doutrina Social da Igreja, “porque trai, ao mesmo tempo, os princípios da moral e as normas da justiça social”. (IGREJA CATÓLICA, 2008, n. 411).

A Igreja Católica, em sua missão de anunciar o Evangelho da Vida, empenha-se na formação cidadã, cultivando em cada pessoa o compromisso de exercer a caridade e buscar a justiça. Promove a qualificação necessária para que cada pessoa participe da vida política com o objetivo de ajudar a construir o bem comum. Cultiva um fundamental entendimento: todos os que professam a fé em Jesus Cristo têm responsabilidades e devem participar da política, que é instrumento de busca e efetivação da justiça.

Nessa missão educativa, a Arquidiocese de Belo Horizonte tem uma importante referência, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), que completa dez anos de serviço à cidadania. O Nesp congrega professores da PUC Minas, integrantes do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, representantes das comunidades de fé, todos empenhados em cultivar a ética na política a partir de valores cristãos. Em sua primeira década de história, o Nesp apresenta inúmeras contribuições para a democracia brasileira. Um trabalho reconhecido em todo o Brasil. Entre suas muitas ações, vale destacar a atuação forte na aprovação da Lei da Ficha Limpa, uma conquista histórica para o país. Promove, continuamente, a formação de eleitores, com cursos, publicação de cartilhas e vídeos, valiosos instrumentos para a Igreja no Brasil. Celebrar os dez anos do Nesp é oportunidade para homenagear cada pessoa que busca cultivar, incansavelmente, os valores do Evangelho no exercício da cidadania. A história do Nesp prova que a sociedade e a democracia avançam quando a fé se aproxima da ação política.

## REFERÊNCIAS

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Respostas do Santo Padre Francisco às perguntas dos representantes das escolas dos Jesuítas na Itália e na Albânia**. 07 jun. 2013. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/>

francesco/pt/speeches/2013/june/documents/papa-francesco\_20130607\_scuole-gesuiti.html>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

IGREJA CATÓLICA. Pontifício Conselho Justiça e Paz. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2008.



# “A JUSTIÇA SERÁ O SEU CINTURÃO” (Is 11,5): esperança messiânico-política no profetismo bíblico<sup>1</sup>

JALDEMIR VITÓRIO

## 1 INTRODUÇÃO

LEITURAS INGÊNUAS DO TEXTO BÍBLICO atribuem-lhe sentidos pouco aderentes ao que se esconde em suas entrelinhas. Um caso típico diz respeito à esperança depositada em realidades do além, com desprezo da vida terrena e dos sofrimentos do aquém. A esperança das coisas do céu leva a olvidar as coisas da terra. O empenho nas práticas religiosas, entendidas como portadoras de salvação, gera pessoas desinteressadas em se lançar na construção de um mundo melhor, como se fosse desvio do que Deus espera de seus fiéis. Pessoas de grande religiosidade podem viver alienadas das realidades sociais, mormente, as injustiças praticadas contra os

---

<sup>1</sup> Texto produzido no contexto do grupo de pesquisa *A Bíblia em leitura cristã*.

empobrecidos e os marginalizados, por serem coisas da política, sem qualquer interesse para Deus.

Tudo isso apelando para a Bíblia! Um caso exemplar diz respeito a Mt 5,3: “bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus”. Há quem entenda Jesus ensinar que a pobreza de agora de nada importa, diante do que se receberá de Deus, após a morte. As carências momentâneas serão largamente supridas, no final da caminhada. Importante é o céu. Isto aqui é “um vale de lágrimas”.

Dispensam-se grandes reflexões para se dar conta dos resultados dessa esperança discutível. Os empobrecidos são levados a se acomodar à pobreza, sem protestar, numa atitude fatalista gerada pela religião, muito conveniente para os exploradores de plantão. Caminha-se na contramão do querer de Deus, com a cobertura de uma falsa religião, promotora de cegueira social e política, a vitimar largas faixas da população do nosso Continente, ao longo de séculos. Até hoje, esse fatalismo histórico está presente na mentalidade de muitos pobres, esperançosos de herdar o Reino dos Céus, depois de uma vida de sofrimentos e toda sorte de carências.

Este artigo tem o objetivo de mostrar o viés histórico e libertador da esperança bíblica. Na impossibilidade de se transitar pela totalidade do texto bíblico, a solução consistiu em se limitar a uma pequena mostra, onde a esperança é referida como discernimento da história, submetida à crítica da fé, com o olhar voltado para o futuro, *locus* da esperança a ser construída pelo empenho humano, sob a guarda esperançosa de Deus. O modo como são lidos os textos selecionados neste artigo poderá ser aplicado à leitura de outros textos, onde ocorre o tema da esperança na Bíblia.

As reflexões serão feitas em torno de dois textos do profeta Isaías – Is 8,23-9,6 e 11,1-9 –, onde se pode identificar uma autêntica esperança messiânico-política. O foco principal se centrará na leitura das perícopes escolhidas, buscando as mensagens aí

presentes, sem a necessidade de se deter em minuciosas análises filológicas e exegéticas, considerando a finalidade destas reflexões (item 1). O passo seguinte tenta explicitar, em grandes linhas, o contexto histórico, onde teve origem a esperança messiânico-política de Isaías (item 2). Trata-se, então, de mostrar como o profeta entende a esperança, toda enraizada na história, a ponto de ser visibilizada no *shalom*, enquanto bem-estar e respeito pela dignidade de todas as pessoas, fruto da justiça social (item 3). A esperança não cai do céu; antes, é construída na história, pela ação de homens e mulheres, comprometidos com o projeto de Deus. Os reis têm uma responsabilidade especial na construção da esperança, por serem mediações de Deus, para fazer a justiça prevalecer (item 4). Por fim, a título de leitura sintética, serão tiradas algumas lições para os discípulos e as discípulas de Jesus, dispostos a se lançar na ingente tarefa de construir a esperança, com os olhos fixos no mundo novo a ser criado pelo empenho e pela boa vontade de quem acredita na esperança que “não decepciona” (Rm 5,5) (item 5).

## 2 DUAS LEITURAS TEOLÓGICO-POLÍTICAS DA ESPERANÇA: ISAÍAS 8,23-9,6 E 11,1-9

Os textos do profeta Isaías, portadores de esperança, têm como pano de fundo um contexto existencial de desespero, onde a história parece ter atingido seu fim. A palavra profética supõe a ação desastrosa dos reis de Judá, tendo como consequência a submissão aos caprichos dos reis assírios, com trágicos desdobramentos para os mais pobres do país. A missão do profeta consistiu em levar o povo a olhar para além do presente e a cultivar a esperança, embora lhe faltando motivos aparentes.

A visão isaiana da história fundava-se numa fé sólida que o permitia entrever, nas brechas dos acontecimentos, o germe do mundo novo. Quiçá possa ser acusado de ingênuo, irrealista e, até mesmo, de fideísta, tal a confiança posta em seu Deus. Entretanto, desde logo, fique claro que o profeta jamais pensa a fé vivida como alienação da realidade, estando o fiel de braços cruzados em face aos desafios do momento, à espera da intervenção divina. Pelo contrário, a fé se vive como engajamento histórico, buscando-se construir o que se almeja. A ação divina entrelaça-se com a ação humana. A proatividade do povo oprimido é pressuposto para o despontar da esperança. “Conforme o pensamento do profeta, a fé deve desdobrar-se em ação. Ela provoca uma esperança ativa. A pessoa de fé se empenha na prática da justiça. Defende o direito do oprimido, faz justiça ao órfão, defende a causa da viúva (cf. Is 1,17)” (VITÓRIO, ARANGO e NORATO, 2004, p. 45). Nada de conformismo e passividade!

Os dois textos proféticos serão transcritos e lidos, no esforço de explicitar-lhes a mensagem, construída com linguagem metafórica, para tocar o coração dos leitores e dos ouvintes. O objetivo deste artigo exime-nos de fazer análises exegéticas meticolosas e de abordar questões incontornáveis em outros contextos. Todavia, os resultados mais recentes dos estudos bíblicos em relação a eles serão levados em consideração.

## 2.1 Primeiro texto: Is 8,23-9,6

23. Num tempo passado ele rebaixou o distrito de Zabulon e o distrito de Nef-tali; depois, porém, glorificou o caminho do mar, o Além-Jordão, Galileia dos gentios.

1. O povo que andava na escuridão viu uma grande luz, para os que habitavam as sombras da morte uma luz resplandeceu.

2. Multiplicastes sua alegria, redobriste sua felicidade. Adiante de ti vão felizes, como na alegria da colheita, alegres como se repartisse conquistas de guerra.

3. Pois a canga que lhes pesava ao pescoço, a vara que lhes batia nos ombros, o chicote dos capatazes, tudo quebraste como naquele dia de Madiã.

4. Toda bota que marcha com barulho e a farda que se suja de sangue vão para a fogueira, alimento das chamas.

5. Pois nasceu para nós um menino, um filho nos foi dado. O poder de governar está nos seus ombros. Seu nome será Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai para sempre, Príncipe da Paz.

6. Ele estenderá seu domínio e para a paz não haverá limites. Sentado no trono, com o poder real de Davi, fortalece e firma esse poder, com a prática do direito e da justiça, a partir de agora e para sempre. O amor apaixonado do Senhor dos exércitos é que há de fazer tudo isso.

A palavra profética pode ser dividida em dois momentos: 8,23-9,4 e 9,5-6.

No primeiro momento, o profeta suscita a esperança no coração do povo; no segundo, aponta para o modo como a esperança se tornará realidade.

Sua mirada histórica comporta duplo movimento: para o passado e para o futuro. Supõe-se o presente marcado pelo passado, com a exigência de um salto qualitativo para o futuro. As marcas negativas do passado permanecem no presente, entretanto, serão superadas no futuro.

O passado traz a marca da humilhação e da desonra. Estamos em pleno século VIII a.C., quando o império assírio exercia a hegemonia sobre o mundo habitado da época. Os israelitas, juntamente com os sírios (arameus), tentaram libertar-se da vassalagem; porém, o poder hegemônico impôs sua força, desbaratando-os (cf.

2Rs 17,3-6)<sup>2</sup>. A referência à terra de Zabulon, ao caminho do mar, à Transjordânia e ao distrito das nações alude às tribos bíblicas deportadas, sendo substituídas por outros povos, com seus deuses e sua ética. Por aqui as trevas começaram a se impor sobre o país. A historiografia bíblica narra esses fatos que, sem dúvida, marcaram a consciência do povo de Israel (cf. 2Rs 15,29; 17,24).

O texto profético comporta um dado intrigante, ao declarar: “no passado, ele humilhou [...], mas no futuro cobrirá de honras” (Is 8,23). Será preciso esperar o versículo final para se saber que o realizador de tudo isso é o Senhor dos Exércitos. Quem é este, senão o Deus de Israel?

No horizonte profético, está a ideia da soberania absoluta de Deus sobre a história. Tanto o bem quanto o mal são obras dele<sup>3</sup>. A ação maléfica dos assírios, no passado, correspondeu à ação de Deus, para castigar seu povo pelas infidelidades. Os profetas da época já haviam alertado para isso. Amós, que atuou no mesmo contexto histórico de Isaías, é um claro exemplo. “Eu vos levarei para o cativeiro muito além de Damasco, diz o Senhor, Deus dos exércitos é seu nome” (Am 5,27). Todavia, assim como Deus castiga, também, traz a salvação e realiza a esperança. Afinal, tudo está em suas mãos (cf. Am 9,11-15).

Uma variada linguagem simbólica, feita de contrastes, descreve a sorte do Reino de Judá, ou seja, o que era e o que será. As trevas se transformarão em luz. A região tenebrosa será iluminada. O povo que vagava sem rumo, afinal, poderá caminhar com segurança. Quem havia perdido a esperança, verá renascer a alegria de viver. A esperança, afinal, desponta no horizonte!

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre esse período histórico do povo bíblico, cf. Vítório (2004).

<sup>3</sup> A teologia bíblica não dá lugar ao acaso e à fatalidade. Deus está na origem de tudo, do bem e do mal (cf. Ex 21,13: Deus permite que aconteça um homicídio; 2Sm 24,1: Davi é incitado pelo próprio Deus a fazer algo contrário à vontade divina, enquanto 1Cro 21,1 atribui o mesmo incitamento a Satã).

O verbo “ver”, na expressão “viu uma grande luz”, tem um sentido especial. Mais do que visão física, trata-se da visão do discernimento histórico. Vê-se pela capacidade de avaliar os acontecimentos com o olhar de Deus. Vê-se ao perceber em pequenos fatos o despontar de algo grandioso, a revolucionar a dinâmica da história, considerada um beco sem saída. Vê-se intuindo novas possibilidades, quando se pensa ter chegado ao fim. Essa é a visão geradora de esperança, presente no coração das pessoas de fé.

Ainda sem revelar a identidade do gerador de esperança, o profeta se lhe refere na segunda pessoa do plural, dirigindo-se a ele em linguagem direta: “vós suscitais um grande regozijo; provocais imensa alegria; rejubilam-se diante de vós” (Is 9,2). O profeta confessa sua fé no Deus da história e sua capacidade de recriar esperança no coração dos desesperançados. Os poderosos deste mundo não têm a palavra última sobre o destino dos povos. Sua maldade e prepotência são limitadas pela ação de quem pode revolucionar a vida dos oprimidos.

Um rico vocabulário em torno do tema da alegria perpassa Is 9,2. Grande regozijo e imensa alegria somam-se a rejubilar e exultar. A imagem da colheita e da guerra bem sucedida, com despojos a serem partilhados, aponta para experiências onde é impossível não deixar o coração explodir de felicidade. A intervenção do Senhor dos Exércitos está na raiz da reviravolta na vida do povo mergulhado nas trevas, vivendo numa região tenebrosa.

Uma série de imagens alusivas a dominação e opressão retomam o tema da intervenção divina na história do povo de Israel. Jugo, coleira e vara são usados por quem subjuga animais. O povo subjugado por seus opressores assumem a condição de animais. Caberá ao Senhor dos Exércitos quebrar o jugo, a coleira e a vara, flagelos do povo. A ação divina se assemelhará à do “dia de Madiã” (Is 9,3), quando, no passado, Deus se mostrou libertador de

seu povo<sup>4</sup>. Deus é libertador no passado, no presente e no futuro, embora, em determinados momentos deva castigar. Mas, o castigo jamais será a última palavra do Deus da esperança.

Outra metáfora trata da eliminação definitiva do que gera desespero no coração do povo. O profeta refere-se às chamas que eliminarão tudo quanto se refere à guerra e evoca desespero e aflição (Is 9,4). Tanto o calçado usado nas batalhas quanto o manto manchado de sangue serão lançados ao fogo para serem exterminados e, dessa forma, não mais trazerem à mente os infortúnios de outrora. Tudo quanto possa evocar os fatos passados, com sua carga de negatividade, deverá ser eliminado. A alegria falará mais alto e mais forte, de modo a impedir ao povo fixar-se num passado carregado de desalento e dor. O profeta convida a olhar para o futuro!

O segundo momento da palavra profética concretiza as razões da esperança, ao revelar a identidade do seu realizador, enquanto mediação do agir de Deus. Trata-se de “um menino” (Is 9,5)! Tudo indica ser um rei, pois se fala em soberania repousada sobre seus ombros; recebe títulos reservados a reis; terá um império de grande envergadura; seu reino experimentará o *shalom* como acontecera com o então rei Davi. “É provável que o profeta não pense no nascimento, e sim na entronização do rei, considerando-se o Sl 2,7 – ‘Tu és meu filho, eu hoje te gerei’” (SICRE, 1990, p. 305). No Antigo Oriente, ao serem entronizados, os reis eram adotados pela divindade, à qual passavam a representar.

Portanto, deve-se ler o v. [versículo] 5 à luz do ritual de entronização. Aqui se apresenta o ‘ungido’ de Jahweh que recebe da parte de Deus o poder para

---

<sup>4</sup> “O dia de Madiã’ é a vitória de Gedeão (Jz 7,16-23), quando as luzes das tochas brilharam na noite, amedrontando o inimigo” (ALONSO SCHÖKEL – SICRE DIAZ, 1988, p. 159).



governar seu povo. [...] O 'ungido' de Jahweh culmina, em certo sentido, a obra da libertação. (PONGUTÁ, 1993, 229)<sup>5</sup> (Tradução minha).

A série de títulos de Is 8,5 identifica o menino líder e aponta para os fundamentos de sua ação. Ele é Conselheiro admirável, Deus forte, Pai eterno, Príncipe de paz. São todos de caráter real, atribuíveis a um monarca, focalizando-o sob vários aspectos. Um elemento importante de sua identidade: "ele não seria dependente do tipo de conselheiros reais que haviam sido a ruína dos reis que Isaías conhecia". (JENSEN, 2009, p. 166). Entretanto, o profeta evita chamá-lo de rei e não lhe atribui títulos militares, para não ser confundido com quem coloca a esperança na força dos carros e dos cavalos (cf. Dt 17,16; Sl 20,8; Pr 21,31). O motivo é a desilusão com as atitudes dos reis da época e a expectativa do surgimento de alguém que assuma a liderança, com postura distinta, buscando sintonizar o querer divino para seu povo. Por isso, reunirá tudo quanto se possa pensar de um bom rei, capacitado para criar uma sociedade justa, onde não haja exploração e maldade.

Que lhe tenham sido atribuídos títulos tão excelsos, não há nada de estranho. Constitui parte da ideologia sacra monárquica e da linguagem palaciana. [...] Em rei humano deposita o profeta sua esperança de que governe o povo de modo admirável, defenda-o valentemente, acolha-o com afeto de pai, instaure época de bem-estar. (SICRE, 1990, p. 306-307).<sup>6</sup>

Is 8,6 descreve o resultado da condução correta do reino pela ação do menino rei. O elemento preponderante será a construção

<sup>5</sup> Entretanto, para Croatto (1999, p. 75), "é difícil encontrar aqui uma referência à entronização de um rei (simbolizada como nascimento na esfera divina)".

<sup>6</sup> Cf. SICRE, 1996, p. 460.

do *shalom*, ou seja, da prosperidade, do bem-estar e do respeito por todas as pessoas, em especial, os empobrecidos e marginalizados. O império será grande pelo fato de nele haver *shalom*, na trilha aberta pelo grande rei Davi.

Outro elemento importante é a estabilidade do trono fundado no direito e na justiça. Portanto, os pobres não serão ludibriados e frustrados, como quem cultiva uma esperança efêmera e inconsistente, sem fôlego para resistir às investidas do tempo. “A partir de agora e para sempre” é garantido por Deus mesmo, pois a nova sociedade será obra divina. O rei, em última análise, assume o papel de representante da divindade, com o compromisso de, em tudo, ser fiel a Deus, sem cair na tentação de explorar e oprimir o povo.

A esperança, subjacente ao texto, é desejada para já. De forma alguma, aponta para um tempo distante. Antes, trata-se do tempo do profeta e de seus contemporâneos. O advento do realizador das expectativas do povo – um novo rei – é urgente!

## 2.2 Segundo texto: Is 11,1-9

1. Um broto vai surgir do tronco seco de Jessé, das velhas raízes, um ramo brotará.
2. Sobre ele há de pousar o espírito do Senhor, espírito de sabedoria e compreensão, espírito de prudência e valentia, espírito de conhecimento e temor do Senhor.
3. No temor do Senhor estará sua inspiração. Não é pelo que vê à primeira vista que ele fará seu julgamento, nem dará sua sentença pelo que acabou de ouvir.
4. Julgará os fracos com justiça, com retidão dará sentença em favor dos humilhados da terra. Castigará o opressor com a vara que é sua boca, matará esse criminoso com o sopro dos seus lábios.
5. A justiça será o cinto que ele usa, a verdade o cinturão que ele não deixa.

6. O lobo, então, será hóspede do cordeiro, o leopardo vai se deitar ao lado do cabrito, o bezerro e o leãozinho pastam juntos, uma criança pequena toca os dois,

7. a urso e a vaca estarão pastando, suas crias deitadas lado a lado; o leão, assim como o boi, comerá capim.

8. O bebê vai brincar no buraco da cobra venenosa, a criancinha enfia a mão no esconderijo da serpente.

9. Ninguém fará mal, ninguém pensará em prejudicar, na minha santa montanha. Pois a terra estará repleta do conhecimento do Senhor, assim como as águas cobrem o mar.

O texto profético pode ser dividido em quatro momentos:

O primeiro momento – versículo 1 – funciona como afirmação a ser demonstrada e expressa a grandeza da esperança do profeta. A figura do broto a surgir do tronco seco apela para o ressurgimento da vida, que vence a morte. Do tronco seco, sem qualquer sinal de vitalidade, desponta um brotinho a revelar a presença da vida, onde tudo indica imperar a morte. A seiva infundida outrora na árvore permanece, apesar de, no correr dos tempos, ser reduzida a tronco seco. A realidade aludida é a dinastia davídica, evocada pela referência a Jessé, pai do grande monarca de outrora (cf. 1Sm 16,1-13). A postura crítica de Isaías em face de quem reinava em sua época não significava rejeição da dinastia davídica, enquanto tal (cf. CROATTO, 1989, p. 75). Antes, sua esperança contava com ela!

O texto comporta uma crítica ao descendente de Davi, ocupante do trono no momento. Isaías “está fazendo uma crítica à monarquia e à política implantada. Ao se referir a broto e velhas raízes pressupõe a ruína da monarquia, tal como está sendo encaminhada, e também o fim do militarismo que a havia sustentado” (MURILLO, 1993, p. 60-61). Nada de bom se poderia esperar do rei, por sua incapacidade de ser fiel ao querer de Deus e fazer

justiça ao povo. Se não se pode esperar dele a prática da justiça, por se ter contaminado com modos de proceder contrários ao querer divino, o povo se encontra num “beco sem saída”. Agora, sim, era preciso apelar para a esperança.

A esperança virá da mesma estirpe, entretanto, como algo novo, a brotar em contexto de encurtamento dos horizontes. Só acreditará que “das velhas raízes, um ramo brotará”, quem for capaz de superar o ceticismo e o pessimismo, e lançar um olhar diferente ao redor, de modo a perceber, na ação de alguém, sementes de tempos novos. Porém, nada mirabolante! E, sim, muito simples, como um brotinho em um tronco seco.

A dinastia davídica (a casa de Jessé) está reduzida a um tronco ressequido, sem linfa vital, sendo ameaçado de morte pela Assíria. Mas justamente então, numa situação que não parece oferecer escapatória, Deus intervém, criando uma situação nova. O olho do profeta vê no evento libertador o encaminhamento para a realização de uma situação completamente diferente. (MONTAGNINI, 1993, p. 136).

O segundo momento – versículos 2-3a – explicita a capacitação do rebento da raiz de Jessé, sobre o qual repousa a esperança do povo. O elemento fundamental consiste em estar cheio do espírito do Senhor. O verbo pousar pode aludir ao espírito que pairava sobre o caos, em Gn 1,2, nos primórdios da criação. Como no passado, o espírito dará origem à nova criação, tão desejada depois da situação caótica produzida pelo governo equivocado dos reis de Judá. A superação da injustiça seria o primeiro passo para o surgimento da nova sociedade, correspondente ao projeto de Deus.

Sabedoria e compreensão, prudência e valentia, conhecimento e temor do Senhor eram as virtudes requeridas do bom governante, para liderar bem seu povo, de forma a superar as desigualdades e

banir do reino a opressão (cf. Is 5,1-7). Sabedoria e compreensão são virtudes sapienciais, próprias de um líder sensato, que age com discernimento, sempre preocupado com o bem-estar dos pobres e excluídos. A prudência e a valentia são necessárias para não se tornar joguete nas mãos dos mal intencionados e para se colocar na defesa do povo, com a coragem de um líder militar. O conhecimento e o temor do Senhor sublinham a piedade do novo líder, sempre pronto a se deixar guiar pelo querer divino, sem cair na tentação do despotismo, tampouco, em desvios de conduta geradores de privilégios para uns, em detrimento dos demais, de benesses para os ricos e impostos para os pobres, de atenção ao poderosos e exigências para os fracos. A perspectiva transcendente dá ao agir político uma conotação distinta da ação do rei movida por interesses classistas, em que os pobres são excluídos da zona de preocupação dos governantes.

O terceiro momento – versículos 3b-5 – esboça a ação do governante, movido pelo Espírito do Senhor. Seus julgamentos serão justos, fruto de discernimento e não do “ouvir dizer”. Eventuais fofocas, maledicências e falsos testemunhos estão descartados. “O rei tem todos os dons carismáticos necessários para lhe possibilitar formular seus próprios conselhos. [...] Nisso, ele será a antítese do que Isaías havia dito de Israel em 1,2-3: que não sabia, não entendia” (JENSEN, 2009, p. 166). Por consequência, suas sentenças resultarão de acurada verificação pessoal dos fatos, de forma a evitar que sejam manipuladas. Tampouco julgará por impulso, sem detida ponderação.

Agindo assim, os fracos e humilhados poderão estar seguros de que lhes será feita justiça, de modo a não serem vítimas da prepotência dos grandes. Os julgamentos com sentenças predefinidas estão fora de cogitação. Poderão se apresentar nos tribunais, nos pleitos com os poderosos, de cabeça erguida, sem temor de serem passados para trás. “O interessante dos versículos 3b e 4 está em

que o ‘julgar/dar a sentença’ não se refere a todo ato de governo mas apenas à defesa dos pobres e oprimidos” (CROATTO, 1989, p. 89).

A sorte dos opressores e dos criminosos será bem distinta. O messias-rei os desmascarará com sua palavra certa, pronta a mostrar a falsidade dos argumentos fajutos de quem está acostumado a passar os fracos e indefesos para trás. Ele será o advogado e o defensor de quem, tradicionalmente, era deixado à própria sorte. A mentira jamais imperará nos tribunais. As testemunhas compradas serão envergonhadas, ao serem denunciadas. “Não precisa de cetros, nem de guardas, nem de verdugo para que se cumpram as suas decisões; basta uma palavra da sua boca para acabar com o malvado” (SICRE, 1996, p. 476). Por isso, o direito será dado a quem o tem e não a quem julga poder se apropriar dele, em benefício próprio, para prejudicar o próximo.

As duas metáforas do versículo 5 apontam para o critério de discernimento do messias-rei. Cinto e cinturão são elementos do vestuário colocados na altura dos rins. Na antropologia bíblica, a sede do discernimento e da decisão situava-se nos rins. São “a sede da *consciência*”, “órgão do julgamento correto” e “portador dos movimentos psíquicos e éticos do homem” (WOLFF, 1975, p. 96-97). Ligar justiça e verdade com os rins é a forma de declará-las princípios de discernimento em função de sentenças a serem dadas.

Um elemento importante da ação do governante é a constância de seus julgamentos, pautados na justiça e na verdade. Nada de indecisão, tampouco ações pontuais! Assim como jamais se desfaz de seu cinturão, o rei-juiz nunca despreza a justiça e o direito em seus julgamentos.

O quarto momento – versículos 6-9 – descreve a sociedade resultante da ação justa do rei esperado. A correção de sua política torna-se visível na superação da injustiça, da marginalização, da opressão e do medo nas relações interpessoais. “O conceito de

política usado por Isaías é totalmente diferente do que pensam os reis de Judá e de Israel. Os reis quiseram construir uma política sem contar com Yahweh; isto não cabe na cabeça do profeta" (MURILLO, 1993, p. 65). A política questionável dos reis se torna perceptível para o profeta na multiplicação das injustiças e no desprezo do direito, de modo especial, quando os pobres e os indefesos estavam implicados.

Várias metáforas altamente motivadoras descrevem a sociedade a ser cultivada na esperança do povo. Os diferentes conviverão sem que um se constitua em ameaça para o outro: lobo e cordeiro, leopardo e cabrito, bezerro e leãozinho, urso e vaca, leão e boi, bebezinho e serpente coabitarão, sem qualquer perigo de um eliminar o outro. As metáforas formam pares entre elementos muito díspares, a ponto de qualquer pessoa de bom senso julgar ser impossível viverem lado a lado. Imaginemos uma criança pequena tocando um bezerro e um leãozinho! Só uma autêntica revolução nas relações entre as criaturas possibilitará tal entrosamento, excluindo qualquer perigo de uma das partes correr risco de vida. A metáfora da criancinha brincando com a serpente e metendo a mão num esconderijo de cobras pode aludir a Gn 3,15, onde Deus decreta a inimizade entre a serpente e a mulher e a descendência de ambas. Tal inimizade teria fim ao surgir um rei capacitado para construir uma sociedade reconciliada, onde a comunhão será o imperativo das relações sociais.

A sociedade dos sonhos, proclamada pela esperança do profeta, exclui toda forma de maldade, de modo especial, a causada pelos fortes contra os fracos e dos poderosos contra os impotentes. Uma sociedade fundada no respeito e no cuidado mútuos, de forma que ninguém padeça qualquer tipo de opressão.

Uma leitura socioteológica da realidade reconhece a presença do conhecimento do Senhor onde imperam o direito e a justiça. Trata-se da visibilização da presença de Deus, não no culto, e, sim,

na prática da misericórdia em favor dos pequenos e oprimidos. A imagem das águas que cobrem o mar, sem deixar qualquer espaço vazio, serve de chave para compreender a sociedade ansiada pela esperança de Israel, segundo o profeta Isaías. Nenhum estrato social ficará fora da abrangência da ação do monarca segundo o pensamento de Deus. Antes, em todas as suas dimensões, o reino terá a marca da justiça social.

Este projeto é utópico, o que não significa irrealizável. Trata-se, portanto, de transformar a terra sob a tutela de Deus, fazer possível a convivência fraterna entre os seres da criação, mas, especialmente, entre os homens. No projeto de Isaías, os governantes devem imitar a atitude do Senhor. Devem ser instrumento de justiça social e devem amar a justiça e o direito. (MURILLO, 1993, p. 66).

### 3 DECEPÇÕES DA HISTÓRIA E PAPEL DA ESPERANÇA

Uma pergunta a ser feita em face à pregação profética é: por que o profeta se deu ao trabalho de insistir no tema da esperança? Que elementos históricos o teriam motivado a se preocupar com o futuro e a cultivar a expectativa de um ideal de sociedade tão elevado?

Durante um longo período, houve grande prosperidade no Reino de Judá. A decadência do Império Assírio, detentor do poder hegemônico, possibilitou aos povos vassalos gozar de relativa liberdade. O não pagamento da taxa de vassalagem representou considerável poupança para os minguados cofres do reino.

A ganância dos ricos, então, se tornou desmedida e resultou na concentração de riquezas à custa da exploração dos pequenos. Os seis primeiros capítulos do livro de Isaías comportam uma denúncia cerrada dos desmandos cometidos no reino.



Quando os assírios reassumiram as rédeas do Império, o rei de Judá se lhe submeteu, deixando de lado a condição de lugar-tenente do Deus de Israel. Quem teria poder sobre ele, passou a ser o rei assírio, não mais Javé (cf. 2Rs 16,1-18). Os desvios de conduta no trato com o povo podiam ser dados como certos.

Os alertas do profeta Isaías encontram, no rei de Judá, ouvidos de mercador (cf. Is 7,1-17). Decepcionado, o profeta se retira. E, junto a um grupo de discípulos, lança-se na tarefa de apontar para o futuro e cultivar-lhes no coração a esperança de tempos melhores, sob o comando de um rei justo, como se descreve nos textos bíblicos acima aludidos (cf. Is 8,16-17).

Diante desses acontecimentos era lógica a pergunta se Deus deixaria definitivamente seu povo entregue nas mãos de seus inimigos ou se unificaria de novo esses territórios sob um senhorio não pagão, ou seja, sob o senhorio de Jahweh. A tais perguntas Isaías quer dar uma resposta com este anúncio de libertação. (PONGUTÁ, 1993, p. 225). (Tradução minha.)

Uma leitura superficial do texto de Isaías poderá taxá-lo de ingênuo e irrealista. Entretanto, uma percepção mais acurada de sua postura revela-lhe um forte conteúdo de realismo. Irrealismo seria deixar-se levar pelo pessimismo e se por a criticar o rei e seus sequazes, sem vislumbrar caminhos de saída. Ao cultivar a esperança no coração do povo, o profeta tinha diante dos olhos tempos novos, deixando para trás a negatividade gerada pela política desacertada dos monarcas de Judá. Que mais resta quando cessa a esperança? Manter viva a chama da esperança é a forma melhor de se prevenir contra o equívoco da alienação e da descrença. O desafio consiste em proclamar uma esperança ativa, seguida de atitudes positivas para se atingir o que se almeja. Esperar de braços cruzados é uma forma velada de desdizer a esperança.

## 4 SHALOM - O NOME DA ESPERANÇA

A esperança anunciada pelos profetas de Israel, especialmente no período pré-exílico, apontam para uma sociedade sem opressores e oprimidos, onde todas as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade e acudidas em suas necessidades. Uma sociedade sem famintos e humilhados! As viúvas, os órfãos, os empobrecidos e os estrangeiros constituíam-se em categorias sociais a serem cuidadas com maior atenção (KRAMER, 2006). Os textos de Isaías lidos acima enfatizam o tema da paz, expressa numa sociedade onde a misericórdia perpassa as relações interpessoais, dando origem à sociedade querida por Deus (JENSEN, 2009, p. 165 e 233). O rei desempenhava um papel preponderante como mediação do agir divino. Por isso, o tema da realeza e o do *shalom* sempre caminham juntos.

O próprio Deus assumia as dores dos indefesos e se dispunha a punir quem ousasse fazer-lhes o mal. Esse era um elemento importante da tradição profética, mas, também, da tradição sapiencial. Lê-se em Pr 19,17: “quem se compadece do pobre empresta ao Senhor que lhe restituirá o equivalente”. O salmista suplica a Deus: “defendei o fraco e o órfão, ao humilde e ao necessitado fazei justiça. Salvai o pobre e o indigente, livrai-o da mão dos ímpios” (Sl 82[81],3-4). Declara que Deus “ergue da poeira o indigente, da imundície levanta o pobre” (Sl 113[112],7), pois sabe que “o Senhor faz justiça ao oprimido e defende o direito do pobre” (Sl 140[139],13). A ideia da proteção divina dos pobres e oprimidos perpassa toda a Bíblia, sinal de algo profundamente arraigado na consciência do Povo de Israel.

*Shalom* era a palavra usada para expressar o anseio dos profetas, com vistas aos empobrecidos e explorados. A tradução portuguesa *paz* não dá conta da riqueza semântica do vocábulo hebraico. Nele

estão implicadas múltiplas realidades: prosperidade para todos, cuidado com os mais fracos, respeito pelas regras da convivência social, superação das desigualdades, prática do direito, da justiça e da misericórdia. Quando tudo isso acontece, então, sim, existe paz, no sentido bíblico. Faltando um dos componentes, todos os demais ficam fragilizados e o *shalom*, comprometido.

Quando Isaías deu ao menino, no qual depositava a esperança, o título de "Príncipe da Paz" (Is 9,5), não pensava em

simples ausência do estado de guerra, mas o bem-estar positivo. Para dizer que a prosperidade será completa, o texto afirma que ela se estenderá sobre um vasto território e que não terá fim. E não se tratará de condição estática, assegurada uma vez por todas. Será paz possuída já no presente e consolidada continuamente mediante o exercício do direito e da justiça: um bem concreto e, ao mesmo tempo, escatológico. (MONTAGNINI, 1993, p. 133-134).

O *shalom*, em última instância, resulta da ação divina na história. Todavia, a colaboração humana é imprescindível. Sem ela, o *shalom* fica impossibilitado. Os profetas de Israel entravam em ação todas as vezes que saltava aos olhos a falta de *shalom*, sendo os pobres e indefesos as vítimas primeiras da maldade e do egoísmo dos ricos e poderosos. A profecia de Amós e Miqueias são bons exemplos de postura intransigente, em face à injustiça, em nome da fé.

A denúncia impávida dos agentes de opressão e das consequências de seus maus feitos era seguida do anúncio da sociedade querida por Deus, onde o *shalom* resultasse da prática do direito e da justiça (cf. Am 5,24; Mq 6,8). A percepção profética da realidade é patente: o *shalom* decorre da prática da justiça; sem justiça, não existe *shalom*. O *shalom*, por conseguinte, se constrói naquelas ações em que o próximo – o outro – é respeitado e considerado em sua dignidade. O salmista descreve a relação íntima entre justiça e

*shalom* com uma imagem contundente: “justiça e paz se abraçam” (Sl 85[84],11).

Cada pessoa deve dar sua parcela de colaboração para que haja *shalom*. Ninguém está dispensado! Quem age à revelia do *shalom* coloca a perder o trabalho de quem cultivava um ideal elevado de sociedade. Seu agir perverso corrói pelas bases o que se construiu com tanto esforço. Esses agentes da injustiça foram alvo das acusações proféticas, por impedirem de acontecer na história o projeto divino (cf. Mq 3,1-4.9-12).

Portanto, os malfeitos dos perversos assumia uma conotação teológica, para além da mera dimensão socioeconômica. Atropelavam os desígnios divinos para a sociedade, ao desprezar os direitos dos pequenos e dos pobres. A leitura teológica da realidade permitia, pois, aos profetas captar elementos da estrutura social, imperceptíveis numa análise puramente sociológica.

Os profetas bíblicos denunciaram, também, um desvio teológico e sua aplicação distorcida à realidade. Embalados por falsa segurança religiosa, os ricos consideravam sua riqueza fruto das bênçãos divinas, por sua pretensa fidelidade a Deus (cf. Am 6,1; 8,4-6). Os profetas, porém, identificavam na origem dessa prosperidade a injustiça cometida contra os pobres e os indefesos, ao arrempio do querer divino. E anunciavam o castigo devido. O bem-estar de uns, fruto da exploração alheia, jamais poderá ser identificado como *shalom*. O *shalom* da esperança profética abrange a todos, de modo particular, a quem tende a ser excluído da participação dos bens desse mundo.

## 5 O PAPEL DOS LÍDERES NA CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA

Os reis tinham um papel preponderante na criação da sociedade almejada pelo Deus de Israel. A ideologia real considerava-os

representantes da divindade, com a tarefa de fazer valer o direito e a justiça. Aplicava-se-lhe, de modo particular, o título de *messias* – ungido – devido ao ritual de entronização. A consagração real conferia-lhes uma enorme responsabilidade em relação aos destinos do povo, como tarefa recebida do próprio Deus.

Segundo a doutrina tradicional, compete ao rei administrar a justiça, e justiça é antes de mais nada defender o fraco, àquele que embora tendo direitos não os pode fazer valer por si mesmo. [...] Julgar exige eliminar e excluir aqueles que, promovendo a injustiça, tornam impossível a paz. A sentença do juiz é palavra eficaz, é vara que executa a punição do culpado; seu alento condena o malfeitor à morte. O reino fica em paz, e o rei pode cingir-se das insígnias do seu reinado, a justiça e a lealdade (Jr 23,5. 33,15; Sl 45,5). (ALONSO SCHÖKEL e SIGRE DIAZ, 1988, p. 171).

Assim, quando subia ao trono um rei despreocupado com a missão primordial referente à justiça, nascia a esperança de surgir um rei fiel. Quando o profeta Isaías falava do surgimento de um menino-rei e de um rebento a despontar de um tronco seco, no imaginário popular surgia a figura do rei fiel, desejado por quem era vítima da injustiça e da tirania de monarcas ímpios.

Nos tempos da monarquia em Israel, por todo o Antigo Oriente reinava a ideologia segundo a qual é da competência do rei colocar-se a serviço do direito e da justiça, com atenção especial para os pobres e os indefesos, atuando como uma espécie de 'pai dos pobres'. Portanto, este não é um dado originário de Israel. Próprio de Israel é o rei estar a serviço do projeto de Javé, ou seja, um projeto de origem divina, sobre o qual nenhum ser humano tem ascendência. (VITÓRIO, 2003, p. 35).

Em momento nenhum, a esperança se projetava para além da história ou para um tempo distante e indeterminado. Esperava-se a implantação da justiça, aqui e agora, sem protelação. A ideia de esperança escatológica, como algo projetado para os fins dos tempos, como surgiu no decorrer dos tempos, estava fora de cogitação.

No tocante ao tema do fim dos tempos – fim do mundo –, importa esclarecer que, no âmbito bíblico, nada tem a ver com o fim do planeta Terra, como está na cabeça de muita gente, até hoje. Tratava-se, sim, do fim da injustiça e da impiedade e do surgimento de tempos novos, com respeito pela dignidade de todos os seres humanos, como obra de Deus. A eliminação dos ímpios teria como resultado uma sociedade fundada na justiça e no *shalom*, em conformidade com o querer divino (cf. Is 11,4; Sl 72[71],4).

A ação de líderes justos, mormente os reis, seria a mediação da qual Deus se serviria para fazer seu projeto se tornar realidade. A esperança estava depositada neles, de modo particular. Ao fazerem valer a justiça e o direito nas relações interpessoais, os reis tornavam concreta a esperança. Caso contrário, tornava-se imperativo cultivar a esperança e olhar adiante, na expectativa de surgir alguém disposto a caminhar segundo os preceitos de Deus, como fez Isaías.

O Salmo 72[71] descreve a ação do rei conformado com o querer divino. O salmista implora: “Deus, dá ao rei teu julgamento, ao filho do rei a tua justiça, para que governe teu povo com justiça e com retidão os teus pobres” (versículos 1-2). O reino é de Deus e o povo é de Deus! Cabe ao rei agir em nome de Deus em favor do povo. Os pobres serão olhados com atenção especial.

Aos pobres do seu povo fará justiça, salvará os filhos dos pobres e abaterá o opressor. [...] Libertará o pobre que o invoca e o indigente que não acha auxílio, terá piedade do fraco e do pobre e salvará a vida dos seus indigentes.

Vai defendê-los da opressão e da violência, será precioso aos olhos dele o seu sangue. (Salmo 72[71], 4.12-14).

O resultado será o *shalom*: “nos seus dias florescerá a justiça e haverá paz em abundância, enquanto existir a lua. [...] No país haverá fartura de trigo, ondulando sobre o alto dos montes; seu fruto florescerá como o Líbano, sua colheita como a erva da terra” (versículos 7.16). O salmista anseia que tal reinado seja eterno: “seu reino durará quanto o sol, quanto a luz, por todos os séculos. [...] Seu nome dure para sempre, diante do sol permaneça seu nome” (versículos 5.17).

O mesmo programa de ação do rei ocorre no Salmo 101[100]. A oração é colocada na boca do próprio rei. Ele confessa: “caminharei com coração íntegro, na minha família e na minha casa” (versículo 2). Por isso, rejeita os malvados (versículo 3), os perversos (versículo 4), os caluniadores, altivos e arrogantes (versículo 5), os fraudulentos, os mentirosos e os ímpios (versículos 7-8). Interessam-lhe, sim, os fiéis e os íntegros (versículo 6). A postura do rei será benéfica para os pobres e oprimidos, primeiras vítimas da maldade dos ímpios.

O livro dos Provérbios 31,1-9 contém os conselhos de uma mãe sábia a seu filho que é rei. Nos passos da ideologia real da antiguidade, aconselha-o a evitar as farras com mulheres e as bebedeiras, pois, quando os reis se embriagam “esquecem-se dos julgamentos e pervertem a causa de todos os pobres” (versículo 5). Os conselhos positivos chamam a atenção para a responsabilidade do filho em relação aos pobres: “abre a tua boca em favor do mudo, e pela causa de todos os que estão perecendo; abre a tua boca, julga com justiça, defende o indigente e o pobre” (versículos 8-9).

As palavras de Jeremias 22,13-19 são as mais fortes de um profeta contra um monarca de Israel. Na raiz da denúncia profética, está a má conduta do rei Joaquim (609-598 a.C.), em prejuízo dos indefesos. Ao arrepio da lei mosaica (Dt 24,15; Lv 19,13), comete a injustiça de

fazer os trabalhadores construírem um novo palácio, trabalhando de graça, sem receberem o devido salário (versículos 13-14). Jeremias o contrapõe ao rei Josias (640-609 a.C.), seu pai, que “praticava o direito e a justiça. [...] julgava com justiça a causa do humilde e do indigente” (versículos 15-16). Era a forma correta de se deixar guiar pelo conhecimento de Deus, em outras palavras, de fazer valer o querer divino nas relações sociais. O profeta antevê o trágico destino do rei sem entranhas de misericórdia: “será sepultado como um jumento: arrastado e jogado lá fora, longe das portas de Jerusalém” (versículo 19).

Esse rápido sobrevoo sobre alguns textos veterotestamentários é suficiente para mostrar como, na tradição bíblica, a figura do rei tem lugar preponderante na construção da esperança, sempre pensada em termos de sociedade justa, onde se põe limites à ação dos ímpios e dos malvados pela intervenção de quem tem a função de agir em nome de Deus na história.

No tocante a Isaías, “o profeta tem o cuidado de afirmar, em cada um de seus oráculos, que o rei cuja vinda ele anuncia deverá tudo a Iahweh e se inserirá num plano de salvação, no qual, sem dúvida, desempenhará uma função, mas cuja parte decisiva pertencerá à iniciativa divina” (MARTIN-ACHARD, 1992, p. 138).

## 6 LIÇÕES DO PASSADO PARA OS CRISTÃOS E CRISTÃS DE HOJE: A CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA EM NOME DA FÉ

As reflexões em torno da esperança messiânico-política, a partir de textos do profeta Isaías, oferecem preciosas lições para os cristãos e as cristãs de hoje<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Para o mesmo tema, visto na perspectiva do profeta Jeremias, cf. Vítório, 2002, p. 549-557; 2003, p. 51-55.



- » Nos momentos difíceis, quando os horizontes parecem se estreitar, a ação dos profetas cristãos torna-se um imperativo. Seu senso crítico agudo, em conformidade com o evangelho, faz-se necessário para a leitura da realidade e a percepção das vias de saída. Isso acontece, quando tudo parece perdido e nada mais há que se esperar. É quando desponta a esperança!
- » Os cristãos rejeitam as leituras alienadoras da realidade, geradoras de passividade e de medo. Recusam-se a ser falsos profetas, incapazes de vislumbrar saídas. Porém, deverão ter clareza em relação ao projeto de sociedade conformado com o Reino anunciado por Jesus e se lançar na tarefa de fazê-lo acontecer como obra de Deus na história.
- » Os cristãos estão convencidos de que Deus age na história, servindo-se de mediações humanas, contrariando a imagem do *deus ex machina*, que intervém no curso da história, à revelia da liberdade humana. Assim, pensam os fideístas que esperam tudo de Deus, porém, de braços cruzados. Deus, de sua parte, conta com os pequenos e os fracos, recusando a ajuda dos arrogantes e dos prepotentes. A forma como o profeta Isaías pensa a esperança, construída pela ação de um menino, pode ser inspiradora. Os pobres e os pequeninos são valorizados como agentes da ação divina, com a tarefa de manter viva a esperança no coração dos aflitos e desesperados.
- » As lideranças políticas são importantes. Entretanto, será preciso prestar atenção na maneira como lideram e suas pautas de ação. Os abusos de poder e o privilégio dos ricos e poderosos devem ser denunciados e jamais aceitos como normais. O *ethos* de quem é guiado por Deus tem o rosto do direito, da justiça, da misericórdia, do cuidado com o próximo, da reconciliação. Daí surgirá a sociedade querida por Deus, alimentada pela esperança dos discípulos e discipulas de Jesus.

- » O cuidado com os empobrecidos, marginalizados, explorados e oprimidos é um dever incontornável. A esperança deve pensar uma sociedade onde sejam incluídos e respeitados em sua dignidade. Deixá-los de lado significa caminhar em desacordo com o Deus proclamado pelo salmista como “pai dos órfãos e defensor das viúvas” (Sl 68[67],6), que “protege os estrangeiros, ampara o órfão e a viúva, mas transtorna o caminho dos ímpios” (Sl 146[145],9) .
- » Em sintonia com a esperança bíblica, os cristãos pensam uma sociedade onde se respeita a diferença e a diversidade, e se rejeitam as tentativas de uniformização. O líder cristão lança-se na tarefa de criar relações interpessoais, fundadas na comunhão e no respeito. Entretanto, a convivência com o cordeiro exigirá do lobo deixar de lado a truculência e, do cordeiro, a ingenuidade. A serpente deverá abandonar seu veneno maléfico, e a criança, adquirir discernimento para evitar ações que a ponham em risco.

## 7 CONCLUSÃO

A esperança bíblica exige, de quem espera, ser “construtor de esperança”. Todavia, como algo novo e não mera repetição do passado. E, mais, para já, sem protelações para um futuro longínquo e inalcançável. Embora não tendo a graça de ver o que espera, a pessoa de fé jamais se desespera. Como Abraão, “espera contra toda esperança”, como recorda o apóstolo Paulo, ao apresentá-lo como modelo dos que não arredam o pé da esperança (Rm 4,18). A esperança ativa percebe o surgimento do novo nos pequenos acontecimentos, nos eventos singelos, nos quais prevalecem o amor e o respeito pela dignidade humana, com especial atenção aos oprimidos e marginalizados.

A esperança bíblica, presente na profecia de Isaías e em tantos outros textos bíblicos, enraíza-se na história e nos eventos históricos, embora considere Deus como o grande construtor da esperança, agindo nos desvãos da maldade humana. A fé no Deus de Israel gera no coração dos crentes a certeza inabalável de que o *shalom* acontecerá, malgrado a “vitória” dos perversos. Estes, jamais, terão a última palavra. Suas palavras serão sempre penúltimas. A Deus cabe a palavra definitiva, por ser o “Deus da esperança” (Sl 71[70],5) que abre perspectivas para quem não tem motivos para esperar. Mantém abertas as “portas da esperança” (Os 2,17). Assim acreditou Isaías. Assim acreditou Jesus de Nazaré. Assim acreditam os discípulos e as discípulas de Jesus. Esta deve ser nossa esperança!

## REFERÊNCIAS

- 1 CRÔNICAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- 2 REIS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- 1 SAMUEL. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- 2 SAMUEL. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- ALONSO SCHÖKEL, L.; SICRE DIAZ, J. L. **Profetas I**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- AMÓS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- CROATTO, J. S. **Isaías – Vol. I: 1-39**: o profeta da justiça e da fidelidade. Petrópolis, São Bernardo do Campo, São Leopoldo: Vozes, Imprensa Metodista, Sinodal, 1989.

DEUTERONÔMIO. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

ÊXODO. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

GÊNESIS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

ISAÍAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

JENSEN, Joseph. **Dimensões éticas dos profetas**. São Paulo: Loyola, 2009.

JEREMIAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

JUÍZES. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

KRAMER, P. **Origem e legislação do Deuteronômio**; programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas, 2006.

LEVÍTICO. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

MARTIN-ACHARD, R. Os profetas do século VIII. In AMSLER, S. et alii. **Os profetas e os livros proféticos**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 39-141.

MATEUS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

MIQUEIAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

MONTAGNINI, F. **Isaías 1-39**: o olhar do profeta sobre os acontecimentos da história. São Paulo: Paulinas, 1993.

MURILLO, L. C. J. Isaías 11: forma y significado – un canto de paz y de esperanza. *Revista de Cultura Teológica*, v. 1, n. 4, 1993, p. 51-68.

OSEIAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

PONGUTÁ H., S. **La hora de la fé**; una lectura de Isaías 1-9,6. Caracas: Asociación Bíblica Salesiana, 1993.

PROVÉRBIOS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

ROMANOS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

SALMOS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

SICRE, J. L. **A justiça social nos profetas**. São Paulo: Paulinas, 1990.

SICRE, J. L. **Profetismo em Israel**: o profeta. Os profetas. A mensagem. Petrópolis: Vozes, 1996.

VITÓRIO, Jaldemir. "Ai de quem constrói a casa sem justiça" (Jr 22,13) – Crítica profética à monarquia em Jr 21,1-23,8. **Estudos Bíblicos**, n. 78, 2003, p. 32-55.

VITÓRIO, Jaldemir. "Há uma esperança para o teu futuro" (Jr 21,17): des-pontar do novo para além das agruras do presente. **Convergência**, v. 37, 2002, p. 538-557.

VITÓRIO, Jaldemir. Poder da Fé – Poder das Armas: a experiência de Isaías, de Jesus e dos cristãos. **Convergência**, v. 39, n. 372, 2004, p. 212-229.

VITÓRIO, Jaldemir; ARANGO, L. J. R.; NORATO, G., J. A. Poder que humaniza – Poder que diviniza: discernimiento acerca del poder a la luz de la Sagrada Escritura. In ARANGO, L, J. R. (Org.). **El poder en perspectiva teológica**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004, p. 19-62.

WOLFF, H. W. **Antropologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1975.



# Panorama eclesial com o papa Francisco<sup>1</sup>

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

NOSSA PRETENSÃO, AQUI, É PROVOCAR UMA DISCUSSÃO sobre o panorama eclesial atual. Essa discussão é sempre necessária por *razões pastorais* e por *razões teológicas*: a Igreja é constantemente provocada a discernir nas situações e nos contextos em que vive as possibilidades e os caminhos de atuação pastoral e ver até que ponto essas possibilidades e esses caminhos são uma autêntica mediação de sua missão no mundo.

Mas essa discussão se torna particularmente relevante e necessária quando acontece algo novo que altera de modo significativo o panorama eclesial. E tanto em vista de compreender bem essa *novidade*: seu conteúdo, sua abrangência, suas possibilidades, seus limites etc., quanto em vista de um *discernimento teológico*: até que ponto e em que medida essa novidade é um *kairós* para a Igreja, isto é, um tempo de graça, uma mediação privilegiada da salvação?

É o que o Concílio Vaticano II chama de “sinais dos tempos”, no duplo sentido que confere a essa expressão:

---

<sup>1</sup> Conferência proferida no Simpósio de Teologia da UNICAP, nos dias 21 e 22 de maio de 2015: “A teologia na contemporaneidade: agenda para uma Igreja em saída”.

a Igreja deve em todas as épocas *perscrutar* os sinais dos tempos e *interpretá-los* à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, resposta às grandes questões a respeito do sentido da vida presente e futura. (GS 4)<sup>2</sup>.

Por um lado, “é preciso conhecer e compreender bem o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos” (GS 4). Por outro lado, é preciso “discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do nosso tempo [...] verdadeiros sinais da presença de Deus e de seus desígnios” (GS 11).

Sem dúvida nenhuma, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco como bispo de Roma, em 2013, representam uma novidade no panorama eclesial que exige reflexão e discernimento. É preciso compreender bem essa novidade, reconhecendo e identificando suas possibilidades e seus limites, discernindo o que ela tem de sinal/apelo de Deus para a Igreja e buscando as mediações necessárias para sua real efetivação e dinamização, de modo a não desperdiçar o tempo de graça que Deus nos oferece.

Para isso, (1) faremos algumas considerações gerais sobre a problemática do panorama eclesial; (2) destacaremos a novidade que representa Francisco no atual panorama eclesial; e (3) indicaremos alguns apelos e desafios evangélicos que emergem desse panorama eclesial.

## 1 A PROBLEMÁTICA DO PANORAMA ECLESIAL

Está em jogo, aqui, a *situação atual* da Igreja: seu *dinamismo* (forças, tensões, hegemonia, resistências etc.) e suas *perspectivas*

---

<sup>2</sup> Sobre a expressão “sinais dos tempos” nos textos conciliares, cf. GS 4, 11, 44; PO 9; UR 4; AA 14. Para um estudo mais amplo da problemática, cf. Boff (1979).



(direcionamento, possibilidades, limites etc.). Essa problemática pode ser explicitada e formulada de várias maneiras: conjuntura, modelo, cenário (LIBANIO, 1999, p. 11-13.), panorama.

Trata-se, em todo caso, de compreender e discernir a situação ou o momento atual da Igreja, enquanto processo histórico-teológico. *Histórico*, porque é fruto de apropriação de possibilidades (não surge do nada) e porque desencadeia processos (não está acabado nem se sabe aonde vai chegar). *Teológico*, porque se realiza, consciente ou inconscientemente, em conformidade ou em oposição à realização histórica da salvação (mediação ou oposição salvífica).

É que uma análise da conjuntura, do cenário ou do panorama eclesial não pode se reduzir à mera constatação de fatos, processos, dinamismos (se é que alguma análise de fato se reduz a isso...). Por mais importante e necessário que seja, isso é insuficiente para a Igreja. É preciso dar um passo a mais. A análise da conjuntura, do cenário ou do panorama eclesial tem que ser feita a partir e em vista da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus neste mundo. Nunca é nem pode ser uma análise neutra, indiferente, desinteressada (se é que é possível...). É sempre uma análise interessada, comprometida, engajada... Trata-se, portanto, de uma análise da situação ou do momento atual da Igreja, mas uma análise feita a partir e em vista da missão da Igreja, isto é, da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus no mundo.

Falaremos, aqui, da situação ou do momento atual da Igreja em termos de *panorama eclesial* e a partir da novidade que representa o novo bispo de Roma, o papa Francisco, na configuração e no dinamismo desse panorama.

## 1.1 Panorama eclesial

A expressão *panorama* (*pan* = total; *orama* = vista) indica primariamente uma visão ampla ou abrangente de um território, de

uma paisagem, de uma cidade etc., vistos, normalmente, de um ponto de vista elevado e/ou distante. Ela foi cunhada na segunda metade do século XVIII pelo pintor irlandês Robert Barker para descrever suas pinturas panorâmicas de Edimburgo.

Transposta e aplicada à realidade eclesial atual, a expressão panorama indica uma visão ampla e abrangente da situação ou do momento atual da Igreja, considerada em sua totalidade e em sua complexidade, o que exige certo distanciamento crítico analítico-reflexivo.

A totalidade e a complexidade eclesial dizem respeito tanto à pluralidade de sujeitos, interesses e forças na Igreja, quanto aos conflitos e às tensões entre esses sujeitos e essas forças, quanto ainda à hegemonia que se vai estabelecendo e impondo na correlação de forças, bem como às resistências que se vão construindo e consolidando.

Essa hegemonia e essa resistência têm um papel fundamental na configuração e consolidação ou na alteração do panorama eclesial, permitindo e justificando a abordagem, análise ou esboço do panorama eclesial a partir de um de seus elementos: força hegemônica ou força de resistência.

É importante lembrar que ao falar de panorama eclesial, estamos falando de algo histórico: dinâmico e processual, tenso e conflitivo, aberto e sempre passível de alteração. Além do mais, é bom não esquecer que não existe análise absolutamente neutra: “todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto”. Por mais objetiva que seja e deva ser, toda análise é marcada e condicionada pelo lugar e pelos interesses de quem a faz; tende a legitimar e favorecer determinados dinamismos e processos. Daí porque um mesmo fato ou panorama possa ser analisado de maneiras tão distintas e até contrárias.

## 1.2 A partir do papa Francisco

Embora um panorama eclesial seja uma realidade complexa (irreduzível a qualquer de seus sujeitos, elementos, forças e dinâmismos) e dinâmica (aberta, em construção, alterável), enquanto realidade histórica, ele é fruto da ação humana e pode ser alterado pela ação humana. Tem sempre a ver com apropriação e criação de determinadas possibilidades (ZUBIRI, 2006).

Dizer que o panorama eclesial é fruto da ação humana não significa negar nem prescindir nem resvalar a ação de Deus; não tem nada de pelagianismo. Afinal, Deus age através das pessoas e dos acontecimentos históricos. E as pessoas podem, inclusive, decidirem-se contra Deus... Não há concorrência entre ação humana e ação divina. A iniciativa é sempre de Deus. Mas sua efetivação histórica passa pela adesão ou rejeição das pessoas. Deus respeita a liberdade humana; não destrói a obra de suas mãos.

E o fato de ser fruto da ação humana e poder ser alterado pela ação humana é que nos permite tratar de modo razoável do panorama eclesial a partir de um sujeito ou acontecimento determinado, sem negar nem prescindir da complexidade e mesmo ambiguidade de todo panorama eclesial.

Não todo sujeito ou acontecimento tem capacidade e condições de alterar significativamente um panorama eclesial. Mas há sujeitos – individuais (João XXIII, João Paulo II, Oscar Romero etc.) ou coletivos (Comunidades Eclesiais de base (CEBs), pentecostalismo etc.) – e acontecimentos (Vaticano II, Medellín etc.) que, por uma série de fatores e dinâmismos, interferem decisivamente na configuração de um panorama eclesial.

Ainda é cedo para se afirmar que Francisco pode ser contado entre os sujeitos que alterarão de maneira significativa o atual panorama eclesial. Em todo caso, não se pode negar que ele representa uma ruptura de estilo e de perspectiva com os dois últimos papas

e que há uma série de fatores que permitem considerar Francisco como um desses sujeitos que poderá alterar de modo significativo o atual panorama eclesial:

a) Se não se pode desconsiderar o papel e o peso das lideranças em qualquer organização social e em qualquer processo histórico, menos ainda pode-se fazê-lo em se tratando da Igreja, dada a tradição clerical que a configura e a caracteriza; tradição revigorada e reforçada nas últimas três décadas, não obstante as novas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II;

b) Tampouco, pode-se desconsiderar o lugar, a função e o peso que o bispo de Roma tem no conjunto da Igreja católica romana, marcada nos últimos séculos por um processo crescente de centralismo romano; processo relativizado pelo Concílio, mas retomado e reforçado nas últimas décadas;

c) Não menos digno de nota é o indiscutível carisma pessoal de Francisco e sua capacidade de governo (diálogo, processos, pontes, consensos, determinação etc.) que, junto com seu testemunho de vida, lhe conferem grande autoridade e credibilidade, com um impacto muito positivo na sociedade;

d) Sem falar que o dinamismo eclesial desencadeado pelo Concílio e por Medellín, embora sufocado e parcialmente domesticado nas últimas décadas, continua muito presente e latente em vários setores da Igreja e pode ganhar com Francisco nova força e novo vigor no conjunto da Igreja.

Mas há também uma série de fatores que obstaculizam e relativizam essa possibilidade de uma alteração significativa do atual panorama eclesial; fatores que não podem ser desconsiderados nem tratados como irrelevantes:

a) Tudo indica que o ministério de Francisco como bispo de Roma será breve e pode não ser suficiente para realizar e consolidar as mudanças necessárias. É verdade que o ministério de João

XXIII também foi muito curto, mas o suficiente para desencadear um processo de reformas profundas na Igreja; o “papa de transição” terminou sendo o papa que possibilitou uma verdadeira transição na Igreja. Mas isso é muito raro. É bom não esquecer que o estilo e a perspectiva de João Paulo II e de Bento XVI se consolidaram e se impuseram ao longo de três décadas;

b) Além do mais,

se suas palavras e gestos se mantiverem como expressões e vivências de uma só pessoa, por mais que ele seja o papa, e não penetrarem, de cima a baixo, em todos os escalões eclesiais, seu pontificado será, pouco a pouco, ‘domesticado’”. (VIDAL e BASTANTE, 2014, p. 105.)

E não basta uma reforma na Cúria romana: “a Igreja não se reforma radicalmente pelo simples fato de reformar a cúria vaticana, seus dicastérios e seus cargos de governo. Isso, obviamente, é necessário. Porém, não esqueçamos que a Igreja não é a cúria”. (CASTILHO, 2014, p. 115).

c) Sem falar que há muita resistência (silenciosa, mas operante) – na Cúria romana, nas instâncias de governo (bispos, padres), entre os candidatos ao ministério presbiteral e em muitos grupos – à perspectiva e ao estilo de Francisco. Podemos até falar, aqui, de uma espécie de “cisma branco”, isto é, “um silêncio indiferente sem protestos” (LIBANIO, 2005, p. 80; cf. JAMES, 1996, p. 173) semelhante ao que se deu nas últimas décadas, sobretudo em temas de moral, entre as orientações do magistério da Igreja e a prática comum dos cristãos.

d) Por fim, uma questão que sempre se levanta é se e até que ponto Francisco conseguirá levar adiante e regulamentar, inclusive juridicamente, um real processo de descentralização eclesial; pro-

cesso indicado e inaugurado pelo Concílio, mas sufocado e reprimido nos anos pós-conciliares.

Como se vê, a questão da possibilidade de uma alteração significativa do atual panorama eclesial com o novo bispo de Roma é uma questão aberta e em disputa. É, sem dúvida, uma possibilidade real. Mas uma possibilidade que encontra muitas resistências e pode ser sufocada e/ou domesticada. Em todo caso, convém considerar os principais traços ou as principais características de seu ministério pastoral; traços ou características que se poderão consolidar ou que serão sufocados.

## 2 A NOVIDADE QUE FRANCISCO REPRESENTA

Certamente Francisco representa uma novidade no atual panorama eclesial. Mas uma novidade que tem suas raízes no processo eclesial conciliar e pós-conciliar, particularmente em seu dinamismo latino-americano. Em boa medida, ele retoma e atualiza a tradição eclesial que vem do Concílio e da Conferência de Medellín.

Não seria exagerado afirmar que Francisco realiza uma *síntese peculiar* das intuições e orientações teológico-pastorais do Concílio Vaticano II e da Igreja Latino-americana. *Síntese*, porque se trata, na verdade, de retomada e rearticulação das intuições e orientações fundamentais do Concílio e da caminhada eclesial latino-americana; não é algo absolutamente novo. *Peculiar*, pelo modo próprio de retomada e articulação, fruto, em boa medida, de sua experiência pastoral e que se materializa nos gestos, nos acentos, na linguagem, nas mediações cultural-religiosas etc.

O Documento de Aparecida, do qual foi um dos principais redatores, pode ser tomado como um primeiro esboço dessa síntese.

Mas ela encontra sua elaboração mais acabada, ainda que aberta e em processo de elaboração, na sua Exortação Apostólica *Alegria do Evangelho*, com a qual quer “indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG 1).

Essa síntese parece ser estruturada em torno de duas questões fundamentais que se implicam e se remetem mutuamente e que dizem respeito à *missão* e à *organização* da Igreja. Explicitemos melhor a questão.

Por um lado, Francisco tem repetido muito que a Igreja não existe para si nem pode estar centrada em si mesma. Ela existe para a missão e sua missão consiste em “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176), particularmente nas “periferias” sociais e existenciais do nosso mundo. Daí seu alerta constante contra essa “doença espiritual” que é o “autocentramento” ou a “autorreferencialidade” da Igreja (EG 93-97; cf. GAETA, 2013, p. 28 e 42) e sua insistência constante na centralidade dos pobres e de todos as pessoas que sofrem na Igreja que, aliás, deve ser “pobre e para os pobres” (EG 198; cf. AQUINO JÚNIOR, 2014):

Prefiro uma Igreja acidentada e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias estruturas [...]. Mais que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’ [Mc 6,37]. (EG 49).

Por outro lado, ele tem recordado e reafirmado constantemente que a Igreja é o “povo de Deus” e que todos, como “discípulos-missionários” de Jesus Cristo, devem assumir a tarefa evangelizadora. Além do mais, tem falado muito sobre a necessidade de “conversão

pastoral” ou mesmo de “reforma” na Igreja. Nesse contexto, Francisco tem retomado uma série de temas ou questões que emergiram no Concílio e que dizem respeito à estrutura e à organização da Igreja; temas ou questões que não só não foram resolvidas e normalizadas, mas que foram sufocadas e até mesmo se tornaram assunto-tabu na Igreja nas últimas décadas: Igreja como povo de Deus; colegialidade episcopal; estatuto teológico e jurídico das conferências episcopais; primado do bispo de Roma; função, organização e funcionamento da cúria romana; lugar e participação da mulher na Igreja; estrutura paroquial; instâncias de participação na Igreja, dentre outros. Tudo isso em vista de maior fidelidade à sua identidade, vocação e missão.

Sem dúvida nenhuma, as reformas são importantes e necessárias. Mas são importantes e necessárias precisamente em vista da missão de anunciar e tornar realidade o reinado de Deus neste mundo, cuja característica mais importante é a misericórdia e a justiça aos pobres, oprimidos e sofredores<sup>3</sup>. E aqui estão a fonte e o coração da novidade que representa Francisco para a vida e a missão da Igreja hoje: uma volta ao evangelho do Reino, o que significa uma volta aos pobres, oprimidos e sofredores deste mundo. Ao voltar-se para os pobres e sofredores e ao colocá-los no centro de suas preocupações pastorais, Francisco desencadeia um processo de “conversão” e “reforma” evangélicas da Igreja, o que significa, na prática, “uma profunda mudança de agenda, isto é, daquilo que é tido como essencial e primordial na tarefa evangelizadora” (ANDRADE, 2014, p. 227): a “misericórdia de Deus” e o “primado da caridade e da justiça” na missão evangelizadora da Igreja (ANDRADE, 2014, p. 228).

<sup>3</sup> “Vejo com clareza que aquilo de que a Igreja mais precisa hoje é a capacidade de curar feridas e aquecer o coração dos fiéis, a proximidade [...]. As reformas organizativas e estruturais são secundárias, isto é, vêm depois. A primeira reforma deve ser a da atitude”. (papa Francisco em entrevista a Antonio Spadaro (2013, p. 19-20).



Mas não nos iludamos. Este é um processo extremamente complexo e difícil, um processo que depende do conjunto da Igreja e que já está encontrando e vai encontrar muito mais resistência dentro e fora da Igreja. Dentro da Igreja porque os interesses e privilégios institucionais tendem a se sobrepor às exigências do Reino, porque a “psicologia de príncipe” e o “clericalismo” (Papa Francisco em Igreja Católica, 2013c, p. 141-142; 146; e em Igreja Católica, 2014, p. 71-72) dos que presidem a Igreja são muito mais fortes e têm raízes muito mais profundas do que parece e porque o devocionismo e o sacramentalismo são mais determinantes da vida da Igreja que a fé como seguimento de Jesus Cristo. Fora da Igreja por causa da indiferença social que caracteriza nossa cultura e porque, como dizia dom Helder Câmara, os poderes deste mundo toleram e até admiram “obras de misericórdia”, mas reagem sempre contra os que lutam pela justiça: “se dou comida aos pobres, me chamam de santo; se pergunto por que são pobres, me chamam de comunista”. E as centenas de mártires na América Latina estão para confirmar... O próprio Francisco já foi chamado de comunista por defender os direitos dos pobres frente ao sistema capitalista dominante<sup>4</sup>.

### 3 DESAFIOS E TAREFAS

Conforme indicamos acima, o processo de renovação eclesial desencadeado por Francisco é um processo aberto e em disputa. Pode dar muitos frutos ou pode ser domesticado e abortado.

---

<sup>4</sup> Em seu primeiro encontro com os movimentos populares em outubro de 2014 em Roma, falando sobre terra, casa e trabalho, Francisco afirma: “é estranho, mas se falo disto para alguns, o papa é comunista. Não compreendem que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja”. (IGREJA CATÓLICA, 2015b, p. 7-8).

Francisco tem um papel fundamental nesse processo, mas não depende só dele. Temos que colaborar. Há um conjunto de desafios e tarefas que exigem de nós compromisso, ousadia e criatividade em vista de sua efetivação e dinamização; alguns de ordem mais pastoral, outros de ordem mais teológica.

Falamos, aqui, de desafios e tarefas pastorais, e de desafios e tarefas teológicas. Certamente eles não se opõem, mas se implicam mutuamente. Mas, enquanto os desafios e tarefas pastorais dizem respeito mais diretamente à atuação e à organização da Igreja, os desafios e tarefas teológicas dizem respeito mais diretamente a elaboração e justificação teóricas da missão e organização da Igreja.

### 3.1 Desafios e tarefas pastorais

Os desafios e as tarefas pastorais dizem respeito tanto à missão quanto à organização da Igreja; sendo que a organização da Igreja deve estar a serviço da missão e deve, de alguma maneira, ser sinal e mediação da vida nova Cristo Jesus.

a) Consideremos, antes de tudo, os desafios e as tarefas concernentes à *missão da Igreja*. Eles dizem respeito fundamentalmente à dimensão missionária da Igreja que não existe para si, mas para a missão ou, para sermos mais precisos, que é essencialmente missão. Falar de missão é falar de um processo/dinamismo permanente de saída/êxodo; e saída/êxodo para as “periferias” sociais e existenciais do nosso mundo. E aqui se explica a insistência de Francisco na necessidade e urgência de um processo radical de des-centramento da Igreja (TORRALBA, 2014). Ele o formula nos termos de “Igreja em saída” (EG 20-22 e 48-49) para as “periferias” do mundo (EG 20). É preciso sair, não para qualquer lugar nem para disputar fiéis com outras igrejas ou religiões; sair para os lugares onde há dor, sofrimento, miséria, opressão, injustiça; e sair para tornar realidade a boa notícia do reinado de Deus:

cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho. (EG 20).

Não devem subsistir dúvida nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre ‘os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho’ e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um nexa ou vínculo indissolúvel entre nossa fé e os pobres. (EG 48).

Isso significa e implica, como indicamos acima, uma verdadeira “mudança de agenda” na Igreja que deve ser dinamizada e estruturada não a partir e em função de si mesma, mas a partir e em função de sua missão que é ser sinal e instrumento da misericórdia de Deus para a humanidade sofredora. Infelizmente, a maioria de nossas comunidades, paróquias e dioceses vivem em função de si mesmas, giram em torno do próprio umbigo, quase completamente indiferentes “às alegrias e às tristezas, às angústias e às esperanças dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS 1). O tema da missão até mobiliza, desde que entendido como “recuperação” ou “conversão” dos “desviados” ou “perdidos”. “Igreja em saída”, pode ser; para as “periferias”, nem tanto... Basta ver os grupos que existem, as atividades que realizam, os assuntos que discutem, os eventos que mobilizam e realizam, em que gastam mais energia e em que investem o dinheiro arrecadado... E, como prova de fogo, basta ver o cuidado, a dedicação, o serviço e a defesa dos direitos dos pobres, marginalizados e sofredores nessas comunidades, paróquias, dioceses.

Mas aqui está o cerne do processo de renovação ou reforma eclesial desencadeado por Francisco: “Igreja em saída” para as “pe-

riferias”. Isso deve perpassar e dinamizar todas as dimensões e instâncias da Igreja: a catequese, a liturgia, o serviço da caridade e o conjunto das ações pastorais e evangelizadoras. Sem isso, qualquer mudança de estrutura ou organização da Igreja, mais cedo ou mais tarde, torna-se estéril. Afinal de contas, vale a insistência, ela não existe para si mesma.

b) Com relação aos desafios e às tarefas concernentes à *organização da Igreja*, como temos insistido, eles só fazem sentido em função da missão da Igreja, tendo, portanto, uma importância secundária, por mais necessários e urgentes que sejam (cf. EG 26, 27): “toda renovação eclesial na Igreja há de ter como alvo a missão, para não cair vítima de uma espécie de introversão eclesial” (EG 27). Grosso modo, eles podem ser agrupados ou resumidos em três pontos fundamentais que dizem respeito respectivamente à dimensão comunitária e missionária da fé, à conversão pastoral e à descentralização da Igreja, mediante estruturas de comunhão e participação.

Em primeiro lugar, a *dimensão comunitária e missionária da fé*. A fé é algo que se vive em comunidade e que nos descentra de nós mesmos na direção do outro, especialmente do “caído à beira do caminho”. A comunidade eclesial não é algo secundário e opcional na vivência da fé nem é algo que existe em função de si mesma. É preciso e urgente animar e fortalecer as comunidades existentes e criar novas comunidades como lugar de oração, de vida fraterna e de compromisso com os pobres; a comunidade é o útero da fé, o lugar onde a fé é gestada e nutrida. Mas é preciso e urgente, também e, sobretudo, descentrar a comunidade dela mesma na direção das “periferias sociais e existenciais” do nosso mundo, sair das sacristias e dos templos; o mundo sofredor (os calvários) é o lugar natural da Igreja e de sua missão. E essa missão é tarefa de toda a comunidade eclesial (EG 111-134).

Frente a tendências subjetivistas e individualistas da fé (eu e *meu* deus), há que se insistir na dimensão comunitária da fé e na importância da comunidade na vivência da fé (crer como Igreja e em Igreja). E frente a tendências devocionais e eclesiocêntricas da fé (devoção, culto, doutrina, estatísticas), há que insistir na dimensão missionária da fé, dinamizada pela caridade: fé que atua pela caridade (compaixão, misericórdia, justiça). Tudo isso implica, na prática, em priorizar o fortalecimento e a criação de comunidades e em dinamizar a vida dessas comunidades a partir e em função dos problemas e das necessidades da humanidade sofredora (cf. EG 36-37, 78).

Em segundo lugar, a *conversão pastoral*: estruturas, costumes, linguagens (EG 25, 27, 33, 43): “sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que a autopreservação” (EG 27). Há uma quantidade de formulações doutrinárias, de costumes, de normas ou preceitos que, por mais legítimos que sejam e por mais importantes que tenham sido em determinados momentos e contextos da vida da Igreja, nem fazem parte da “substância” da fé (EG 41), nem são mais interpretados da mesma maneira que no passado, nem “prestam [mais] o mesmo serviço à transmissão da fé” – “já não têm a mesma força educativa como canais de vida” (EG 43). Sem falar de certos costumes e práticas pastorais locais... “Não tenhamos medo de revê-los” (EG 43). Absoluto, só Deus! Não nos conformemos com “uma pastoral de mera conservação” (EG 15)...

Aqui não há receita nem lugar para uniformidade. Depende muito do contexto, da situação, dos desafios, dos limites e das possibilidades de atuação. É preciso muita ousadia e criatividade (EG 33). Em todo caso, insiste Francisco,

mais que o medo de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: 'Dai-lhes vós mesmos de comer' [Mc 6,37]. (EG 49).

Em terceiro lugar, a *descentralização da Igreja*, mediante estruturas que possibilitem e favoreçam a comunhão e a participação de todos<sup>5</sup>: “Sinto a necessidade de proceder a uma salutar ‘descentralização’” (EG 16). E o próprio Francisco indica uma série de mecanismos que devem ser dinamizados e aperfeiçoados em vista de uma maior participação e corresponsabilidade na vida da Igreja. Trata-se de “estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canônico e de outras formas de diálogo pastoral” (EG 31). Dentre esses organismos e mecanismos de participação, merecem destaque (a) os conselhos de pastoral e de assuntos econômicos como “espaços reais para a participação laical na consulta, organização e planejamento pastoral” (PAPA FRANCISCO, 2013b, p. 136); (b) o fortalecimento das conferências episcopais como expressão e mediação privilegiadas da colegialidade episcopal – “sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal” (EG 32)<sup>6</sup>; (c) a reforma da Cúria romana e seus dicastérios

<sup>5</sup> “Apesar das resistências, a reforma do papado e a reforma da cúria são tarefas relativamente fáceis para Francisco. A tarefa realmente difícil e quase hercúlea é a reorganização da Igreja globalmente como instituição. Ou seja, abandonar a Igreja monárquico-imperial para passar a uma Igreja comunitária, colegial e corresponsável. Voltar à Igreja do Concílio.” (VIDAL e BASTANTE, 2014, p. 104-105).

<sup>6</sup> A propósito da Exortação pós-sinodal sobre a evangelização: “penso, aliás, que não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo. Não convém que o papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios. Neste sentido sinto a necessidade de proceder a uma salutar ‘descentralização’”. (EA, 16).

A propósito da renovação eclesial: “o Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas patriarcais, as conferências episcopais podem ‘aportar uma contribuição

como “mecanismo de ajuda” às Igrejas particulares e às conferências episcopais – “mediadores, nem intermediários nem gestores”<sup>7</sup>; e (d) a “conversão do papado” numa direção mais colegial, a partir das conferências episcopais (EG 16, 32).

De fato, “uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária” (EG 32). E acaba comprometendo sua própria identidade que, antes de tudo e acima de tudo, é comunidade, comunhão de irmãos. Daqui brota a necessidade e urgência de cultivarmos e promovermos, com base na igualdade fundamental batismal-crismal-eucarística de todo o povo de Deus, a comunhão, a participação e a corresponsabilidade eclesial de todos, sem que isso comprometa ou negue os muitos carismas e ministérios que são sempre carismas e ministérios da Igreja e a serviço de sua missão evangelizadora. Urge, portanto, potencializar e/ou criar e dinamizar as assembleias e conselhos pastorais nas várias instâncias eclesiais e as conferências e sínodos episcopais, como instâncias reais de participação eclesial e não como meras estruturas formais e burocráticas.

---

múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas<sup>8</sup>. Mas este desejo não se realizou plenamente, porque ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dimensão missionária”. (EG, 32).

Diferentemente da posição do Cardeal Ratzinger, quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, para quem “as conferências episcopais não possuem uma base teológica, não fazem parte da estrutura indispensável da Igreja, assim como querida por Cristo: têm somente uma função prática, concreta”; “nenhuma Conferência Episcopal tem, enquanto tal, uma missão de ensino: seus documentos não têm valor específico, mas o valor do consenso que lhes é atribuído pelos bispos individualmente”. (RATZINGER e MESSORI, 1985, p. 40–41).

<sup>7</sup> “Os dicastérios romanos estão a serviço do papa e dos bispos: devem ajudar tanto as Igrejas particulares como as Conferências Episcopais. São mecanismos de ajuda. Em alguns casos, quando não são bem entendidos, correm o risco, pelo contrário, de se tornarem organismos de censura. É impressionante ver as denúncias que chegam a Roma. Creio que os casos devem ser estudados pelas Conferências Episcopais locais, às quais pode chegar uma válida ajuda de Roma. De fato, tratam-se melhor os casos no local. Os dicastérios romanos são mediadores, nem intermediários nem gestores” (Papa Francisco em Spadaro, 2013, p. 23–24).

### 3.2 Desafios e tarefas teológicas

Sem dúvida, os desafios pastorais são também desafios teológicos: devem ser pensados teologicamente e a teologia deve estar sempre, direta ou indiretamente, a serviço da pastoral. Mas há alguns desafios que dizem respeito mais especificamente ao fazer teórico-teológico enquanto tal que, se não forem compreendidos e assumidos de modo consciente e consequente, acabam comprometendo o caráter e a função pastoral-ecclesial da teologia e transformando ou reduzindo a teologia a mera erudição ou especulação abstrata, estéril e inoperante.

Em carta enviada ao cardeal-arcebispo de Buenos Aires, Mario Poli, no dia 3 de março de 2015, por ocasião dos 100 anos da Faculdade de Teologia na Universidade Católica Argentina, Francisco indica, de modo claro e direto, alguns desafios que dizem respeito à teologia, ao fazer teológico e aos teólogos (IGREJA CATÓLICA, 2015b). Certamente, ele não entra, aqui, em questões de ordem estritamente técnico-metodológicas do fazer teológico, nem muito menos na problematização, explicitação e formulação de seus pressupostos epistemológicos. Não é sua tarefa nem sua competência. Mas toca, com linguagem pastoral, em questões que são cruciais para a teologia e para o que fazer teológico.

Começa falando do Concílio Vaticano II que “foi uma atualização, uma releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea”, que “produziu um movimento irreversível de renovação que provém do Evangelho” e que “é preciso ir em frente”. E, nesse contexto, passa a falar da teologia – de seu ensino e de seu estudo, de seu lugar e de sua função – e do teólogo:

ensinar e estudar teologia significa viver numa fronteira na qual o Evangelho se encontra com as necessidades das pessoas [...] Devemos evitar uma teo-



logia que se esgota na disputa acadêmica ou que olha para a humanidade [a partir] de um castelo de vidro. (IGREJA CATÓLICA, 2015b).

A teologia deve estar “radicada e fundada na Revelação, na Tradição”, mas deve “também” acompanhar “os processos culturais e sociais, em particular as transições difíceis” e os “conflitos”: “não só os que experimentamos na Igreja, mas também os relativos ao mundo e que são vividos nas ruas da América Latina”. E exorta:

Não vos contenteis com uma teologia de escritório. O vosso lugar de reflexão sejam as fronteiras. E não cedais à tentação de as ornamentar, perfumar, consertar nem domesticar. Até os bons teólogos, como os bons pastores, têm o odor do povo e da rua e, com sua reflexão, derramam azeite e vinho sobre as feridas dos homens. (IGREJA CATÓLICA, 2015b).

A teologia seja expressão de uma Igreja que é ‘hospital de campo’, que vive sua missão de salvação e cura do mundo. A misericórdia não é só uma atitude pastoral, mas a própria substância do Evangelho de Jesus. Encorajo-vos a estudar como refletir nas várias disciplinas – dogmática, moral, espiritualidade, direito etc. – a centralidade da misericórdia. Sem misericórdia, a nossa teologia, o nosso direito, a nossa pastoral correm o risco de desmoronar na mesquinhez burocrática ou na ideologia que por sua natureza quer domesticar o mistério. (IGREJA CATÓLICA, 2015b).

**O estudante de teologia não deve ser**

um teólogo de ‘museu’ que acumula dados e informações sobre a revelação sem contudo saber verdadeiramente o que fazer deles nem um ‘balconero’ da

história”; deve ser “uma pessoa capaz de construir humanidade ao seu redor, de transmitir a divina verdade cristã em dimensão deveras humana, e não um intelectual sem talento, um eticista sem bondade nem um burocrata do sagrado. (IGREJA CATÓLICA, 2015b).

São questões que dizem respeito ao lugar (fronteiras/periferias), ao conteúdo (misericórdia) e à função (salvação do mundo) da teologia, bem como à identidade do teólogo (inserido na história, acompanhando o povo e seus processos, com cheiro do povo e de rua, cuidando das feridas etc.) e, enquanto tais, questões fundamentais e decisivas para a teologia, para o fazer teológico e para a comunidade teológica<sup>8</sup>.

Levar a sério esses desafios e essas tarefas teológico-pastorais, assumindo-os e encarregando-se deles, é condição e mediação necessárias para que o movimento de renovação ou reforma eclesial desencadeado por Francisco possa se consolidar e produzir frutos. Como insistimos ao longo desta reflexão, não se sabe nem se pode prever até onde vai esse movimento. Depende muito do poder de convencimento, mobilização e articulação de Francisco. Mas depende também de nós. Não desperdicemos este tempo de graça que o Senhor nos concede. Abrindo-nos à ação do Espírito e deixando-nos conduzir e dinamizar por Ele, em comunhão com

---

<sup>8</sup> Também em sua Carta encíclica *Laudato si* sobre “o cuidado com a casa comum”, no início do primeiro capítulo, que trata do que está acontecendo com a nossa casa, Francisco adverte que “as reflexões teológicas ou filosóficas sobre a situação da humanidade e do mundo podem soar como uma mensagem repetida e vazia, se não forem apresentadas novamente a partir de um confronto com o contexto atual no que este tem de inédito para a história da humanidade”. Por isso, afirma, “antes de reconhecer como a fé traz novas motivações e exigências perante o mundo de que fazemos parte, proponho que nos detenhamos brevemente a considerar o que está acontecendo com a nossa casa comum” (LS 17). É que a teologia não é apenas uma *teoria da fé* mais ou menos correta e adequada a ser decorada e repetida a modo de catecismo, mas também e sempre um *serviço à fé*, uma convicção que orienta e motiva a ação dos cristãos no mundo, sendo sempre de novo confrontada e reelaborada nos contextos e nas circunstâncias em que a fé é vivida.

Francisco (de Assis e de Roma), façamos tudo que estiver ao nosso alcance para que nossas comunidades se tornem cada vez mais “Igreja em saída” para as “periferias do mundo”. E, assim, sejam sempre mais sinal e mediação do reinado de fraternidade, de justiça e de paz inaugurado por Jesus de Nazaré.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. A dimensão social da *Evangelii Gaudium*. In: AMADO, Joel Portela; FERNANDES, Leonardo Agostini (Orgs.). *Evangelii Gaudium em questão*: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014. p. 227-234.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Uma Igreja pobre e para os pobres. **Convergência**, Brasília, n. 472, p. 349-365. 2014.

BOFF, Clodovis. **Sinais dos tempos**: princípios de leitura. São Paulo: Loyola, 1979.

CASTILHO, José Maria. O papa Francisco e o futuro da Igreja Católica mundial. In: SILVA, José Maria da (Org.). **Papa Francisco**: perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 111-120.

GAETA, Severino. **Papa Francisco**: a vida e os desafios. São Paulo: Paulus, 2013.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Contituição pastoral *Gaudium et Spes*. In: VIER, Frederico (coord.). **Compêndio do vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*. In: VIER, Frederico (coord.). **Compêndio do vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Decreto *Presbyterorum Ordinis*. In: VIER, Frederico (coord.). **Compêndio do vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: VIER, Frederico (coord.). **Compêndio do vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **A Igreja da misericórdia: minha visão para a Igreja.** São Paulo: Paralela, 2014.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta encíclica *Laudato si*.** Vaticano, 2015a. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)>. Data da consulta: 05 nov. 2015.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta por ocasião do centenário da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Argentina.** Vaticano, 2015b. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco\\_20150303\\_lettera-universita-cattolica-argentina.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html). Data da consulta: 19 out. 2015.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares.** Brasília: Edições CNBB, 2015c.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). Encontro com a comissão de coordenação do CELAM no Centro de Estudos do Sumaré. In: IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Palavras do Papa Francisco no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 2013a. p. 131-147.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Evangelii Gaudium:** sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013b.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Palavras do Papa Francisco no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 2013c.

JAMES, Carlos. Análise de conjuntura religioso-eclesial: por onde andam as forças. **Perspectiva Teológica,** Belo Horizonte, v.28, n.75, p. 157-182, 1996.

LIBANIO, João Batista. **Cenários de Igreja.** São Paulo: Loyola, 1999.

LIBANIO, João Batista. Concílio Vaticano II: os anos que se seguiram. In: LORSCHIEDER, Aloísio et al. **Vaticano II: 40 anos depois.** São Paulo: Paulus, 2005, 71-78.

MARCOS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

RATZINGER, J.; MESSORI, V. **A fé em crise?** O Cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: EPU, 1985.

SPADARO, Antonio. **Entrevista exclusiva do papa Francisco.** São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

TORRALBA, Francisc. Sair de si mesmo: o movimento irrenunciável. In: SILVA, José Maria da (Org.). **Papa Francisco**: perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 84-98.

VIDAL, José Manuel; BASTANTE, Jesús. As mudanças (presentes e futuras) da primavera de Francisco. In: SILVA, José Maria da (Org.). **Papa Francisco**: perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-110.

ZUBIRI, Xavier. **Tres dimensiones del ser humano**: individual, social, histórica. Madrid: Alianza Editorial, 2006.



# INSTITUIÇÃO, PODER E GESTÃO COLEGIADA: dialogando com o papa Francisco

WILLIAM CESAR CASTILHO PEREIRA

## 1 INTRODUÇÃO

O SER HUMANO É UM SER HISTÓRICO que vai articulando suas escolhas livres ao longo do tempo. Em certo sentido, *não nasce pessoa, mas vai se tornando pessoa*, humanizando-se, a partir da relação com o outro. Por isso, a educação é um processo lento, repleto de marchas e contramarchas. Não há receitas. Ninguém pensa que vai receber um mapa com um caminho já traçado. O processo de educação é sempre um desafio à paciência histórica, à determinação e ao conhecimento da realidade institucional. Todo processo educacional ocorre em instituições: a família, a escola, o trabalho, o Estado, o sistema jurídico, os meios de comunicação, os movimentos sociais e a Igreja. Isso nos leva a perguntar: o que é uma instituição?

É importante rever algumas definições de instituição:

Entendemos por instituição não somente as formas constituídas, mas também, as modalidades de ação constituintes e os processos de institucionalização que resultam dos dois momentos precedentes (instituído e instituinte) (GARCIA, 1973, p. 8).

A instituição deve ser percebida como o ponto de convergência das instâncias econômica, política e ideológica (BARBIER, 1985, p. 136).

Toda instituição compreende um movimento que a gera: o instituinte; e um resultado: o instituído; e um processo: de institucionalização (BAREMBLITT, 1992, p. 177).

## 2 INSTITUIÇÃO

A instituição é uma instância imaginária, que vai além de seu espaço aparente ou manifesto. Reúne saberes que permitem, a todo tempo, diagramar as relações sociais, organizar espaços, fixar e recortar limites. Além de sua forma virtual, imaginária e simbólica, as instituições não estão desvinculadas da prática social, das relações sociais entre as classes e do processo de produção da vida material. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo determinado de instituição. Essa tipologia institucional será mantida e sustentada em todos os níveis, do Estado à família, dessa à Igreja, à escola, às relações de trabalho, ao sistema jurídico, à saúde, à cultura e ao lazer, aos meios de comunicação etc. Há um risco muito grande de as instituições se sentirem capturadas pelos interesses de grupos sociais hegemônicos e do poder do Estado.

Os equipamentos burocráticos ou aparelhos ideológicos do Estado são inventados visando a manutenção e sustentação da ideologia dos grupos dominantes e a produção de subjetividades



hegemônicas. As instituições, organizações e seus estabelecimentos, atuam como aparato de captura de todos os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu modelo totalizador. Realizam essa apreensão da subjetividade através da produção de enunciados, da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio e da disseminação da culpa infantilizada.

Realizar análise em uma instituição é questionar, interpretar e transformar o lugar imaginário, simbólico e físico, o espaço da hierarquia e dos subordinados, a produção dos equipamentos de captura da subjetividade, a relação entre o instituído e o instituinte, ou seja, liberar a palavra da instituição, o “não-dito” – do mal dizer ao bem dizer. A análise é resultado de processos de busca alternativos de sujeitos e grupos, fortemente implicados, que utilizam, para tanto, não só de sua racionalidade, mas, também, de sua afetividade, de seu inconsciente, de suas pulsões e de suas paixões. Aliás, nada se faz sem grande paixão. Instituições que não sonham e não apostam na utopia estão à beira da morte.

A vida dos grupos sociais é também uma instituição. Enquanto instituição, é um conjunto de tradições, regras e regulamentos, convenções, acordos, atividades, programas, dentro da estrutura hierárquica, administrativa e jurídica que perpassam a vida milenar da sociedade. É também o sistema de prescrições, desejos e proibições ideológicas que deverá ser introjetado pelos participantes para ser seguido ou abolido. Mas, quando são criticados oferecem a criação do diferente e singular.

## 2.1 Por que nos instituímos?

Por que nos instituímos? Ou melhor: por que os dispositivos humanos, desde o Estado-nação, passando pelo exército, pela família, pela linguagem, pelo sistema jurídico, pela Igreja, pela relação de trabalho e – por que não? – pelos movimentos sociais e comunitários, se organizam em instituições? Essa é uma lei geral,

presente em qualquer processo civilizatório, pretérito ou contemporâneo. A história mostra que estamos condenados à instituição, tanto quanto o estamos, segundo Sartre, à liberdade.

Acontece que nós, os humanos, somos fratura, somos ruptura, somos salto qualitativo da natureza para a cultura. Somos mistério. Somos exilados de nossa condição biológica e da lei cósmica que a preside. Perdemos os instintos, no bom e honrado sentido animal da palavra. Somos, sim, animais, mas animais políticos – *zoon politikon* –, tendo que criar as leis da *polis*, por termos rompido – e esse é o pecado original – com a lei que rege o sol, as estrelas, as plantas e os bichos.

O animal, através do instinto, obedece, integralmente, à relojoaria cósmica. Ele não se extravia, não erra – não tem errância. O animal traz consigo, pronto, o mapa da mina. Sua certeza vem avulzada por milhões e milhões de anos. O instinto é ileso à dúvida. O ser humano é produtor de cultura. Eterno peregrino.

A cultura é um esforço humano para lançar pontes sobre o abismo. É preciso criar e produzir, a partir da falta, da errância e dos equívocos. É importante, pelo trabalho e pela linguagem, organizar o mundo humano e reordenar a natureza. Esse trabalho de criação e de metamorfose linguística ocorreu com a sexualidade humana, que não é regida pelo instinto e, sim, pela pulsão, carga energética e dinâmica que faz com que o sujeito procure atingir um alvo, denominado objeto de desejo. O objetivo da pulsão é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional, o inconsciente. A identidade do animal é fixa, enquanto o ser humano tem que elaborar, para sempre, sua auto-definição. A pulsão não tem objeto fixo, como os instintos. A pulsão não traz em si mesma, uma prévia e harmoniosa garantia de ordem.

Para que o desejo possa servir à espécie humana, e ao esforço civilizatório, ele precisa ser institucionalizado, através da gramática que o estrutura. O Édipo – descoberta nuclear de Freud – é essa

gramática do desejo e da lei: através da interdição do incesto, a família se institui, ao mesmo tempo em que se constituem as relações de parentesco e as possibilidades de aliança entre os grupos humanos. É o Complexo de Édipo que insere, na espessura da sexualidade, sob forma de lei, a falta, a carência que nos constitui – a castração simbólica.

Assim, em todas as instituições, presenciamos os atravessamentos edípicos com seus inevitáveis sintomas: independência e dependência, autonomia e submissão, liberdade e recalçamento, consciência e alienação, democracia e autoritarismo, auto-gestão e centralização, transcendência e imanência, e muitos outros.

Os seres falantes criam e desejam as instituições, visando à diminuição do estado de desamparo, a angústia, inerente à condição humana. A instituição é *um mal necessário* e, portanto, *um bem*. A ambivalência pode ser explicada a partir da definição de que a liberdade é o conhecimento de infinitos desejos. Se a instituição é *um mal necessário*, ela implica, necessariamente, um conhecimento de opções. Nessa medida, e a partir da definição considerada, ela é um passo à frente no sentido da liberdade e, portanto, constitui um bem, já que aponta para a liberdade, bem supremo – a Utopia Ativa. Espera-se que as instituições criem estruturas razoáveis de apoio para diminuir e apaziguar as sensações de caos absoluto e destrutividade das relações solidárias. As grandes formações culturais têm como função também proporcionar, num mundo feito de linguagem, algumas estruturas, razoavelmente apaziguadoras, de apoio para esses seres, por definição, desgarrados da ordem da natureza.

Assim, por exemplo, a instituição da religião pode produzir sentidos de comunidade, de fraternidade, da vida e da morte, e orienta as escolhas éticas; os mitos explicam e fundamentam as interdições necessárias à manutenção do laço social: os antepassados detêm um saber a ser transmitido de geração a geração. Assim, a prática reli-

giosa proporciona a experiência de Deus. Para os que creem, o nome de Deus é amor. Amparo, apaziguamento das amarguras, consolo do sofrimento e sinalização e esperança de uma nova vida – a parusia.

## 2.2 A função perversa da instituição

Acontece, entretanto, que a instituição – *mal necessário* – geralmente se transforma num *mal mais do que necessário* e, dessa forma, deixa de *ser um bem para tornar-se um mal desnecessário*. Isso ocorre, sem possibilidade de exceção, em todos os casos em que a estrutura institucional põe-se a serviço, não do desejo, em sua justa e necessária medida, mas de privilégios, corrupção, antiprodução, injustiça e iniquidades. Quando assim acontece, por exemplo, na instituição dos movimentos sociais ela se degrada, perde seu sentido original e de fundação e se transforma num instrumento liberticida, contrário à fraternidade, à produção, trabalhando para criar o avesso da liberdade, isto é, a servidão alienante ou a servidão voluntária, usando inclusive, como pretexto, a libertação do pobre e dos marginalizados. Assim, deixa de ser a potência da transformação social e se transforma na estupidez da arrogância dos dominadores.

Agentes e lideranças comunitárias podem desviar as finalidades de libertação da população e construir outras finalidades para si próprios. Esses objetivos possuem três características que fundamentam sua existência e sua permanência. Primeiramente, as instituições estão fundadas num *saber*, que tem força de lei e se apresenta como a expressão de uma verdade absoluta. Aos participantes cabe apenas absorver, voluntária ou involuntariamente, esse saber como norma a ser seguida, buscando sempre a construção do ideal projetado para ela, por exemplo, a ideologia<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para Gramsci, ideologia são concepções de vida e, por isso mesmo, são, essencialmente, atos políticos. “Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; elas são fatos históricos reais, que devem ser combatidas e denunciadas em sua natureza

A segunda característica institucional é a eleição de uma “*pessoa central mítica*” que se reveste de uma roupagem “centralizadora”, “imortal”, ou “paternal”.

Papa Francisco nomeou como:

a doença do sentir-se ‘imortal’, ‘imune’ ou até mesmo ‘indispensável’ pondo de lado os controles necessários e habituais. [...] Uma visita ordinária aos cemitérios poderia ajudar-nos a ver os nomes de tantas pessoas, algumas das quais pensassem talvez que eram imortais, imunes e indispensáveis! É a doença do rico insensato do Evangelho que pensava viver eternamente (cf. Lc 12, 13-21) e também daqueles que se transformam em senhores e se sentem superiores a todos e não ao serviço de todos. Esta doença deriva muitas vezes da patologia do poder, do ‘complexo dos Eleitos’, do narcisismo que fixa apaixonadamente a sua imagem e não vê a imagem de Deus impressa na face dos outros, principalmente dos mais fracos e necessitados. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Essa conexão entre a *paternidade imortal* e o *suposto saber do mestre* cria, ainda, uma maior onipotência em torno da relação transferencial, estabelecendo, entre essa figura e seus membros, inúmeros processos de identificação, projeção e introjeção de seus valores, ideologia e saber.

O caráter de *reprodutividade* é a consequência das duas características anteriores. A instituição visa reproduzir e repetir, compulsivamente, pessoas robotizadas, com os mesmos ideais e pensamentos, eliminando a participação criativa, a produtividade e o desejo inovador de cada participante. Dessa forma, o sistema de

---

de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da invenção da práxis.” (GRAMSCI, 1978, p. 269-70).

valores e de simbologia elaborados pelos agentes institucionais formarão tipos ideais, clones, que serão alienados no interior dos movimentos comunitários. Como consequência, a não-observância desses parâmetros será sempre diagnosticada como comportamento desviante. Dessa feita, tais condutas deverão ser marginalizadas e excluídas do seio do grupo social. Há casos na história das instituições, principalmente a instituição política, em que a violência contra a quebra da regra termina pela exclusão sumária de indivíduos e da comunidade.

As grandes instituições e organizações geralmente temem a união dos irmãos, dos participantes dos grupos, percebendo-os como uma força que pode se voltar contra elas. A fantasia inconsciente institucional é a de que a união entre os participantes do grupo pode destruir o instituído. Isso é frequente em instituições totais e constituídas de autoridades déspotas e verticais. Assim, as relações fraternas grupais tornam-se concorrentes dessas fantasias institucionais, autoritárias e centralizadoras. Nas organizações geridas pelo autoritarismo, é impossível o trabalho de escuta e de diálogo.

A imposição unilateral de normas rígidas pode correr o risco de sacrificar, em nome de uma santa identidade narcisista da instituição, a própria razão de ser da vida comunitária e de vivências grupais, que são as pessoas vivas, com seus desejos. É preciso compreender essa influência histórica das instituições nos grupos, reestruturando-os politicamente, exorcizando o fantasma e a ideia de inimigo<sup>2</sup>, a fim de diminuir a intensidade das lutas desagrega-

---

<sup>2</sup> A ideia de comunidade e inimigo externo como fonte de coesão foi assim descrita por Franz Kafka, em seu ensaio *Comunidade*: “somos cinco amigos, certa vez saímos um atrás do outro de uma casa, logo de início saiu o primeiro e se pôs ao lado do portão da rua, depois saiu o segundo, ou melhor: deslizou leve como uma bolinha de mercúrio, pela porta, e se colocou não muito distante do primeiro, depois o terceiro, em seguida o quarto, depois o quinto. No fim estávamos todos formando uma fila, em pé. As pessoas voltaram a atenção para nós, apontaram-nos e disseram: ‘os cinco acabam de sair daquela casa’.

doras internas, antropofágicas, para depois voltar à ação contra o inimigo real.

Sobre isso, é esclarecedor o pensamento de Rouanet:

o paranoico é aquele que leva a sério a ficção objetivante inerente a todo enunciado. Não consegue ver na positividade do juízo um artifício provisório do pensamento lógico e absolutiza essa positividade, transferindo-a ao real. (ROUANET, 1983, p.145).

Essas rivalidades originadas em torno de um possível “inimigo” gerador de novas ideias trazem competições destrutivas, boicotes, fofocas, agressões, ou seja, o par (ou o grupo) enciumado passa a não contribuir em nada para a vida coletiva. Diríamos, resumidamente, que o grupo social enquanto grupo fica “enlatado”, “coagulado”, e só passamos informações para os pares com os quais temos alguma cumplicidade.

Papa Francisco classificou de:

doença dos círculos fechados onde a pertença ao grupinho se torna mais forte do que a pertença ao Corpo e, em algumas situações, ao próprio Cristo. Também esta doença começa sempre por boas intenções, mas com o passar

---

Desde então vivemos juntos; seria uma vida pacífica se um sexto não se imiscuisse sempre. Ele não nos faz nada, mas nos aborrece, e isso basta: por que é que ele se intromete à força onde não querem saber dele? Não o conhecemos e não queremos acolhê-lo. Nós cinco também não nos conhecíamos antes e, se quiserem, ainda agora não nos conhecemos um ao outro; mas o que entre nós cinco é possível e tolerado não o é com o sexto. Além do mais, somos cinco e não queremos ser seis. E se é que estar junto constante tem algum sentido, para nós cinco não tem, mas agora já estamos reunidos e vamos ficar assim, não queremos uma nova união, justamente com base nas nossas experiências. Mas como é possível tornar tudo isso claro ao sexto? Longas explicações significariam, em nosso círculo, quase uma acolhida, por isso preferimos não explicar nada e não o acolhermos. Por mais que ele torça os lábios, nós o repelimos com o cotovelo; no entanto, por mais que o afastemos, ele volta sempre”. (KAFKA, 2002, p.112).

do tempo, escraviza os membros, tornando-se um câncer que ameaça a harmonia do Corpo e causa tanto mal - escândalos - especialmente aos nossos irmãos menores. A autodestruição ou o “tiro amigo” dos camaradas é o perigo mais sorrateiro. É o mal que atinge a partir de dentro; e, como diz Cristo, «todo o reino dividido contra si mesmo será destruído» (Lc 11,17). (IGREJA CATÓLICA, 2015).

A circulação das ideias, da criatividade e de alguma produção permanece sonogada por um determinado subgrupo que, inconscientemente, passa a obstruir sua movimentação. Esse tipo de atitude acaba alienando algum elemento que se sentirá rejeitado, se afastará da organização ou formará opositores do movimento social.

### 2.3 Instituído e instituinte

O analista institucional Pereira (2005) descreve que o conceito de instituição vem, também, revestido de duas faces inseparáveis, o “instituído” e o “instituinte”. Por instituído, entende-se aquele que institui o direito: o verbo está no particípio passado, a ação é feita em favor do sujeito. Instituinte, por sua vez, diz daquele que faz a ação, o sujeito que age, produz, cria, opera: particípio presente do verbo instituir – dar início, estabelecer, criar. Portanto, o instituinte é a negatividade do instituído.

A instituição é um processo aberto, fluido. A trama dialética entre os movimentos do instituinte, do instituído e da institucionalização faz com que ela seja uma realidade inacabada, um ato permanente, um projeto em construção, como a própria vida. Por isso, a instituição não pode ser compreendida somente do ponto de vista conservador, sem nenhum movimento contrário, apenas como a face do instituído. Nesse sentido, uma vida dos movimentos sociais de coerção, de ritualismo pesado, de práticas prescritas,



não responde ao momento atual. Os movimentos sociais têm que saber ler cada momento da conjuntura, sobretudo, abrir-se com sensibilidade às diferenças. Papa Francisco sinaliza que esse tipo de organização padece:

da doença do “empedernimento” mental e espiritual, ou seja, daqueles que possuem um coração de pedra e são de “dura cerviz” (At 7,51-60); daqueles que, com o passar do tempo, perdem a serenidade interior, a vivacidade, a audácia e escondem-se atrás das folhas de papel, tornando-se “máquinas de práticas” e não “homens de Deus” (cf. Hb 3,12). É perigoso perder a sensibilidade humana necessária que nos faz chorar com os que choram e alegrar-se com os que se alegram! É a doença dos que perdem “os sentimentos de Jesus” (cf. Fl 2,5-11) porque o seu coração, com o passar do tempo, endurece e torna-se incapaz de amar incondicionalmente ao Pai e o próximo (cf. Mt 22,34-40). Ser cristão, com efeito, significa “ter os mesmos sentimentos de Jesus Cristo” (Fl 2,5), sentimentos de humildade e de doação, de desapego e de generosidade. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Embora não enxerguemos o outro lado da moeda, o instituinte existe. Ele sobrevive encoberto no seio de toda instituição, através de seu germe transformador, criativo e desejante. Ele sempre está potencialmente presente, e renascerá do movimento de opressão e da repressão dos agentes institucionais. É como o *iceberg*, do qual só vemos a ponta aguda e cortante, mas que traz algo bem maior, de grande potência e inesgotável reserva. Nossos desejos criativos, inovadores e produtivos, dormem nesse espaço submerso à espera de estratégias do grupo que possam acordá-lo do sono repressivo e traduzir suas mensagens de libertação.

Na formação dos grupos sociais, a ação primordial é criar uma estratégia grupal de restituir, trazer à tona o conteúdo não-dito, os segredos da organização, e resgatar a origem do movimento, o

ideário, os primeiros fundadores e os primeiros sonhos mobilizadores, o que se denomina *processo de refundação* dos grupos. Entretanto, paralelamente, ninguém pode negar que há, na tradição dos movimentos sociais, uma longa história de *silêncios impostos*, de consciências caladas, de relações de poder em que a autoridade, extrapolando sua própria natureza como potência, determina as condições e os parâmetros dos relacionamentos. A eficácia desse controle exige, entre outras coisas, um sigilo sobre tudo o que é proibido. Desintegra-se a comunicação e desaparecem os vínculos amorosos entre as pessoas. O rompimento desse silêncio contribui para a desmoralização de uma série de tabus e restrições, características do apogeu da dominação, da exploração e mitificação do modo de vida de alguns grupos autoritários.

Os obstáculos e as impossibilidades dessa mobilização logo virão à tona e poderão tornar-se evidentes. Esses obstáculos são analisados como reveladores da estrutura institucional e daquilo que chamamos “*não saber*” dentro das organizações: o desconhecido, censurado e negado pela força violenta do instituído.

Com base nesses princípios, deve-se criar a organização dos movimentos sociais. A grande pergunta inicial é: o que entendemos por organização? Também podemos indagar paralelamente: organizar para quê? Por quê? Qual deve ser a proposta nessa prática social? Como se vê, muitas são as questões a serem respondidas em função do tema “organização”. Diríamos, resumidamente, que a organização de um movimento social, entendida simplesmente como a administração de leis, as constituições, as regras, os estatutos e as normas, apoiada numa estrutura hierárquica e no saber restrito e absoluto de um determinado grupo, é uma maneira de perpetuar a dominação e a exclusão dos membros de uma organização.

A metodologia desse tipo de organização baseia-se na racionalidade, no controle e na reprodução alienada. Essa organização social do tipo autoritária contraria a organização humanizadora.

Para o Papa Francisco é a doença da:

planificação excessiva e do funcionalismo. Quando o apóstolo planifica tudo minuciosamente e pensa que, fazendo uma perfeita planificação, as coisas efetivamente progredem, tornando-se, assim, um contabilista ou um comerciante. Preparar tudo bem é necessário, mas sem jamais cair na tentação de querer encerrar e pilotar a liberdade do Espírito Santo, que é sempre maior, mais generosa do que toda a planificação humana (cf. Jo 3,8). Cai-se nessa doença porque “é sempre mais fácil e cômodo adaptar-se às próprias posições estáticas e imutadas. Na realidade, a Igreja mostra-se fiel ao Espírito Santo na medida em que não tem a pretensão de regulamentá-lo e de domesticá-lo... - domesticar o Espírito Santo! - ... Ele é frescor, fantasia, novidade”. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

### 3 EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

O que estamos chamando de organização social humanizadora é uma estratégia que cria e elabora uma nova maneira de relacionamento entre o líder e os participantes. Assim sendo, esse tipo de organização é capaz de garantir o exercício do poder coletivo, da iniciativa, da participação responsável e da criatividade de seus membros.

Com muita frequência, a vida de alguns grupos sociais oscila entre formas restritivas e potencializadoras. As formas restritivas reproduzem, no processo formativo da vida social, efeitos complicados, que se manifestam no nível de bloqueio intelectual, criativo e, sobretudo, através dos distúrbios de comportamentos afetivos ou da produção de vários sintomas, corrupção, nepotismo e escravidão. Por outro lado, as formas potencializadoras produzem

processos formativos de solidariedade, de partilha, de libertação e humanização, essenciais na promoção da pessoa.

Paulo Freire analisou duas posições educativas: a primeira, que enfoca o ser humano como pessoa (concepção humanista), e a outra, que o vê como coisa (concepção bancária). A concepção de educação bancária é aquela que não acredita na relação humana, pelo contrário, enfatiza a importância de um dos polos da relação em detrimento do outro. Assim, segundo Freire, decorre:

- » que o educador é sempre quem educa; o educando, o que é educado;
  - » que o educador é quem disciplina; o educando, o disciplinado;
  - » que o educador é quem fala; o educando, o que escuta;
  - » que o educador prescreve; o educando, segue a prescrição;
  - » que o educador escolhe o conteúdo dos programas; o educando o recebe na forma de “depósitos”;
  - » que o educador é sempre quem sabe; o educando, o que não sabe;
  - » que o educador é o sujeito do processo; o educando, seu objeto.
- (Cf. FREIRE, 2000, p. 59).

Segundo a concepção bancária, existem três lugares: o depósito, o depositante e o depositado. O liderado é como se fosse uma caixa (depósito) que a autoridade (depositante) vai enchendo de conteúdo (depositado), de conhecimento, como se o ato de educar fosse uma atitude passiva de receber doações ou imposições de experiências do outro. Ora, tal concepção nega a dialética entre autoridade e o liderado, imobiliza a relação entre as pessoas e submete um dos lados a uma posição desumanizante, passiva, dependente, marcada pela necrofilia – o amor à morte.

A proposta fundamental da educação bancária é a pedagogia dos hábitos. Nesse sentido, educar é, fundamentalmente, adestrar. Se o ser humano é simplesmente memória, entendimento e vontade, para essas autoridades clássicas, logicamente o sistema edu-

cativo será organizado de acordo com tal concepção do psiquismo. Educar um ser humano será adestrá-lo nessas três faculdades: no que tem de pensar, no que tem de reter e na maneira de atuar.

A concepção humanista, ao contrário, parte da vocação ontológica do ser humano, estimula a comunhão e a comunicação através da capacidade das pessoas se amarem. Isso, segundo Paulo Freire, significa que “ninguém educa ninguém; ninguém tampouco se educa sozinho; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1978, p. 68).

Papa Francisco nos adverte e denomina esse tipo de vivência a:

doença da indiferença para com os outros. Quando alguém pensa somente em si mesmo e perde a sinceridade e o calor das relações humanas. Quando o mais especializado não coloca o seu conhecimento ao serviço dos colegas menos especialistas. Quando se chega ao conhecimento de algo e o esconde para si, ao invés de partilhar positivamente com os outros. Quando, por ciúme ou por astúcia, se sente alegria ao ver o outro cair, ao invés de erguê-lo e encorajá-lo. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Ora, o ato de educar não é um simples processo de ensino-aprendizagem, ou, como se diz vulgarmente, educar não é o mesmo que instruir. Para instruir, é suficiente conhecer as técnicas da comunicação. Mas o fato de sabê-las não torna o homem mais capacitado. Educar, na concepção humanista, é capacitar o sujeito para que alcance seu fim último, sua realização, mediante ações livres e eticamente aceitáveis. Educar, na concepção humanista, é humanizar a relação entre a autoridade e os seus participantes.

Com muita frequência, a vida institucional dos movimentos sociais reproduz formas de dependência, indiferença, insensibilidade social, medo e culpabilidade, fruto de um sistema de educação bancária, vertical, centrada e mitificada em uma única pessoa, simulan-

do a estrutura social, econômica e política. Dessa forma, ocorre um mecanismo de deslocamento semântico da macroestrutura social para a microestrutura da comunidade.

A educação humanista, ao contrário, procura superar essa contradição, enfatizando que o habitat natural dos princípios filosóficos desse sistema é a gestão compartilhada, a vida comunitária.

Nesse conjunto de ideias, o líder e os liderados têm consciência de sua responsabilidade eclesial. A pessoa pode até não ser a única responsável por seus comportamentos de dependência, absentismo, passividade, desinteresse, agressividade, mas é responsável pela posição que toma com relação a eles. É, igualmente, responsável pelo lugar que ocupa numa relação e, pela sua participação, contribui para manter tais atitudes e comportamentos, neuroticamente repetitivos. Dessa forma, crê-se na autonomia, na participação, no saber e na experiência de cada ser humano que, somadas às suas habilidades, autodirigem-se e autoadministram-se, mantendo-se em torno das ideias libertárias. Crê-se que o ser humano é capaz de inventar novas relações amorosas e sociais: autonomia é a crença na invenção e na criação. Por isso, é necessário empenhar-se em descobrir os próprios pontos fracos, aceitá-los sem fatalismo, sem sentimento de menor-valia, reconhecer-se como pessoa em contínua formação, descobrindo caminhos diferentes.

É oportuno e importante refletir sobre o que entendemos a respeito de participação e educação de gestão compartilhada.

#### 4 O QUE ENTENDEMOS POR PARTICIPAÇÃO?

Imaginemos um personagem flautista convidado a participar de um concerto. Como foi convidado, obviamente, deverá acompanhar a partitura e integrar sua parte com a dos outros músicos, sob a di-

reção do maestro. A metáfora da orquestra ajuda a esclarecer como, geralmente, os grupos e instituições empregam o termo *participação*.

Frequentemente, as autoridades sociais solicitam dos componentes sua participação, ora para atividades políticas em reuniões estéreis, ora para participar da organização da comunidade, das compras domésticas ou de qualquer movimento administrativo ou financeiro da organização etc. Muitos não se negam a esse tipo de participação. Pelo contrário, tocam perfeitamente, acompanham a partitura e a batuta do superior ou líder, sem desafinar. Papa Francisco denomina esse tipo de gestão de:

a doença da má coordenação. Quando os membros perdem a comunhão entre si e o corpo perde a sua funcionalidade harmoniosa e a sua temperança, tornando-se uma orquestra que produz barulho, porque os seus membros não cooperam e não vivem o espírito de comunhão e de equipe. Quando o pé diz ao braço: “não preciso de ti”, ou a mão à cabeça: “quem manda sou eu”, causando, assim, mal-estar ou escândalo. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Assim, os membros da comunidade terão apenas que executar a partitura, sendo privados de qualquer iniciativa, de todo o saber, competência, memória. Cada sujeito condiciona-se a um elemento mecânico, anônimo e mutável de uma engrenagem, na realização do projeto de um outro ser humano. Aqueles que se negam a participar da orquestra grupal, consciente ou inconscientemente, são taxados de acomodados, passivos, alienados, indiferentes à causa social e política.

Mas, felizmente, em cada ser humano existe, também, um germe revolucionário, chamado “*resistência passiva*”. Alguns têm plena consciência dele e sabem trabalhá-lo, buscando sua autonomia. Outros agem apenas protestando, inconscientemente, contra uma opressão. Revolta não é revolução.

Portanto, existem dois níveis ou qualidades de participação: a participação com desejo e a participação controlada ou restrita. Participar com desejo pressupõe uma adesão voluntária, um sentimento de querer contribuir de modo único e peculiar. Significa ter espaço para sugerir, criticar, discordar, concordar, colaborar, reinventar e criar. Visa a explicitar as relações reais que os participantes mantêm entre si, com as normas da comunidade onde vivem ou trabalham. O objetivo da participação é liberar a palavra, a expressão coletiva e a política dos desejos. Participar, aqui, quer dizer incorporar o prazer da obra criada, imaginada e construída. Dessa forma, o participante sente-se útil, produtivo, importante, valorizado, amado e único no processo de produção.

Como vimos, o ato de participar não se refere, dessa feita, à exploração do outro, apropriando-se de seu prazer, da sua força de trabalho ou de suas ideias. Participar não é deixar o outro vazio, espoliado, alienado, sem desejo, através de métodos baseados em manobras, chantagens e seduções. Há pessoas que jamais se acostumam com a sujeição. Só os embotados é que não sabem ainda que, após a sujeição, todos os males se seguem. La Boétie, no século XVI, assinala no seu livro *“Discurso da servidão voluntária”* que até os bichos lutam, desesperadamente, por sua liberdade e autonomia. Alguns, diz ele, quando são capturados, resistem, atacando seu perseguidor com as unhas, os chifres, os pés e o bico, demonstrando seu apreço ao bem que lhes roubam. Uma vez presos, dão tantos sinais aparentes do sentimento de seu infortúnio que é bonito vê-los, desde então, doentes, não se comprazendo nunca na servidão e lamentando, continuamente, a privação de sua liberdade. A título de ilustração, La Boétie dá o exemplo do elefante:

que outra coisa quer dizer o elefante que, tendo se defendido até o limite, sem esperança, na iminência de ser capturado, bate sua mandíbula e quebra os



dentes contra as árvores senão que, inspirado pelo grande desejo de permanecer livre como é por natureza, concebe a ideia de negociar com os caçadores para ver se poderá libertar-se a troco de seus dentes; se, deixando como resgate seu marfim, recobrará sua liberdade. (LA BOÉTIE, 1982, p.18).

Se entendemos o termo participação como algo de respeito à liberdade do outro, somente em um sistema organizacional é possível sua aplicação.

## 5 O QUE ENTENDEMOS POR GESTÃO COMPARTILHADA?

A palavra *autogestão ou compartilhada* vem do grego e do latim, *autós* = auto e *gerere* = gerenciar, administrar, ou seja, um sistema que se gerencia coletivamente. Mas o axioma fundamental da autogestão é o da igualdade do direito e do desejo entre as pessoas. Dessa forma, crê-se na autonomia, na participação, no saber, na experiência de cada ser humano, que, somando suas habilidades, se mantem, dirige e administra estabelecendo as leis tão necessárias para o êxito do empreendimento. Portanto, o trabalho de gestão compartilhada é acompanhado do prazer coletivo da criação sem donos e senhores, que só gozam sozinhos e narcisicamente.

Entretanto, o sistema de gestão compartilhada não é uma espécie de bálsamo destinado a acalmar as angústias das instituições autocráticas e autoritárias. Ele implica na escolha livre dos participantes, na mudança radical de sua maneira de viver em comum e numa nova relação de poder. Não se trata, simplesmente, de destruir o poder centralizado e hierárquico e, sim, de resgatá-lo para a comunidade. A gestão compartilhada não é um sistema de anarquia, mas um sistema de autoeducação permanente, em que cada um pode se reeducar frente ao próprio autoritarismo, à necessidade

de dependência, frente à passividade e ao prazer sádico e arrogante diante do fracasso do outro.

Não se entende, pois, um sistema de gestão compartilhada como um lugar em que a lei (o limite) esteja ausente. A lei, nesse sistema, também é autogerida. Ela nasce dos componentes, visando ao direito igual de desejar. A lei é a grande avalista do desejo. Ela não pode ser entendida no sentido de coibir, proibir ou restringir o crescimento das pessoas do grupo. Ela é a garantidora da participação efetiva das pessoas dentro dos grupos ou instituições.

Diante do que entendemos por participação, gestão compartilhada, fica mais fácil compreender as funções de um projeto de formação humana entre líderes e liderados. A comunidade, como associação legítima e democrática<sup>3</sup>, funciona como avalista do direito de participar, desejar, criticar, criar e reinventar o processo de humanização educativo. Em muitas obras sociais, o trabalho de formação restringe-se a rituais pragmáticos, repetitivos e centrados, preferencialmente, em leis estéreis, atuando no sentido filantrópico, de atender, assistencialmente, ao sujeito carente. Tais atividades são altamente benéficas e necessárias, mas escolhê-las como prioridade é negar e sabotar todo um potencial criativo do líder e da população, escondendo, consciente ou inconscientemente, a manipulação por parte do poder da autoridade, ou, até mesmo, do poder da hierarquia do Estado, para impedir um crescimento global da vida dos cidadãos.

Em nossa sociedade, há uma tendência política de restringir associações civis e religiosas, agremiações e sistemas formativos e educativos a funções meramente assistenciais, paternalistas e clientelistas. Esse jogo é velho e faz parte das manobras políticas de sis-

---

<sup>3</sup> O sistema democrático não é apenas um regime político com partidos e eleições livres, é, sobretudo, o lugar do exercício da cidadania que visa à conquista de espaço social e de expressão do poder.

temas autoritários e tiranos. Atualmente, em muitas comunidades, vive-se o luto da perda do poder centralizador, do prestígio e do *status* da figura do grande líder da comunidade. Noutras palavras, é o desmame de certos lugares mitificados, intocáveis, absolutos, estereótipos já envelhecidos pelos anos. É o desmame de uma visão de sociedade vertical e centralizadora.

A mudança de concepção filosófica produz uma ação no seio da comunidade, que dá origem ao sistema de gestão compartilhada: partilha, comunicação, cooperação, participação e decisão nos rumos da educação humanizadora e cristã. Assim, não é mais somente a autoridade e, sim, toda a comunidade, que passa a produzir vários mestres do saber – “mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende” (ROSA, 1994, p. 436).

É necessário, pois, que a formação da vida grupal seja um dispositivo organizado, com projeto efetivo de trabalho, atividades distribuídas e definidas entre os seus membros.

## 6 A RELAÇÃO ENTRE A AUTORIDADE E LIDERADOS

Há muitos questionamentos em torno desses dois personagens, seus papéis, suas funções e suas produções. Quem são esses personagens? Podem ser o agente externo, o líder local ou político partidário e a população. Diante disso, poderíamos interrogar que hiato ou aproximação existe entre eles? O que sustenta sua tarefa comum? Que ideologia está subjacente a cada uma dessas funções?

A autoridade é alguém em quem a comunidade deposita, em determinado momento, a função de catalisar (sintetizar, organizar) suas ilusões, seus desejos, suas reivindicações. É sua função coordenar a caminhada e o processo educativo da formação do grupo, como um parteiro que facilita o ato de nascer, crescer, desenvolver-

se, de transformar o grupo em sujeito de sua própria história. Ele é referência, figura de autoridade, autêntico líder biófilo (amante da vida) e de mudança: aquele que coopera com os liderados para facilitar a criação e a transformação da realidade social. Compromete-se com as pessoas, seus objetivos, seus desejos, visando a um maior engajamento ativo de todos na tarefa grupal.

Os liderados, quando acolhem um líder, detectam nele uma série de qualidades políticas, psicológicas e sociais, de comunicação, de espírito de trabalho, de honestidade e responsabilidade. Ele é a figura do “Pai”, que ativa as energias internas, que estimula o crescimento dos participantes. Coordena espaços para todos contribuírem com palavras, ações, revisões da caminhada etc. É alguém que escuta com atenção os desejos do grupo. Sua figura não é de poder supremo, mas de representante da lei que regula as relações entre os membros, criando, dessa forma, um sistema autônomo, democrático, gestão compartilhada, em rede.

Entretanto, a figura de autoridade deve ficar atenta às transferências<sup>4</sup>, identificações e projeções que os liderados depositam em sua pessoa, como figura de semideus, todo-poderoso, onipotente, herói, castigador, vigia, centralizador. É necessário que a autoridade saiba discernir essas antigas demandas de amor, de ódio, de culpa, evitando, a todo custo, responder a elas, exatamente para que possam ser objetivadas e modificadas. O trabalho da autoridade é esclarecer aos membros a diferença entre a figura da autoridade suprema e a da autoridade que representa a lei da comunidade.

---

<sup>4</sup> A reação transferencial é uma manifestação recorrente de antigos amores e ódios e prespõe duas instâncias temporais: o passado e o presente. No pretérito está implicado o recalçamento de um desejo. No presente, a relação com o terapeuta (leia-se figura de autoridade), despertada pelo mesmo afeto que, originariamente, forçou o paciente a exilar o desejo. Essa emergência determina o apelo a estratégias defensivas que podem ser a projeção, a identificação, a negação, o deslocamento etc. Portanto, as manifestações transferenciais são vivências dos sentimentos, fantasias e defesas inconscientes em relação a uma pessoa do presente que não visa àquele alvo, mas constitui uma repetição das reações surgidas em relação às pessoas importantes da vida psíquica.

Além disso, a autoridade deve ficar vigilante para não se distanciar do grupo, de seus desejos e reivindicações. Ele deve cuidar para não colocar, como prioridade, os próprios anseios, alheios ao grupo, por influências externas de ordem econômica, intelectual, social, política etc. Se, numa tarefa educativa, o trabalho está organizado segundo os moldes do poder dominante, dificilmente o grupo encontrará um espaço seu, onde haja liberdade para se encontrar, discutir, trocar experiências, pensar juntos como levar adiante sua luta.

Isso pressupõe um trabalho muito delicado por parte da autoridade, porque suas próprias questões, da ordem da afetividade e da agressividade, podem entrar em cena, misturando-se com as demandas dos liderados. Daí a necessidade da autoridade procurar uma orientação sociopolítica ou, ainda, supervisão técnica, uma psicoterapia, para exercerem, adequadamente, suas funções. Os aspectos da contratransferência (sentimentos e fantasias de amor e ódio dos líderes) têm sido um grave entrave ao processo da formação de líderes do movimento social. Quando a autoridade se distancia dos verdadeiros anseios de seus participantes, torna-se facilmente uma pseudoautoridade.

## 6.1 Autoridade patriarcal ou autoritária

A figura autoritária evoca a figura do “Pai”, inflacionada dentro dos grupos sociais. Ele deixa de ser símbolo da lei, e torna-se demasiadamente presente, concreto e real. Esse tipo de poder é exercido, habitualmente, por pessoas extremamente inseguras, narcisistas, déspotas e tirânicas<sup>5</sup>. Tais figuras de autoridade desejam mais se-

---

<sup>5</sup> Não existem motivos nobres (sagrados ou profanos) que possam eliminar a parte de gozo que acompanha o exercício do poder. O poder é sempre erótico, afrodisíaco e o erotismo é sempre atravessado pelo jogo do poder. Quem não quer saber disso condena-se a um uso louco do poder, inocentado por suas pretensas “melhores intenções”.

rem prestigiadas do que ser amadas, fazendo os liderados gozarem, não de proteção amorosa, mas de uma submissão irrestrita.

Na sociedade em geral, quando isso acontece, traduz-se em termos de autoritarismo institucional ou pessoal, prepotência da hierarquia, incapacidade de diálogo ou absoluta incoerência entre os valores cidadãos e republicanos.

Através de suaves seduções e de energias exuberantes, do tipo carismática, a figura de autoridade mantém com os liderados relações inconscientes de poder, oferecendo segurança, proteção e amor, desde que o público, reciprocamente, alimente-o com aplausos, votos de obediência e admiração incondicional. O poder narcisista é impulsionado pelo desejo de glória, de honra e de prestígio, e, portanto, não estabelece verdadeira relação amorosa com os liderados. Ao desejar ser tudo ao mesmo tempo, a figura de autoridade não consegue analisar seu verdadeiro lugar, a parte que deseja exercer e elucidar seus próprios sentimentos. Como afirma Morano, “tudo indica que não é Eros, mas Narciso, o santo patrono do poder; o que nos leva a pensar que a pretensa ‘erótica do poder’ é em sua essência uma erótica de cunho narcisista”. (MORANO, 2003, p. 217).

A figura de autoridade, sustentada pelo “discurso do mestre”, que tudo sabe e tudo dita sobre o que o outro deve ser, tampona a diferença na relação entre o primeiro e o segundo. Ele tem a função de aliviar a dúvida, as questões, e extrair a dor da busca. Diante do mestre, só resta ao liderado repetir e imitar. Sobre o mestre repousa a Verdade, e não o Saber.

Essa relação de “apaixonados”, mantida na concordância de ambos na alcova, é sustentada através do investimento maciço da libido no objeto, suas crenças e ideologias. Na paixão, as qualidades do outro são inventadas, dilatadas e exageradas pelo apaixonado. É tão íntimo o relacionamento de ambos que o fio diferencial entre o “eu” (autoridade patriarcal) e o “outro” (liderado submisso) é

mínimo. A paixão busca a metade perdida. É possível, também, observar uma cumplicidade entre ambos, quem recebe e quem faz a projeção. Em outra formulação, é comum observarmos a semelhança entre a autoridade patriarcal e seu discípulo submisso no modo de vestir, andar, pensar. Parece que esse conluio é fundamental para a manutenção da estrutura do intercâmbio.

Papa Francisco classifica esse tipo de relação de uma grave doença de:

divinizar os chefes: é a dos que cortejam os Superiores, esperando obter a benevolência deles. São vítimas do carreirismo e do oportunismo, honrando as pessoas e não a Deus (cf. Mt 23,8-12). São pessoas que vivem o serviço, pensando exclusivamente no que devem obter e não no que devem dar. Pessoas mesquinhas, infelizes e inspiradas só pelo seu próprio egoísmo (cf. Gal 5,16-25). Esta doença poderia atingir também os Superiores, quando cortejam alguns seus colaboradores para obter a sua submissão, lealdade e dependência psicológica, mas o resultado final é uma verdadeira cumplicidade. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Os efeitos dessa prática resultam em formas perversas regressivas, no aumento da culpabilidade, do medo e da dissociação do sujeito. A reprodução da culpa é diferente da produção da responsabilidade. A responsabilidade, como solução de compromisso entre o sujeito e seu desejo, é o oposto da culpa neurótica. A culpa pode ser entendida como modo masoquista de o sujeito gozar da crueldade do *superego*. O *superego* atormenta o sujeito com uma eterna demanda de submissão ao desejo do Outro, encarnado no interior do sujeito como figura de autoridade ideal e déspota. A culpa produz sintoma no desejo, uma submissão sem limite, uma impossibilidade ao outro, alteridade. A responsabilidade leva ao caminho da ética e a culpa à trilha da escravidão.

É evidente que esse dispositivo de formação de líderes sociais só pode gerar relações de dependência, ojeriza a intelectualidade, incompetência, repetição, que sempre tampona o conflito interpessoal, comunitário, institucional, social e, principalmente, político.

Esse tipo de autoridade patriarcal envolve-se em várias atividades da sociedade. Seu papel principal é o de dar absoluta segurança aos integrantes, através da severidade extrema. É um mestre idealizado, censor, proibidor e avalista de permissões. Na relação de autoridade, com base na desigualdade, incute o temor e o mistério sobre si mesmo. É um líder próprio de grupos dependentes e dos sistemas piramidais. Ele é um burocrata. O poder burocrático está centrado no estatuto. Sua forma mais pura é a burocracia. Sua crença básica é: qualquer direito ou poder pode ser criado e modificado mediante um estatuto ou regulamento sancionado corretamente quanto à forma. O quadro de poder é nomeado e sua configuração mais próxima é de uma empresa. A moldura administrativa de poder consiste em funcionários escolhidos pelo senhor, e os subordinados são meros membros da organização.

Geralmente, nessas instituições obedece-se não à pessoa virtuosa e legitimada pelo coletivo, mas à regra burocraticamente estabelecida. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: a lei ou regulamento de uma norma formalmente abstrata e absurda. O tipo de poder patriarcal é o “senhor”, e o quadro administrativo é formado por “acólitos servis”.

Esse tipo de gestão centralizada considera impossível criar novo direito diante das normas e da tradição, além de inventar dispositivos capazes de produzir a negação de seus liderados. Isso ocorre, de fato, através do reconhecimento de um estatuto conservador e absoluto: “válido desde sempre” ou “de acordo com a vontade do senhor”.

Daí a divisão de seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, do arbítrio livre, onde age conforme seu



prazer, sua simpatia ou sua antipatia, de acordo com pontos de vista puramente pessoais, sobretudo susceptíveis de se deixarem influenciar por referências pessoais. Todos os verdadeiros “despotismos” tiveram esse caráter, segundo o qual o domínio é tratado como um direito corrente de exercício do senhor. Falta a instância da lei e do limite nas relações de poder patriarcal. As relações gerais são reguladas pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de pura fidelidade, pela honra e pela “boa vontade”.

A passagem da condição de liderado súdito à de liderado sujeito não se dá sem o luto pelo amparo que a autoridade patriarcal oferecia. No entanto, o ganho de autonomia e liberdade obtido com essa mudança é inegável.

## 6.2 A autoridade sedutora

A autoridade sedutora é aquela que não conhece a lei, e, sim, casuísmos. É a autoridade demagógica, oportunista e mantida por duplo vínculo com os liderados: sob uma aparência democrática, o recurso empregado é de natureza autocrática e, quase sempre, termina com atitudes de um *laissez-faire*. Apresenta-se sempre com traços histéricos, é o novo tipo de homem político em voga. Autoridade midiática. Vê o mundo como um grande teatro e tem o papel de escrever a peça mais persuasiva, de assegurar a *mise-en-scène* mais ao gosto da mídia e de ser o ator com melhor desempenho.

Papa Francisco adverte quanto a esse tipo de autoridade e classifica-a como:

a doença do proveito mundano, dos exibicionismos, quando o apóstolo transforma o seu serviço em poder e o seu poder em mercadoria para obter dividendos humanos ou mais poder; é a doença das pessoas que procuram insaciavelmente multiplicar poderes e, com esta finalidade, são capazes de caluniar, de difamar e de desacreditar os outros, até mesmo nos jornais e nas

revistas. Naturalmente para se exibirem e se demonstrarem mais capazes do que os outros. (IGREJA CATÓLICA, 2015).

Esse tipo de autoridade utiliza-se de chantagens e manipulações afetivas para manter os liderados controlados. Exacerba as suas qualidades e características através da fascinação do poder, do saber, do prestígio, do encanto e do feitiço de sua imagem, visando ao domínio do outro. Adoram o espetáculo do palco. A cena de sedução perversa leva o indivíduo seduzido a assumir um comportamento passivo. A sedução perversa produz no outro um pavor afetivo – um desejo passivo, uma servidão voluntária. Incute, igualmente, sentimentos de culpabilidade, fazendo com que os liderados sintam-se culpados, infantilizados e, conseqüentemente, sem autonomia e liberdade de ação.

Assim, a autoridade sedutora é aquela que favorece e protege só alguns, criando ciúmes e invejas nos demais. O grupo social fica unido em torno dessa pessoa central que, arbitrariamente, não respeita os membros e se nega a ser ou ocupar o lugar de representante da lei. Sua forma de governar é negar a lei, a justiça e equidade. Vive de privilégios.

Papa Francisco intitula esse tipo de autoridade como possuidora da

doença da rivalidade e da vanglória. Quando a aparência, as cores das vestes e as insígnias de honra se tornam o objetivo primordial da vida, esquecendo as palavras de São Paulo: “nada façais por espírito de partido ou vanglória, mas que a humildade vos ensine a considerar os outros superiores a vós mesmos. Cada qual tenha em vista não os seus próprios interesses, e sim os dos outros” (Fl 2,1-4). É a doença que nos leva a ser homens e mulheres falsos, e a vivermos um falso “misticismo” e um falso “quietismo”. O mesmo São Paulo os define “inimigos da Cruz de Cristo porque se envaidecem da própria ignomínia e só têm prazer no que é terreno” (Fl 3,19). (IGREJA CATÓLICA, 2015).

### 6.3 A autoridade ética

A autoridade ética é aquela que representa a lei do grupo, elaborada pelo trabalho coletivo. Ele deve estar consciente do momento de sua separação, como líder da organização. A pedra fundamental do quebra-cabeça de “ser líder” está, exatamente, na consciência dos momentos de assumir a liderança e de deixá-la.

O lugar do poder, como referência da lei coletiva e, ao mesmo tempo, como lugar do vazio, do novo, constitui aqui a fonte dos micropoderes. Não está vinculada à orientação do burocrata, do profeta salvador, do herói e do grande demagogo sedutor. A associação recorrente que se faz do poder é a positividade, a produção de dispositivos de invenção, de criação e de múltiplas formas de subjetividades. Para Morano,

apenas Deus pode ocupar esse lugar. O seguidor de Jesus é chamado a superar toda “nostalgia do pai” e a evitar as tentações que a obediência e a autoridade podem lhe oferecer como formas de escapar à própria responsabilidade e ao próprio desejo. Isso pressupõe, segundo vimos, uma inevitável renúncia, portanto, à crença de que o todo-poder e o todo-saber (e, por conseguinte, a segurança total) estejam à nossa disposição em algum lugar. (MORANO, 2003, p. 225).

A administração de um grupo social carece de qualquer orientação dada por regras, impostas de cima para baixo. A figura de autoridade ética assume o lugar de representação da lei, jamais de encarnação da lei. O lugar do poder não se concentra apenas nele, mas está em toda parte, através da criação de redes moleculares nos bairros, vilas e da cidade. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas, unicamente, formas diferentes, em constante transformação. O lugar do poder não é um bem natural, é uma prática da

relação social e, como tal, constituída historicamente. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe, de um lado, os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem, sim, práticas ou relações de poder, o que significa dizer que ele é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.

A gestão compartilhada do poder regida pelos micropoderes baseia-se na crença de potencialização de todos os seus integrantes (líderes e liderados) no reconhecimento da autonomia, participação e responsabilidade de seus membros.

Na sociedade, é comum a presença de líderes, coordenadores, diretores perpétuos, com vários anos de mandato. Não somos partidários de lideranças vitalícias, provenientes da realeza. O lugar da liderança tem que estar vago. Para isso, é necessário um investimento consciente, por parte do líder, para auxiliar os componentes do grupo a elaborarem sua perda ou sua morte. O grupo só continuará a evoluir e se tornará, verdadeiramente, um grupo-sujeito, quando for capaz de elaborar esses lutos, ou os processos de desmistificação em torno da figura de autoridade.

Portanto, o mandato de um líder deve ser seguido, paralelamente, de discussões que facilitem a sucessão desses coordenadores. Logicamente, o momento da perda será de tristeza e angústia para o grupo, mas, se há um preparo, facilmente essa perda poderá ser superada. O incorreto seria evitar a vivência dessa situação, eternizando os líderes em seus postos.

#### 6.4 O liderado identificado com o líder

Em alguns casos, a relação entre liderado e líder não permite uma diferenciação entre o “eu” e o “tu”. O sujeito cidadão dirige-se ao presidente de uma associação como se estivesse diante de um espelho. Tudo se situa num nível de puro jogo imaginário, em que

não existe possibilidade de autêntico encontro ou de enlace ou vinculação com o real, pois o outro, como alteridade, não existe, tendo sido reduzido a uma imagem especular, uma projeção inflada do próprio eu, que procura com intensa ansiedade fundir-se nele. A figura de autoridade patriarcal é devorada para preencher o próprio sentimento de onipotência, que se torna irrenunciável. “Se você obedecer, será amado e protegido”, eis o lema. Violar as regras do poder da figura autoritária pode acarretar não apenas a exclusão da vida social, mas, principalmente o medo de perder a estima e o amor, uma estância que personifica os ideais de ser o preferido. É a eterna nostalgia e reivindicação do pai. O liderado carente, semelhante a uma criança tirânica e despótica, transforma-se, fanaticamente, em um igual ao seu líder. Veste-se como ele, manifesta comportamentos e trejeitos semelhantes, opina ideias e pensamentos comuns e espelha-se corporalmente com o seu modelo.

Não se tolera, nesses casos, a alteridade e a diferença, que são sinônimo de espaço, separação e distância. O desejo de devoração do outro leva o liderado à voracidade de esvaziar o líder, tal qual uma criança que deseja ser nutrida, eternamente, pela mãe, dissolvendo-se na relação e confundindo-se com o objeto de gozo pleno.

Contemporaneamente, há uma certa tendência de grupos sociais e partidários pautados em modelos conservadores e com fortes dispositivos racionais e instituídos. Inconscientemente, tais organizações primam e vangloriam-se de esforços contínuos que visam a controlar os conteúdos pulsionais dos próprios superiores e liderados. As pessoas que procuram esses tipos de agremiação apresentam baixo nível cognitivo, rigidez afetiva, pobreza de ideias e práticas alienantes. Tendem a ser inseguros frente a seus desejos, e demandam uma espécie de “camisa de força”, própria de instituições totais, como nos antigos conventos, prisões e manicômios. Os liderados no campo emocional, apresentam baixa tolerância à frustração, são conformistas, dependentes e moralistas. Preferem ser

guiados e protegidos a arriscar viver livre e responsabilmente. Para pessoas com esse perfil, figuras de autoridade forte e conservadora proporcionam uma espécie de garantia de imunidade e assepsia de seus impulsos.

Em época de crise, é comum lançarmos mão de pseudossoluções, criando lugares e figuras onipotentes e oniscientes, numa forma eficaz de evitar os perigos e ansiedades oriundas do interior dos indivíduos, desamparados e inseguros. Já presenciamos tudo isso na época do Presidente Collor. Vivenciando essas fantasias de onipotência, o sujeito passa a acreditar que tudo pode e, principalmente, crê ter afugentado para bem longe as situações perigosas. Essa é a melhor escola para desenvolver estruturas autoritárias, tirânicas e narcisistas. Preferem o recalque do que a palavra. O inconsciente não dá ponto sem nó. Mais cedo ou mais tarde, os sintomas falam mais alto.

## 6.5 O liderado protestador

Quando mantemos uma relação afetiva com alguém, facilmente essa convivência pode caracterizar-se pelo desejo inconsciente de submeter ou dominar o outro, deixando de lado a relação em si em prol do investimento no controle e no poder. Trata-se de um prazer sadomasoquista, através, por exemplo, da tendência à destruição: a ironia, o golpe baixo, a tentativa de manipulação, a vontade de não falar ou tratar os problemas, ainda que a comunidade corra o risco de morrer.

O liderado, preso em sua ambivalência de amor-ódio diante da figura de autoridade, constrói uma relação de oposicionismo ou submissão destrutiva. Essa relação é marcada pelo autoritarismo do dilema “ou você ou eu”. Trata-se de uma relação ambivalente: no primeiro momento, de total idealização, e, posteriormente, de rivalidade e decepção.

Assim, a organização pode fragmentar-se em pequenos grupos que não se falam nunca, apesar dos esforços do líder para permitir a elaboração em conjunto.

A mente do liderado infantilizado é impregnada de exaltação e consagração da dor. Em seu monólogo, esse liderado encontra-se como interlocutor fundamental em uma instância exigente – o império do *superego* –, regida através das ideias, crenças, normas e leis, construindo, assim, o eixo de sua vinculação com a figura de autoridade. Ancorado em sua ambivalência de amor e ódio diante da autoridade, o liderado constrói uma figura de autoridade própria a que se opõe e diante da qual não cabe senão uma relação de rebeldia permanente ou de submissão destrutiva. Ambivalentemente, cidadãos com esse perfil são conformistas: têm, na verdade, receio de romper com as velhas e confortáveis estruturas, que trazem ganhos secundários. O ser humano tem medo do prazer, do novo e da criação. Por isso, vive na ambivalência: rebeldia e submissão.

O medo de sofrer confunde-se com o medo do desconhecido, do não controlável. Daí a resistência ao novo, a romper com a repetição sintomática. Ora, o sintoma é também “solução de compromisso” que permite alguma forma de gozo, e tudo que é gozo repete. O sujeito repetitivo é o sujeito que desistiu de ser sujeito, um a-sujeitado.

É preciso pensar, contudo, que a agressividade não é, necessariamente, algo destrutivo. Não se trata de fechar os olhos para nossa agressividade, mas canalizá-la em direção à autonomia, à liberdade e ao amor. A agressividade é uma excelente aliada da transparência, da ética, da indignação frente às injustiças e iniquidades. Quando bem elaborada, favorece o processo de individuação, produz a diminuição da angústia, do sentimento de culpa, do infantilismo e das somatizações provenientes da autoagressão.

## 6.6 O liderado autônomo

O liderado autônomo não dedica sua vida à produção de carências, que provocam grande vulnerabilidade nas relações humanas. Além de o carenciado considerar a figura da autoridade, ou de qualquer pessoa, como máxima, onipotente e onipresente, essa relação acaba provocando, nas pessoas e em seus grupos, uma profunda cisão, intensificando ainda mais nossas defesas mais primitivas contra a perseguição imaginária. Nesse quadro patológico de produção do abandono, a pessoa oprimida prefere, num processo inconsciente, identificar-se com uma figura de autoridade onipotente ou patriarcal, em busca de um gozo imaginário.

Desse modo, o liderado não pode constituir-se como um sujeito autônomo. Ele é totalmente absorvido pelo dominador, perde-se na contemplação da figura de autoridade patriarcal. Não importa o sofrimento e desprazer que isso arrasta de contrabando: o que interessa é o gozo que será obtido em seu imaginário. Por mais cruel que isso possa parecer, há sempre um canal direto de comunicação entre o extremo opressor e o extremo carente.

Pelo contrário, o liderado autônomo se enriquece através de relações transparentes, com tenacidade, espírito de determinação, trabalho e realizações assumidas com responsabilidade e reflexão. Ele não conjuga o verbo “pedir”, mas “conquistar”, “adquirir espaço”. Evita qualquer tipo de dependência com relação às pessoas ou à instituição, seja ela de ordem econômica, intelectual ou cultural. Tenta construir a experiência com as próprias mãos. Sabe de seu espaço e de seus direitos, como também respeita o espaço das pessoas e da instituição.

Liderados autônomos procuram sempre cultivar o relacionamento regado de afeto e cooperação. É gratificante para ele e seus companheiros descobrirem juntos caminhos, soluções, acertos. E,



mesmo na aprendizagem da convivência com o fracasso, criam novas estratégias e melhores propostas.

Essa consciência do liderado autônomo não é entendida como uma visão mágica e fantástica de como se relacionar com as pessoas e com as instituições. Para ele, a convivência pauta-se no princípio de que toda realidade é passível de transformação e está em constante movimento. Ora, não há movimento que não seja consequência de sua contradição, de uma luta de contrários. Os contrários se combatem, mas são inseparáveis. Não é possível acreditar, ingenuamente, que duas pessoas, dois segmentos, grupo e instituição apresentem os mesmos desejos, motivações e ideias. Nessa ingenuidade, pode estar escondido algum interesse em camuflar contradições, para não ter de lidar com elas.

Em síntese, as características de um liderado-sujeito baseiam-se no princípio da autonomia e da independência. Sua marca fundamental é o relacionamento transparente e a produção criativa de suas tarefas. Seus comportamentos não são infantilizados, nem a figura de autoridade semeia a culpabilidade e o temor dentro dele. O liderado sujeito proporciona uma maior capacidade crítica entre seus colegas de grupos sociais. Leva-os, necessariamente, a interessarem-se pelo conhecimento da realidade e suas contradições, e pela busca de estratégias de mudança da conjuntura institucional da vida social.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAREMBLITT, Gregório Franklin. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

CALIMAM, Cleto (Org.). **A sedução do sagrado**: o fenômeno religioso na virada do milênio. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Célio et al. Análise institucional: teoria e prática. **Revista da Cultura Vozes**. Petrópolis, v. 67, n.4, maio 1973.

GREENSON, Ralph R. **A técnica e a prática da psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana**. 22 dez. 2015. Disponível em: < [http://pt.radiovaticana.va/news/2014/12/23/discurso\\_do\\_papa\\_francisco\\_%C3%A0\\_c%C3%BAria\\_romana\\_%E2%80%93\\_texto\\_integral/1115846](http://pt.radiovaticana.va/news/2014/12/23/discurso_do_papa_francisco_%C3%A0_c%C3%BAria_romana_%E2%80%93_texto_integral/1115846)>. Data da consulta: 19 out. 2015.

KAFKA, Franz. **Narrativas do espólio**: (1914-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOSADA, Manoel et al. **A vida religiosa enquanto instituição**. Rio de Janeiro: CRB; Loyola, 1992.

LOURAU, Réne. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

MORANO, Carlos Dominguez. **Crer depois de Freud**. São Paulo: Loyola, 2003.

MOSER, Antônio. **O enigma da esfinge**: a sexualidade. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, William Cesar Castilho. Movimento institucionalista. In: PEREIRA, William Cesar Castilho (Org.). **Análise institucional na vida religiosa consagrada**. Belo Horizonte: CRB, 2005, p. 59-90.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e técnica. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **O sofrimento psíquico dos presbíteros: dor institucional**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Nova Aguiar, 1994.

ROUANET, Paulo Sérgio. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Ed. Universidade Federal do Ceará, 1983.





Parte II:

MÍDIA E  
POLÍTICA  
NO BRASIL  
DE HOJE



# Entre o mundo da mídia e o mundo da fé

MAURÍCIO ABDALLA

## 1 A MÍDIA MENTE?

Há uma opinião verdadeira sobre a mídia que, de uma forma ou de outra, acabou caindo no senso comum: as grandes empresas de comunicação manipulam a informação e nem sempre são fiéis reprodutoras da verdade dos fatos. Embora já esteja na mentalidade popular, essa ideia, como todas as que se tornam senso comum, não vem acompanhada da consciência a respeito de “como” e “por que” a manipulação ocorre. Apesar de ser um elemento importante de suspeita em relação ao que se veicula na grande imprensa, sem a compreensão dos mecanismos complexos que estão por trás da comunicação de massa, a simples opinião de que a mídia mente não é suficiente para revelar a dimensão e os efeitos resultantes do oligopólio midiático no Brasil e no mundo.

A crença de que a mídia mente tem geralmente uma aplicação eventual, limitada a um ou outro caso que não guardam conexões entre si. Aplicada dessa maneira, ela não é capaz de perceber o significado mais profundo do papel dos meios de formação de opinião na constituição da subjetividade social e na orientação das

condutas e ações. Cito, para exemplificar e sem pretensão de ser exaustivo, algumas situações mais cotidianas em que essa opinião é aplicada de maneira fragmentada.

– Diz-se que a mídia mente quando noticia dados positivos de um governo ao qual a pessoa faz oposição, mesmo que sejam dados frios em que os números não podem ser negados – e ainda que o mesmo veículo faça uma oposição sistemática ao governo. Quando dados que não podem ser escondidos são divulgados e isso, de alguma forma, é positivo para a imagem de um governo, suspeita-se de compromissos escusos entre governo e empresas de comunicação, que as levam a mentir – embora essa postura de suspeição não se estenda a outros governos ou a outros assuntos;

– Por outro lado, há os que suspeitam da falsidade das informações quando são noticiados dados prejudiciais à imagem de um governo ou político que a pessoa apoia, mesmo que amparados em provas e investigações oficiais;

– Quando o tema é futebol, todos os repórteres, comentaristas e apresentadores de programas esportivos tornam-se vítimas de suspeição, por poderem estar a serviço de interesses de clubes, federações ou da própria empresa de comunicação na qual trabalham – cujos interesses de transmissão e entrevistas exclusivas podem torná-la manipuladora da realidade futebolística. Se a matéria é sobre a seleção brasileira, a suspeita recrudescer. Essa mesma suspeição, no entanto, não costuma recair sobre comentaristas econômicos ou políticos. Mas, quando se trata de futebol muitos se tornam especialistas, críticos do que a mídia informa;

– Há também os casos em que se acha que os meios de comunicação mentem em questões sem importância na vida política e social, como a seleção de participantes de *realities shows*, o resultado de alguma disputa de programa de auditório, situações montadas para câmeras escondidas, a vida amorosa de algum artista ou astro



dos esportes, as denúncias contra um profissional da empresa concorrente, as fofocas sobre celebridades etc.;

– As suspeitas também aparecem em casos de propagandas de alguns produtos veiculadas pelos meios de comunicação.

Esses casos e alguns outros mostram que a desconfiança com relação à mídia que passou a fazer parte do senso comum é uma suspeição difusa, aplicada de forma fragmentada, eventual e seletiva, que não faz vir à tona a maneira complexa e planejada como as corporações de mídia têm atuado no Brasil e no mundo. Na maioria das vezes, o motivo apontado para a distorção da realidade é a “incompetência dos jornalistas”, o “desvio ético” de alguma editoria ou dos produtores de um programa no cumprimento de suas funções, ou, no limite, interesses comerciais e empresariais apenas do próprio veículo de comunicação. De qualquer maneira, a distorção da realidade seria resultante de um problema ético, cuja solução possível poderia vir de um apelo social para que as empresas midiáticas e os profissionais da comunicação “cumprissem sua verdadeira função”.

Concebida dessa maneira, a ação manipuladora da mídia não é compreendida como algo planejado rigorosamente, fruto de um projeto intencional, científico e muito bem elaborado de produção de realidades, nem se percebe a relação sistêmica das corporações midiáticas com os setores dominantes da política e economia do país e do mundo. Ainda se mantém a ideia de que os meios de comunicação, ou a imprensa, formam um setor separado das contradições políticas e econômicas que atravessam a sociedade e de que fazem seu próprio jogo posicionando-se de fora e interferindo quando lhes é conveniente.

O fato de os verdadeiros mecanismos de manipulação permanecerem ocultos e atuarem sutilmente sem que a maioria da população perceba permitiu que a influência da mídia sobre a conformação da mentalidade social não tenha se reduzido nos últimos

anos apesar do crescimento do que poderia parecer um “senso crítico” com relação aos meios corporativos de formação de opinião. Na verdade, essa influência continua crescendo com uma força perigosa, sobre a qual precisamos refletir.

Em minha opinião, nada está mais distante da realidade do que a ideia de que “o povo não se deixa mais enganar pelos meios de comunicação”. Esta afirmação é verdadeira em um número muito reduzido de casos (em comparação com a população total do país) ou quando aplicada aos exemplos que dei acima e a outros do mesmo tipo que a eles possam ser acrescentados. Porém, em função de como a mídia tem atuado, de forma sistemática, científica, tecnológica, planejada e em relação sistêmica com os setores dominantes na produção de subjetividades sociais, a afirmação não passa de uma frase de efeito, que manifesta muito mais um desejo do que uma realidade.

A crença na redução do poder da mídia corporativa é reforçada pelo fato de muitos acreditarem que as redes sociais solaparam as bases que possibilitavam um controle quase total das informações pelas corporações midiáticas. Hoje, com o acesso à Internet, as pessoas estariam saindo do raio de influência dos meios tradicionais de formação de opinião e constituindo autonomamente sua consciência e julgamento sobre os fatos, tendo à sua disposição um amplo e equitativo universo de informações e notícias em diversas versões possíveis. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Aliás, em uma parte muito pequena.

As redes sociais e a informação interativa apenas dão a impressão de que o cidadão é sujeito da formação de sua própria opinião, pois as grandes empresas de comunicação continuam atuando com grande força em sua consciência. Um mundo constituído de cidadãos que buscam as informações disponíveis de maneira crítica, fora do campo de influência das corporações de mídia, que procuram analisar diversos pontos de vista sobre um mesmo tópico

e formar sua opinião a partir de seu próprio lugar social é, ainda, apenas uma realidade possível e distante. De maneira alguma os discursos que saúdam o advento desse “novo mundo” refletem o uso geral que se faz das redes sociais e da Internet no presente. Não obstante podermos ler em algumas elaborações teóricas exaltações eufóricas e empolgantes do papel libertador do mundo virtual, quem usa e vive o mundo cotidiano das redes sociais sabe que as coisas não acontecem de forma tão revolucionária quanto os teóricos entusiastas das novidades gostariam que acontecessem.

Os grandiosos avanços que a Internet nos trouxe para a democratização e maior circulação da informação são inegáveis. Não podemos deixar de reconhecê-los, usá-los e aprimorá-los, pois abrem uma grande possibilidade de enfrentamento dos oligopólios da mídia e de aumentar a capacidade de mobilização e troca de informações na sociedade civil. Em diversas ocasiões já foi comprovado que a veiculação de informações pelos meios virtuais é capaz de por abaixo versões distorcidas da mídia sobre algumas notícias. Portanto, para casos específicos, as redes sociais são uma arma importante na luta pela democratização da informação.

Contudo, não podemos esquecer que o que a Internet nos oferece são novas mídias; *mídia* é “meio”; e os meios são usados dentro de contextos determinados por seres humanos determinados. A maneira como se configura o contexto social e subjetivo dos usuários do meio é o que determina seu uso. O meio não “age”; ele possibilita a ação. Assim, a Internet como instrumento só terá suas potencialidades revolucionárias liberadas em um contexto social e subjetivo modificado. Uma vez que os usuários do meio ainda se encontram, em grande parte, sobre a influência de uma mídia corporativa oligopolizada e produtora de realidades em função de interesses, o uso das redes sociais reflete exatamente o mundo subjetivo criado por quem realmente tem o poder para formar as consciências.

É por isso que a credibilidade de uma informação ou análise veiculada apenas nas redes sociais e contrária a uma versão amplamente divulgada pelos principais jornais, revistas e canais de televisão e rádio do país é restrita àqueles que confiam, por motivos prévios, na fonte que a postou. Ou seja, seu impacto se restringe aos que já pertencem ao círculo de amizade ou de pensamento de quem divulga a informação contrária. Para a maioria restante, o peso maior é dado à versão, por assim dizer, “oficial” compartilhada pelos oligopólios empresariais que editam jornais, revistas, possuem canais de TV e rádio – que, embora sejam empresas diferentes, compartilham quase sempre da mesma versão da realidade política, econômica e social por pertencerem ao mesmo grupo social mais amplo.

A força de uma informação ou análise nas redes sociais que contradizem a versão da mídia corporativa, reproduzida ampla e frequentemente por diversos meios, é muito pequena. Às vezes, pode dar a impressão de que as informações contraditórias das redes sociais circulam com mais frequência, mas devemos pensar que o circuito total das redes é bem maior do que aquele a que temos acesso pelas relações que construímos no mundo virtual. A presença ostensiva de uma informação em nosso “*feed* de notícias” no Facebook, por exemplo, não reflete a presença da mesma versão na tela de quem construiu outro circuito de relações virtuais.

Há casos, evidentemente, em que uma informação que contradiz a mídia corporativa pode atingir o nível de um escândalo, levando até a derrubada da versão midiática; mas são casos muito específicos, que servem para comprovar o potencial das redes sociais, mas não são suficientes para contrapô-las aos meios tradicionais de formação de opinião no cotidiano. Por que, por exemplo, as denúncias do jornalista Amaury Ribeiro Jr. (2011) em seu livro *A privatária Tucana*, amplamente divulgado pela Internet e compartilhado nas redes sociais, jamais viraram um escândalo nacional de

corrupção ou motivo para o desenvolvimento de um ódio social ao PSDB? Por que as sucessivas denúncias sobre o Congresso Nacional sob o comando do deputado Eduardo Cunha (PMDB), que abasteceram bastante as postagens das redes sociais, jamais levaram pessoas às ruas? Por que os casos de corrupção em prefeituras e estados, que também circulam amplamente pela Internet, não criaram um clima de indignação militante?

A maior parte das informações sérias<sup>1</sup> que circulam em postagens nas redes sociais são reproduções das pautas e notícias das grandes empresas de comunicação e não notícias de portais alternativos que poderiam fazer o contraponto em um mundo ideal de comunicação equitativa e horizontal. As mobilizações feitas pelas redes sociais que levaram a gigantescas manifestações de rua refletiram a pauta dos grandes meios de comunicação e não um sentimento que nasceu na população e, espontaneamente, uniu-se nas redes sociais.<sup>2</sup> O mesmo meio virtual, que para muitos teóricos

---

<sup>1</sup> Não estou considerando aqui as informações forjadas, a partir de fotos com dizeres inventados e atribuídos a algumas figuras da vida política brasileira como se fossem verdadeiras. A credulidade crítica que se tem manifestado nas redes sociais com relação a esse tipo de informação sem nenhuma fonte ou conferência de veracidade é um caso a ser estudado, mas trata-se de outro tema. Há informações que são evidentes invenções de pessoas mal intencionadas, acreditadas e compartilhadas por pessoas de uma ingenuidade quase doentia ou tomadas por um ódio irracional não menos patológico. Limito minha reflexão às informações com um grau mínimo de racionalidade e factualidade.

<sup>2</sup> Aqui é necessário fazer uma longa nota a respeito das manifestações de junho e julho de 2013. Há dois momentos que não podem ser misturados. O primeiro momento foi a manifestação espontânea em São Paulo, mobilizada pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas de ônibus, que contou com o número tradicional de manifestantes em casos como esses. A manifestação foi reprimida violentamente pela polícia e atacada verbalmente por todos os veículos da mídia corporativa e seus comentaristas. A repressão policial gerou manifestações de solidariedade por todo o país e o movimento cresceu, sem, contudo, agigantar-se da maneira que veio a acontecer depois. De um momento para outro, como se diferentes instrumentos passassem a tocar a mesma música, houve uma mudança brusca na abordagem de todas as empresas de comunicação: passaram não só a apoiar as manifestações, mas a convocá-las, direcionando, entretanto, a pauta para uma abordagem genérica da “política” e da “corrupção”, apontando-as sutilmente na direção do Governo Federal. Foi apenas a partir daí que as chamadas “jornadas de junho-julho” se tornaram eventos de multidões. Aos que sempre se manifestaram somaram-se pessoas de diversas tendências ideológicas e políticas e cidadãos que foram na onda do clima criado pelos meios de comunicação, levando às ruas milhões de pessoas, de manei-

seria a substituição das formas tradicionais de organização da sociedade civil, não tem tido eficácia nas mobilizações por questões que não são pautadas pela mídia, como a reforma agrária, a composição conservadora do Congresso Nacional e seu loteamento por bancadas de interesses, a corrupção em outros poderes da República (Legislativo e Judiciário) ou em gestões estaduais e municipais, reforma política, auditoria da dívida pública, meio ambiente e recursos hídricos etc. Sem dúvida, os meios virtuais ajudam na mobilização por essas causas, mas têm o alcance limitado aos que já são, de alguma forma, envolvidos com elas ou sensíveis a elas. Nunca conseguiu mobilizar multidões.

Portanto, e retornando a reflexão anterior, embora esteja espalhada a ideia de que a mídia mente e apesar de podermos lançar mão de um instrumento novo na produção e troca de informações, os oligopólios de comunicação têm atuado de forma determinante na configuração do estado subjetivo atual da sociedade civil brasileira. Se, por um lado, não podemos reduzir toda a conformação subjetiva da sociedade civil a um processo de manipulação das consciências (pois há também fatores objetivos e outros de ordem cultural, religiosa, educacional, psicológica etc. envolvidos), por outro, não podemos suprimi-lo da análise, nem tampouco minimizar sua influência em nome de modismos teóricos que tendem a descartar as determinações sociais, políticas e econômicas como fatores que agem na formação da subjetividade social.

O aspecto mais importante a ser destacado na análise do papel dos meios de comunicação é que a ação manipuladora da mídia

---

ra totalmente pontual e com as pautas mais diversas. As pessoas que compuseram esse segundo momento das manifestações de 2013 entraram em cena nos anos seguintes, principalmente em 2015, quando foram às ruas pedir o *impeachment* da presidente Dilma, recém-empossada para um segundo mandato, o retorno da ditadura e diversas outras bandeiras que, de tão confusas, não é sequer possível classificá-las de alguma forma coerente. Assim, não se pode jogar na conta das redes sociais, sem analisar outros fatores, toda a responsabilidade pelas manifestações de rua de 2013 e 2015.

corporativa não se resume a mentiras esparsas, à distorção de notícias isoladas, à incompetência ou falta de ética de seus profissionais, ou à defesa de interesses comerciais da empresa de comunicação. Trata-se de uma competente *produção de realidade*, planejada minuciosamente e manejada com extremo profissionalismo, em função de interesses bem determinados de grupos sociais aos quais pertencem as próprias empresas de comunicação.

O resultado dessa ação não é apenas uma ou outra informação errada ou distorcida, que pode ser desmentida ou ter versões alternativas divulgadas nas redes sociais virtuais, mas sim a criação, na consciência dos seus usuários, de um mundo estruturado em diversos campos da realidade conectados de maneira sistêmica. Criam-se convicções políticas, econômicas, morais, afetivas e até religiosas, que passam a ser aplicadas em bloco e em distintas situações a um mundo em que os papéis das pessoas e a maneira de se interpretar os fatos são cuidadosamente montados previamente e entregues à população pelos meios disponíveis. A partir da filtragem e interpretação de fatos reais veiculados de modo planejado pelos veículos de comunicação, definem-se subliminarmente mocinhos e bandidos, aplica-se à sociedade o maniqueísmo dos enredos de filmes e novelas, narram-se os fatos de acordo com um *script* predefinido, estabelece-se previamente o que é bom ou ruim, e tem-se como resultado uma postura convicta de interpretação e juízo por parte daqueles que submeteram a formação de suas convicções aos veículos de comunicação das grandes empresas.<sup>3</sup> Quando se logra a constituição desse mundo subjetivo, torna-se até secundário manipular informações, pois os fatos mesmos e as informações con-

<sup>3</sup> Exemplos abundam no Brasil recente: o aparecimento de Collor como o herói brasileiro; as sucessivas derrotas do perigoso Lula nas eleições seguintes; a mistificação do Plano Real e as duas eleições de FHC; a autorização do “bom moço convertido e amadurecido” Lula para chegar ao poder e, recentemente, como analisaremos adiante, o ódio à esquerda e às causas sociais produzidos no esforço de oposição aos governos de Lula e Dilma.

correntes que circulam nas redes sociais passam a ser interpretadas de acordo com o enredo pré-montado que adquiriu vida própria e autonomia nas consciências formadas. Os sujeitos se convencem de que realmente *sabem* aquilo, de que o conhecimento que têm do mundo foi resultado de um esforço pessoal e autônomo de formação da consciência.<sup>4</sup>

Essa sutil produção de um mundo estruturado com fatos, ideias e valores é tão bem feita que mesmo aqueles que acreditam e repetem que a mídia mente em determinados casos continuam pensando que o mundo geral criado pelos veículos de informação é verdadeiramente o seu mundo, o mundo real, e sentem-se mais ou menos autorizados e capacitados para emitir opiniões, fazer julgamento, elaborar propostas, manifestar sua indignação, exaltar certos atores e odiar outros, desejar conservar a realidade inalterada ou rebelar-se contra ela.

Pensemos em uma metáfora para compreender melhor como a opinião de que a mídia mente, que já se tornou senso comum, pode conviver com a aparente contradição com sua capacidade ainda predominante para criar nas consciências um mundo estruturado de fatos, ideias e valores de acordo com interesses e de gerar comportamentos, juízos e ações sociais.

Imaginemos que um grupo conseguisse convencer um grande número de pessoas sobre a existência de um monstro fictício. Para isso, esse grupo deveria contar com uma grande credibilidade entre as pessoas, ser capaz de apresentar imagens e fatos que, interpretados de determinada forma, reforçariam a crença em sua realidade, e deveria repetir com frequência a ideia da existência do monstro, até o ponto dela se tornar de aceitação geral. Além de criar a crença

---

<sup>4</sup> Por que outra razão, por exemplo, as pessoas teriam essa postura, tão comum hoje em dia, de se julgarem capazes de falar tudo sobre Cuba sem ter quase nenhuma noção de história, economia, política ou mesmo informações reais sobre o cotidiano daquele país?



na existência do monstro, esse grupo deveria também dar todos os detalhes sobre o corpo, a pele, a personalidade e os costumes de seu ser imaginário. Uma vez convencidas da existência, dos detalhes da forma e do comportamento do monstro, as pessoas se julgariam suficientemente capazes de falar sobre ele e até de corrigir os erros de alguma narrativa que trocasse ou distorcesse algumas de suas características.

Suponhamos que, depois de todos estarem convictos de que o monstro é uma realidade indiscutível, diferentes pessoas, inclusive pertencentes ao grupo que o criou, queiram falar sobre ele modificando algumas informações, como a sua personalidade – por exemplo, dizendo que ao invés de bom ele é mau –, ou mudando a cor de sua pele. As pessoas que se tornaram convencidas da existência do monstro fictício e de que sabiam o suficiente sobre ele, se achariam capazes de corrigir os detalhes trocados e de debater sobre a falsidade do relato sobre as verdadeiras características do monstro. Poderiam até dizer que algumas narrativas sobre detalhes são mentiras de alguém específico. Mesmo que pensassem que até alguns membros do grupo que criou o monstro poderiam estar mentindo em algumas partes ou falsificando detalhes, isso não comprometeria necessariamente a crença na existência do monstro. A mentira ocasional identificada em pessoas do grupo conviveria com a credulidade no ser criado.

Se compararmos o monstro fictício com o mundo estruturado criado pelos meios de comunicação e a opinião pública com aqueles que acreditaram no relato, veremos que mesmo admitindo que a mídia manipula informações em certos detalhes, pode-se estar convencido sobre a realidade absoluta da versão de mundo criada no aspecto global.

Embora o domínio da mídia não seja absoluto e imutável e apesar de muitos conseguirem fugir ao seu campo de influência, não devemos minimizar seu papel, principalmente na realidade

atual. Para muitos, pode parecer que minha reflexão exagera o poder dos meios de comunicação. Pode até ser, embora eu não esteja convencido disso. Mas é preferível errar por excesso de preocupação a errar por negligência. Mais vantagem tem o que se prepara para o furacão, mesmo errando por exagerar na análise de sua força, do que aquele que se enganou por ter minimizado seus possíveis efeitos. E o propósito deste texto não é meramente teórico, mas de uma análise dos campos de atuação para quem está engajado praticamente na construção de um mundo alternativo.

## 2 A CRIAÇÃO MIDIÁTICA DE UM MUNDO ESTRUTURADO

A ideia de usar os meios de comunicação de maneira científica para produzir realidades subjetivas que direcionariam comportamentos e dominariam a consciência social não é nova e tampouco foi descoberta por críticos. Ela surge como proposta de ação assumida, destinada realmente a controlar comportamentos e consciências. O pioneiro na sistematização dessas ideias, já na década de 1920, foi o sobrinho de Sigmund Freud, Edward L. Bernays, que batizou sua teoria de “engenharia do consentimento”. Segundo ele, a engenharia do consentimento é “a ação baseada [...] no conhecimento aprofundado de uma situação e na aplicação de princípios científicos e práticas comprovadas para lograr que pessoas apoiem ideias e programas” (BERNAYS, 2010).

A ideia de Bernays, considerado o pai das relações públicas, era usar as técnicas e conhecimentos de psicologia (grande parte deles produzidos por Freud em seus estudos sobre o inconsciente) para conquistar uma massa disposta a seguir determinadas ideias e comportamentos, com o auxílio dos meios de comunicação. Seus

pressupostos podem ser mais bem demonstrados usando suas próprias palavras:

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos organizados e opiniões das massas é um elemento importante na sociedade democrática. Aqueles que manipulam esse mecanismo oculto da sociedade constituem um governo invisível que é o verdadeiro poder que comanda nosso país.

[...]

Em quase todos os atos de nossa vida cotidiana, seja na esfera política ou de negócios, em nossa conduta social ou o nosso pensamento ético, somos dominados por um número relativamente pequeno de pessoas [...] que entendem os processos mentais e padrões sociais das massas. São eles que manipulam os fios que controlam a mente do público.

[...]

Na teoria, cada cidadão forma sua opinião sobre questões públicas e de conduta privada. Na prática, se todas as pessoas tivessem que estudar por si mesmas os complicados dados econômicos, políticos e éticos envolvidos em cada questão, elas achariam impossível chegar a uma conclusão sobre qualquer assunto. Nós concordamos, voluntariamente, em deixar que um governo invisível selecione os dados e destaque quais são as questões centrais para que nosso campo de escolha seja reduzido a proporções práticas. Aceitamos que nossos líderes e os meios que usam para chegar ao público evidenciem e delimitem os assuntos relacionados às questões públicas.

[...]

A minoria descobriu que influenciar as maiorias pode ser-lhes de grande proveito. Constatou-se que é possível moldar a mente das massas de tal maneira que elas dirijam seu poder recém-conquistado na direção desejada. (BERNAVS, 1928, p. 9-11; 19). (A tradução e todos os grifos são meus).

Nada disso foi escrito como denúncia, mas como constatação que justificaria a proposição do uso intencional, planejado, es-

tratágico e científico da manipulação das massas por grupos minoritários, que deveriam se utilizar dos meios de comunicação. Empresários e políticos viram na proposta de Bernays um importante instrumento para obter suporte social para seus interesses, fossem eles comerciais, de domínio político ou de formação de uma base de apoio social a concepções e projetos de sociedade.

A engenharia do consentimento constitui-se em uma estratégia muito bem elaborada que deve seguir rigorosamente um planejamento consciente. Segundo seu elaborador, “para influenciar o público, o engenheiro do consentimento trabalha com e por meio dos líderes de grupo e formadores de opinião em todos os níveis” (BERNAYS, 2010). A engenharia do consentimento deve pesquisar sobre “a estratégia geral a ser empregada, os temas a serem ressaltados, a organização necessária, o uso da mídia, e a tática dia a dia.” Essa pesquisa “desvendará motivações conscientes e subconscientes no pensamento do público, e as ações, palavras e imagens que têm como efeito essas motivações.” (BERNAYS, 2010).

A técnica precisa ser posta em prática de forma invisível, de maneira a convencer a população de modo inconsciente, sem que ela perceba que sua consciência social está sendo direcionada para interesses que nem sempre (na verdade quase nunca) são os seus próprios.

Para ser bem sucedido, os temas devem apelar aos motivos do público. Motivos são a ativação das pressões conscientes e subconscientes criadas pela força dos desejos. Psicólogos isolaram um número de poderosos apelos, cuja validade tem sido repetidamente provada na aplicação prática. (BERNAYS, 2010).

Após isso, vem o jogo decisivo:

Neste ponto será possível planejar as táticas do programa, isto é, decidir como os temas serão disseminados sobre os transportadores de ideias, as redes de comunicação.

A ênfase das atividades do engenheiro do consentimento deve ser na palavra escrita e falada, guiadas pela mídia e desenhadas para a plateia à qual ele se dirige. Ele deve estar seguro que seu material é adequado ao seu público. [...] Ele deve se familiarizar com toda a mídia e saber como supri-la de material adequado em quantidade e qualidade.

Primeiramente, contudo, o engenheiro do consentimento deve criar notícias. Notícias não são algo inanimado. É a evidência que produz notícias e as notícias, por sua vez, modelam as atitudes e as ações das pessoas. [...] O desenvolvimento de eventos e circunstâncias que não são rotina é uma das funções básicas do engenheiro do consentimento. Eventos assim planejados podem ser projetados sobre os sistemas de comunicação para infinitamente mais pessoas do que aquelas que realmente participam dele, e tais eventos dramatizam vividamente ideias para aqueles que não testemunharam os eventos. [...] Eventos dignos de notícia envolvendo pessoas geralmente não acontecem por acidente. Eles são planejados deliberadamente para cumprir um propósito, para influenciar nossas ideias e ações. (BERNAVS, 2010). (A tradução e todos os grifos são meus).

### Assim, Bernays pode concluir que

A comunicação é a chave da engenharia social para a ação social. Mas não é suficiente lançar folhetos e boletins em mimeógrafos, anunciar nos jornais ou encher as ondas de rádio com conversas. Palavras, sons e imagens fazem pouco a não ser que sejam as ferramentas de um plano profundamente pensado e de métodos cuidadosamente organizados. Se os planos forem bem formulados e um uso adequado é feito deles, as ideias veiculadas pelas palavras se tornarão realmente parte e componente das pessoas.

Quando o público está convencido da veracidade de uma ideia, ele seguirá para a ação. As pessoas traduzem uma ideia em ação sugerida pela ideia mesma, seja ela ideológica, política ou social. (BERNAVS, 2010). (A tradução e todos os grifos são meus).

No tempo em que Bernays escrevia, ainda era possível compreender os meios de comunicação como empresas independentes que deveriam ser usadas para os propósitos dos engenheiros do consentimento. Hoje, a mídia independente é minoritária. As empresas de comunicação se tornaram conglomerados gigantes e poderosos, conectados de maneira sistêmica aos interesses econômicos e políticos das grandes corporações capitalistas. A engenharia do consentimento não mais “se utiliza” dos meios de comunicação: ela é *feita* por eles. A mídia corporativa é hoje parte integrante do grupo minoritário que se constitui no “governo invisível” de que fala Bernays.

Segundo Daniel Ávila,

Os livros de Bernays [...] passaram a ser lidos não apenas pelos grandes empresários e publicitários norte-americanos. Eles prontamente influenciaram jornalistas e intelectuais, e fomentaram discussões a respeito da capacidade das massas em participar dos processos políticos sem se comportar como uma turba incontrolável, capaz de instituir o caos e destruir governos [...]. A perda da comunicação com os líderes, que proliferavam na disputa ideológica contemporânea pelo bem público, bem como a impossibilidade de uma educação capaz de inculcar na multidão um verdadeiro juízo político esclarecido [...] justificava[m] o uso da engenharia do consentimento por políticos que, por meio de técnicas psicológicas e de comunicação para a manipulação da opinião pública, deveriam produzir entre as massas um genuíno sentimento de sociedade. (AVILA, 2010)

A engenharia do consentimento cumpriu uma função importantíssima na sociedade estadunidense e foi exportada para outros países capitalistas. Os meios de comunicação e as técnicas da engenharia do consentimento avançaram bastante nas últimas décadas e cada vez mais as empresas de comunicação, em sua vinculação sistêmica com o mundo econômico e político, se aperfeiçoam na utilização das ideias de Bernays. E a aplicação da estratégia se torna mais necessária e intensa quando se corre o risco de, por algum motivo, perder-se o controle dos “fios que controlam a mente do público”.<sup>5</sup>

Uma vez que interesses poderosos envolvem os grandes agentes da economia e das finanças nacionais e mundiais, que há um nexo sistêmico que vincula as grandes empresas de comunicação a esses interesses e que todos formam uma interseção na esfera da política, seria de se estranhar se não aproveitassem desses conhecimentos sistematicamente elaborados e das tecnologias atualmente disponíveis para obter o controle da sociedade civil. Por que abririam mão disso?

Vivemos ainda, portanto, em uma sociedade em que uma minoria consegue criar o mundo subjetivo da maioria e direcionar a ação social e o juízo por meio de conhecimentos avançados, estratégias bem planejadas, utilização de teorias psicológicas e criação de mitos utilizando-se dos meios de comunicação social. E isso atua na conformação da prática social, na maneira como as pessoas percebem a política, na maneira como votam ou protestam, no apoio ou condenação de grupos, movimentos e ideias

---

<sup>5</sup> Um exemplo da utilização da engenharia do consentimento em um caso fictício, mas inspirado na realidade, está no filme “Mera coincidência” (*Wag the Dog*), de 1997, dirigido por Barry Levinson e estrelado por Robert De Niro e Dustin Hoffman. No filme, a realidade criada de uma guerra fictícia mobiliza a sociedade estadunidense, gera notícias, discussões, sentimentos, tudo produzido para desviar a atenção de um escândalo sexual envolvendo um presidente candidato à reeleição, que sai vencedor após a construção midiática de um estado de coisas irreal.

sociais, nas preferências partidárias e na relação com os poderes constituídos.

### 3 A MÍDIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL

O modo como a mídia corporativa tem atuado na sociedade brasileira nos últimos anos e o tipo de subjetividade social resultante dessa atuação é fruto de uma ação coordenada com intenções políticas bem definidas, favorecida por um contexto objetivo possibilitado pela história política recente do país.

O comportamento dos grandes veículos de comunicação na eleição de Lula em 2002 foi bem diferente da maneira como se portaram nas eleições presidenciais anteriores. As edições de debates para favorecer os candidatos adversários, a manipulação de reportagens negativas para conectá-las à candidatura do PT, o favorecimento tácito das campanhas concorrentes e outras ações não se repetiram de maneira tão patente nas eleições presidenciais de 2002. Os motivos são vários, e há diferentes análises para isso.<sup>6</sup> O certo é que houve certa “licença” dos meios de comunicação (sempre representando os setores dominantes com os quais as empresas de mídia possuem relação sistêmica) para que Lula assumisse a presidência da República por meio do voto popular.

Uma vez no poder, o PT fez todas as concessões possíveis para o setor financeiro e empresarial (incluindo aí as empresas de comunicação, que nunca tiveram seus interesses abalados) e para os polí-

---

<sup>6</sup> Uns dizem que foi em função dos acordos assumidos pela campanha de Lula com o setor financeiro e com as empresas de comunicação; outros que as emissoras, principalmente a TV Globo, estavam preocupadas com sua credibilidade, visto que a ideia de que manipulavam matérias para favorecer candidatos já estava caindo no senso comum – daí ser preciso agir de forma mais “imparcial” na campanha eleitoral.



ticos tradicionais que dominavam, nem sempre de maneira correta, a cena política brasileira havia décadas. O comando da economia continuou com o setor financeiro e o programa histórico do Partido dos Trabalhadores, pensado em base de mudanças estruturais, não foi colocado em prática.<sup>7</sup> O Governo Lula caracterizou-se como um governo com altos investimentos sociais, combate à pobreza e à fome, reconhecimento (embora insuficiente) da economia popular, ação do poder público em áreas isoladas e pobres que nunca haviam conhecido o Estado e outros aspectos importantes cuja eficácia é inegável. Porém, manteve inalterada a estrutura que o Brasil possuía há séculos e a política econômica implementada pelo seu predecessor – justamente a que limitava os recursos para um investimento social de peso –, não dando nenhum passo significativo que apontasse um caminho de verdadeira emancipação.<sup>8</sup>

A política externa adotada pelo Governo Lula colocou o país como um dos protagonistas no cenário internacional, mudando seu papel tradicional de mero subalterno dos Estados Unidos da América como era em governos anteriores. Mesmo com toda a moderação de Lula, o papel do Brasil na formação de um bloco de resistência no terceiro mundo e, mais precisamente na América Latina, foi muito importante. Ainda que tímido e vacilante em várias circunstâncias, o apoio do governo brasileiro aos governos

---

<sup>7</sup> Para o Banco Central, Lula designou um ex-membro do alto escalão do Banco de Boston, Henrique Meireles, que havia sido eleito deputado federal pelo partido adversário, o PSDB. Ou seja, o comando da economia foi entregue ao partido que perdeu as eleições. Não houve avanços em termos de reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, sistema educacional, inversão de prioridade nos financiamentos públicos etc. Houve mudanças sociais e projetos muito significativos, que transformaram a vida de milhões de pessoas, mas nada que pudesse chegar perto de alguma revolução estrutural no país.

<sup>8</sup> A proposta emancipatória do Programa Fome Zero pôde apenas iniciar-se, sendo posteriormente interrompida para dar lugar a uma dimensão meramente compensatória da ação do Estado no combate à pobreza. Essa acabou sendo a marca e o limite dos programas sociais do Governo do PT. Sobre isso, ver Betto (2007).

populares latino-americanos não agradou às elites e aos governos estrangeiros.

Porém, mesmo que Lula tenha feito todas as concessões e não tenha tocado nas estruturas econômicas e políticas do país, seu governo não agradou às elites mais conservadoras. Até setores poderosos que foram bastante beneficiados com seu governo sentiam um certo mal-estar com o PT no poder. Apoiavam-no naquilo que os beneficiava, mas sempre com hesitações. O partido preferido e que conta com a integral confiança desses setores sempre foi e continuou sendo o PSDB.

O PT no poder se portou como o pobre que se faz de rico para poder frequentar o clube da elite: muda seus gostos, sua forma de falar, suas roupas, sua opinião etc. Já a elite brasileira (da qual fazem parte as empresas de comunicação) se comportou como os ricos que frequentam o clube e que, mesmo permitindo a entrada de uma família pobre que se esforça para parecer rica, se sente incomodada e suspeita com a presença de pessoas que não são de seu nível e da sua confiança.

A mescla de preconceito social, conservadorismo político, preferência partidária, voracidade pela exclusividade e totalidade dos recursos e financiamento públicos, reacionarismo, aversão às classes populares etc. começou a mostrar seus efeitos ainda no governo Lula, com a mídia rompendo a trégua das eleições e partindo para um ataque, inicialmente sutil e, mais tarde, bem pesado. A política passou a ser um assunto obrigatório e frequente em todos os veículos de comunicação.<sup>9</sup> Mas a política ficou reduzida às notícias de corrupção; e a cobertura da corrupção ficou restrita ao que poderia atingir o Governo Federal e o PT. O caso de compra de apoio

---

<sup>9</sup> Cabe lembrar que antes do Governo Lula, os meios de comunicação eram criticados por não darem a devida relevância aos acontecimentos políticos, por não pautarem a política como assunto necessário, por desviarem a população da política etc. Atualmente, passaram a ser a principal fonte fomentadora de discussão política no cotidiano.

político no Congresso Nacional, marca do pragmatismo sem princípios a que se entregou o partido em busca da “governabilidade”, que ficou conhecido como “mensalão”, foi a oportunidade perfeita de se criar uma realidade em função de interesses.<sup>10</sup>

Utilizando-se das técnicas e estratégias da engenharia do consentimento, as empresas de comunicação começaram a criar a realidade que conformaria a subjetividade social predominante. Transmissões ao vivo das sessões do Supremo Tribunal Federal (STF), forjamento de heróis e vilões,<sup>11</sup> tratamentos de casos que eram, infelizmente, corriqueiros em governos anteriores como se fossem coisas inéditas, repetição à exaustão de mesmos assuntos, criação de nome fáceis e engraçados para se referir aos escândalos (sem precisar saber de que realmente se tratavam); tudo isso foram elementos para conformar um certo estado de coisas na consciência geral da população em vista da derrota eleitoral de Lula e de sua sucessora.

A corrupção foi o mote principal, mas devemos acrescentar, para análise posterior, que foi acrescentado a isso o ataque a todas as ideias e bandeiras de esquerda (e mesmo às que não dependem

---

<sup>10</sup> A opção feita pelo governo e a cúpula do PT pelo “caminho mais fácil” da governabilidade deu de bandeja a oportunidade que os adversários precisavam para montarem seu espetáculo com a ajuda dos meios de comunicação. Se não tivessem abandonado a ética e se optassem por fazer uma política diferente, não teriam dado a munição para as armas dos opositores de direita, uma vez que estes não poderiam dirigir sua crítica à manutenção da política econômica financista do Plano Real ou a uma forma de governo que beneficiava empresários, latifundiários e banqueiros. Jamais veríamos, por exemplo, a Rede Globo criticando o governo por não ter feito a reforma agrária ou por não fazer uma auditoria da dívida pública. Então, o veio que eles buscavam para criar uma realidade na consciência social na qual os vilões passariam a ser o Governo Federal e o PT foi dado pelo próprio governo e membros do partido nos seus casos de corrupção.

<sup>11</sup> Os mais famosos foram os vilões José Dirceu e José Genoíno, enfrentados pelo herói Joaquim Barbosa; em outra temporada e em outros episódios, novos vilões apareceram, como João Vaccari, e o novo herói que surgiu foi o juiz Sérgio Mouro. Quase ninguém sabe praticamente nada sobre a vida e o passado nem de vilões nem de heróis, nem, às vezes, sobre que crime cometeram os bandidos ou de que tipo de ações lançaram mão os mocinhos. Na maior parte das vezes, tudo é acompanhado seguindo a estrutura dos enredos de filmes e novelas.

de posicionamento ideológico e se referem aos direitos humanos gerais e das minorias) que outrora eram identificadas com o PT, e que foram umas assumidas e outras totalmente abandonadas pelo governo.

Embora tenha criado uma disposição subjetiva específica e preocupante na sociedade civil (sobre a qual falarei mais adiante), a estratégia não foi suficiente para evitar a reeleição de Lula e nem o sucesso da candidata sem carisma que representaria a continuidade de seu governo, Dilma Rousseff.

O governo da presidente Dilma seguiu, em linhas gerais, um rumo semelhante ao de seu antecessor, porém sem o apelo popular da figura carismática de Lula. Como manteve intocado o tema da democratização dos meios de comunicação, pagou o preço de permitir o prosseguimento da prática de criação de uma realidade contrária à sua gestão por parte dos oligopólios da mídia. Enquanto governava a máquina política de um lado, buscando costurar apoios em grupos extremamente contraditórios (como o PMDB e setores que tradicionalmente se vinculam aos partidos da direita tradicional, como ruralistas, banqueiros, grandes empresários etc. e, ao mesmo tempo, querendo contar com apoio de movimentos sociais de trabalhadores), de outro os meios de comunicação, em sua vinculação sistêmica com as classes dominantes, continuaram a manipular o “mecanismo oculto da sociedade” que os faz constituírem o “governo invisível que é o verdadeiro poder que comanda nosso país”, conforme as palavras de Bernays citadas acima.

Isso ameaçou seriamente a reeleição de Dilma Rousseff. A carga de sentimentos e emoções contrárias a seu governo produzida nos setores médios pelos meios de comunicação foi bastante pesada, resultado de uma competente produção de realidade subjetiva. Mas não foi suficiente para definir o resultado da eleição e a presidente conseguiu se reeleger em 2014. Pode-se usar esse fato para se questionar o poder que eu mesmo estou atribuindo à mídia neste

texto, pois o resultado das eleições de 2014 não refletiu o desejo das empresas midiáticas e marcou o fracasso de sua estratégia. Essa é uma leitura possível. Porém, a ameaça da não reeleição e a própria margem pequena de diferença de votos a favor de um governo cuja aprovação atingia altíssimos níveis nas pesquisas de opinião, em minha maneira de ver, mostra exatamente o contrário, ou seja, a força e o sucesso desses meios na determinação do pensamento e ação política de uma parte significativa de pessoas. Além disso, não podemos desconsiderar os fatores objetivos que entraram na decisão do voto da maioria, em um quadro de economia sem turbulências e de programas sociais com impactos relevantes na vida de uma boa parcela da população.

Iniciado o segundo mandato de Dilma Rousseff, os setores contrários à permanência do PT no governo perceberam que uma possível aprovação popular da presidente abriria as portas para o retorno de Lula em 2018, criando a possibilidade da permanência de 24 anos do PT na condução da República.<sup>12</sup> Resolveram, então, atacar com todas as suas armas, com toda a força, mandando todos os escrúpulos às favas, usando os meios de comunicação – que a essa altura já haviam assumido o protagonismo da política de oposição em função do enfraquecimento dos partidos de direita – para destruir toda a possibilidade de apoio popular ao governo. Curiosamente, isso tem sido feito ao mesmo tempo em que esses setores se beneficiam das medidas que o mesmo governo vem tomando a seu favor. A corrupção e o ataque às bandeiras de movimentos sociais, identificados de maneira difusa com o governo atual, continuaram a ser o mote da criação de uma disposição subjetiva de oposição ao Governo Dilma.

---

<sup>12</sup> Oito anos de Lula, oito anos de Dilma e, possivelmente, mais oito anos de Lula, imaginando a hipótese de sua reeleição, totalizando uma permanência de 24 anos no poder.

O esforço de direcionamento das disposições subjetivas da população para a oposição se traduziu em grandes manifestações de rua e em um senso comum de rejeição ao governo e ao PT, que, somados às dificuldades econômicas do início do mandato de Dilma e às tentativas atrapalhadas de garantias da governabilidade, fez sua popularidade cair aos níveis mais baixos da história.

#### 4 A PERIGOSA SUBJETIVIDADE SOCIAL RESULTANTE DA AÇÃO DA MÍDIA NO CONTEXTO ATUAL

Não nos interessa, neste texto, fazer uma avaliação detalhada da conjuntura ou uma avaliação do governo. O quadro descrito acima tem apenas a pretensão de esclarecer o contexto no qual a mídia tem agido e as consequências dessa ação. Devemos lembrar que as empresas de comunicação, como já foi destacado acima, não são entidades que retratam a realidade de fora, mas oligopólios extremamente ricos e inseridos no contexto econômico e político do país. São participantes da vida econômica e política e não testemunhos afastados.

Na tentativa de fazer política em função de interesses que as envolvem, as empresas de mídia usaram as técnicas de produção do consentimento para a criação de uma subjetividade social favorável a uma mudança no jogo do poder. Para isso, como dissemos, criaram um enredo baseado na corrupção e no ataque a todas as ideias de esquerda, temas que no mundo criado de forma midiática alimentam-se um ao outro.

O exagero na cobertura dos casos reais que envolviam políticos ligados ao governo ou ao PT, o tratamento diferenciado do que foi dado ao sem número de casos de corrupção na história política do Brasil no passado e no presente, a seleção dos casos que virariam ou não escândalos de acordo com os partidos e pessoas envolvidos,

a divulgação de suspeitas como se fossem casos comprovados e julgados e a partidarização das notícias sobre a corrupção, criaram a sensação de que as práticas de desvio de dinheiro público, enriquecimento ilícito, pagamento de propinas, utilização de estatais para interesses políticos ou privados etc. começaram com os governos do PT. Criou-se uma realidade em que, no passado, vivíamos no país mais honesto do mundo e que o reino da lisura foi devastado com a ascensão dos petistas ao poder.

O resultado natural da criação dessa realidade foi o desenvolvimento, na subjetividade social, de uma aversão, raiva e ódio de quem instituiu a corrupção no Brasil, de quem desvirtuou o caminho da boa política e do correto uso da máquina pública que teria caracterizado os governos desde o golpe militar de 1964, e a condenação *a priori* de todos aqueles que estão relacionados de alguma forma a esse “câncer” da política brasileira.

Como o PT foi, historicamente, um partido de esquerda<sup>13</sup> e as principais bandeiras dos movimentos sociais no Brasil identificavam-se com as propostas defendidas pelo partido, o ódio ao PT foi também convertido em um ódio à esquerda e a todas as reivindicações dos movimentos sociais e minorias, como se tudo estivesse relacionado ao governo petista, em uma confusão difícil de desfazer. Para que a aversão se tornasse ainda maior, ressuscitaram também antigos fantasmas da Guerra Fria, como a ameaça comunista que supostamente nos assolaria com a continuidade desse governo e as acusações de submissão do nosso país ao comunismo internacional – pobremente reduzido a Cuba e Venezuela, na ausência da grande potência que era a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

---

<sup>13</sup> Não vou entrar em detalhes sobre a discussão se o governo do PT pode ser considerado de esquerda ou não, pois entram tantas variáveis em uma discussão como essa que seria necessário outro texto para isso.

Enquanto canais de televisão, estações de rádio e jornais escritos destacavam insistentemente as notícias sobre corrupção, colunistas raivosos, como os da revista *Veja*, destilavam todo seu ódio a tudo que cheirasse a “proposta de esquerda” e relacionavam tudo ao PT e a uma suposta conspiração comunista no Brasil, mesmo quando se tratava apenas de reivindicações de minorias discriminadas ou de apelos por respeito aos direitos humanos básicos, sem nenhuma vinculação partidária ou conotação ideológica.

Em artigo para a revista *Caros Amigos*<sup>14</sup>, cunhei o termo “misaristeria” para me referir a esse sentimento de ódio à esquerda, subproduto do ataque midiático aos governos do PT. Nesse artigo, eu alertava sobre o crescimento, nas classes médias, do sentimento de ódio a tudo que se relaciona às reivindicações de direitos (materiais e subjetivos), às propostas alternativas de organização socioeconômica, às lutas contra preconceitos de diversas ordens e às análises críticas que se contrapõem às opiniões hegemônicas (principalmente as veiculadas pela mídia corporativa). Dizia também que tal sentimento tem alcançado uma parte das pessoas das camadas populares por ressonância nos meios de comunicação de massa e por reflexo da formação de opinião difusa – que opera por meios que vão desde as conversas de botequim às postagens em redes sociais. (ABDALLA, 2014).

Como a luta por direitos e contra os preconceitos, a proposição de alternativas socioeconômicas fora da lógica capitalista e a análise crítica são atividades relacionadas tradicionalmente a setores que se situam politicamente “à esquerda” no universo da luta política e ideológica, tomei a liberdade de criar um neologismo para designar esse sentimento: “misaristeria” (do grego *misos* = ódio + *aristera* = esquerda).

---

<sup>14</sup> A maior parte dos parágrafos seguintes é uma reprodução desse artigo, com pequenas alterações.



A produção do mundo subjetivo estruturado pelos meios de comunicação em função de interesses, que segue as recomendações de Bernays sobre a produção de comportamento e ação sociais, encontrou-se facilmente e fundiu-se com concepções fascistas e autoritárias que existem na sociedade, em muitos casos mescladas com fundamentalismo religioso, dando a essas ideias um reforço perigoso. Décadas de luta para que certas posturas sociais fossem silenciadas em função de suas proposições antidemocráticas, autoritárias, racistas e socialmente discriminatórias, foram destruídas com a criação de um contexto subjetivo favorável à extrema direita. Esses setores mais extremistas sempre apareceram na história como a salvação contra a corrupção, o abandono do Estado, a ameaça comunista, a dissolução da tradição e da família etc. A história do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália são testemunhas eloquentes disso.

Porém, a misaristeria na forma explícita de fascismo, nazismo ou fanatismo religioso, que utiliza os símbolos e os personagens já conhecidos desses movimentos, é mais fácil de ser identificada e é geralmente repelida quando aparece sob essa roupagem. O que ocorre hoje é que sua difusão e a maneira como vem atingido vários setores da população têm acontecido sob o disfarce da “maior informação”, do despertar da “consciência política”, da indignação com a corrupção e a criminalidade, com a situação de atraso do país, com a preocupação com os “valores tradicionais” etc., produzida pela ação política de setores minoritários dos quais fazem parte, atualmente com o papel principal, as grandes empresas de comunicação.

Nesse mundo estruturado com fatos, valores e ideias, produzido pela mídia com as técnicas de ação invisível e subliminar da engenharia do consentimento as coisas do mundo real se invertem. O mal no mundo passa a não ser, por exemplo, a miséria e a fome, mas qualquer programa compensatório que procure

minimizá-las; não a estrutura agrária injusta, mas os movimentos sociais rurais e os sem-terra; não a exclusão urbana e o déficit habitacional, mas os que se organizam e agem para solucioná-lo; não o golpe militar, mas os que lutavam por reformas na década de 1960; não a ditadura, mas os grupos que a combateram; não o racismo, mas os negros que lutam por igualdade; não o machismo, mas as mulheres organizadas que exigem direitos e tratamento digno; não a homofobia, mas os homossexuais que buscam seu lugar na sociedade; não o abismo econômico e a exclusão social que levam à marginalidade e favorecem o crime, mas os moradores de rua, os criminosos pobres e aqueles que defendem seus direitos; não a política imperial e intervencionista dos EUA, mas os líderes nacionais que ousaram desafá-la; não o capitalismo em declínio, cujas crises têm aumentado a pobreza e a exclusão, mas os que defendem a possibilidade de um sistema alternativo à sua decadência; e assim por diante. É dessa maneira que a insatisfação social (real, mas potencializada e direcionada pela mídia) se torna ódio na forma de misaristeria. E o ódio se tem transformado em ação sob diversas formas.

Nesse mundo subjetivo criado pela mídia, ficam preservados da indignação e da revolta os líderes políticos das nações hegemônicas, os bilionários que assaltam as finanças e o Estado, os empresários que exploram, corrompem e sonégam, os latifundiários que impedem a distribuição mais justa da terra (dentre os quais se encontram aqueles que se utilizam de trabalho escravo), os que enriqueceram ainda mais com a farra das privatizações, os corruptos de todos os partidos e os corruptores do meio empresarial, os grandes responsáveis pelo tráfico de drogas que não estão nas favelas e periferias etc. Esses se tornam invulneráveis ao ódio da população quando se alastra a misaristeria, pois a causa dos males do país passa a ser identificada com “a esquerda”, com tudo que pode se assemelhar a ela e com todos aqueles cujos direitos ela defende

(presos, bandidos pobres, miseráveis, sem-teto, sem-terra, negros, mulheres, índios etc.), porque são eles que colocam a ordem em risco.

## 5 O PONTIFICADO DE FRANCISCO E O DESAFIO DA IGREJA

Esse é o contexto no qual os discursos, textos e ações do papa Francisco repercutem. O que tem caracterizado o pontificado de Francisco até o momento é a sua capacidade de aplicar a doutrina da Igreja com o conhecimento e a sensibilidade de um pastor sintonizado com a realidade do mundo periférico. Ao por em movimento e dar vida ao que dizem os documentos do Concílio Vaticano II, e ao fazê-lo no espírito da tolerância e do amor dos Evangelhos, o papa também se coloca na contramão do mundo produzido pelos meios de comunicação e, por isso, tornou-se também vítima da misaristeria.<sup>15</sup>

Torna-se necessário esclarecer que os posicionamentos do papa não decorrem de uma opção político-ideológica assumida pela pessoa de Jorge Bergoglio – o que tornaria seus pronunciamentos uma mera questão de escolha pessoal –, mas da inspiração dos documentos da Igreja repercutidos e aplicados com a sensibilidade, amorosidade e perspicácia de Francisco, bispo de Roma – o que os tornam imperativos advindos da própria doutrina da Igreja.

A repulsa dos meios de comunicação a seus pronunciamentos não os faz esconder a simpática e carismática figura do pontífice,

---

<sup>15</sup> O alucinado colunista da revista *Veja* e do jornal *Folha de São Paulo*, Reinaldo Azevedo, fez ataques duros ao papa (dizendo-se católico!), entre os quais dizia que Francisco tem “formação teológica de cura de aldeia” e que “não tem competência teórica e vivência prática para cuidar desse assunto”, referindo-se ao discurso do papa sobre os problemas sociais. Ao final, torce pela morte de Francisco ao pedir “o próximo papa, por favor!”. (AZEVEDO, 2015).

cuja imagem está sempre presente na mídia, mas os faz omitir sistematicamente tudo o que o papa diz. Seus discursos nunca são reproduzidos de maneira adequada pela mídia. Preferem pinçar frases isoladas ou imagens que limitem a figura do papa ao papel de líder espiritual, a fim de que ele não interfira na estrutura do mundo subjetivo tão trabalhosamente criado pelas empresas de comunicação.<sup>16</sup>

É o próprio papa Francisco que nos alerta para o risco que representa o poder dos oligopólios da mídia:

A concentração monopolista dos meios de comunicação social que pretende impor padrões alienantes de consumo e certa uniformidade cultural é outra das formas que adota o novo colonialismo. É o colonialismo ideológico. Como dizem os bispos da África, muitas vezes pretende-se converter os países pobres em “peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigante”. (IGREJA CATÓLICA, 2015)

Não podemos ignorar o fato de que os milhões de católicos espalhados pelo Brasil costumam informar-se e formar-se mais pelos meios de comunicação do que pela leitura dos documentos da Igreja ou pela imprensa alternativa. Isso cria para a Igreja um

---

<sup>16</sup> O caso da “cruz de Espinal”, com a qual Francisco foi presenteado pelo presidente da Bolívia Evo Morales, foi emblemático. O crucifixo, talhado pelo jesuíta Luis Espinal, fazia uma referência à unidade de cristãos e comunistas na luta contra a ditadura na Bolívia e possuía um machado e uma foice em forma de cruz. Mesmo o papa tendo dito em entrevista que o presente não tinha nada de ofensivo e que o levava consigo para o Vaticano com carinho, e mesmo o caso tendo sido explicado no órgão de imprensa do Vaticano, *L'osservatore romano*, a mídia corporativa preferiu ignorar todos os esclarecimentos e insistiu na sua versão de que a cruz foi uma ofensa a Sua Santidade, pretendendo falar mais em nome do papa e do Vaticano do que o próprio pontífice e o órgão oficial de imprensa da Santa Sé. A revista *Exame* chegou a desprezar a fala do papa e as matérias do *L'osservatore romano* para usar como fonte um *twitter* de um desconhecido bispo espanhol que não fala em nome do Vaticano! E usou isso para dizer que o “Vaticano” havia se “envergonhado pela cruz comunista de Evo Morales”. (PULLELLA, 2015).

grande desafio, que é o de dar divulgação e promover o estudo e conhecimento daquilo que é inspiração da ação do papa e que deveria ser também a de todos os católicos. A doutrina da Igreja nos coloca em rota de colisão com o mundo subjetivo – estruturado em fatos, ideias e valores – produzido pelos meios de comunicação. Por isso, ela é um contraponto fundamental ao crescimento do ódio, da intolerância, do desprezo às causas sociais, da ameaça de extremismos que são elementos preocupantes que têm marcado nossa conjuntura atual. Mas devemos estar conscientes de que a fé, quando vivida de acordo com os Evangelhos e os documentos da Igreja, nos coloca também como alvos da misaristeria criada pela mídia. Pois ela nos leva aos mesmos lugares de ação social dos movimentos sociais e de ativistas de diversas causas que têm sido combatidos pelos extremistas e que têm sua credibilidade reduzida em função do clima criado pela ação política dos meios de comunicação.

## 6 A *GAUDIUM ET SPES* COMO FUNDAMENTO DA AÇÃO CRÍTICA NO MUNDO

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que compõe o conjunto das decisões do Concílio Vaticano II, trata exatamente da ação pastoral da Igreja no mundo em que está inserida. À luz desse documento, podemos entender que a ação crítica do cristão na perspectiva da transformação social e na defesa incondicional do direito dos mais pobres e de todos os que sofrem não decorre da filiação a alguma filosofia ou sociologia específica e nem depende de assunção de ideologias políticas ou filiação partidária, mas trata-se, antes de tudo, de um imperativo ético-religioso para a ação em um mundo marcado por injustiças de diversas ordens.

O primeiro parágrafo já resume, sem possibilidade de tergiversação, a unidade do sentimento e ação dos cristãos com a situação do conjunto da humanidade, esteja ela fora ou dentro da Igreja:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (GS 1)

O documento não lança para um plano puramente espiritual o que chama de alegrias e esperanças, tristezas e angústias. Esses sentimentos se concretizam em um mundo real, de relações econômicas, sociais e políticas:

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos. Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica. Ao mesmo tempo em que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua dos seus membros na solidariedade necessária, ei-lo gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, «raciais» e ideológicos, nem está eliminado o perigo duma guerra que tudo subverta. (GS 4)

E o apelo à ação transformadora no mundo, que repare as injustiças de classe e geopolíticas, está também explícito na Constituição Pastoral:

Entretanto, vai crescendo a convicção de que o gênero humano não só pode e deve aumentar cada vez mais o seu domínio sobre as coisas criadas, mas também lhe compete estabelecer uma ordem política, social e econômica, que o sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmarem e desenvolverem a própria dignidade.

Daqui vem a insistência com que muitos reivindicam aqueles bens de que, com uma consciência muito viva, se julgam privados por injustiça ou por desigual distribuição. As nações em vias de desenvolvimento, e as de recente independência desejam participar dos bens da civilização, não só no campo político, mas também no econômico, e aspiram a desempenhar livremente o seu papel no plano mundial [...].

Os povos oprimidos pela fome interpelam os povos mais ricos. As mulheres reivindicam, onde ainda a não alcançaram, a paridade de direito e de fato com os homens. Os operários e os camponeses querem não apenas ganhar o necessário para viver, mas desenvolver, graças ao trabalho, as próprias qualidades; mais ainda, querem participar na organização da vida econômica, social, política e cultural. Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efetivamente a todos. (GS 9)

**Além das questões de ordem econômica, também a luta por direitos e contra a discriminação é tema da constituição:**

Deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião. É realmente de lamentar que esses direitos fundamentais da pessoa ainda não sejam respeitados em toda a parte. Por exemplo, quando se nega à mulher o poder de escolher livremente o esposo ou o estado de vida ou de conseguir uma educação e cultura iguais às do homem. (GS 29)

A defesa da vida na *Gaudium et spes* é feita de maneira integral. Não se resume a um ou outro aspecto específico, como tem sido prática de muitos grupos de cristãos que se dizem defensores da vida, mas limitam essa defesa apenas à luta contra o aborto, desprezando hipocritamente as demais dimensões em que a vida é violada. Na Constituição Pastoral, o aborto é mencionado como *uma das formas* de atentado à vida, conectadas a diversas outras formas, inclusive sociais e econômicas, nas quais a vida também é violada. O texto deixa isso bem claro, para que não nos enganemos:

São infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho; em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo em que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador. (GS 27)

Não é adequado que um católico se apegue apenas a uma dessas referências e ignore todas as outras, como se agir contra elas não fosse também um imperativo que deveria mover nossa ação. Acontece que, pela força dos meios de comunicação e pelo crescimento de um conservadorismo político e religioso favorecido pelo contexto subjetivo atual, a luta contra o aborto ganhou autonomia e exclusividade e todas as demais formas de defesa da vida



contra aquilo que a viola, conforme citados na *Gaudium et spes*, foram ignoradas como se fossem “coisas da esquerda” e caíram na repulsa das pessoas que têm sua consciência formada pelos meios de comunicação.

## 7 O CHAMADO DO PAPA FRANCISCO ÀS FONTES

O papa Francisco tem reavivado e aplicado ao mundo as fontes de nossa fé. Como dito por ele próprio, nada do que ele diz está fora da doutrina da Igreja ou dos ensinamentos dos Evangelhos. Na tradicional entrevista que o pontífice concede a jornalistas no avião em que viaja em sua visita aos países, Francisco disse, sem dispensar o seu bom humor:

Tenho certeza de não ter dito nada além do que ensina a Doutrina Social da Igreja. Eu sigo a Igreja, e sobre isto creio não estar errado. Talvez algo tenha dado uma impressão um pouco mais ‘à esquerda’, mas seria um erro de interpretação. E se quiserem que recite o Credo, estou disposto a fazê-lo... (Papa Francisco, citado por TORNIELLI, 2015).

Fundamentado nas mesmas fontes que deveriam ser as nossas, o pontificado de Francisco tem trazido a esperança de que finalmente os católicos percebam e ponham em prática a radicalidade do compromisso com a fé ao qual nos chamam os documentos da Igreja, principalmente os do Concílio Vaticano II (em especial a *Gaudium et Spes*), que não são mais do que a adaptação do apelo dos Evangelhos às condições do mundo atual.

Isso é um alento de esperança em um momento em que no mundo crescem os discursos de ódio e intolerância, em que os ex-

tremismos de direita, em todo o mundo, e em particular no Brasil, ameaçam a luta pela justiça e direitos humanos, em que o apelo por justiça é rechaçado com um ódio disseminado na população pela ação planejada em função de interesses políticos e econômicos aos quais estão ligados os meios de comunicação social.

Tanto para os que são vítimas da misaristeria quanto para os que, de boa fé, deixaram-se iludir pelos meios de comunicação, reproduzindo na consciência o mundo estruturado produzido de maneira planejada pela mídia, o papa traz boas novas. Aos primeiros, o compromisso de estar ao seu lado; aos segundos sua disposição de curá-los da cegueira e trazê-los à luz.

Concluo este ensaio com uma longa citação do discurso do papa Francisco no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em julho de 2015, justamente o que despertou o ódio das elites ao nosso pontífice e que o tornou vítima das mesmas acusações que pesam sobre os que lutam por justiça, para que não parem dúvidas sobre a que lado nos conduz o compromisso com a Doutrina Social da Igreja:

Nas vossas cartas e nos nossos encontros, relataram-me as múltiplas exclusões e injustiças que sofrem em cada atividade laboral, em cada bairro, em cada território. São tantas e tão variadas como muitas e diferentes são as formas próprias de enfrentá-las. Mas há um elo invisível que une cada uma destas exclusões: conseguimos nós reconhecê-lo? É que não se trata de questões isoladas.

Pergunto-me se somos capazes de reconhecer que estas realidades destrutivas correspondem a um sistema que se tornou global. Reconhecemos nós que este sistema impôs a lógica do lucro a todo o custo, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza?

Se é assim - insisto - digamo-lo sem medo: queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o

suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco.

Queremos uma mudança nas nossas vidas, nos nossos bairros, no vilarejo, na nossa realidade mais próxima; mas uma mudança que toque também o mundo inteiro, porque hoje a interdependência global requer respostas globais para os problemas locais. A globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença.

[...]

Está-se a castigar a terra, os povos e as pessoas de forma quase selvagem. E por trás de tanto sofrimento, tanta morte e destruição, sente-se o cheiro daquilo que Basílio de Cesareia chamava «o esterco do diabo»: reina a ambição desenfreada de dinheiro. O serviço ao bem comum fica em segundo plano. Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem, transforma-o em escravo, destrói a fraternidade inter-humana, faz lutar povo contra povo e até, como vemos, põe em risco esta nossa casa comum.

[...]

Que posso fazer eu, recolhedor de papelão, catador de lixo, limpador, reciclador, frente a tantos problemas, se mal ganho para comer? Que posso fazer eu, artesão, vendedor ambulante, carregador, trabalhador irregular, se não tenho sequer direitos laborais? Que posso fazer eu, camponesa, indígena, pescador que dificilmente consigo resistir à propagação das grandes corporações? Que posso fazer eu, a partir da minha comunidade, do meu barraco, da minha povoação, da minha favela, quando sou diariamente discriminado e marginalizado? Que pode fazer aquele estudante, aquele jovem, aquele militante, aquele missionário que atravessa as favelas e os parapeiros com o coração cheio de sonhos, mas quase sem nenhuma solução para os meus problemas? Muito! Podem fazer muito.

Vós, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito. Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos “3 T” (trabalho, teto, terra), e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudança nacionais, regionais e mundiais. Não se acanhem! (IGREJA CATÓLICA, 2015).

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. A culpa é da esquerda: misaristeria. **Caros Amigos**, São Paulo, 06 jun. 2014. Disponível em: <[www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/2873-a-culpa-e-da-esquerda-misaristeria](http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/2873-a-culpa-e-da-esquerda-misaristeria)>. Data da consulta: 19 out. 2015.

AVILA, Daniel C. Nota introdutória. In: BERNAYS, Edward L. A engenharia do consentimento. **Transformações em psicologia**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1927%3Av3n1a09-a-engenharia-do-consentimento&catid=340&Itemid=91&lang=pt#1a](http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1927%3Av3n1a09-a-engenharia-do-consentimento&catid=340&Itemid=91&lang=pt#1a)>. Data da consulta: 19 out. 2015.

AZEVEDO, Reinaldo. Bergoglio, o dito papa Francisco, não me representa! Ou: O sangue de Cristo e de 150 milhões de vítimas do comunismo. **Veja**, São Paulo, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/papa-francisco>>. Data da consulta: 19 out. 2015.

BERNAYS, Edward L. A engenharia do consentimento. **Transformações em psicologia**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1927%3Av3n1a09-a-engenharia-do-consentimento&catid=340&Itemid=91&lang=pt#1a](http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1927%3Av3n1a09-a-engenharia-do-consentimento&catid=340&Itemid=91&lang=pt#1a)>. Data da consulta: 19 out. 2015.

BERNAYS, Edward L. **Propaganda**. New York: Horace Liveright, 1928.

BETTO, Frei. **Calendário do poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Discurso no Encontro Mundial dos Movimentos Populares**. Santa Cruz de la Sierra, 09 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544477-questa-economia-mataq-afirma-papa-francisco>>. Data da consulta: 19 out. 2015.

PULLELLA, Philip. Vaticano se envergonha por “crucifixo comunista” de Morales. **Exame**, 09 jul. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/vaticano-se-envergonha-por-crucifixo-comunista-de-morales>>. Data da consulta: 19 out. 2015.

RIBEIRO JR., Amaury. **A privatária Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

TORNIELLI, Andrea. Papa Francisco: Perguntam-me se eu sou católico? Se quiserem, posso recitar o Credo. **Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo. 23 set. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/547159-papa-francisco-perguntam-me-se-eu-sou-catolico-se-ser-ve-posso-recitar-o-credo>>. Data da consulta: 19 out. 2015.



# A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA: reflexões sobre direitos, violências, desigualdades e justiça

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

UM PARADOXO COLOCA EM XEQUE A SOCIEDADE BRASILEIRA: O regime democrático ainda não foi capaz de conter eficazmente a violência e a criminalidade multifacetadas que fazem parte da história e da cultura de nossa sociedade. Mesmo com os avanços institucionais advindos com a Constituição Federal de 1988, observamos que as alterações nas estruturas de poder não removeram os privilégios de elites sociais e econômicas e foram insuficientes para alterar uma ordem social injusta e excludente. Nesse sentido, as explicações já tradicionais acerca desse fenômeno, ou seja, o legado do passado escravista, a dominação patrimonialista das elites, as estratégias de conciliação entre as elites para a sua manutenção no poder, o “autoritarismo socialmente implantado”, a “cidadania regulada”, a “democracia disjuntiva” etc. (FAORO, 1976; PINHEIRO, 2001; SANTOS, 1979; CALDEIRA, 2000, respectivamente) ajustam-se com uma realidade na qual as formas de violências e de dominação se reproduzem em contextos político-sociais extremamente heterogêneos.

Sobre os tópicos que relacionam as raízes sociais e políticas de um passado de elevada exclusão social com um presente que ainda mantém os velhos vícios dessa ordem aristocrática<sup>1</sup>, poderíamos adicionar ainda o fato de que os estudos que tratam de problematizar as políticas públicas garantidoras de cidadania e justiça são recentes e escassos. Uma das mais importantes contribuições nessa área foi dada por Santos (1979), com a publicação de *Cidadania e Justiça*, quando esse autor argumenta que a expansão da cidadania social no Brasil foi demarcada pelos processos de reconhecimento, pelo Estado, de demandas advindas do mundo do trabalho: regulamentação das profissões, carteira profissional e sindicato público que passam a definir o que é ser cidadão. Esse processo não foi fruto da pressão da sociedade civil organizada, tratando-se da tutela, pelo Estado, dos direitos dos trabalhadores.

O que Santos (1979) apresenta como modelo analítico para a compreensão do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil pode ser utilizado, por exemplo, para o entendimento acerca dos óbices que emperraram as mudanças no sistema público de segurança. Sob esse ângulo de análise, compreendem-se como os mecanismos de controle social do Estado, congregados nas corporações policiais, por exemplo, foram direcionados para a proteção das elites políticas, econômicas e sociais (detentoras dos meios de produção e, em anuência com o estado tutelador, dominadoras da força de trabalho) em detrimento da expansão dos direitos de cidadania, notadamente aqueles direitos que legitimam a igualdade entre os cidadãos.

---

<sup>1</sup> Roberto Damatta observa em seus estudos que as relações político-sociais no Brasil estão profundamente marcadas por uma “ética dupla”: a sociedade brasileira enfrenta o dilema de compreender a duplicidade constitutiva do cálculo duplo, isto é, perceber como o universo “da casa” invade o espaço público. Ambiguidade que pode também ser observada no “poder à brasileira”. Os poderosos, as elites, “tudo podem”. (DAMATTA, 2001).



É notório que a transição democrática no Brasil possibilitou, em boa medida, o acesso aos direitos de cidadania a grandes contingentes populacionais, historicamente segregados. A ampliação das políticas públicas sociais constituiu-se na principal bandeira de um Estado que, almejando tornar-se democrático e de direito, incluiu, em doses homeopáticas, setores historicamente apartados da vida social e política.

Mas, por que, num país dito democrático, a violência institucional, a tortura, o desrespeito a elementares direitos de cidadania, a seletividade do sistema de justiça criminal, o elevadíssimo grau de letalidade da ação policial, entre outros, não são encarados como problema civilizatório?

Analisemos, rapidamente, a segurança pública brasileira: historicamente, foi relegada a um segundo plano, limitando-se a ações de contenção social através de forte repressão policial, principalmente após o advento da ditadura militar (1964-1985). Não obstante a redemocratização, num esquema de “dependência da trajetória” e mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, resquícios desse sistema altamente insulado, centralizador e autoritário persistiram nos mecanismos e nas agências de segurança pública brasileiras.

Por que isso ocorreu? Talvez pela construção histórico-cultural na sociedade brasileira acerca do que vem a ser lei e ordem. Uma tendência de minimizar os problemas da segurança pública, reduzindo-os a uma questão estritamente policial, voltada para o controle das chamadas “classes perigosas”, possibilitando a “emergência de propostas, provenientes de distintos grupos, classes e categorias sociais, favoráveis a um rigoroso, rígido e mesmo autoritário controle repressivo da ordem pública” (ADORNO, 1995). Essa linha de pensamento e ação parte do pressuposto segundo o qual cada vez mais um maior número das normas é violado; portanto, o problema da lei e da ordem se resumiria, em última instân-

cia, à ausência crescente de punições efetivas, o que redundaria, por sua vez, numa demanda por ação repressiva por parte do Estado.

Não obstante todo um aparato estatal de controle da sociedade, esse sistema repressor foi incapaz de sufocar as várias mazelas sociais que produzem a desigualdade, a violência e o crime expressos em altas taxas de vitimização, na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, na falta de coordenação da política, no aumento do encarceramento, entre outros problemas.

## 1 AINDA SOBRE LEI E ORDEM

As discussões sobre lei e ordem e sobre a lógica do controle na sociedade moderna apontam para o aprofundamento do tema do papel do Estado no provimento da segurança pública nas sociedades democráticas.

Note-se que essa transferência do controle da violência para a sociedade não se dá numa perspectiva comunitária, como defendido por Soares (2006), mas numa perspectiva econômica. Os argumentos que justificam tais iniciativas estão ancorados na eficiência da gestão governamental, nem sempre na efetividade das políticas públicas.

Saindo especificamente do contexto brasileiro para ampliar a discussão, essa tendência de transferência de responsabilidades da esfera pública para a esfera privada e individual é problematizada por Bauman (2003). Segundo esse sociólogo, a insegurança, que diz respeito a todos, tem sua origem, na contemporaneidade, num mundo desregulamentado, flexível, plural, competitivo e repleto de incertezas, onde cada um está deixado à própria sorte: “somos convocados [...] a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos salvação individual de problemas

compartilhados” (BAUMAN, 2003, p. 129). Nesse mundo volátil e mutante, as pessoas são induzidas a um investimento naquilo que supõem controlar, tendo em vista a sua autopreservação. Para tanto, o paliativo para a insegurança é a busca por proteção individual que tem a ver com a integridade corporal, a defesa da propriedade e uma ideia de “comunidade” que faz do estranho o inimigo a ser evitado ou combatido. Nesse movimento há um evidente contrassenso: ao incrementar o arsenal de segurança privada, há um sempre crescente sentimento de insegurança; e mais: os “outros” se tornam ameaçadores, provocando maior sensação de medo e limitando, ainda mais, a liberdade de ir e vir. Os estranhos são a projeção dos nossos medos. Nossos *temores* [são mais] *difusos e esparsos* (BAUMAN, 2003, p. 130).

Por outro lado, na esfera jurídica, à medida que aumentam os problemas relacionados à violência e ao crime, o direito liberal punitivo, fundado no princípio da responsabilidade individual, dificilmente consegue dar respostas satisfatórias aos cidadãos ame-drontados. Constrangida pela baixa eficiência estatal no controle do crime, parte da sociedade – principalmente os segmentos mais conservadores e abastados – apela progressivamente para a segurança privada, com a anuência estatal, razão do rápido desenvolvimento de um mercado e indústria altamente sofisticados do ponto de vista tecnológico (ADORNO, 2002). Assim, o recurso ao encarceramento em massa de jovens, negros e pobres, uma estratégia umbilicalmente ligada à política de segurança pública estatal, continua sendo uma das principais iniciativas na contenção do crime e da violência.

Com medo da violência urbana e não confiando nas instituições do poder público encarregadas da implementação e execução das políticas de segurança, percebe-se uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, a diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; a criminalização da

pobreza (à medida que determinados setores da opinião pública estigmatizam os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como os responsáveis pela criminalidade e violência); a desconfiança generalizada entre as pessoas, corroendo laços de reciprocidade e solidariedade social; a ampliação de um mercado paralelo de segurança privada, dentre outros dilemas sociais.

Como dito anteriormente, apesar do processo de redemocratização do país, que atingiu seu apogeu formal com a Constituição Federal de 1988, subsistem práticas violentas promovidas pelo Estado, e toda uma cultura autoritária dispersa na sociedade. O Poder Judiciário e as instituições da segurança pública são os setores que mais oferecem resistência à implantação de uma ordem verdadeiramente democrática. Um olhar simultaneamente sociológico, político e histórico, que recupere as continuidades e discontinuidades das práticas punitivas e das políticas de segurança, pode ajudar a elucidar os mecanismos institucionais, as práticas sociais e os valores que bloqueiam a expansão da cidadania e a consolidação democrática. Em outras palavras, percebe-se um entusiasmo em relação à modernização econômica, política e social brasileira, mas com avanços tímidos no âmbito da consolidação das garantias legais e dos direitos civis, sobretudo para a população mais pobre. Apesar de a lei e do direito garantirem a igualdade, observa-se ainda um fosso entre os direitos formalmente garantidos e sua efetividade na vida dos cidadãos.

## 2 A RACIONALIDADE PÓS-MODERNA: A LÓGICA DO CONTROLE

Wacquant (1999) aponta que em diferentes sociedades ocidentais – particularmente nos Estados Unidos – a retração do espaço anteriormente ocupado pelo estado-providência, até a década de

1970, estimulou a rápida expansão do estado penal, mais propriamente das políticas de contenção rigorosa de criminosos e de repressão a potenciais autores de crimes.

A lógica da contenção dos criminosos (utilizando-se de mecanismos de classificação, rotulação e estigmatização<sup>2</sup>) seria uma das consequências da racionalidade moderna, ancorada na ordem e na certeza da razão: o ser humano seria capaz de dominar a ciência e a natureza, caminhando rumo a um constante progresso. Para Baumer (1997), os pilares da modernidade sofrem profundo abalo em virtude da evolução tecnológica, da crescente globalização e das novas concepções de tempo e espaço. Porém, as certezas da racionalidade moderna desmoronaram num mundo cada vez mais complexo, com o fim das fronteiras nacionais, das restrições ao comércio e o aumento da interdependência (econômico-cultural) entre os países.

Tal racionalidade, fundada no Iluminismo, passa a ser questionada, pois não dá conta da complexidade da sociedade contemporânea. Assim, o Estado, geralmente governado por elites político-econômicas, para reafirmar a sua legitimidade, utiliza cada vez mais de medidas eficazes de controle social, como, por exemplo, a expansão do sistema punitivo penal. Os discursos e as políticas expansionistas encontram eco nos espectros políticos e grupos sociais que agora, na pós-modernidade, enxergam na punição um mecanismo de defesa de seus interesses (SÁNCHEZ, 2001), em virtude da mudança na estrutura social e nas sensibilidades culturais contemporâneas (GARLAND, 2008).

---

<sup>2</sup> Segundo Goffman (1980) a sociedade cataloga os indivíduos conforme atributos considerados comuns (ou "naturais") pelos membros dessa categoria. Determina a quais categorias as pessoas pertencem, seus atributos etc. Em outras palavras, a sociedade define um padrão externo ao sujeito – que prevê a categoria, os atributos, a identidade social e as relações que essa pessoa deve estabelecer com seu meio.

Entre outros, é dentro desse amplo espectro de possibilidades de intervenção na área da segurança pública que observamos uma profunda crise de legitimidade do Estado. Fragilizado frente à expansão do mercado privado da segurança e pressionado pela sociedade que anseia por respostas rápidas frente ao aumento dos crimes, muitas vezes as políticas no campo da segurança pública se limitam às ações de repressão criminal seletivamente dirigidas a segmentos socioeconômicos ou étnico-raciais vulneráveis.

### 3 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado democrático, é sistemática e institucionalmente violada no Brasil. Convivemos, ainda, com polícias que torturam, invadem residências sem ordem judicial, julgam e executam sumariamente e ao arrepio da lei. Agentes públicos que, cotidianamente, afrontam direitos garantidos na Constituição, sem serem punidos. Segundo dados do Mapa da Violência, em sua edição de 2011, além da violência letal, uma parcela significativa das mortes tem sido atribuída a ações das polícias estaduais, em especial à militar, nos chamados “autos de resistência” ou “resistências seguidas de morte”. As mortes resultantes de ações policiais são um aspecto da violência institucional, denominada letalidade policial. Segundo a organização internacional de direitos humanos *Human Rights Watch*, a partir da análise de dados oficiais, as polícias dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo mataram um total de mais de 11.000 pessoas entre 2003 e 2010. Em quase todos esses casos, a polícia relatou que as mortes teriam sido atos de legítima defesa em tiroteios com supostos criminosos. Em São Paulo esses casos são designados por “resistência seguida de morte” e no Rio eram

denominados de “autos de resistência”. No entanto, uma análise detalhada desses eventos criminais, das declarações de autoridades e dados estatísticos sugere de forma contundente que uma parte significativa desses casos são, na realidade, execuções extrajudiciais (HUMAN, 2011).

Várias condutas criminosas compõem um rol de situações desviantes praticadas por indivíduos. Acontece que determinadas classes sociais estão muito mais expostas e desprotegidas, fazendo com que comportamentos idênticos, dependendo do estrato social a que pertence o indivíduo, produzam um reconhecimento social segundo o qual uns indivíduos são catalogados preponderantemente como criminosos e outros como vítimas (THOMPSON, 1998, p. 87).

A violência estatal também está evidente na expansão expressiva do sistema prisional no Brasil: em 1995 eram 148.760 presos no país; hoje, são mais de 600 mil. Tal contingente de presos elevou de sétima, em 2007, para quarta, em 2010, a posição do Brasil no *ranking* mundial de população carcerária, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia. Acontece, que nos últimos anos esses três países têm diminuído a população prisional ao contrário do que ocorre no Brasil, cujas políticas de encarceramento poderão fazer com que o país supere em pouco tempo a Rússia, aproximando-se da China e dos Estados Unidos. Não obstante o aumento no número dos presos, as taxas de crimes violentos continuam elevadíssimas; as condições insalubres e geradoras de violência no sistema prisional não foram superadas – atribui-se a essa situação a criação da maior organização criminosa da atualidade, o chamado Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>3</sup> –; a reincidência crimi-

---

<sup>3</sup> Sobre este tema vale a pena ler Dias (2013). A autora reconstitui o processo de expansão e consolidação do PCC nas prisões de São Paulo e analisa sua atual estrutura e seu funcionamento.

nal continua em patamares também altíssimos, segundo variadas fontes<sup>4</sup>.

Os investimentos na ampliação do número de vagas prisionais geralmente se baseiam em argumentos relacionados aos problemas de aumento da criminalidade e impunidade dos agressores, bem como os gerados pela superlotação de cadeias e por rebeliões e fugas (SÁ, 1996). A atual situação prisional brasileira, além de produzir uma pressão sobre o próprio sistema, repercutindo numa expansão desmedida, torna-o perverso, basicamente punitivo e incapaz de promover aos condenados a possibilidade de retorno ao convívio em sociedade. Outro revés decorrente da ineficiência para a reabilitação dos condenados é justamente o de tornar a criminalidade um problema crônico, gerando ônus social de todas as ordens e em ritmo crescente, como uma bola de neve (SÁ, 1996). Verificamos, então, que, no Brasil, apesar das mudanças no sistema de justiça penal, o sentido de punição continua a ser mais contundente que o de mediação de conflitos ou reconciliação<sup>5</sup>.

De um modo geral, a pena prisional tem produzido muito mais um efeito punitivo, no sentido de destruição da integridade do indivíduo condenado, devido às péssimas condições e inadequações do tratamento dado aos presos, que correccional, visando reconciliar a sua relação com o corpo social mais amplo (OTTOBONI, 2006).

## 4 O CONTROLE DEMOCRÁTICO DA VIOLÊNCIA

Um dos maiores dilemas acerca do controle democrático da violência, com a instauração de um Estado de Direito, reside na

---

<sup>4</sup> Embora se estime que a taxa de reincidência seja alta, ainda não existem dados confiáveis para subsidiar a tomada de decisões pelos poderes públicos.

<sup>5</sup> Como descrito por Foucault (1987), em “Vigiar e Punir”, as penas mudaram do suplicio – a exemplo do esquartejamento por parricídio –, para o aprisionamento.



legitimidade do uso da força pelo Estado. Como observa Adorno (2002), é imperioso reconhecer que a sociedade brasileira experimentou acentuada modernização de suas estruturas sociais ao longo das últimas décadas. Vários foram os fatores que corroboraram amplas transformações sociais a partir, principalmente, da década de 1950, com a intensificação do êxodo rural e a conformação de imensos segmentos populacionais na vida urbana. Porém, a vida na cidade não apagou os traços de uma submissão do povo aos ditames dos grupos poderosos. O modelo fundiário brasileiro, altamente concentrador e seletivo até os dias atuais, denuncia essa ordem de coisas. Observamos que a defesa desse modelo de propriedade privada sempre ocupou especial atenção do aparato da segurança pública. E de alguma forma, a mesma situação se reproduziu nas cidades, onde a especulação imobiliária alijou a massa dos “excluídos” para as periferias – dos grandes centros urbanos em formação –, sempre vigiados e catalogados como “classes perigosas”. Assim, constatamos que de um lado temos os “incluídos”, portadores de direitos, de cidadania; do outro, os “excluídos”. Nos termos de Keil (2001, p. 72), “são exclusões visíveis ou invisíveis, provisórias ou definitivas, assumidas ou não”.<sup>6</sup> A incapacidade do Estado em fazer uma reforma agrária é similar à mesma incapacidade de produzir uma reforma urbana. O homem do campo, antes vigiado e contido, é agora o pobre das periferias das grandes cidades, onde não há acesso aos benefícios do Estado. A única presença estatal e constante se dá no controle pela polícia, geralmente de forma discricionária e arbitrária.

Observamos que parte dos cidadãos – especialmente procedentes de setores conservadores das classes médias e os abastados,

---

<sup>6</sup> Chauí (1997) avalia que a maneira clientelista como os detentores do poder tratam o atendimento das necessidades dos mais pobres, com o intuito de manter relações de dominação e submissão, tem sido uma forma de imobilizar a própria sociedade e provocar o encolhimento da vida pública.

em geral – reagem aos dilemas da violência e do crime recusando políticas públicas identificadas com a proteção dos direitos humanos. Em contrapartida, como observa Soares (2000), reclamam por mais e maior punição, mesmo que, para garanti-la, seja necessário conferir maior liberdade de ação às agências e aos agentes encarregados da “manutenção da ordem pública”, independentemente de constrangimentos legais: “em nome da lei e da ordem, propõe-se justamente um controle social carente de legalidade”.

Historicamente, várias manifestações da violência real e simbólica permearam a sociedade brasileira. A pobreza extrema, a dificuldade de acesso dos pobres aos serviços públicos, os preconceitos e discriminações socialmente aceitos, a parcialidade e seletividade do sistema de justiça, a truculência policial, entre outros fazem parte da nossa história. Paixão (1988) aponta os hiatos sociais acentuados entre a elite e as massas populares, mostrando um enorme desnível social que propicia o alheamento popular face ao sistema político:

uma formação social estatista; pactos políticos excludentes; altos níveis de repressão policial sobre as classes populares – todos esses traços estruturais e culturais são apontados na literatura como explicações da fragilidade da cidadania entre nós. (PAIXÃO, 1988, p. 175).

Em ampla medida, diga-se de passagem, os argumentos desse autor, defendidos há quase 30 anos, ainda se aplicam à nossa realidade social.

Como se não bastasse toda uma ordem político-institucional e cultural geradora da exclusão e do afastamento de grandes parcelas da população dos direitos de cidadania, o período ditatorial (1964-1985) acentuou a destruição de uma cultura democrática em cons-

trução (ZALUAR, 2007)<sup>7</sup>, ao enfatizar o controle do Estado em relação às chamadas “classes perigosas”. O autoritarismo, característico do período militar, conjugou-se com práticas clientelistas e patrimonialistas – que remontam da formação social e política nacional<sup>8</sup> – na conformação, por exemplo, de um sistema de justiça criminal claramente a serviço de determinadas classes sociais, com o aval da legalidade dada por parte do estado (BARREIRA, 2004, p. 78), que perdurou mesmo depois da promulgação da Constituição Federal de 1998.

## 5 OS INTERESSES DA MÍDIA NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA E DA CORRUPÇÃO

Uma das formas mais contundentes de se propagar, naturalizar e banalizar a violência é a mídia. A violência real e simbólica exibidas em doses cavalares inunda a imprensa que, sem controle democrático e social, ratifica preconceitos de vieses socioeconômico e étnico-raciais, direcionando de forma deliberada e sensacionalista os males de uma sociedade visceralmente marcada pelas práticas violentas aos segmentos menos abastados da sociedade.

Os veículos de comunicação de massa deveriam ser o espelho fiel das contradições e conflitos existentes na sociedade. Evidente,

---

<sup>7</sup> Para Zaluvar (2007), desenvolvia-se no Brasil uma cultura da negociação, caracterizada pela tolerância. “Mas a redemocratização não recuperou a cultura urbana de tolerância e as artes da negociação. Pode-se dizer, então, que o **pior efeito de um regime de exceção é que ele destrói a cultura democrática** que se manifesta nas práticas sociais quotidianas de respeito e de civilidade com o outro, deveres do cidadão, até mesmo as da negociação que havia se difundido em cidades brasileiras” (ZALUAR, 2007, p. 39, destaque nosso).

<sup>8</sup> “Sem dúvida, há conexões entre a presente violência urbana e o passado de violência rural no Brasil. [...] Como todo país, há aqui um história de longa duração de violência institucional e, no caso brasileiro, sobretudo violência privada. [...] É essa violência privada e a desigualdade social, econômica e jurídica que foram as marcas importantes da sociedade brasileira de então, mas que persistem, transformadas, até hoje” (ZALUAR, 2007, p. 36).

portanto, que na sua pauta apareça a questão da violência como algumas das principais demandas de discussão da sociedade brasileira na atualidade.

À medida que o poderio econômico foi dominando a mídia, presenciamos uma incestuosa relação no universo da comunicação de massa: parte do jornalismo subjugado às conveniências do grande capital, conformado com os interesses econômicos dos grandes oligopólios midiáticos, que determinam o que deve ser pautado, como, quando, de qual forma, recorte e viés, assim como o que deve ser publicado (melhor dizendo, publicizado – dado que parte do jornalismo virou ora mercadoria, ora produto de entretenimento). Assim, o noticiário dos grandes veículos de comunicação transforma-se em espetáculo, muitas vezes grotesco, a ser vendido de forma sensacionalista para o deleite do telespectador-consumidor.

As grandes redes de comunicação, as poderosas agências noticiosas, os grandes conglomerados da imprensa determinam o que deve ser divulgado e sob qual ótica os fatos são apresentados à opinião pública. Denunciam veementemente qualquer tipo de censura e, paradoxalmente, aplicam a censura em todos os seus produtos midiáticos.

Sobre a mídia, alertou o Papa Francisco:

Hoje o clima midiático tem suas formas de envenenamento. As pessoas sabem, percebem, mas infelizmente se acostumam a respirar da rádio e da televisão um ar sujo, que não faz bem. É preciso fazer circular um ar mais limpo. Para mim, os maiores pecados são aqueles que vão na estrada da mentira, e são três: a desinformação, a calúnia e a difamação”. (IGREJA CATÓLICA, 2014).

Há muito se questiona a isenção e a imparcialidade dos meios de comunicação. Por um lado, em virtude das relações imbricadas e promíscuas que envolvem os donos dos veículos (muitos dos quais,

editores de suas empresas de comunicação) com setores conservadores e elitistas; por outro, pela fragilidade de parte de seus quadros profissionais, subjugados (e impotentes) frente às determinações patronais. Quem perde com essa situação é a democracia, que deixa de ter na imprensa o contraponto às mazelas sociais e políticas.

Em relação à cobertura da violência, é evidente a complexidade que envolve tal fenômeno e a dificuldade, ou a quase impossibilidade, de o profissional da comunicação, cobrindo o factual, abordar todas essas questões na apresentação de cada notícia sobre o tema. Porém, o papel da imprensa na discussão sobre os dilemas da violência é de fundamental importância para o aprimoramento das políticas públicas nessa área. Ou seja, a cobertura do fenômeno da violência pode oferecer aos cidadãos soluções que suplantam o medo, o ódio, a sensação de impotência e de descrédito das instituições, quando o problema é tratado com responsabilidade e sem sensacionalismo.

Além dos crimes, que recheiam os noticiários na mídia, outras tantas formas de violência que afrontam cotidianamente os direitos humanos são naturalizadas em nossa sociedade. Aqui também a mídia tem um papel relevante, podendo fomentar uma discussão sobre essas violências historicamente escamoteadas em nossa sociedade: violências contra crianças, mulheres, negros, homossexuais, minorias étnicas, entre tantas outras.

A cobertura sobre corrupção, pela grande mídia brasileira, por exemplo, tem desprezado o aprofundamento das informações e demonstrado discricionariedade e seletividade na abordagem de um problema tão complexo. A guerra do bem *versus* o mal reproduz o velho estilo maniqueísta (uma forma de pensar simplista em que o mundo é visto como que dividido em dois, reduzindo os fenômenos humanos e sociais a uma relação de causa e efeito, certo e errado, isso ou aquilo; sendo que a simplificação nasce da intolerância ou desconhecimento em relação à verdade do outro e/ou da pressa

de entender e refletir sobre a complexidade de tais fenômenos). Quase não se fala, por exemplo, sobre os corruptores, os donos do capital por detrás dos políticos corruptos. Será que a mídia deseja subjugar a opinião pública à opinião publicada?

Frente a tanta (des)informação parece que estamos perdidos; que ninguém é honesto; que não vale a pena lutar pela ética, a verdade, a justiça. A mensagem subliminar seria, então, que vale a pena ser desonesto e chafurdar-se nas pequenas corrupções do dia a dia? É essa a mensagem sub-reptícia que nos é passada?

Mas, a mídia pode apresentar práticas viáveis de superação do medo, da corrupção e da impotência frente ao fenômeno da violência difusa, criando condições de mobilização social e comunitária que, efetivamente, são fundamentais para o incremento da coesão social, a estimular a participação ativa do cidadão no espaço público, na superação do medo e da apatia social frente a esses dilemas sociais.

## 6 O RESULTADO: DISCURSO DA VINGANÇA E DO ÓDIO

Desde 2013, presenciamos não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo, sinais de uma crise que, a rigor, pode apontar algo muito mais profundo, ou seja, o esgotamento do modelo capitalista. Esse esgotamento pode ser percebido em várias dimensões: colapso do ecossistema, da política, da economia baseada na especulação e no rentismo, das instituições tradicionais – incapazes de dar respostas às demandas da sociedade cada vez mais complexas.

Quando analisamos a realidade sociopolítica brasileira nas duas últimas décadas, observamos que o modelo de desenvolvimento iniciado no governo Lula foi baseado na exportação de *commodities*, no acesso facilitado ao crédito com consequente

endividamento popular em grande escala. Baseou-se também no consumo de massa puxado por uma descomunal e caótica expansão urbana. Tal modelo só foi possível, em boa medida, pelo poder de compra do mercado chinês, que alterou o capitalismo global. Ademais, a circulação desenfreada e sem lastro de dinheiro foi a tábua de salvação do capitalismo na última década.

Porém, o lulismo também apresenta suas desventuras: por exemplo, não convidou a classe média para o “banquete”. Paradoxalmente, os ricos e os pobres, guardando as devidas proporções, foram os grandes beneficiários das políticas econômicas nos últimos anos.

O foco das tensões sociais está relacionado com a perda patrimonial da classe média, o que pode explicar, também, o crescimento da direita e do egoísmo social. Na década de 1979, a classe média possuía cerca de 30% do patrimônio total. Hoje está mais próximo de 25%. Ao mesmo tempo, observa-se um aumento na concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos. Segundo o IBGE, no Brasil, os 10% mais ricos concentram 42% da renda nacional. Essa perda de posição da classe média poderia levar esse segmento para a extrema-direita: quando não conseguimos resolver os problemas sociais de forma tranquila, a tentação é colocar a cultura no outro: trabalhadores, imigrantes, gregos preguiçosos etc. (PIKETTY, 2014).

É importante analisar o fato de que parte da classe média brasileira, historicamente acostumada com privilégios e não com direitos, bandeou, nos últimos anos, para um discurso e prática que beiram o fascismo. Ao invés de usar seu poderio político de formação da agenda pública para lutar por justiça social e equidade, ou seja, contra a concentração de renda nas mãos de poucos, segmentos da classe média direcionam um discurso odioso para os pobres e para aqueles políticos e partidos que representam tais extratos sociais.

A violência, que sempre determinou a “ordem” das relações sociais no Brasil, tornou-se o recurso utilizado em doses cavalares por setores da classe média que tenta reposicionar-se num cenário de disputas reais e simbólicas. Não nos enganemos: a paz dos túmulos não existe mais. Dito de outra maneira, não haverá justiça social e igualdade no Brasil sem tocar nos privilégios historicamente acumulados. Não é possível alcançar a paz sem perder nada.

## 7 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Percebemos, nos últimos tempos, uma tendência segundo a qual todo conflito – de ordem pessoal, institucional, moral –, deve ser dirimido, exclusivamente, pelo Poder Judiciário. Uma crescente incapacidade de outras formas e medidas de resolução dos conflitos por vias extrajudiciais. O Poder dos Tribunais parece se consolidar como única saída possível quando há querelas ou mesmo disputa entre os demais poderes e entre os cidadãos. Aos poucos, o direito penal começa a substituir e se sobrepor aos direitos humanos, numa clara afronta à ordem constitucional. Cada vez mais estado penal; menos estado constitucional.

Vários comentaristas políticos brasileiros têm demonstrado o perigo de um poder autocrático, como o Judiciário, definir os rumos da vida social, política e institucional. É nesse cenário que a crescente judicialização da política torna-se um risco à democracia.

Enganam-se aqueles que rejubilam com arroubos autoritários do Judiciário. A quem interessa que um poder tão distante das demandas e anseios do povo possa se sobrepor às demais instituições republicanas?

É verdade que temos inúmeros políticos de conduta duvidosa no Legislativo e no Executivo. Mas esses dois poderes, não obs-



tante suas mazelas, possuem mecanismos de prestação de contas e controles interno e externo relativamente efetivos. E o maior e melhor de todos os controles: as eleições.

E em relação ao Judiciário, o que podemos dizer em termos de transparência, controle e prestação de contas à sociedade? Qual a participação popular na configuração do Judiciário?

A onipotência das togas, numa democracia, é indesejável. Uma elite jurídica, qual casta incorruptível, não pode determinar os rumos da vida republicana, em detrimento da ação política. Juízes não podem ser os donos da verdade. Afinal, a democracia só é possível dentro dos marcos do pluralismo das ideias, e as decisões da justiça não podem extirpar a possibilidade do surgimento dos conflitos sociais e da plena mediação de tais conflitos por todos os poderes republicanos, e não somente pelas vias jurídicas e judiciárias.

Um estudo inspirador, de Fábio Konder Comparato, um dos juristas mais respeitados do Brasil, comprova que o Poder Judiciário no Brasil é historicamente submisso às elites, corrupto em sua essência e comprometido com a injustiça:

o corpo de magistrados, entre nós, sempre integrou de modo geral os quadros dos grupos sociais dominantes, partilhando integralmente sua mentalidade, vale dizer, suas preferências valorativas, crenças e preconceitos; o que contribuiu decisivamente para consolidar a duplicidade funcional de nossos ordenamentos jurídicos nessa matéria. Ou seja, nossos juízes sempre interpretaram o direito oficial à luz dos interesses dos potentados privados, mancomunados com os agentes estatais. (COMPARATO, 2015, p. 5 - 6)

A onipotência judicial ou, se preferirmos, o governo dos juízes deslegitima a democracia, pois desloca violentamente as grandes decisões políticas do âmbito do Legislativo e do Executivo para o

do Poder Judiciário. Isso não é avanço institucional; ao contrário, trata-se de retrocesso perigoso.

A Constituição de 1988, a carta cidadã, estabelece em seu artigo 1º, parágrafo Único: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Portanto, claro e cristalino: não é o Judiciário quem dá a última palavra. No artigo 1º, que inaugura nossa Carta Magna, está definido: o poder emana do povo.

## 8 CONCLUSÃO

Para complicar o cenário das disputas em jogo, uma crise sociopolítica se instalou depois das eleições de 2014, produzindo um clima a detonar ferrenhas disputas reais e simbólicas. Na atual crise política brasileira, alguns elementos são mais ou menos evidentes. Em primeiro lugar, mas não necessariamente nesta ordem, observamos as dificuldades e mazelas da manutenção do presidencialismo de coalizão: um arranjo político que demanda capacidade de produção de agenda pelo presidente e habilidade na articulação com outros poderes, como o Legislativo. Para além da crise do presidencialismo de coalizão, todos os analistas políticos apresentam também uma crise de representação, marcada pelo distanciamento entre representantes e representados, mas cuja representação, nas diferentes Casas Legislativas, está longe de retratar a diversidade étnico-cultural e política da sociedade. Além dos limites da democracia representativa, temos poucos e frágeis mecanismos de democracia direta e participativa; uma cultura altamente individualista e pragmática; a criminalização da política pelos segmentos conservadores; a perversidade do mercado eleitoral, via financiamento das campanhas; a burocratização e cen-

tralização partidária e o papel seletivo desempenhado pela mídia e pelo Judiciário.

Além desses elementos conjunturais, a configuração política brasileira apresenta elementos marcantes de uma longa tradição autoritária, centralizadora e elitista; a centralização unipessoal do poder, principalmente, no Poder Executivo; a concentração de poder nas mãos de elites políticas tradicionais, a facilitar o clientelismo; a corrupção e o desvio de recursos públicos, um sistema eleitoral defeituoso, principalmente pelo abuso do poder econômico nas eleições; uma má organização partidária (extinção, fusão, multiplicação ilimitada de partidos e legenda; fidelidade partidária; partidos pragmáticos ao invés de programáticos), além de outras questões como a da desproporcionalidade da representação política dos Estados no Legislativo Federal; a baixa (ou a não) representação de segmentos sociais (indígenas, negros, LGBT, mulheres...) nos parlamentos.

Outro fenômeno que ressurgiu nas últimas eleições foi um misto difuso de ódio e vingança, fazendo da disputa eleitoral uma verdadeira guerra, quando o processo democrático da escolha dos representantes deveria ser tão e somente um embate civilizado e respeitoso de ideias, opiniões e pontos de vista sobre os rumos do país. A quem interessa um país esfacelado?

Neste cenário aparentemente dantesco, o filósofo e cientista político esloveno Slavoj Žižek nos ajuda a pensar algo importante: a unificação de todos os nossos medos (e/ou discursos do medo) numa (falsa) verdade é o grande objetivo que sempre moveu os ideais dos mais conservadores. Essa estratégia justificou o nazismo (os nazistas tinham horror dos judeus, dos homossexuais...) ou o golpe civil-militar de 1964 (medo do comunismo), por exemplo.

A soma dos muitos medos (os verdadeiros ou aqueles construídos no imaginário social) é o ambiente propício para se criar um clima de pânico; instalar a desconfiança generalizada; propa-

gandear uma insatisfação irracional, mesmo num ambiente institucionalmente normal e em funcionamento. A partir daí, podem-se construir as saídas conservadoras, através de pseudo-heróis “salvadores da pátria”; justifica-se o injustificável com argumentos falaciosos, mas aparentemente palatáveis e aceitos pela cultura vingativa que, em alguma medida, nos congrega; elegem-se bodes expiatórios lançando-os à fogueira da condenação midiática.

A partir da unificação dos medos é fácil acatar como fato inequívoco o discurso do ódio, da violência, da eliminação a qualquer custo daqueles que encarnam os males e seus seguidores.

A intolerância, o racismo, o preconceito – principalmente de matrizes socioeconômica e étnico-cultural –, o fascismo disfarçado de nacionalismo são alguns dos “demônios” que saíram do armário (porque lá sempre estiveram) e seus adeptos (que comportam como massa acéfala) querem se impor, afrontando a democracia: privilegiados que não aceitam uma sociedade que caminha, a passos lentos, rumo a igualdade de fato, para além da igualdade de direito. Grupos que querem continuar a ostentar velhos privilégios da Casa Grande. Apesar de escolarizados, são muito deseducados, porque negam a igualdade de direitos e desconhecem a história, dado que a conquista de direitos, mesmo lenta e gradual, é irreversível em qualquer sociedade minimamente democrática e plural.

Não há democracia numa sociedade estamental, como era o Brasil até bem pouco tempo. A igualdade de direitos faz parte do processo de consolidação da cidadania e é fundamento das democracias.

Se nos últimos anos incorporamos, mesmo que lentamente, os pressupostos basilares de um estado democrático e de direito, ainda resta um grande caminho a ser percorrido pela efetividade da cidadania em nosso país. A violência institucional, os preconceitos, o racismo, a seletividade dos sistema de justiça criminal e segurança

pública, o ódio travestido de nacionalismo, a fragilidade do Estado na promoção da justiça e na consolidação de direitos indicam que “se muito vale o já feito, mais vale o que será”.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Criminalidade violenta, estado de direito e controle social**. Relatório de pesquisa. Programa de pós-doutorado, Paris/França, 1994-1995. São Paulo, 1995, mimeo. 72p. (CNPq).
- ADORNO, S. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p. 103-140, nov. 2003.
- ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo: Anpocs; Brasília: Capes, v. 4, 2002.
- BARREIRA, C. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 77- 86, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno**: séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1997. v.1.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp; Ed. 34, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- COMPARATO, Fábio K. O poder judiciário no Brasil. **Cadernos IHU Ideias**, v. 13, n. 222, 2015. Disponível em [<http://ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/222cadernosihuideias.pdf>]. Acesso em 10 out.2015.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DIAS, Camila Caleira Nunes. **PCC**: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 32.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Zahar Editores, 1980.

HUMAN Rights Watch. **World Report 2011**. New York: HRW, 2011.

KEIL, Ivete Manetzeder. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. In: BAQUERO, Marcello (Org). **Reinventando a Sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade /UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

PAIXÃO, Luiz Antonio. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, F. W.; O'Donnell, G. (Org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.168-199.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Discurso do papa Francisco aos membros da associação «corallo» que reúne as emissoras televisivas católicas italianas**. Roma, 22 mar. 2014. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco\\_20140322\\_associazione-corallo.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco_20140322_associazione-corallo.html)> Data da consulta: 19 out. 2015.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, I., WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 260-305.

SÁ, Ribeiro Geraldo. **A prisão dos excluídos**: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Diadorim: EDUFJF, 1996.

SÁNCHEZ, Jesus-Maria Silva. **La expansión del derecho penal**: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales. Madrid: Civitas, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 47, jan./abr., 2003.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria**. 1999. Disponível em: [http://www.fesppr.br/~daiane/Artigos%20de%20Sociologia%20Jur%EDdica/\\_2\\_WACQUANT\\_\\_Loic\\_\\_Prisoos\\_da\\_Miseria\\_\\_Redistribudo\\_por\\_BPI.pdf](http://www.fesppr.br/~daiane/Artigos%20de%20Sociologia%20Jur%EDdica/_2_WACQUANT__Loic__Prisoos_da_Miseria__Redistribudo_por_BPI.pdf).

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.61, set./ dez. 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Rio de Janeiro, Boitempo, 2014.





# CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA: chaves para compreensão e caminhos para ação

DANIEL SEIDEL

COM ALEGRIA ACEITEI PARTICIPAR DO ANIVERSÁRIO DE 10 ANOS do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), cooperando com este artigo. A encomenda foi de uma análise das transformações atuais, com reflexões que permitam compreender mais profundamente alguns aspectos da conjuntura social e política brasileira.

Nessa perspectiva, proponho três palavras geradoras para contribuir com o aprofundamento da compreensão: esgotamento, criminalização e aquecimento. Quais são as ideias que você associa imediatamente quando escuta cada uma dessas palavras?

Trabalharei no presente artigo como pilares para compreensão da conjuntura atual as três ideias: esgotamento da democracia formal, propondo as raízes e razões históricas e estruturantes para se chegar à situação atual; a criminalização da política e suas consequências práticas (diabólicas, porque causam confusão); e o aquecimento global, como necessidade de um profundo repensar do projeto de sociedade que nos move (utopia) e de atitudes e ações coletivas. Finalmente para iluminar nosso fazer, trago os registros que fiz do 2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares com

o papa Francisco, ocorrido em julho de 2015, na Bolívia; e como o exemplo de Jesus Cristo, revelado pela Palavra de Deus, expressa no Evangelho, segundo Marcos 6, 30-44, aponta para os caminhos de superação, o qual nomino de “caminho da cidadania”.

## I ESGOTAMENTO DA DEMOCRACIA FORMAL

O modelo de democracia que conhecemos na prática política brasileira, “cada pessoa um voto”, foi fruto da Revolução Francesa, de 1789, que inaugurou a República (*res* = coisa + *publica* = do povo) com inspirações no berço da civilização ocidental, a Grécia. Tanto num lugar, como noutra, esse modelo de democracia representativa não nasceu pleno. Na Grécia, nem os escravos e nem as mulheres votavam; na França, somente os homens de “bens”, com determinado nível de renda, votavam; as mulheres e os pobres estavam excluídos. Teve sua origem pela necessidade de poder político para aqueles que detinham o poder econômico, num capitalismo nascente.

Esse *quantum* de democracia no Brasil custou a vida de muitos lutadores sociais, principalmente na ditadura militar mais recente (1964-1985), como revelam com maior precisão os relatórios publicados pela Comissão Nacional da Verdade<sup>1</sup>. Todavia, após o advento da Constituição de 1988, passadas várias eleições, esse modelo político apresenta claros sinais de esgotamento.

É escandalosa a configuração do atual parlamento brasileiro, quando se revela, pelos dados oficiais das campanhas eleitorais, que 10 grupos econômicos financiaram mais de setenta por cento dos

---

<sup>1</sup> Para conhecer os relatórios, acesse <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>.

deputados eleitos para a Câmara Federal. Desse modo, basta que se ponham em acordo sobre as mudanças que queiram fazer na Carta Magna e poderão conquistá-la. Assim, a crise desse modelo de democracia representativa expressa pelas manifestações populares de junho de 2013 só se agravou, com o fechamento cada vez maior do parlamento para escuta das demandas da população.

O financiamento de campanhas eleitorais por empresa distorce a concorrência e desequilibra tremendamente o jogo do poder. Não há condições de igualdade nas disputas eleitorais. As campanhas, principalmente, as majoritárias, estão cada vez mais parecidas, mais empobrecidas programaticamente e pasteurizadas. Sobra pouco espaço para a política. É uma disputa de máquinas eleitorais caríssimas em concurso para saber qual empresa de marketing é a mais competente.

O financiamento empresarial é a principal causa da corrupção. Os políticos eleitos ficam reféns de seus financiadores para alocar recursos que possam dar origem a contratações milionárias que atendam demandas de sua base eleitoral. É um negócio bem feito. Todos ganham; perde o povo.

Dessa forma, com exceções importantes, não sobra espaço para a ética na política e os parlamentares terminam por representar interesses privados, nacionais e internacionais, rompendo com a autonomia do parlamento e com a soberania do país.

Outro sinal claro de esgotamento, é a contradição existente entre uma “sociedade em redes”, como afirma o sociólogo espanhol Manuel Castells (2015), e a não regulamentação dos mecanismos de democracia direta, previstos no artigo 14 da Constituição Federal.

Assiste-se a um fenômeno espantoso de manifestação de intolerâncias e ódio pelas redes sociais, com o anonimato da autoria na maioria das vezes, que coloca em xeque um padrão de convivência democrática que supostamente ter-se-ia conquistado. Parece

que fracassaram as construções de um patamar básico civilizatório de respeito e consideração pelas diferentes opiniões e identidades. Circulam aos milhares rudes expressões de racismo e discriminação contra todos os tipos de minorias<sup>2</sup>.

Uma parte da explicação reside na exagerada contenção que o monopólio dos meios de Comunicação Social de massa sempre teve no país: nove famílias detêm as grandes emissoras de rádio e televisão! Por outro lado, a espetacular possibilidade de interação que as redes possibilitam está, em muitos casos, interditando o debate franco e sincero que pode, este sim, fortalecer a democracia.

## 2 RAÍZES E RAZÕES PARA ESSE ESGOTAMENTO

A cultura política no país, construída desde sempre com forte influência da geopolítica internacional, traz as marcas de momentos de sua formação social. Podem ser identificadas sete condições que deixaram raízes profundas nessa identidade brasileira: colonialismo, escravidão, coronelismo, outorga dos diretos trabalhistas, autoritarismo, machismo e consumismo. Passo agora a breves descrições de como esses processos históricos e sociais marcaram a cultura política do país.

### 2.1 Mentalidade colonizada

Ela pode ser revelada na expressão “o que vem de fora é melhor”! É o desprezo que temos pelo que é próprio das terras brasileiras

---

<sup>2</sup> A esse respeito, a nota do Conselho Permanente da CNBB sobre a “realidade sociopolítica brasileira: dificuldades e oportunidades”, de outubro de 2015, se expressa com clareza (Cf. IGREJA CATÓLICA, 2015a).

ou de regiões do país. O que é daqui é chamado de “tupiniquim”, numa referência pejorativa, depreciativa aos povos indígenas, originários destas terras. No início da Colonização forjou-se o que se denomina “euro-centrismo”, valorizando-se tudo o vinha da “sede” do poder em Portugal e da Europa. Com a sucessão dos vários imperialismos, substituiu-lhe o inglês e, depois, o norte-americano, com sua “indústria cultural”, produzida majoritariamente em Hollywood, impondo um jeito de viver como a possibilidade de galgar a “felicidade”.

## 2.2 Racismo e preconceito como herança da escravidão dos negros africanos

A escravidão sofrida no Brasil foi uma das mais longas e durou cerca de 350 anos. Foi também uma das mais cruéis de que se tem notícia na história mundial. Traficou-se de forma continuada, burlando as regras internacionais, com leis “só para inglês ver”<sup>3</sup>, trazendo adultos para renovar o trabalho escravizado nas lavouras. As punições eram muito severas para quem se rebelasse. Essa marca profunda fez com que se naturalizasse o preconceito racial, tendo consequências duras, com um racismo institucional e desigualdade de remunerações para o mesmo trabalho espantosos até os dias de hoje no mercado de trabalho brasileiro. A abolição oficial não reconheceu a riqueza produzida por aqueles homens e mulheres. Simplesmente os dispensou para que, sem direito a terra e qualquer outro meio de vida, pudessem ocupar o lugar da exclusão. O livro clássico *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freire (2003), expressa ainda com docilidade os fatos à época e o processo de naturalização da desigualdade social de forma que ninguém se indignasse.

---

<sup>3</sup> O artigo de Gurgel (2015) é esclarecedor e vale a pena ser consultado.

### 2.3 Clientelismo decorrente do coronelismo

O coronelismo como prática política tem seu contexto histórico determinado entre o fim do Império e a República Velha. Autores como Raimundo Faoro (2001), Victor Nunes Leal (2012) e José Murilo de Carvalho (2002), em seus livros consagrados, descrevem em detalhe como se davam as relações de poder que deram origem às oligarquias políticas que ainda hoje prosperam na política brasileira. Como fenômeno marcante, caracteriza-se pela utilização, como recurso de poder, dos cargos e da máquina pública para conquista de vitórias eleitorais, dispondo do que é público para interesses privados. Faz-se inclusive a indicação de pessoas para cargos públicos de livre provimento, estabelecendo barganhas eleitorais que possam manter aquele grupo familiar no poder, bem como os seus agregados pelo clientelismo. Estabelece-se assim uma rede de favores (e de favorecimento) de forma que, para os aliados, concede-se “tudo”; para os adversários políticos, aplica-se o rigor da lei, a burocracia e a perseguição política, podendo chegar à violência com posterior impunidade. Nessa raiz se alimentam os inúmeros esquemas de corrupção no país, que reproduzem a mesma lógica de se dispor, para o uso privado, do bem público, promovida pelo financiamento de campanhas eleitorais por empresas.

### 2.4 Cidadania só pelo trabalho

A outorga dos direitos trabalhistas, realizada no contexto do Estado Novo, na ditadura encabeçada por Getúlio Vargas, numa prática de antecipação política para sufocar os movimentos operários de matriz comunista e anarquista, vindas com os migrantes-operários europeus, reconheceu direitos sociais, antes que houvesse o reconhecimento da dignidade humana, nos direitos civis, ou que se pudessem consolidar os direitos políticos das pessoas que integravam a nação brasileira. Nessa perspectiva, a cidadania, como reconhecimento ne-

cessário para o exercício de direitos, ficou circunscrita a trabalhadores, homens e mulheres, que tivessem sua carteira assinada. Quem não se insere no mercado de trabalho, desempregados, pessoas em situação de rua são rotulados de “vagabundos”, “são pobres porque não querem trabalhar”. Essas são alegações que podem justificar “ações de higienização” de centros urbanos, ou seja, tais pessoas não são consideradas na sociedade, não são tidas como “cidadãos”.

A cultura política desenvolveu um mecanismo pelo qual as pessoas que se encontram nessas situações são elas mesmas culpadas por sua condição de vida, não havendo responsabilização do poder público em alterar esse estado de coisas. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) afirma essa condição como “cidadania regulada”<sup>4</sup> e o professor Pedro Demo (1995) fala em cidadania tutelada<sup>5</sup>.

## 2.5 Autoritarismo, consequência dos períodos de ditaduras (civis e militares)

O Estado brasileiro nasceu de imposições. No início, pela colonização portuguesa quando chega junto com a espada dos exploradores portugueses; e depois vai se sofisticando com a utilização do poder de polícia pela então Guarda Nacional. Em períodos onde houve acumulações ou possibilidades de lideranças de partidos trabalhistas hegemonizarem o poder, novas ditaduras se impuseram ou golpes à democracia em nome da “manutenção da ordem social”. Assim, a relação das organizações sociais e cidadãos com o Estado é regida pelo autoritarismo.

As possibilidades de participação social são consideradas “incômodas” para os governantes. Parlamentares se sentem

<sup>4</sup> Em *Cidadania e justiça*, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) descreve essa construção social da cultura política do país.

<sup>5</sup> Em *Cidadania tutelada e cidadania assistida* (DEMO, 1995) é possível se apropriar de uma abordagem rápida que facilite a compreensão da “tutela”.

ameaçados quando se trata de regulamentar os mecanismos de democracia direta (plebiscito, iniciativa popular de lei, referendo, conselhos, entre outros). Aos decretos, que ainda existem atualmente na gestão pública, seguiram-se as medidas provisórias e portarias. Os conselhos de políticas públicas funcionam com muita dificuldade, e o controle social é rigidamente “controlado” pelos agentes públicos que estão no poder. A repressão a participação, manifestações e mobilizações sociais ainda existe na prática dos vários governos.

## 2.6 Desprezo pela contribuição política e social das mulheres, oriunda do machismo

A estrutura patriarcal de formação das famílias reforça a dupla jornada que as mulheres exercem: além da inserção profissional necessária (recebendo menos que os homens em iguais funções); ainda “têm” que cuidar do espaço privado familiar. A violência doméstica se coloca, apesar das lutas e avanços, como naturalizada, quando não imputada a “culpa” às mulheres vitimadas. São inúmeras as dores e as angústias das mulheres que participam da política nos movimentos sociais e nas instituições democráticas. A disputa é realizada de forma dura e muitas, para resistir, entram na mesma estrutura e a reproduzem como forma de sobreviver.

A sensibilidade social ou diante dos dramas cotidianos que vivem as pessoas em situação de exclusão é classificada na política como “fraqueza”. A avaliação de sua atuação na gestão é avaliada com critérios mais rigorosos do que o permissivo modo masculino de gerir a “coisa pública”.

Parece que as mulheres estão erradas por quererem participar do espaço público da política em suas várias dimensões, por isso “têm que ser punidas”. Quantas são as piadas e as desqualificações, pelo fato de ser uma mulher, a presidente da República? E no caso das mulheres, os preconceitos oriundos da condição social e



étnico-racial se somam para tornar mais dura as exclusões que são dissimuladas na convivência social.

## 2.7 Consumismo: as pessoas valem pelo que parecem ser!

A condição de cidadania foi transformada na capacidade que tenha uma pessoa de consumir. Se se pode consumir, então se torna cidadão. Quem não pode consumir, não detém cidadania, nessa lógica perversa. Os tratamentos são diferenciados segundo o que cada pessoa aparenta ser e ter. Há ambientes reservados, VIPs, para determinadas faixas de consumo. Cresce o mercado de luxo, de acesso exclusivo para as elites sociais e financeiras. Apesar das políticas de distribuição de renda, a riqueza encontra-se tremendamente concentrada. Segundo dados divulgados pela Oxfam (2015), cabem num ônibus inglês (de oitenta lugares) aqueles multimilionários do mundo que detém mais de 50% da riqueza mundial<sup>6</sup>. A migração forçada e o deslocamento de refugiados no mundo revelam o agravamento da desigualdade mundial, apesar dos avanços na superação da miséria e da pobreza, efetivadas na última década no país.

Essas sete dinâmicas se entrelaçam para fazer o Estado brasileiro, em suas várias esferas, funcionar em favor de setores sociais elitizados, enquanto revela-se inoperante para satisfação das necessidades básicas da maior parte da população brasileira, que dele depende para prover as demandas na área da saúde, educação, segurança pública, assistência social, transporte público, esporte, lazer e cultura. Existem recursos públicos; estes, todavia, se dirigem a financiar o sistema financeiro, por meio do pagamento de juros da dívida pública, nunca auditada, que abocanha mais de 35% do or-

---

<sup>6</sup> Para conhecer em detalhes os dados acesse <http://www.oxfam.org.uk/get-involved/campaign-with-us/our-campaigns/inequality-and-poverty/even-it-up-bus-tour>.

çamento público federal, enquanto as políticas públicas mencionadas são executadas com recursos exíguos<sup>7</sup> (AUDITORIA, 2015). A evasão e a sonegação fiscal de grandes empresas<sup>8</sup> (INESC, 2015) é outro fator que torna mais complexa a estrutura tributária, que faz com que os setores populares arquem com a maior parte do financiamento do Estado, enquanto as elites usufruem das benesses oferecidas.

### 3 CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A criminalização da política tem por objetivos o afastamento do interesse das pessoas comuns do povo (cidadãos e cidadãs) de seu modo de funcionamento, ao tempo em que reserva a participação na disputa pelo poder aos “iniciados” e especialistas nesse “negócio”. Na esteira dos processos descritos na seção anterior, o exercício do poder é considerado algo negativo e ruim, num jogo de cena, onde “ninguém presta” e “todo mundo é igual”. Essa pasteurização da política como algo ruim constrói uma indisposição nas pessoas para participarem dos espaços públicos e uma intolerância para compreender como se dão as relações de poder nas instituições políticas.

Todavia, frequentando o Congresso, percebe-se há um grupo grande, cerca de uma centena de parlamentares (entre a Câmara dos Deputados e Senado) que se dedicam com muito esforço para manter as conquistas mais importantes da cidadania brasileira,

---

<sup>7</sup> A luta pela Auditoria da Dívida apresenta gráficos esclarecedores. Acesse: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>.

<sup>8</sup> Para se ter uma ideia do montante de recursos sonegados, acesse: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2015/julho/manobra-fiscal-retira-r-240-bi-do-pais-ao-ano>.

consagradas na Constituição Federal. Posso afirmar que trabalham muito mais do que a maioria dos leitores desse artigo, de forma muito concentrada nos dias de funcionamento do Congresso Nacional; e nos outros dias, incluindo finais de semana, na construção da necessária organização social para sustentar a consciência e os processos democráticos no país. Todavia, eles não são destacados pela grande mídia brasileira. São pelo contrário, vigiados para, na menor incoerência, serem execrados exemplarmente.

Nesse diapasão, afirmo que há muitas diferenças no modo de agir no cenário do poder que, de forma propositada, não se dá visibilidade, de forma a desacreditar a atividade política como um ônus ao país, quando não um desperdício de recursos públicos. Todavia, a política é forma pacífica de se resolver conflitos de interesses numa sociedade democrática; fora da política, resta a barbárie, a “lei do mais forte”, a ditadura, ou o autoritarismo.

Soma-se a esse processo a criminalização da ação dos movimentos sociais. Na última década, ocorreram várias Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) com esse único objetivo. Foram as CPI do MST e CPI das ONGs, realizadas para intimidar e desconstruir a imagem pública das organizações populares e movimentos sociais que lutam para conquistar direitos que ainda não são exercidos na prática. O último ataque desferido foi aprovação no Congresso Nacional da lei antiterrorismo, que elenca tais atos como uma das práticas de “manifestações públicas” (HAUBERT, 2015). A maioria do Congresso Nacional parece caminhar em direção contrária às demandas expressas nas ruas nas manifestações de junho de 2013.

Para completar o quadro das dificuldades, desde a legislatura anterior com a eleição de um deputado-pastor fundamentalista para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que atuou para desconstruir e ridicularizar a luta por direitos humanos; até os ataques à cidadania que

ocorreram ao longo da legislatura atual, em 2015, com a aprovação, na Câmara, da terceirização (fragilizando as relações entre capital e trabalho); redução da maioria penal; revogação do Estatuto do Desarmamento; aprovação da PEC 215/2000 (para impedir a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de povos tradicionais), além da tentativa de constitucionalização do financiamento por empresas das campanhas eleitorais, aprovada na Câmara e derrotada no Senado e no Supremo Tribunal Federal. Medidas essas apresentadas como soluções para problemas estruturais.

Em momentos de crise, aparecem salvadores-da-pátria, vendendo soluções mágicas para os sérios problemas enfrentados pelo país, num contexto internacional de “globalização da indiferença” – expressão utilizada pelo Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2014) –, sustentadas em fundamentalismos religiosos e políticos. Nessa situação, não há espaço para o diálogo, o debate e a discussão de ideias. É uma apelação a valores tidos como inquestionáveis que precisam ser preservados a qualquer custo, interditando o debate e reforçando toda sorte de preconceitos e discriminações.

É como se setores da elite brasileira estivessem ameaçados com a ascensão social de milhares de famílias, antes excluídas do usufruto de bens e serviços acessados seletivamente por parte da sociedade, deixando milhões à margem da possibilidade de desenvolvimento de seu potencial criador. Como se fosse um despropósito dividir espaços públicos de convivência com pessoas que tenham origem em classe social diferente.

Esse acirramento de leituras da realidade recrudescer a polarização política na sociedade e deu origem a atitudes fascistas, onde o gesto menor são os ataques à dignidade de agentes políticos pelas redes sociais, principalmente se forem de esquerda ou, particularmente, do partido da presidente da República.

Neste momento da história política brasileira, ocorre uma estranha articulação entre a politização da atuação do Judiciário (que

parece perseguir apenas um espectro de ideologia política), com a condenação midiática dos acusados, que não dispõem de igual espaço para realizar sua defesa. Há o desequilíbrio no devido processo legal, pela espetacularização da ação do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal. Há de se ressaltar a divulgação dos fatos que, em muitos casos, ocorre pelo zelo dos profissionais da comunicação que têm compromisso com a verdade.

Soma-se a esse quadro inusitado, a ação de um ministro do Supremo Tribunal Federal que atua politicamente tendo, nesse interesse, segurado por mais de um ano e meio o processo da ADI 4650, que resultou no fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresa. Numa leitura dos fatos, era clara a sua articulação com o atual presidente da Câmara dos Deputados, aguardando que o parlamento brasileiro, revogasse a cláusula pétrea do não financiamento da democracia por empresas.

#### 4 CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

Nesse contexto conturbado, retorna-se a ajustes fiscais, de caráter neoliberal, que já se mostraram falidos em outros momentos da história do Brasil e em suas aplicações práticas na Zona do Euro, principalmente na situação da Grécia, Espanha e Portugal. Pior é a afirmação de que são os únicos “remédios amargos necessários”, enquanto grupos de economistas brasileiros<sup>9</sup> apresentam soluções heterodoxas viáveis, diferentes da política econômica conduzida pelo Ministro da Fazenda atual.

---

<sup>9</sup> Para conhecer as propostas acesse os dois volumes do Documento “Por um Brasil justo e democrático”, disponível em [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbraziljustoedemocratico-vol-01\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbraziljustoedemocratico-vol-01_0.pdf) e [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbraziljustoedemocratico-vol-02\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbraziljustoedemocratico-vol-02_0.pdf).

É como se houvesse sido eleito um projeto para a sociedade brasileira, mas, pela intimidação dos setores conservadores e acuramento da presidente eleita, outro estivesse sendo colocado em prática. Nesse quadro, houve queda espetacular na aprovação e começou-se a cogitar o *impeachment* da presidente. Todavia, as dificuldades são muitas. A começar, de que crime acusar a atual mandatária federal? A presidente é reconhecida pela austeridade de vida e sobre ela não há qualquer pecha de envolvimento em atividades ilícitas. Assim, falta fundamento jurídico para embasar a cassação do mandato político da presidente.

No aspecto político, a quem interessa o *impeachment* da presidente Dilma? Ao setor financeiro, não interessa, visto que os bancos, apesar da crise econômica, continuam com lucros astronômicos. Ao partido que foi derrotado no segundo turno da eleição, interessa o desgaste político, visando a uma possível vitória em 2018. Ao partido do vice-presidente, a depender do caminho que se tome o processo na Câmara dos Deputados, também pode deixá-lo no impedimento de continuar. Ao atual presidente da Câmara, apesar das acusações de desvio de recursos públicos, denunciadas pela Procuradoria Geral da República, manter o fantasma do *impeachment* funciona como “moeda de troca” para intimidar a base do governo no Congresso e o partido da presidente.

Esse contexto gera instabilidade política de prazo prolongado, atinge a governabilidade e agrava a crise econômica que o país atravessa. Não se constrói dessa forma um ambiente de confiança que possibilite a realização de investimentos tanto do setor público, como do setor privado.

Há um excessivo protagonismo de um Congresso Nacional poderosamente fraco, quando se fecha às demandas sociais e populares, com a propositura de “pautas-bombas” que, além de atacarem direitos sociais duramente conquistados, promove aumentos elevados de salários para carreiras públicas, mudanças na tributação que podem

tornar ainda mais frágeis as contas públicas, entre outros riscos. O Senado, por sua vez, apresentou a chamada “Agenda Brasil”, que mais se parece com um “acordo por cima” para deter as conquistas sociais que estavam em curso na última década, colocando a “conta da crise” para o povo pagar, ampliando dessa forma a desigualdade social.

A crise financeira internacional de 2008, oriunda dos Estados Unidos, produziu uma mudança radical na configuração do cenário internacional de consumo. Com a drástica redução da possibilidade de consumo de produtos chineses pelo mercado norte-americano, a China atacou outros grandes mercados nacionais. Entre eles, o brasileiro.

A economia brasileira sofreu duplamente: de um lado, a redução de consumo internacional, reduziu a aquisição das *commodities* brasileiras (principalmente minérios e alimentos), levando à queda acentuada de preços, desequilibrando os valores da balança comercial; de outro lado, a entrada de produtos chineses, de baixíssimo custo, levou à falência muitas das pequenas e médias indústrias nacionais que produziam produtos similares, gerando um perigoso ambiente recessivo, causando aumento do desemprego e crise social.

Outro fator foram os ataques que os negócios vinculados à Petrobrás sofreram com a divulgação seletiva dos resultados da Operação Lava-jato. Sendo a maior empresa brasileira e com a descoberta de novas fontes de petróleo nas camadas do pré-sal brasileiro, os interesses internacionais na privatização da petroleira brasileira cresceram. Houve desde a tentativa, ainda em curso, de quebra do monopólio da exploração do petróleo por iniciativa feita por representantes do principal partido de oposição; até a drástica redução da capacidade de investimento da Petrobrás (antes era próximo a 15% do PIB Nacional) em novos ativos para ampliar a logística nacional, como em estaleiros, refinarias. Tudo parou, gerando a demissão direta de mais de 500 mil trabalhadores e de forma indireta outro montante desses.

Percebe-se, assim, que há interesses internacionais não explicitados na derrocada do governo da presidente atual, dado o papel que o Brasil exerce na geopolítica do continente latino-americano e também em nível internacional, por sua participação nos BRICS<sup>10</sup>, reivindicando a construção de uma governança multipolar mundial.

Em nível latino-americano e caribenho, os governos progressistas foram competentes para superar o neoliberalismo, retomando o papel e a capacidade de investimento do Estado nacional e sua intervenção no enfrentamento das desigualdades sociais, principalmente por meio de eficazes programas de distribuição de renda. Todavia, não conseguiram promover a superação dos marcos da exploração do trabalho pelo capital, principalmente o financeiro.

É a política e própria democracia que ficam reféns do direcionamento que a Globalização impõe, quando cerca de cinquenta corporações decidem qual será a distribuição dos papéis de cada país no Planeta. A cada janeiro, no Fórum Econômico de Davos, sem submeter suas decisões ao crivo democrático de nenhuma nação ou organização internacional que pudesse fazer as vezes de um parlamento mundial, elas impõem uma dinâmica mundial para a economia que tem gerado guerras e milhares de mortes entre migrantes forçados e refugiados que tentam a custo até da própria vida, outras oportunidade para suas famílias.

## 5 NOVIDADES NO HORIZONTE

A aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, depois de muita atuação da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições

---

<sup>10</sup> Grupo de países que se organizaram para a construção de uma nova configuração na política internacional: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Limpas, do fim do Financiamento de empresas em campanhas eleitorais, por oito votos contra três; somado ao veto da presidente da República ao Projeto de Lei aprovado na Câmara, criam condições reais de realização das primeiras eleições municipais sem recursos das empresas. Isso exigirá mais clareza nas propostas dos candidatos, bem como maior fiscalização por parte da Justiça Eleitoral e da sociedade civil organizada para que não ocorra o “caixa dois” e outras infrações eleitorais correntes, infelizmente, na política brasileira como a compra de votos e o uso da máquina pública, já previstas tanto na Lei 9840/99, como na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa).

Será um momento novo na política brasileira, que pode modificar de baixo para cima a democracia representativa brasileira. De outro lado, a Coalizão reiterará esforços para aprovação do conjunto de regras previstas na iniciativa popular de Reforma Política para que se limite o financiamento eleitoral por pessoas físicas a setecentos reais; bem como para que haja mudanças nas eleições de 2018 no modo de se realizarem as eleições, permitindo mais debates de propostas e menor número de candidaturas, de forma a prever que metade dos candidatos serão homens e a outra metade de mulheres; fortalecendo partidos que privilegiem candidatos afrodescendentes e jovens. Para tal, o chamamento é que se ampliem os debates nas universidades, escolas, locais de trabalho, Igrejas, sindicatos, parlamentos municipais e estaduais acerca do conteúdo dos outros itens da iniciativa popular, uma vez que o aspecto do financiamento das empresas já está definido. A orientação é a continuidade da coleta de assinaturas como forma de realizar a mobilização social em torno da proposta.

Outra novidade no horizonte político brasileiro é a criação da Frente Brasil Popular, que ocorreu no início de setembro na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte. É uma Frente política e social que reúne mais de sessenta movimentos sociais brasilei-

ros, além de onze partidos políticos. É uma das frentes sociais e populares que se organiza para gestar uma nova etapa do projeto popular do Brasil, reconhecendo as lutas sociais realizadas no período recente: Coalização para Reforma Política Democrática, Plebiscito popular, a luta contra a redução da maioria penal, entre outros.

Ao redor de quatro eixos temáticos, aprovou-se o manifesto<sup>11</sup>, a forma de organização e o calendário das lutas. Na direção dos trabalhos de grupo, maioria mulheres; no debate, revezamento entre homens e mulheres. O clima foi de compromisso e indignação. Resistir contra a desconstrução da limitada democracia brasileira, que custou a vida de tantos mártires e que não pode regredir na garantia dos direitos. Sonhar com um projeto de país que inclua, pela diversidade cultural e educação cidadã, a todos, indo além do consumo. Manter as conquistas na superação dos racismos e discriminações, com as políticas afirmativas e avançar na demarcação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, principalmente dos povos indígenas. Construir uma integração latino-americana, caribenha e internacional que potencialize a soberania e autodeterminação dos povos, respeitando a diversidade.

Ainda no Brasil, de 22 a 24 de abril de 2016 ocorrerá em Campina Grande, na Paraíba, o 10º Encontro Nacional de Fé e Política<sup>12</sup>, na busca de sistematizar uma nova utopia que inclua centralmente a preocupação ambiental. Ele terá como tema: “Bem-viver: águas da solidariedade, sementes de esperança!”, com o objetivo de aprender com o povo do sertão como mudaram o paradigma da “seca-morte” para “convivência com semiárido-vida”.

---

<sup>11</sup> O conteúdo do manifesto está disponível em: <http://frentebrasilpopular.com.br/manifesto-ao-povo-brasileiro/>.

<sup>12</sup> Para saber mais, acesse <http://www.fepolitica.org.br>.

## 6 AQUECIMENTO GLOBAL

É preciso incluir como chave estruturante de nossas análises de conjuntura, a crise ambiental por que passa o planeta Terra. É preciso estabelecer como novo critério ético global a capacidade de renovação da Natureza, colocando os seres humanos como parte do sistema de vida. Não é possível continuar com o modelo tecnocrático que não considera todos os seres vivos e vê a natureza como matéria-prima a ser explorada. O Planeta não suporta o nível de consumo do atual sistema econômico mundial.

Nesse campo, referência central é a Encíclica do papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015b) *Louvado sejas (Laudato Si)*<sup>13</sup>, sobre o cuidado da “casa comum”. Organizada em seis capítulos, percorrendo o caminho do Método Ver-Julgar-Agir-Celebrar, propõe uma mudança radical de paradigma, situando como causa principal a crise do excessivo e ilimitado antropocentrismo, que colocou o ser humano como centro da ordem social, distorcendo a ordem natural deixada por Deus: ser senhor não é se apoderar e explorar, é sim, cuidar e cultivar. Estabelecendo outro lugar da pessoa humana na natureza e repensando profundamente qual é seu papel.

O convite é orientar-se pela “ecologia integral”, conectando o clamor dos pobres com o clamor da Terra Mãe (*Pachamama*). Não haverá salvação para o Planeta se não houver outro tipo de economia e relações globais, baseadas na promoção da dignidade de cada pessoa humana e na compreensão da singularidade da contribuição de cada ser vivo e inanimado dá ao ciclo da vida na Terra. Afirma a importância da manutenção da diversidade para o equilíbrio da existência e necessidade de rever profundamente o padrão de con-

---

<sup>13</sup> O texto integral, em português de Portugal, pode ser acessado em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html).

sumo e produção de bens e serviços no globo terrestre. Aponta para a necessidade de uma “conversão ecológica” e de se investir na educação ecológica.

Os efeitos do aquecimento global já se fazem sentir pela elevação da temperatura mundial, acarretando o agravamento de fenômenos da natureza, principalmente climáticos: secas prolongadas, alagamentos, furacões, tsunamis e tremores estão cada vez mais presentes nos noticiários. E quem primeiro e mais sofre com essas situações são as populações mais empobrecidas do Planeta. Somam-se a essas situações as guerras e outras intervenções militares e civis que produzem deslocamentos em massa, como aqueles que estão ocorrendo da África e do Oriente-próximo para Europa; e também no interior do continente latino-americano e caribenho, como o deslocamento de haitianos, por exemplo.

O uso predatório de áreas do Cerrado e da Amazônia antes preservadas e o avanço das fronteiras agrícolas e da mineração sobre os territórios das comunidades e povos tradicionais (principalmente, indígenas e quilombolas) se constitui numa das causas da escassez de água nos rios das bacias brasileiras e *causa mortis* de indígenas, como no caso dos Guaranis-Kaiowás, no Mato Grosso do Sul.

## 7 APELO DO PAPA FRANCISCO AOS MOVIMENTOS POPULARES E A NÓS

Nesse caminho de conversão ecológica situa-se o apelo que Francisco fez aos Movimentos Populares<sup>14</sup>, durante o 2º Encontro Mundial, promovido em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, no dia 9 de julho de 2015. Dela destaco cinco ideias principais.

---

<sup>14</sup> Acesse a íntegra do Discurso do papa Francisco, no 2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares: [http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso\\_do\\_papa\\_aos\\_movimentos\\_populares\\_\(texto\\_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336).

Assim começou Francisco:

Não se apequenem: a solução para os grandes problemas do mundo vem dos mais pobres e excluídos do sistema, quando se organizam e encontram formas criativas de transformar o que não tem valor (o que é descartável para o sistema dominante) em riqueza, vejam os catadores... (IGREJA CATÓLICA, 2015c).

Fez em seguida uma série de afirmações acerca da difícil situação mundial, convidando as pessoas de boa vontade a o acompanharem da seguinte forma:

se estamos de acordo que o Planeta não tem como manter sua existência com a atual forma de explorarmos os bens naturais, e que está gerando morte e danos irreversíveis, então temos que buscar uma profunda mudança. (IGREJA CATÓLICA, 2015c).

E ao final novamente perguntava: “Estamos de acordo com essa premissa?”. E assim, de forma dialogada, desnudava e denunciava amorosamente o caos da situação mundial que não consegue sonhar com a inclusão e acesso de todas as pessoas do Planeta aos bens e serviços conquistados.

E ele seguiu:

tenho ouvido ultimamente e, principalmente aqui na Bolívia, falar de ‘processo de mudança’. Prefiro esta expressão a apenas a palavra ‘mudança’ [‘câmbio’, em castelhano]. Isto porque ‘processo de mudança’ implica em preparar a terra, semear, regar, capinar e colher... significa ‘cuidado com a casa comum’.

São das periferias esquecidas do Planeta” [como Bolívia, ele não disse, mas diria eu] é que vão se construir as alternativas humanas para os problemas do mundo inteiro, tarde ou cedo...

Sejam criativos... se dediquem ao que está mais próximo de vocês: construam a partir das necessidades concretas das pessoas e das comunidades. Façam resistência ativa ao Sistema, em lutas concretas! Trabalhem no que está próximo, mas com perspectiva ampla, global.

Peço a vocês que promovam a cultura do encontro. Ninguém ama ideias... amamos pessoas concretas. Se pode amar e se sensibilizar com pessoas com rostos específicos. Somos todos interdependentes, mas não se pode utilizar essa dependência mútua para subordinar ou submeter pessoas e povos.

Vocês dos movimentos populares são poetas sociais: criam condições de vida (recriando a terra e a vida); são criadores de novas formas de trabalho. São criadores de novas moradias.

Onde há governos comprometidos e em diálogo com os movimentos populares; estes podem (e devem!) respeitando o princípio da subsidiariedade melhorar os processos de trabalho criados, garantindo direitos sociais aos setores da economia solidária. A isso chamo de colaboração respeitosa com os movimentos populares. Assim, os governos podem apoiar iniciativas solidárias, tais como empresas recuperadas pela autogestão dos trabalhadores; cooperativa de catadores e experiências concretas de economia solidária.

Nesta missão não se esqueçam de Maria, tão amada pelos povos latino-americanos e caribenhos, que também soube transformar seu ambiente difícil em coisas novas: um curral num lugar acolhedor para seu Filho; o motivo de apedrejamento em serviço à sua prima Isabel; a dor do parto na alegria da vida nova do menino-Deus: Jesus Cristo. (IGREJA CATÓLICA, 2015c).

Na última parte ele apresentou para os líderes dos movimentos populares e, principalmente, para as Comissões Justiça e Paz (que ele citou, literalmente, por duas vezes, dando responsabilidades e missões na perspectiva que segue), três grandes tarefas.

Introdutoriamente pediu que essas tarefas fossem realizadas “em combinação e como aliados” (usou, em castelhano, a palavra “*mancomunados*”) entre movimentos populares, governos e demais forças sociais. Afirmou que construir um projeto em conjunto, definindo seu conteúdo, de forma participativa, não era tarefa fácil, mas possível: “que nem o Papa, nem a Igreja tem receita pronta... A história é construída pela ação dos povos, com erros e acertos.” (IGREJA CATÓLICA, 2015c).

Primeira tarefa: colocar a economia a serviço do povo e não do dinheiro (servir ao dinheiro e ao lucro mata a vida das pessoas e do Planeta!). Não à acumulação, sim à boa administração da ‘casa comum’, que é o nosso país, que é o nosso Planeta!

Alguns princípios oferecidos por São João XXIII podem servir a essa construção: respeito à dignidade da pessoa humana; direito à prosperidade dos povos, sem danos à natureza. O projeto de sociedade deve contemplar diferentes dimensões da convivência humana: aspectos sociais, econômicos, políticos, educação, saúde, direito a inovações, acesso aos bens culturais, comunicação, esporte e recreação (lazer). É o que os povos originários chamaram de bem-viver: além de nenhuma família sem teto; nenhum trabalhador sem direitos; nenhum camponês sem terra; acrescentou: infância com carinho; jovens com oportunidades; e nenhum idoso sem aposentadoria digna. A distribuição da riqueza é um dever moral: é devolver aos pobres, o que lhes pertence.

Segunda tarefa: unir nossos povos no caminho da paz e da justiça. Paz significa interdependência, estamos todos conectados. Não há solução para um só país, isoladamente. Para tal é preciso respeitar suas culturas, seus idiomas.

Isso é o que significa soberania. Reconheço que os governos da região latino-americana e caribenha fizeram esforços pela soberania da Pátria-Grande.

A todo intento de divisão, sustentem a unidade e resistam ativamente às novas formas de colonialismo: por meio de grandes corporações multinacionais; os ditos “tratados de livre comércio”, que de ‘livres’ nada têm para os países pobres; imposições de austeridade somente para diminuir direitos dos trabalhadores; (conforme já disseram os Bispos na Conferência de Aparecida); muitas formas de dominação se justificam sob pretexto de luta contra a corrupção nos países periféricos, ou contra o terrorismo, ou contra o narcotráfico. Outra forma de novo colonialismo ideológico são os monopólios dos meios de comunicação que existem em nossos países, vinculados a um pensamento único: o consumismo.

Aqui quero pedir perdão, como fez São João Paulo II, pelo mal que fez a Igreja Católica no tempo da colonização das Américas contra os povos originários, justificando até mesmo a escravidão! Foram todos pecados cometidos em nome de Deus! Também quero fazer memórias às vozes que naquele tempo se levantaram contrárias: eram missionários, sacerdotes, leigos, religiosos e gente da sociedade sem nenhuma ligação com a Igreja. Particularmente quero reconhecer as religiosas (as “freirinhas”) que anonimamente e esquecidas foram e que são presença da Igreja junto aos mais pobres...

Nossa fé cristã é revolucionária! Vamos fazer cessar a Terceira Guerra Mundial que já está acontecendo em quotas... em conflitos armados que assassinam a milhares de pessoas nos vários lugares do mundo.

Como terceira tarefa, peço defendam a irmã “Mãe-Terra”, o cuidado com a casa comum. Peço aos povos indígenas: preservem sua identidade, sua diversidade e sua pluralidade. É isso que faz a terra viver. Para isso escrevi a encíclica ‘Laudato Si’”, que vocês receberão ao final deste encontro. Em meu discurso que será publicado fiz uma síntese em duas páginas do principal. Aqui denuncio os efeitos nocivos às mudanças climáticas que a falta de deci-



são dos países nas cúpulas sobre o clima está gerando. É preciso que os países assumam compromissos! Leiam e estudem a encíclica e ponham em prática.

Se preocupem mais em gerar processos de mudança do que ocupar cargos de poder. Se recordem: o futuro da humanidade está nas mãos dos pobres do mundo, não dos poderosos. Não se apequenem vocês dos movimentos populares podem muito. Recebam a minha bênção em suas vidas e em seus trabalhos; e a força da esperança, pois como ensina São Paulo: 'a esperança não decepciona'. (IGREJA CATÓLICA, 2015c).

## 8 CAMINHOS DE SUPERAÇÃO DAS HERANÇAS HISTÓRICAS

A operacionalização das missões históricas que o Papa Francisco propôs no 2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, ocorrido na Bolívia, pode ser vista à luz do Evangelho de Jesus Cristo na versão de Marcos, em seu capítulo seis, versículos de 30 a 44.

Nele podem-se apreender as atitudes que lutadores sociais podem assumir em diferentes momentos de sua caminhada: a indiferença (“vontade de mandar o povo embora para comprar o que comer”), gerada muitas vezes pelo cansaço e pela visão de poucos resultados conquistados; o paternalismo (“teremos que gastar meio ano de salário para dar de comer a essa gente”); ou o caminho da cidadania que o próprio Jesus descreve, proporcionando a práxis concreta que ocorreu nessa passagem da “partilha dos pães e peixes”. Senão, vejamos.

Diante da necessidade da multidão que “parecia ovelha sem pastor”, após realizar seus ensinamentos, Jesus enfrenta o debate com os apóstolos e, vencendo a tentação da indiferença e do paternalismo, orienta para o primeiro passo no caminho da cidadania: valorizar o

que o povo é e tem. Orienta que os discípulos possam ir para o meio do povo, reconhecer o que já existe de possibilidades. Eles se inseriram e encontraram: cinco pães e dois peixes. Somando as quantidades, encontramos o número sete, que, na Bíblia, tem o significado de suficiência, de totalidade. É somar Deus (Uno e Trino) com tudo o que ele criou ao Norte, ao Sul, ao Leste e ao Oeste (quatro pontos cardeais). É preciso procurar com o coração aberto e olhos da fé para reconhecer as possibilidades que existem nas comunidades, mesmo que sejam as mais pobres, o povo sempre tem para dar. Como diz o provérbio popular, “o pouco com Deus é muito”!

Em seguida, Jesus pede para que todos se sentem na relva verde. Sentar para ser servido é gesto de quem é filho(a) ou herdeiro(a); é “reconhecer cada pessoa em sua dignidade”, superando todos os tipos de discriminações e preconceitos. Todos e todas são bem-vindos para construção do Reino de Deus. Esse é o segundo passo no caminho da cidadania. No Reino sonhado e proposto por Jesus há espaço para acolhimento de todas as pessoas, a partir da diversidade de suas identidades e origens.

Mas o “sentar na relva verde” não se dá de qualquer jeito, se dá em grupos de 100 e de 50 pessoas, ou seja, é preciso “apoiar a organização popular”. Esse é o terceiro passo no caminho da cidadania. Não tem superação de dominações que geram a morte, sem organização popular forte. É nos grupos que as pessoas se reconhecem como protagonistas, respeitando as diferenças. É coletivamente que se exerce o controle social das políticas públicas e que se avança na consciência crítica.

O quarto passo no caminho da cidadania talvez seja hoje o mais difícil: acreditar que as mudanças são possíveis. É alimentar uma esperança profunda, uma utopia, mesmo em meio a críticas e perseguições, parecendo que de nada adiantou e que tudo que foi construído vai acabar... Foi nesse momento que Jesus eleva os olhos para os céus e invoca a bênção de Deus-pai sobre todos que

se organizaram e que naquele momento precisavam alimentar sua fé na possibilidade de seguir adiante num Reino de Deus, que dá primazia para os pobres e humildes e derruba os poderosos de seus tronos. É nesse momento que se produz o milagre, justamente no momento mais crítico é que o grande avanço acontece, os pães e peixes se multiplicam, justamente porque são repartidos.

A grande tarefa de distribuição não foi concentrada no poder de alguns, mas houve um delegar poder para forjar novas lideranças, a partir do serviço! Esse foi o quinto passo no caminho da cidadania. A tarefa de construção de um país justo, fraterno e solidário é enorme. Precisamos envolver muitas lideranças. Não se formam novas se não forem no compromisso concreto de servir o povo. É preciso delegar, descentralizar o poder para que novas experiências de exercício do poder se realizem.

Com o envolvimento de um maior número de lideranças, o trabalho não sobrecarrega ninguém, além de poder alcançar a todos: “todos comeram e ficaram satisfeitos”. Assim, promover inclusão social e econômica de todos(as) é o sexto passo no caminho da cidadania. Na linha do que papa Francisco propõe na *Laudato Si* é preciso pensar uma economia que inclua todas as pessoas e seres vivos do planeta. O que existe na Natureza, se guardado e cultivado com cuidado e sobriedade, é suficiente para a vida digna de todos. O que não é possível é sustentar o extremo luxo e consumo de uma minoria na Terra, em prejuízo da morte de milhares de pessoas e espécies do sistema de vida.

Quando a partilha acontece, dá e sobra, afirma o provérbio popular. Também assim é preciso fazer: não desperdiçar, nunca desperdiçar! Esse é o sétimo passo no caminho da cidadania: reciclar: não deixar nada se perder! No texto bíblico há o registro de que sobraram doze cestos, cheios de pedaços de pães e de peixes. Novamente aparece um número, doze, que guarda significado similar ao número sete. Só que ao invés de somar ( $3 + 4 = 7$ ), agora é hora

de multiplicar ( $3 \times 4 = 12$ ). É toda concepção da reutilização, do reuso e da reciclagem.

O que mais me surpreendeu nesta reflexão é que os sete passos no caminho da cidadania são os remédios necessários para superação das sete marcas históricas que, de alguma forma, originaram a cultura política brasileira e que estão levando ao esgotamento, à criminalização e ao aquecimento global.

Assim podemos construir um quadro síntese, que poderá ser útil como instrumento metodológico no caminho para superação das crises política, econômica e ambiental que estamos enfrentando enquanto povo brasileiro:

**QUADRO 1**  
**Comparação entre as condições históricas e os passos para superação**

	<b>Condições históricas</b>	<b>Passos para superação no caminho da cidadania</b>
1.	Mentalidade colonizada.	Valorizar o que o povo é e tem.
2.	Racismo e preconceito como herança da escravidão dos negros africanos.	Reconhecer cada pessoa em sua dignidade.
3.	Clientelismo decorrente do coronelismo.	Apoiar a organização popular.
4.	Cidadania só pelo trabalho!	Alimentar uma esperança profunda, uma utopia (onde todos possam participar).
5.	Autoritarismo, consequência dos períodos de ditaduras (civis e militares).	Delegar poder para forjar novas lideranças a partir do serviço.
6.	Desprezo pela contribuição política e social das mulheres, oriunda do machismo.	Promover inclusão social e econômica de todas as pessoas.
7.	Consumismo: as pessoas valem pelo que parecem ser!	Reciclar: não deixar nada se perder.

*Fonte: Elaborado pelo autor*

O caminho da cidadania precisa ser incorporado como princípio para o desenvolvimento de uma prática cotidiana de educa-

ção popular. De inspiração cristã, ela pode ser aplicada a qualquer contexto, justamente porque dialoga com as necessidades humanas primeiras de reconhecimento, valorização, respeito ao protagonismo dos excluídos e excluídas da sociedade atual.

A conjuntura social e política do país é crítica neste momento porque tem suas raízes em processos históricos que forjaram uma cultura política que desmobiliza a população e faz com que não tenha autoestima e nem acredite em si mesmo. Neste momento é fundamental retomar a inspiração oferecida pelo papa Francisco: não se apequenem; não se acanhem; acreditem no que vocês estão fazendo!

Seguindo ainda as palavras de Francisco na Bolívia, “as soluções para os problemas do mundo”, nascerão de onde não se espera. É neste momento que acredito que o caminho de inclusão social e econômica feito no país, por governos de origem popular, vão demonstrar a sua força e por isso precisam do reconhecimento e do apoio dos lutadores e lutadoras sociais para continuar avançando. Assumindo novas lutas e demandas, mas sempre com consciência histórica do “processo de mudança”, que provoca reações fortes por parte das elites que sempre usufruíram das benesses do Estado, mantendo o povo despertado para agir pacificamente em benefício da inclusão de todos e todas.

Termino este artigo, professando minha esperança e anunciando profeticamente:

Eu quero ver, eu quero ver acontecer,  
o sonho bom, sonho de muitos, acontecer.  
Sonho que se sonha só pode ser pura ilusão,  
sonho que se sonha junto é sinal de salvação,  
então vamos sonhar companheiros(as),  
sonhar ligeiro, sonhar em mutirão.

Letra inspirada em Dom Hélder Câmara, música por Zé Vicente (2007).

## REFERÊNCIAS

AUDITORIA Cidadã da Dívida. **Confira os gráficos do orçamento de 2014, 2013 e 2012**. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

BRASIL Debate et al. **Por um Brasil justo e democrático**. vol.1: Mudar para sair da crise: alternativas para o Brasil voltar a crescer. [s.l.], set. 2015a. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbrasiljustoedemocratico-vol-01\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbrasiljustoedemocratico-vol-01_0.pdf)>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

BRASIL Debate et al. **Por um Brasil justo e democrático**. vol.2: O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional. [s.l.], set. 2015b. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02_0.pdf)>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. Entrevista concedida a Sylvia Colombo. In: COLOMBO, Sylvia. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.ed.rev. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FRENTE Brasil Popular. **Manifesto ao povo brasileiro**. Belo Horizonte, set. 2015. Disponível em: <<http://frentebrasilepopul.com.br/manifesto-ao-povo-brasileiro>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

GURGEL, Argemiro Eloy. **Uma lei para inglês ver**: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1677-065x/v6n12/Microsoft\\_Word\\_-\\_ARTIGO\\_UMA\\_LEI\\_PARA\\_INGLxS\\_VER....\\_Argemiro\\_gurgel.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word_-_ARTIGO_UMA_LEI_PARA_INGLxS_VER...._Argemiro_gurgel.pdf)>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

HAUBERT, Mariana. Senado aprova lei antiterrorismo; proposta voltará à Câmara. **Folha de São Paulo**. Poder. São Paulo, 28 out. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1699904-senado-aprova-lei-antiterrorismo-proposta-voltara-a-camara.shtml>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

IGREJA CATÓLICA. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conselho Permanente. **A realidade sociopolítica brasileira**: dificuldades e oportunidades. Brasília: CNBB, 2015a. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/3785/cnbb-divulga-nota-sobre-a-realidade-sociopolitica-brasileira.>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si**. Brasília: Ed. CNBB, 2015b.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares**. Brasília: Ed. CNBB, 2015c.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. Brasília : Ed. CNBB, 2014.

INESC. **Manobra fiscal retira R\$ 240 bilhões do país ao ano** Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2015/julho/manobra-fiscal-retira-r-240-bi-do-pais-ao-ano>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARCOS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).

OXFAM. **Even It Bus**: Bus tour. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.uk/get-involved/campaign-with-us/our-campaigns/inequality-and-poverty/even-it-up-bus-tour>>. Data da consulta: 04 nov. 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

ZÉ Vicente. Eu quero ver. In: PAIVA, R. e POTRICK, Teresa Cristina (Org.). **Cantar e celebrar**. São Paulo: Loyola, 2007.







Parte III:

CIDADANIA E  
PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL  
NO BRASIL  
CONTEMPO-  
RÂNEO



# Um século de avanços e retrocessos da cidadania no Brasil

MERCÊS SOMARRIBA  
VALENTINA SOMARRIBA

## I INTRODUÇÃO

O CONCEITO DE CIDADANIA e a distinção entre cidadania civil, política e social serão aqui usados para analisar as principais mudanças ocorridas no Brasil, no decorrer dos últimos cem anos, com o objetivo de jogar um pouco de luz na complexa situação política vivida atualmente pelo País.

Direitos civis são a garantia das liberdades individuais: direito de ir e vir, direito à propriedade, igualdade perante a lei etc.; direitos políticos são assegurados pela possibilidade de participação no governo, tanto diretamente (conselhos de direitos, conselhos e Conferências de políticas sociais, por exemplo) quanto indiretamente, através do voto; direitos sociais correspondem a um nível razoável de bem-estar socioeconômico, à participação integral nos benefícios disponíveis na sociedade, de acordo com o nível de desenvolvimento por ela alcançado (MARSHALL, 1967).

Esses conceitos foram desenvolvidos para a caracterização do conjunto de mudanças ocorridas em países europeus, principalmente na Inglaterra, com o desenvolvimento do capitalismo, entre o século 17 e o século 20.<sup>1</sup> Ao século 17 teria correspondido o desenvolvimento inicial dos direitos civis ou direitos legais para colocar limites ao poder absolutista, como foi o caso da definição e reforço do *habeas corpus*. Esses direitos foram se institucionalizando, no século seguinte, pela atuação dos tribunais e pelo direito individual a um julgamento justo.

No século 18 e principalmente no 19, a cidadania política se desenvolveu pela expansão dos direitos de associação e pela evolução dos princípios da moderna democracia com a extensão do direito à representação política na esfera do poder, principalmente através do voto em partidos políticos concorrentes.

Pareciam estar criadas, assim, condições mais favoráveis à disputa, pelos excluídos de então, por participação nos frutos do crescimento econômico e da produção crescente de bens e serviços. Como é sabido, a expansão da indústria na Inglaterra se fez com base na enorme aglomeração da força de trabalho em cidades desprovidas de serviços urbanos mínimos, como saneamento, em jornadas de trabalho exaustivas, no trabalho infantil generalizado etc. Por sua vez, a chamada revolução industrial trouxe consigo o aumento dramático do número de acidentes de trabalho e da poluição do ar pela queima de carvão mineral para a geração de energia para as máquinas. Mas, embora essas consequências sociais negativas do desenvolvimento industrial fossem claramente perceptíveis na Inglaterra de meados do século 19, muitas décadas se passariam até a constituição dos direitos sociais no país.

---

<sup>1</sup> Sobre o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra e em outros países ricos, ver Turner (1993).

A inexistência de movimentos reivindicatórios organizados facilitava a hegemonia da ideologia liberal segundo a qual o mercado constituía o meio mais adequado para a distribuição de benefícios econômicos e sociais. Prevalencia a ideia de que, ao reunir indivíduos juridicamente iguais e autônomos, o mercado possibilitaria uma distribuição de bens e serviços de acordo com a capacidade de cada um. Dessa forma, não caberia ao Estado interferir para remediar desigualdades no acesso a benefícios. Essas eram vistas como resultantes de desigualdades naturais de capacidades e talentos.

Somente com a criação e o fortalecimento de organizações operárias voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de salários houve, nas últimas décadas do século 19, um acúmulo de forças que possibilitou a criação do Partido Trabalhista Britânico, nos anos iniciais do século 20. Inaugura-se, então, um forte movimento trabalhista baseado nas lutas sindicais, com conquistas importantes no mundo do trabalho, antes inimagináveis, como a proteção aos desempregados.

O grande envolvimento da Inglaterra nas duas guerras mundiais foi também muito importante para o fortalecimento das lutas operárias e para as conquistas obtidas pelos trabalhadores no campo político e social. Sua posição estratégica na produção de bens necessários ao esforço de guerra e na provisão de soldados para as frentes de batalha resultou na significativa ampliação dos direitos sociais, com a extensão de benefícios voltados ao mundo do trabalho e a expansão dos serviços de educação e de saúde. Esses direitos sociais foram institucionalizados com a implantação do chamado “estado de bem-estar social” cujo avanço mais significativo tenha sido, talvez, a criação do Serviço Nacional de Saúde britânico (NHS), ao final da segunda guerra mundial.

## 2 CIDADANIA NO BRASIL

É claro que nossa trajetória no desenvolvimento de direitos de cidadania é bem diferente da de países da velha Europa. Para início de conversa, surgimos há pouco mais de cinco séculos como resultado da expansão europeia; nos constituímos como nação independente só no século 19; alcançamos a condição de Estado nacional em 1930, com a desarticulação das oligarquias regionais e a constituição de um poder central. E, enquanto na Inglaterra se desenvolviam e se consolidavam direitos civis e políticos, vivíamos aqui, até o final do século 19, a experiência da escravidão, negação radical de qualquer direito, que deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

Além dessa defasagem no tempo, a cidadania vem se desenvolvendo no Brasil num ritmo totalmente distinto com relação à experiência europeia. Quando ocorreu a abolição do trabalho escravo, em 1888, nossa industrialização era incipiente e a quase totalidade dos trabalhadores brasileiros estava na agricultura. Numa situação de grande concentração de terras e predomínio do latifúndio agro-exportador, não ocorreu uma efetiva substituição da dominação escravista por relações de trabalho livremente estabelecidas entre empregado e empregador. Relações marcadas por alto grau de dependência dos trabalhadores rurais frente a seus empregadores, muito próximas àquelas de natureza servil, passaram a caracterizar o mundo rural brasileiro após o fim da escravidão e o advento da República.

Essa dependência se fazia sentir, no âmbito da política, pela vigência da dominação coronelista. Como o voto não era secreto, nas áreas rurais ele era “de cabresto”, ou seja, havia um estrito controle sobre ele por parte dos proprietários de terra. Os chamados “currais eleitorais” formados pelos dependentes dos grandes fazendeiros

constituíam um recurso de poder, uma moeda de troca usada pelos coronéis para controlar, também, a nomeação de juízes, coletores de impostos, professores etc. Facções políticas locais disputavam entre si o poder usando a violência. Ao mesmo tempo, a ausência do Estado como garantidor de direitos aos trabalhadores rurais deixava nas mãos dos proprietários de terras iniciativas eventuais e fragmentárias de proteção social em áreas como saúde e educação, que ocorriam no âmbito de relações estritamente privadas.

A mencionada ausência de um contrato de trabalho livremente estabelecido entre empregados e empregadores, nas atividades rurais, inviabilizava qualquer eventual iniciativa dos trabalhadores agrícolas na defesa de direitos relacionados ao mundo do trabalho. De fato, embora tenha sido reconhecido aos profissionais da agricultura e indústria rurais o direito de organização e formação de sindicatos, em 1903, e o direito a uma remuneração básica, em 1904, a legislação rural era totalmente ineficaz frente aos interesses latifundiários oligárquicos (SANTOS, 1986).

Entretanto, tal garantia legal ao direito de sindicalização, estendida a todas as categorias profissionais em 1907, encontrou no meio urbano ambiente muito mais propício. Desde então, até 1929, quase uma centena de associações de trabalhadores foi criada, principalmente na capital de São Paulo, onde ocorreram no mesmo período quase duas centenas de greves operárias (SANTOS, 1986).

A resposta do poder público às reivindicações dos trabalhadores industriais foi predominantemente repressiva com a promulgação de várias leis visando, sobretudo, conter as atividades político sindicais com a expulsão de trabalhadores estrangeiros envolvidos nas lutas operárias. E as reivindicações dos trabalhadores organizados de iniciativas legais de provisão de segurança no trabalho, férias remuneradas, proteção ao trabalho da mulher e dos menores não tiveram sucesso algum.

De fato, nesse período, uma única medida relevante no campo dos direitos sociais foi a Lei Eloy Chaves, de 1923, que criou a primeira Caixa de Aposentadorias e Pensões à qual se seguiram numerosas outras caixas da mesma natureza, organizadas por empresas, nos anos seguintes da década. Como o próprio nome sugere, as CAPs garantiam tipicamente aos empregados benefícios a serem pagos no momento em que deixassem de produzir – por velhice, invalidez ou por tempo de serviço – e, no caso de morte, pensões para seus dependentes. Embora prevista, a prestação de serviços de saúde não era uma finalidade principal das Caixas.

Embora as CAPs fossem um tipo de iniciativa de seguro social bem limitada, espécie de acordo entre empregadores e empregados, principais responsáveis por seu financiamento e também por administrá-las, elas já revelavam um abalo inicial na crença liberal das elites de então no livre jogo das forças de mercado como solução dos problemas gerados na esfera da produção. Representaram, nessa medida, o reconhecimento de pelo menos uma parte das elites da impossibilidade de se continuar garantindo a ordem econômica e social através da repressão pura e simples das reivindicações dos trabalhadores urbanos. A chamada Revolução de 30 expressou essa fratura nas concepções dominantes e deu início a uma nova estratégia de atuação do Estado na economia e nas relações sociais no mundo do trabalho.

Em 3 de outubro de 1930, o presidente do Brasil, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. Um mês depois, Getúlio Vargas tornou-se presidente, cargo que exerceria por 15 anos.

No tocante aos direitos políticos, esses anos foram marcados primeiro por um avanço e depois por um violento retrocesso. Em



1932 foi adotado um novo código eleitoral; foi introduzido o voto secreto; criada uma Justiça Eleitoral; e o direito de voto foi estendido às mulheres (CANEDO, 2003). Foi um avanço notável em relação à Primeira República, período marcado pelas fraudes eleitorais generalizadas, pelo voto de cabresto e pela exclusão das mulheres do processo eleitoral. Naquele mesmo ano foram convocadas eleições para a Assembleia Constituinte.

Após meses de debates, a Constituinte promulgou a Constituição, a 14 de julho de 1934. Um título inexistente nas constituições anteriores tratava da ordem econômica e social, e tinha intenções nacionalistas, prevendo a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água. Os dispositivos de caráter social asseguravam a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, dispendo também sobre a legislação trabalhista, que deveria prever salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores de dezoito anos, descanso semanal, férias remuneradas, indenização na despedida sem justa causa. Quanto à política previdenciária, as CAPs passaram a coexistir com os Institutos de Aposentadoria e Pensão, mais abrangentes, e que passaram a contar com a administração estatal, rompendo com o caráter privado das CAPs.

Do ponto de vista das garantias civis, a Constituição era bastante liberal. Mas esse componente liberal da nova Carta teve vida efêmera. Em 1935, a Lei de Segurança Nacional e o Estado de Guerra suspenderam as garantias constitucionais. Dois anos depois, o golpe do Estado Novo consolidou um período ainda mais sombrio em relação aos direitos políticos e às liberdades civis (LUCA, 2003). Até 1945, o país viveria sob um regime ditatorial civil em que as manifestações políticas eram proibidas. O Executivo assumia as funções do Legislativo e o governo legislava por decreto. A censura calava a imprensa. Mais de dez mil presos políticos enchiam as prisões e não havia eleições, nem Casas Legislativas em funcionamento.

Nesse contexto de participação política restrita e precária vigência dos direitos civis, houve notável avanço dos direitos sociais. Como se viu, em toda a República Velha a questão social fora tratada como caso de polícia, a ser enfrentada via repressão. Os trabalhadores não tinham quaisquer direitos assegurados, e mobilizavam-se cada vez mais em organizações fabris, sindicatos e partidos, para melhorar suas condições de vida e trabalho, enfrentando forte resistência do patronato e violência policial. O governo Vargas buscou justamente eliminar esses conflitos de classe por meio da criação de uma estrutura corporativista, que substituísse as classes pela corporação. Ou seja, propunha-se privilegiar a convergência de interesses dos empresários e dos trabalhadores de um mesmo ramo ou setor produtivo, em detrimento de antagonismos decorrentes dos distintos interesses de patrões e empregados no mundo da produção.

Idealmente, empregados e empregadores de uma mesma profissão formariam um só grupo, cujo interesse seria a defesa da profissão, o que favoreceria a criação de laços de solidariedade, harmonia e colaboração. Toda uma estrutura foi criada para implementar o corporativismo, entendido como estrutura triangular que envolvia patrões, trabalhadores e o Estado: Ministério do Trabalho, legislação trabalhista, sistema previdenciário, Justiça do Trabalho e inúmeros órgãos de controle, fiscalização e inspeção. O sindicato passou a ser visto como órgão de colaboração com o Estado, subordinado ao Ministério do Trabalho (MUNAKATA, 1981). A ideologia política que justificava esse arranjo afirmava a identificação entre o Estado e a nação, entre o povo e o governante, o que tornaria desnecessários os mecanismos de representação, os partidos políticos e as casas legislativas (GOMES, 1988).

A cidadania era apresentada, dessa forma, não como uma conquista dos trabalhadores, mas como um benefício outorgado benevolmente pelo Estado getulista. Como afirma Wanderley Guilherme dos Santos, no clássico *Cidadania e Justiça*, era o Es-

tado que definia quem era e quem não era cidadão, via profissão, e somente eram entendidos como cidadãos aqueles cujo trabalho tivesse sido regulamentado por lei. Era, assim, uma cidadania que o autor chama de regulada, um conceito de cidadania com raiz na profissão, que excluía e tornava pré-cidadãos todos os que não tinham carteira de trabalho (SANTOS, 1979).

É interessante notar que, como afirma José Murilo de Carvalho (2001), enquanto os componentes civil (direito de ir e vir, liberdade de expressão, inviolabilidade do lar etc.) e político (direito de votar e ser votado, de participar de um partido político etc.) da cidadania retrocediam, seu componente social, especialmente os direitos trabalhistas, como o direito a férias e ao salário mínimo, a regulamentação do trabalho feminino e do menor, avançava a passos largos.

Em 1945 a ditadura comandada por Vargas chegou ao fim, e teve início a primeira fase que pode ser chamada de democrática no país. Essa época, que duraria até 1964, foi marcada pela liberdade de imprensa e de organização política, e pela ocorrência de eleições regulares no País, apesar das tentativas de golpe de Estado, que buscaram impedir sucessivamente a posse de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em comparação com o período anterior, houve muitos avanços no campo dos direitos civis e políticos, mas persistiram limitações, como a restrição ao direito de greve, a ilegalidade do Partido Comunista e a proibição de voto dos analfabetos, que em 1950 ainda constituíam quase 60% da população (CARVALHO, 2001). No campo das políticas sociais, foi criada, em 1946, a Fundação da Casa Popular, primeiro órgão voltado exclusivamente para a provisão de moradias às pessoas de baixo poder aquisitivo. Sua atuação em áreas complementares como abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, prestação de assistência social, financiamento de indústrias de material de construção, pesquisas de métodos e processos construtivos etc. fez dela uma iniciativa pioneira de política urbana.

Essas quase duas décadas de democracia foram marcadas por muita tensão entre PSD e PTB de um lado e UDN (União Democrática Nacional) de outro, período em que a UDN, eterna derrotada nas urnas, buscou incessantemente subverter as regras do jogo democrático. Mas a democracia prevaleceu, e com ela os direitos políticos e civis. Isso até 1964.

Naquele ano, o processo de polarização e radicalização política à esquerda e à direita somado ao anticomunismo galopante culminou em um golpe civil-militar que iniciou uma ditadura que durou 21 longos anos. O presidente João Goulart buscou algo impossível para a época: conciliar reformas e democracia. Não conseguiu o apoio da esquerda, que almejava uma ruptura revolucionária com a democracia capitalista. Tanto menos pôde conseguir o apoio da direita (CHEIBUB, 1993). Para a direita, que desde 1945 vinha tentando eliminar da política nacional Vargas e sua herança, por meio de sucessivos golpes de estado frustrados, qualquer reforma social era considerada indício de uma revolução comunista. Os liberais conservadores não conseguiam assimilar a entrada do povo na política, e acreditavam que o governo do país não podia sair do controle de suas elites esclarecidas.

Como resultado desse impasse, no Congresso Nacional instalou-se uma crise de paralisia decisória, com PTB de um lado, e PSD e UDN de outro (SANTOS, 1986). Ninguém negociava, ninguém cedia, ninguém votava. As propostas tão abrangentes de reformas sociais contidas nas chamadas Reformas de Base dentre as quais sobressaíam a reforma agrária e a reforma urbana enfrentaram esse clima de impasse e não avançaram. E a iniciativa do poder público de dar alguma resposta à crescente mobilização dos camponeses através da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, não passou, conforme Santos (1986), de medida puramente simbólica, uma vez que não se fez acompanhar da definição dos meios materiais para sua implementação.

O rápido aumento da participação política, agravado pela radicalização das atitudes do presidente João Goulart, levou a uma reação defensiva por parte de uma elite civil-militar, que considerava o povo pura massa de manobra de políticos demagogos e comunistas. Os militares não agiram sozinhos. O maciço apoio civil foi decisivo, haja vista a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antecedeu o golpe e, nos dias que se seguiram ao 31 de março, os milhões de pessoas que foram às ruas para celebrar o triunfo do movimento militar. Havia uma elite civil política e econômica, especialmente meios de comunicação e empresários, apoiando e financiando os militares.

Foi um período sombrio em relação aos direitos civis e políticos, brutalmente restringidos pela violência do regime. Embora o Congresso e a maioria das casas legislativas estaduais tenham sido mantidos em funcionamento por quase todo o período e tenha havido eleições legislativas, a verdade é que o governo cassava mandatos à revelia, suspendia direitos políticos, governava por meio de atos institucionais editados de forma arbitrária, extinguiu partidos políticos, intervinha nos sindicatos, demitia sumariamente servidores públicos, censurava a imprensa e sequestrava, prendia, torturava e assassinava os opositores.

Os primeiros deputados a serem cassados no Brasil foram três representantes de Minas, eleitos em 1962 para a 5ª Legislatura (1963-1967). A Assembleia Legislativa de Minas, por iniciativa própria, e por unanimidade, cassou os mandatos dos deputados Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani e José Gomes Pimenta, o Dazinho, líderes sindicais de esquerda, acusados de serem comunistas e subversivos e de por isso quebrarem o decoro parlamentar.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em 1994 a ALMG reabilitou os ex-parlamentares, reconhecendo que não houve quebra de decoro, e que a cassação de seus mandatos se deu por motivos políticos.

Enquanto direitos políticos e civis sofriam mais um grande retrocesso na segunda ditadura após 1930, no campo dos direitos sociais houve alguns progressos: os trabalhadores rurais conquistaram o direito a aposentadoria e pensão, além de assistência médica, e as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos foram incorporados à previdência social. Em 1964, foi criado o BNH e teve início um amplo programa habitacional, agora voltado para os setores médios da sociedade junto aos quais o governo militar buscava se legitimar. O regime militar se caracterizou, assim, como afirma Carvalho, pela manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais, em momento de restrição de direitos civis e políticos (CARVALHO, 2001, p. 172-173).

Mais uma vez, o aspecto social da cidadania avançava enquanto o político e o civil retrocediam. Ainda assim, nem tudo foi progresso em relação aos direitos sociais. Os dados a respeito da saúde, mortalidade infantil, educação, infraestrutura urbana, habitação e distribuição da renda indicam que aprofundou-se ainda mais a desigualdade social no País (LUCA, 2003, p. 484). O aprofundamento da concentração de renda e suas consequências sociais para os setores mais pobres resultaram, particularmente, da política de arrocho salarial posta em prática pelos governos militares e seus tecnocratas civis.

Mas a oposição não se deixava calar facilmente e resistia como era possível. As esquerdas se organizavam em partidos e grupos clandestinos, alguns surgidos antes mesmo do golpe. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição criado pelo próprio regime quando foi instituído o bipartidarismo, passou a incomodar o governo com seu discurso crítico à Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido governista, e ao regime, e com suas vitórias eleitorais expressivas. O governo, não sem resistências internas, idealizou uma transição para a democracia “lenta, gradual e

segura”. No final dos anos 1970, a atuação do movimento sindical também passou a desafiar a ditadura, principalmente os metalúrgicos do ABC paulista, que organizaram grandes greves em 1979. Afinal, aquele era um movimento que fugia completamente ao controle do Estado, autônomo e criado de baixo para cima.

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita mobilizou o país de Norte a Sul, no final dos anos 1970. A imprensa alternativa denunciava as atrocidades nos porões da ditadura. O governo foi obrigado a promover mudanças. Os exilados retornam em 1979, e o AI-5 (Ato Institucional número 5) foi revogado; o pluripartidarismo foi restabelecido no mesmo ano; voltaram a ocorrer eleições diretas para governador, em 1982.

O auge da mobilização popular foi a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984. Os cidadãos voltavam, aos poucos, a poder exercer seus direitos políticos, a participar no processo político de tomada de decisões do país. Mas, para frustração da população mobilizada, prevaleceram as eleições indiretas. E como se não bastasse, o eleito, Tancredo Neves, do PMDB, faleceu antes de assumir, deixando em seu lugar o antigo aliado dos militares, José Sarney.

Em 1986 houve eleições para formar a Assembleia Nacional Constituinte. A Constituinte trabalhou mais de um ano na redação da Constituição, fazendo amplas consultas a especialistas e setores organizados e representativos da sociedade. Finalmente, foi promulgada a Constituição de 1988, um longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos dos cidadãos era preocupação central, e que foi amplamente festejado. A Constituição eliminou o grande obstáculo à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos (CARVALHO, 2001).

Foi uma grande conquista do ponto de vista da cidadania, um salto dos direitos políticos e das liberdades civis. Os direitos sociais também estavam amplamente contemplados na Carta, devido à

ampla mobilização da sociedade civil, embora a maioria tenha ficado mesmo apenas no papel. Devido à extensa participação popular no processo constituinte, o documento ficou conhecido como “Constituição Cidadã”. Uma inovação importante nela contida é a inclusão da proposta de participação popular direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular) conjugada ao princípio da democracia representativa. Inspirados nessa proposta passaram a ser criados os conselhos e as conferências de políticas setoriais nos três níveis de governo com vistas a tornar as políticas públicas de educação, saúde, assistência social etc. mais permeáveis aos interesses dos segmentos nelas envolvidos, principalmente os dos usuários. O setor da saúde foi pioneiro na criação e funcionamento desses mecanismos de participação direta, no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde).

Mas logo após a euforia com a nova Carta, o desencanto da população com o primeiro governo civil em 21 anos começou a crescer, pois os problemas, como a recessão econômica e a corrupção, persistiam sob o regime democrático. E mais frustração ainda estava por vir. Em 1989 ocorreram as primeiras eleições diretas para presidente da República, desde 1960, e Fernando Collor foi eleito, com o notório apoio da principal rede de comunicação do país. Seu governo, todavia, não foi longe, pois Collor, mergulhado em denúncias de corrupção, sofreu processo de impedimento. A novíssima democracia brasileira mostrou-se forte o suficiente para não ser abalada, e mais do que isso: a campanha pró-impedimento do presidente espalhou-se pelo país e mobilizou principalmente a juventude das grandes cidades. Foi um momento de pleno exercício dos direitos políticos e das liberdades civis. Pressionado pelo grito das ruas, o Congresso abriu o processo de impedimento, que resultou no afastamento de Collor e na transmissão do cargo para o vice Itamar Franco, tudo de acordo com as regras do jogo democrático (CARVALHO, 2001).



Desde o impedimento de Collor, já houve seis eleições no país, inclusive com alternância do poder político, em 2002, e a democracia sobreviveu e certamente amadureceu. Importantes avanços foram feitos nesse período: a estabilidade econômica foi alcançada por meio do Plano Real, idealizado por Fernando Henrique Cardoso durante o governo Itamar Franco, e os direitos sociais foram ampliados de forma inédita, em um contexto de democracia política, durante os governos Lula e Dilma.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, contribuíram para tirar da pobreza extrema mais de 40 milhões de pessoas e, pela primeira vez, a concentração de renda apresentou alguma retração no país. Iniciativas de ação afirmativa, como a adoção de quotas para negros, índios e pobres para acesso a universidades, e o desenvolvimento de programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) expressaram o reconhecimento oficial da enorme dívida da sociedade e do estado com os brasileiros mais excluídos e contribuíram para democratizar, em alguma medida, a educação superior que sempre foi privilégio de poucos. Na mesma direção, o programa “Minha Casa, minha Vida” constitui também a política habitacional voltada para a população mais pobre que produziu resultados mais significativos do ponto de vista do contingente de pessoas beneficiadas. Dessa forma, ao lado da significativa ampliação do mercado formal de trabalho, que por si só já conduz à ampliação de benefícios sociais, houve a extensão de direitos sociais aos contingentes mais pobres, geralmente situados no mercado informal. Direitos políticos e sociais, portanto, tiveram notável avanço. A despeito desses avanços, todavia, a cidadania ainda é gravemente limitada por desigualdades que persistem, e pela resistência cada vez maior e mais organizada de setores sociais dominantes que resistem a iniciativas políticas voltadas para reduzi-las.

### 3 CRISE POLÍTICA, ESTRATIFICAÇÃO E AUTORITARISMO SOCIAL

No Brasil atual, as instituições políticas seguem cada vez mais desacreditadas pela população, a corrupção continua generalizada e a participação política ainda está muito restrita ao ato de votar. Nesses quase 27 anos de vigência da chamada Constituição Cidadã foram muito poucas as iniciativas concretas de exercício da democracia direta através de plebiscitos, referendos e iniciativas populares de leis ocorridas no país, diferentemente do que acontece em outros países nos quais esses instrumentos são previstos. Ao mesmo tempo, o desinteresse da população pelo voto é muito grande, principalmente quando se trata da escolha de representantes no Parlamento. Inúmeras pesquisas têm mostrado que entre nós a grande maioria não se lembra em quem votou, para deputado, senador, e até vereador, pouco depois de ocorrido o pleito. E a tentativa de instituir, pelo Decreto 8.243/2014, da Presidência da República, a Política Nacional de Participação Social que propunha a promoção de consultas populares pelos órgãos governamentais e agências de serviços públicos, através da rede já existente de conselhos e conferências de políticas setoriais e de novas estruturas similares de participação social a serem criadas, foi barrada pelo Congresso, com grande estardalhaço e claro apoio dos principais meios de comunicação. No clima de inconformismo e radicalização que se seguiu às eleições presidenciais de outubro de 2014, procurou-se estabelecer um falso contraponto entre a democracia representativa e as atribuições das estruturas participativas previstas no Decreto, de resto já existentes em sua maioria, e se chegou a atribuir à iniciativa natureza “bolivariana”, seja lá o que isso signifique.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Ver, a respeito desse confronto em torno da proposta de participação popular nas políticas públicas, a análise desenvolvida por Claudio (2015).

Nosso país ainda é profundamente desigual e, a despeito dos avanços ocorridos nos últimos anos, o problema da universalização dos direitos sociais está longe de ser resolvido. Os direitos civis, por sua vez, continuam inacessíveis a parte significativa da população, especialmente os pobres, os negros e pardos, os índios, e os moradores das favelas e bairros periféricos. O direito de ir e vir, o mais elementar dos direitos civis, não existe plenamente em algumas áreas de favelas e bairros populares nos quais frequentemente vigora o toque de recolher imposto por traficantes de drogas. Como afirma José Murilo de Carvalho, os brasileiros continuam divididos em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor: os cidadãos de primeira classe, brancos, ricos, com formação universitária, costumam estar ou achar que estão acima da lei. Os cidadãos de segunda classe, a classe média modesta, os trabalhadores assalariados, brancos, pardos ou negros, com primeiro ou com segundo grau, nem sempre têm noção exata de seus direitos e nem conseguem fazê-los valer. Por fim, os cidadãos de terceira classe, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, população que vive nas ruas e nas favelas, quase invariavelmente negros ou pardos, com no máximo o ensino fundamental, têm suas liberdades civis sistematicamente desrespeitadas pelos governos. Para eles vale apenas o Código Penal (CARVALHO, 2001).

A discriminação contra mulheres e negros é um exemplo dessa estratificação social que limita a expansão da cidadania em nosso país. É sabido que no Brasil, apesar de todos os avanços, a discriminação sustenta e perpetua desigualdades entre homens e mulheres, e que essas desigualdades se baseiam em uma estratificação na qual as mulheres encontram maiores dificuldades para ocupar posições superiores. Esse processo de exclusão e de acesso desigual às oportunidades se manifesta em vários aspectos, como a menor escolaridade das mulheres, a discriminação salarial; sua participação majoritária em empregos de baixa renda, precários, e no setor

informal; a violência doméstica praticada geralmente por maridos e companheiros; e a reduzida representação feminina na esfera política.

No tocante à esfera política, mesmo com a obrigatoriedade, vigente desde 1997, de que 30% das vagas de candidatos dos partidos políticos a cargos eleitorais sejam ocupadas por mulheres, é notória a reduzida representação feminina no país. A União Interparlamentar, com base em dados colhidos em janeiro de 2014, classificou 189 países em ordem decrescente em relação ao percentual de mulheres na Câmara dos Deputados. O Brasil ocupa a 124ª posição nesse *ranking*, o país com a pior posição da América do Sul (INTER-PARLAMENTARY UNION, 2014).

Essa sub-representação indica claramente uma injustiça que por sua vez tem graves consequências para a democracia brasileira, em primeiro lugar porque quem não está representado não tem como reivindicar; em segundo lugar, porque a ausência de mulheres nas instituições políticas impacta na formação das agendas temáticas decisórias.

Já em relação ao negro, o sociólogo Carlos Hasenbalg, afirma, com base em dados de pesquisa, que a cor da pele é um determinante importante das chances de vida das pessoas no país: os brasileiros que integram as categorias de cor preta e parda estão expostos a taxas de mortalidade infantil mais elevadas que a dos brancos, menor expectativa de vida, menos anos de estudo, discriminação no mercado de trabalho etc. Em uma estrutura social que já é profundamente desigual, ser negro ou mestiço funciona como uma espécie de barreira para ocupar posições sociais de destaque (HASENBALG, 1992). Dados recentes da Anistia Internacional mostram de forma dramática as desvantagens de ser negro neste País: do absurdo número de 56 mil pessoas assassinadas no Brasil, em 2012, trinta mil são jovens de 15 a 29 anos, dos quais 77% são negros (PELLEGRINI, 2014).

O racismo, segundo Angelina Peralva, é vivido como experiência complexa e multidimensional, com duas faces principais: a de uma definição negativa do negro (a face racial) e de uma definição negativa do favelado (a face social). Ser morador da favela constitui, do mesmo modo que a raça, um elemento significativo do ponto de vista do ordenamento da relação com o mundo (PERALVA, 2000).

Do ponto de vista da cidadania, existe algo de muito perverso em uma sociedade que hierarquiza seus cidadãos dessa forma, negando direitos básicos a um determinado “estrato social”, e esse algo remete a uma vertente indesejável da cultura brasileira que pode ser chamada de autoritarismo social. Um exemplo do autoritarismo social analisado pelo antropólogo Roberto Da Matta, em estudo clássico e ainda atual, é o uso da expressão “você sabe com quem está falando?”. Segundo o autor, nós, brasileiros, somos muito mais dominados pelos papéis sociais que estamos desempenhando do que por uma identidade de cidadão que nos remeta às leis que temos que obedecer. Em nossa sociedade, o mundo é visto com sendo feito de fortes e fracos, ricos e pobres, patrões e clientes; as relações não são vistas como unindo indivíduos, entendidos como sujeitos da lei, para quem as regras foram feitas em função da igualdade básica, mas sim unindo pessoas que se julgam merecedoras de tratamento diferenciado, que pairam acima das leis (DAMATTA, 1990).

O fenômeno do autoritarismo social, manifesto no rito do “você sabe com quem está falando?” assim como na discriminação contra negros e mulheres, constitui a negação da cidadania, no que esta se relaciona à igualdade perante a lei, ao direito de todos a uma justiça comum, à proteção do cidadão contra o poder arbitrário. A persistência da estratificação dos cidadãos em categorias de pessoas, o tratamento diferenciado a brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres, significa que o desenvolvimento

da cidadania no Brasil torna imprescindível, como afirma Evelina Dagnino (1994), a construção e difusão de uma cultura democrática. Essa necessidade nunca pareceu tão clara e urgente como na conjuntura política atual na qual as crenças e valores hierárquicos herdados do passado escravista e patriarcal têm se manifestado de forma contundente nas ruas e nas redes sociais.

#### 4 VIOLÊNCIA E NEGAÇÃO DA CIDADANIA

A violência em nossa sociedade, onde se mata por qualquer motivo, desde um olhar atravessado a uma fechada no trânsito, aponta para uma grave deficiência da cidadania no país, que é justamente a omissão do Estado, o colapso de sua autoridade. Segundo Sérgio Abranches (1994), essa omissão entrega às ruas e às favelas ao império da violência e da lei do mais forte. Sem regras, dissolve-se o quadro moral da convivência e se reproduz o estado de natureza. Nesse contexto em que a autoridade pública não se faz respeitar, não existe predisposição coletiva de se conformar com as leis.

Ou, como afirma Angelina Peralva, a violência em nosso país explica-se pela debilidade do Estado em manter a ordem, de um lado, e pela frágil relação dos brasileiros com a lei, de outro. Para ela, o crescimento da criminalidade é inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública, no curso da transição democrática. Em relação à polícia, por exemplo, aumentaram a violência policial contra a população civil, o comprometimento da polícia com o crime, e sua ineficácia no plano da manutenção da ordem e da luta contra a criminalidade (PERALVA, 2000). A tortura é amplamente utilizada como método para obter confissões nas delegacias de polícia, ao ponto de um estudioso do assunto e conhecedor dos meandros da atuação poli-

cial considerar que ela se tornou, no Brasil, uma política de Estado (PELLEGRINI, 2015).

As favelas, especialmente, como afirma Peralva (2000), foram atravessadas pela modernização sociocultural e o vazio de ordem pública. A presença militarizada do narcotráfico territorializa fortemente a favela, que se constitui como espaço físico que obedece a regras próprias, distintas das que têm curso fora de suas fronteiras. Ou seja, o tráfico vai ocupando os espaços que o poder público deixa vazios, e a incapacidade do Estado em garantir a ordem pública engendra formas particulares de violência.

E a ineficiência das instituições responsáveis pela ordem pública não só abriu oportunidade para o desenvolvimento do crime, mas favoreceu, também, a privatização da segurança. A incitação à autodefesa se fez acompanhar por discursos de justificação e legitimação das atitudes violentas. E além das formas semiprofissionais de segurança privada, outras formas de justiça ilegal, como os linchamentos ou a atuação de milícias armadas, vieram à tona (PERALVA, 2000).

Frente a essa situação, Sérgio Abranches (1994) afirma que se trata de recuperar a autoridade pública democraticamente constituída, de estabelecer como obrigação o papel do poder público de executor das regras e das leis e garantidor da convivência social democrática. Ou, como afirma Angelina Peralva (2000), o Estado deve ser capaz de encarnar a vontade de que a lei comum seja respeitada, o que supõe que exerça funções de controle da transgressão e de exercício da punição. No tocante à cidadania, construir um Estado que em nome da sociedade civil seja capaz de controlar eficazmente o funcionamento do conjunto das instituições, sem contradizer o princípio das liberdades individuais, é um dos desafios mais importantes.

Dado, então, que existem condições adversas à cidadania, o esforço de construção institucional deve se dirigir à mudança dessas

condições. Um exemplo concreto desse esforço, retirado do âmbito da Assembleia Legislativa de Minas, são as inovações e mudanças institucionais, implementadas desde 1990, tais como seminários legislativos, fóruns técnicos, audiências públicas, comissão de participação popular, entre outras, que têm fortalecido o vínculo representativo entre os cidadãos e seus agentes. Os cidadãos mineiros, como afirma Anastasia (2009), se veem chamados a participar e sentem que a produção de políticas públicas é voltada para o atendimento de seu melhor interesse. A Assembleia, nesse sentido, tem conseguido institucionalizar mecanismos de interlocução com os cidadãos, o que implica o aperfeiçoamento do processo de produção legislativa.

A Assembleia passou, assim, a atuar como espaço primordial de formulação de políticas públicas. Essas inovações e mudanças institucionais podem provocar uma mudança na atitude dos cidadãos, em suas opiniões, crenças e valores em relação à política, aos políticos, ao Poder Legislativo, à participação na vida pública, contribuindo para a criação de uma cultura política mais democrática. Ao mesmo tempo, a mobilização política decorrente dos novos mecanismos de interlocução do Legislativo com a sociedade civil pode contribuir muito para fortalecer o exercício da cidadania. Na mesma direção está o fortalecimento e ampliação de instâncias participativas, no âmbito do Poder Executivo, como os conselhos e conferências de participação social já considerados.

## 5 CONCLUSÃO

Como afirma José Murilo de Carvalho (2001), seria tolo achar que só há um caminho para a cidadania. A história mostra que não é assim. Mas é razoável supor, como faz o autor, que caminhos di-



ferentes afetam o tipo de cidadão e, portanto, o tipo de democracia que se constrói. O presente texto buscou justamente desenvolver uma reflexão sobre o que é ser cidadão no Brasil, quem é o cidadão brasileiro. Para tanto foram reconstituídos, ainda que de forma sumária, os tortuosos caminhos da cidadania no Brasil, marcados por inúmeras idas e vindas da cidadania política e pela permanência da exclusão de grande parte da população pobre da cidadania civil e de direitos sociais.

Voltar ao passado, afinal, é essencial para se compreender o presente. Os portugueses deixaram aqui uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista, sendo que o fator mais negativo para o desenvolvimento da cidadania foi, sem dúvida, a escravidão. Não havia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, a garantia dos direitos civis (CARVALHO, 2001).

Mas não se trata somente de uma simples herança maldita que permanece por inércia. O caráter autoritário, excludente, hierarquizante da sociedade brasileira continua sendo mantido e recriado de forma deliberada pelos atores políticos e sociais até os dias atuais, limitando a expansão da cidadania no país. Haja vista a reação de parte das nossas elites, entusiastas do quartinho de empregada, do elevador de serviço, das babás vestidas de branco, frente a iniciativas que visam tornar a sociedade menos desigual. A indignação com a recente extensão de direitos trabalhistas para as empregadas domésticas e com o fato de terem que “dividir” espaço nos aeroportos e aviões com pessoas da chamada classe C são alguns exemplos. São também frequentes as críticas às políticas de quotas, vistas como privilégios por setores sociais que nunca se consideraram privilegiados por poderem pagar boas escolas privadas de formação básica para seus filhos, garantindo com isso o acesso deles às melhores universidades do País, predominantemente públicas

e gratuitas. Vão na mesma direção as reações de cunho xenófobo, racista e elitista contra o Programa Mais Médicos, hoje tão bem avaliado por seus usuários (NESCON, 2015). Encabeçadas pelas associações profissionais dos médicos, as manifestações contrárias ao programa contaram com a simpatia de alguns dos principais meios de comunicação e de grande contingente de pessoas que se manifestaram de forma hostil nas redes sociais.

É exatamente o que afirma Roberto Damatta (1990): a cada vez que se reforça o eixo da igualdade em nossa sociedade, nossa moralidade hierarquizante reage, descobrindo novos modos de perpetuar-se. Dessa forma, a estratificação social, de tão arraigada, parece manter-se imune ao notável desenvolvimento da cidadania política dos últimos 27 anos e, no atual momento de crise política que vivemos, pode até ameaçar os avanços dos próprios direitos políticos conquistados. Vivemos um clima que lembra, em alguma medida, o que antecedeu o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e o golpe militar de 1964. Outra vez a corrupção, problema endêmico no país e que hoje decorre principalmente dos custos crescentes das campanhas eleitorais financiadas pelas grandes empreiteiras de obras públicas, vem sendo tratada pela oposição e pela quase totalidade do noticiário político como atributo de um partido, quicá de alguns líderes políticos. E até mesmo o fantasma, mais que extemporâneo, do perigo comunista tem aparecido em manifestações de rua e nas redes sociais. Não surpreende, pois, que, nesse clima de radicalização, em nome do combate à corrupção se proponha, por um lado, o impedimento da presidente e até mesmo se fale na volta dos militares ao poder; e, por outro lado, que a ampla maioria dos deputados federais tenha votado recentemente a continuidade do financiamento empresarial aos partidos políticos, pouco antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, de 17 de setembro de 2015, de considerá-lo inconstitucional.

Contudo, pode-se afirmar que somos um país avançado em relação aos direitos políticos – o voto é secreto e universal, as elei-

ções, pelo menos até agora, vêm sendo para valer, e a liberdade de expressão e de organização partidária existe de fato. Mas somos absolutamente atrasados em relação à construção de uma identidade de cidadão que nos remeta – a todos nós, brasileiros – às leis que temos que obedecer. E estamos muito longe de ser uma sociedade em que os cidadãos tenham, todos eles, independentemente da origem social, da cor da pele e do poder aquisitivo, os mesmos direitos de fato.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. São Paulo: José Olympio, 1994.

ANASTASIA, Fátima. Desenvolvimento institucional e desenvolvimento democrático na Assembleia. In: OLIVEIRA, Myriam Costa de. **A Assembleia de Minas e a construção coletiva de políticas públicas**: eventos institucionais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.

CANEDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. **O Estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. São Paulo: Unicamp, 2002.

CHEIBUB, Argelina. **Democracia ou reforma?** Alternativas democráticas à crise política 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra 1993.

CLAUDIO, Ismayr Sérgio. **A construção da democracia participativa no Brasil de 1822 a 2015**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

HASENBALG, Carlos. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. jan. 2014. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010114.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla. **História da cidadania**. São Paulo, Contexto, 2003.

MARSHALL, Theodore Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NESCON. **Notícias**. Belo Horizonte: NESCON/UFMG. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/noticias/?p=5498>>. Acesso em 11 set. 2015.

PELLEGRINI, Marcelo. A tortura no Brasil é uma política de Estado. **Carta Capital**. 02 set. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-tortura-no-brasil-e-uma-politica-de-estado-5761.html>>. Acesso em 10 set. 2015.

PELLEGRINI, Marcelo. Violência: Brasil mata 82 jovens por dia. **Carta Capital**. 04 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.htm>>. Acesso em 14 set. 2015.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. Rio de Janeiro, São Paulo: Vértice, 1986.

TURNER, Bryan S. **Citizenship and Social Theory**. London, Newbury Park, New Delhi: Sage Publications, 1993.

# DEMOCRACIA DELIBERATIVA: uma demanda da política brasileira contemporânea

CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES  
JORGE SÜNDERMANN

PARTICIPAÇÃO POPULAR E DELIBERAÇÃO PÚBLICA são temas que ganharam maior evidência desde as manifestações massivas que tomaram o país, especialmente, no ano de 2013. Em meio a tantas vozes, ouviam-se clamores contra a representação da sociedade por meio de políticos e partidos.

Variam os juízos sobre aqueles eventos. No entanto, apesar de sua ambiguidade, eles parecem ter cumprido o papel de colocar em novo patamar o interesse pelo debate sobre as formas de participação popular nos processos decisórios em instituições e estruturas governamentais do país. Com conotações diversas, esse tema passou a ser enfrentado mais intensamente na mídia e nos movimentos sociais. Mesmo no meio acadêmico, graças ao estímulo apresentado pela conjuntura, o tema passou a cintilar com renovado interesse. Discute-se, afinal, se os políticos representam de fato os interesses dos cidadãos.

A questão advinda das ruas, ainda pode ser ouvida. Em suas ressonâncias atuais, no entanto, há vibrações diversas daquelas que, sob o tremor da comoção, podiam ser sentidas nas manifestações de 2013. Supondo um abalo na ligação entre representantes e representados, naquele período não faltaram leituras que postulavam a existência de uma crise das instituições políticas brasileiras. Segue-se daí a necessidade de pensar em alternativas ao atual sistema. Envidam-se, desde então, esforços de reflexão voltados a vislumbrar possibilidades de organização social e política, ao mesmo tempo, alternativos e complementares à mediação por políticos e partidos. Contudo, resta aberta a questão de como haveria de realizar-se uma ação política exercida diretamente pelo cidadão.

Parecem discutíveis a existência, a intensidade ou a extensão da crise que então se supunha tomar as instituições nacionais de representação. Contudo, as sucessivas manifestações que têm se espalhado pelo país, com diferentes objetivos e matizes; as facilidades aportadas em tempos recentes pelas inovações tecnológicas no campo da comunicação e da informação; a própria reorganização dos movimentos sociais frente a uma conjuntura que demanda posicionamentos diversos daqueles exigidos em décadas precedentes; e novas iniciativas, de procedência estatal e governamental, as quais requerem maior presença da sociedade organizada são condições que induzem à constatação de que atualmente vem ocorrendo um incremento da demanda por participação da sociedade em decisões de governos. Nas discussões teóricas sobre esse tema, argumenta-se, com frequência, que as políticas públicas poderiam ter maior efetividade por meio de processos de deliberação democrática capazes de instituir e reconhecer como atores políticos os diversos agentes que compõem a sociedade, inclusive as minorias e grupos menos privilegiados.

Embora nos últimos anos questões como essas tenham ganhado as ruas, na teoria política ela já possui uma história longa. Mes-

mo na Antiguidade Clássica, o problema da deliberação pública já aparecia, embora estivesse circunscrito a pequenas comunidades que, comparadas às sociedades atuais, poderiam ser consideradas homogêneas. No mundo contemporâneo, o problema adquire novas conformações, deslocando-se para a questão da viabilidade do exercício da democracia direta em sociedades bem mais numerosas e complexas. Coloca-se em debate também a relação que deve existir entre a democracia participativa e o funcionamento das instituições da democracia representativa. Trata-se de encontrar maneiras de aproximar a formalidade das instâncias do governo com os espaços mais ou menos estáveis dos grupos e organizações dos cidadãos.

A análise proposta aqui não tem o objetivo de discutir com profundidade acadêmica o conceito de democracia deliberativa. Para enfrentar o problema sob tal perspectiva, recomendamos a consulta à bibliografia disponibilizada no final deste texto e a outras indicações constantes nas próprias fontes ali sugeridas. Ao invés de tal abordagem, o presente texto se assume como uma reflexão interessante. Isso implica a assunção de um pressuposto fundamental: a criação de um sistema de participação capaz de horizontalizar as decisões políticas no país, de forma inclusiva e tão descentralizada quanto possível, constitui um desafio para os modelos de democracia em sociedades complexas como é a brasileira neste início de século. De acordo com tal pressuposição, postula-se que encontrar formas alternativas para garantir a participação direta do cidadão nas decisões políticas pode ser uma saída viável para vários problemas do sistema político brasileiro.

Parte daquilo que genericamente tem sido designado como uma *crise de representação* poderia ser relacionado à mentalidade essencialista em que se baseia o modelo político nacional. Em tal sistema, reduz-se a política ao papel exercido por pessoas que atuam em estruturas de representação, ao invés de concebê-la como

resultante da ação entre grupos e da correlação entre forças e interesses existentes na sociedade. Assim, a política não é vista como o movimento de uma sociedade viva e passa a ser encapsulada em aparelhos de Estado, incapaz de outros movimentos que já não tenham sido institucionalmente antecipados. Oblitera-se, desse modo, o caráter dinâmico e em permanente devir da política, reduzindo-a às posições demarcadas e presumidamente estáveis das instituições.

Entre as consequências dessa forma de ver que atualmente predomina nas relações políticas, está a suposição de que o envolvimento do cidadão se encerra nas eleições. O eleitor teria determinadas preferências que ele pode expressar por meio do voto. Tal perspectiva pouco dinâmica concebe a sociedade como papéis ou posições mais ou menos estanques, exercidos em momentos predeterminados. As relações interpessoais seriam, então, enquadradas nos padrões previsíveis das instituições e estas são qualificadas apenas por sua fixidez. Assim, o dinamismo dos jogos políticos parece ficar diminuído, por não se supor que a mobilidade nas posições políticas, a transigência nas ideias e a revisão dos valores são centrais nas relações sociais.

De modo diverso, a política pode ser entendida não só pelos aspectos que a configuram como algo estático, mas pelo constante movimento que a constitui. Fazem política as forças que se engajam no diálogo sobre um determinado problema que lhes seja comum, em busca conjunta por uma solução. O embate e o debate entre tais forças exigem a formação de convergências de modo a encontrar abordagens cooperativas mais eficazes no enfrentamento de impasses. Formulando idealmente essa situação, pode-se dizer que se trata de lidar com a variedade dos interesses econômicos e sociais de naturezas diversas que entram em jogo.

Postula-se a necessidade de se convergir para uma cooperação, e não para um consenso. A narrativa feita pelos envolvidos em dis-



tintas iniciativas já em andamento na sociedade brasileira mostra que os conflitos e diferenças existentes entre os agentes políticos não são dissipados nos processos interpostos pela democracia deliberativa. Em vez disso, torna-se um propósito alcançar um patamar de negociação em que se encontre uma solução pragmática para os problemas enfrentados por um ou mais grupos sociais. Tal resultado proposto deve ser aceitável para as partes envolvidas. O processo de redução – por vezes inevitável – da complexidade para se chegar à solução de um conflito seria, então, explicitado e transformado em objeto de debate, ao invés de ser imposto, mais ou menos implicitamente, como vontade de uma maioria. Nem sempre é possível alcançar o consenso, mas frequentemente os interessados em uma determinada decisão podem construir as condições para uma deliberação negociada.

A participação política efetiva deveria, então, supor a possibilidade de argumentação e de mudança de pontos de vista como característica fundamental. Não parece possível, portanto, pensar em uma forma de estimular a democracia deliberativa a menos que se fortaleçam os mecanismos e instâncias que facilitem o confronto e o debate sobre distintos pontos de vista. Decisões podem ser tomadas, então, desde que os cidadãos se organizem, seja de forma mais permanente ou apenas em face de uma determinada situação, para justificar e defender suas preferências.

Diferentemente dos processos decisórios que se estabelecem no modelo de democracia com predomínio (ou exclusividade) da representação, as instâncias de participação pressupõem o debate e o confronto de ideias como uma forma de inclusão. Entende-se que concepções, valores e interesses diversos podem vir a se tornar objeto de debate, no qual, em princípio, agentes afetados por uma decisão teriam garantidas as condições para intervir. A disputa e a possibilidade de convencer os demais quanto a um determinado ponto de vista seriam potenciais de um processo de deliberação

participativa. O debate abrangente e o convencimento aparecem em contraposição à forma deliberativa centralizada.

A possibilidade de grupos mais amplos intervirem nos debates sobre questões públicas; a inclusão e o confronto de pontos de vista diversos; a negociação entre posicionamentos distintos; e, finalmente, a proposição de políticas públicas capazes de integrar, tanto quanto possível, a diversidade de interesses circulantes em uma sociedade, seja qual for o tema posto em questão. Esses princípios são tomados como referência neste texto para avaliar experiências de democracia deliberativa em andamento na sociedade brasileira atual. Além de trazer elementos que permitam caracterizar tais práticas, espera-se, com esta reflexão, dar visibilidade aos problemas que dificultam e, por vezes, chegam a impedir a realização desses ideais.

Com vistas a avaliar se e como os princípios expostos acima têm sido concretizados, serão escolhidas, no presente texto, como paradigmáticas, duas iniciativas contemporâneas que se propuseram a instituir e a regulamentar um sistema de participação popular em instâncias de governo. A primeira delas é a proposta de criação do sistema nacional de participação popular pelo decreto da Presidência da República n. 8243/2014. O fato de ele não ter sido aprovado na votação a que foi submetido na Câmara dos Deputados não impede que se evidenciem os princípios ali estabelecidos. Ao contrário, o debate que precedeu sua reprovação na Câmara dos Deputados pode ser bastante ilustrativo para se compreender a conjuntura política e as correlações de forças que ocorrem atualmente na sociedade brasileira. Em seguida e de maneira comparativa, será considerada a experiência que vem sendo feita em Minas Gerais, com a criação de Fóruns Regionais, por meio do Decreto 46.774/2015.

## 1 UMA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANO FEDERAL

Em 23 de maio de 2014, a Presidência da República do Brasil, pelo Decreto n. 8.243, instituiu a *Política nacional de participação social* (PNPS) e o *Sistema nacional de participação social* (SNPS), com o objetivo de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (BRASIL, 2014a).

Por meio desse decreto, ficaria estabelecido que a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas e políticas públicas obedeceriam às diretrizes gerais e atenderiam aos objetivos da PNPS, com vistas ao aprimoramento da gestão pública. Apresentam-se as seguintes diretrizes gerais:

I - reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia; II - complementariedade, transversalidade e integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta; III - solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social; IV - direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem simples e objetiva, consideradas as características e o idioma da população a que se dirige; V - valorização da educação para a cidadania ativa; VI - autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil; e VII - ampliação dos mecanismos de controle social. (BRASIL, 2014a, art. 3).

Entre os objetivos da PNPS, destacam-se:

I - consolidar a participação social como método de governo; II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social; III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes; IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal; V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento; [...] VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e IX - incentivar a participação social nos entes federados. (BRASIL, 2014a, art. 4).

O Decreto define como sociedade civil “o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações” (BRASIL, 2014a). Além disso, faz-se uma conceituação de conselho e comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência e consulta públicas, ambiente virtual de participação social. De acordo com o proposto no referido decreto, os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deveriam passar a considerar essas instâncias de participação social, ao formular e gerir programas e políticas públicas. A implementação da PNPS pelo governo passaria a ser acompanhada por esses entes por meio de relatórios periódicos de avaliação.

Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, de acordo com a proposta, organizar-se-ia o SNPS, composto por conselhos e comissões de políticas públicas, conferências nacionais e ouvidoria federal, “sem prejuízo da integração de outras formas de diálogo entre a administração pública federal e a sociedade civil” (BRASIL, 2014a).

Essas instâncias de participação social de que trata o Decreto já fazem parte da vida política no País e algumas são utilizadas pela

totalidade dos municípios brasileiros. Embora se tenha notícias de que, em certos casos, tais formas de participação existam apenas formalmente, qualquer município que hoje desenvolva políticas públicas como assistência social, saúde ou educação, deve, necessariamente possuir conselhos, sejam deliberativos ou apenas consultivos. Em suma, o Decreto organiza e estabelece, no plano federal, diretrizes de funcionamento para instâncias de participação social já existentes. A formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas passariam a ser acompanhadas por tais instâncias da sociedade organizada.

De acordo com o discurso oficial, também do ponto de vista histórico esse decreto não representaria algo inteiramente novo. Ao contrário, ele se inscreveria como parte da longa história da participação popular existente no Brasil. Nas raízes do decreto – entendido como uma tentativa de institucionalizar a participação popular na gestão pública –, estariam os embates sociais realizados já durante o período ditatorial mais recente. Em uma publicação governamental que trata da participação popular (BRASIL, 2014b), afirma-se que, nas décadas de 1970 e 1980, teria emergido uma sociedade mais complexa e plural. Os movimentos sociais do período se caracterizariam, segundo tal perspectiva, tanto pela reivindicação do acesso a direitos instituídos quanto pela afirmação de novos direitos. Essa disputa ocorreu no espaço público, com atores novos atuando no campo político, cujo acesso antes estava restrito a um espectro social e econômico menos abrangente. Outros atores passam a reivindicar a legitimidade para fazer política. Dessa forma, a própria relação entre Estado e sociedade teria se modificado.

A Constituição, de 1988, produziu, nas décadas seguintes, alterações na gestão pública, instituindo, para a sociedade civil, o direito de ser ouvida nas decisões. A partir da década de 1990, multiplicam-se experiências como a do orçamento participativo,

das conferências e dos conselhos de políticas públicas, os quais se difundiram nas esferas de governo (municipal, estadual e federal). Em tempos mais recentes, em face das tecnologias digitais de comunicação e de informação, plataformas virtuais permitiram a criação de novos formatos e instrumentos que possibilitam a participação do cidadão e dos movimentos sociais.

No plano federal, fala-se hoje na existência de cerca de quarenta conselhos e comissões de políticas públicas, dos quais tomam parte, além dos representantes governamentais, mais de oitocentos representantes da sociedade civil. Desde a promulgação da Constituição, foram realizadas mais de cem conferências nacionais de políticas públicas. Instalaram-se quase trezentas ouvidorias públicas federais. Dados do governo informam que quase a totalidade dos programas federais possuem interfaces socioestatais (ouvidorias, mesas de diálogo, audiências e consultas públicas, conselhos, conferências, plataformas virtuais). Das centenas de contribuições vindas da sociedade civil na elaboração do último plano plurianual (PPA), mais de dois terços foram integralmente incorporadas (NASSIF, 2014). Além disso, vários municípios vêm realizando experiências de orçamento participativo, frequentemente apontadas como uma forma de democracia deliberativa.

Ao que parece, o decreto aqui analisado se propunha a constituir um instrumento que reconheceria e regulamentaria essas e outras experiências de deliberação democrática ativas em diversas partes do país. Do ponto de vista de quem defende tal proposta, ela teria o poder de redefinir a prática da cidadania, na medida em que aproximaria, da administração pública, os cidadãos. Longe, porém, de ser um consenso, o decreto se tornou objeto de uma intensa polêmica, adquirindo contornos políticos, de teor tanto ideológicos como pragmáticos. Submetido a votação na Câmara dos Deputados, em outubro de 2014, a proposta acabou por ser recusada. Todavia, independentemente dessa derrota sofrida pelo governo na

votação do Decreto, em vários lugares do país tais experiências de gestão participativa persistem.

A recepção que o Decreto obteve nos meios políticos só pode ser compreendida em razão da conjuntura destes últimos anos na qual um clima de permanente beligerância, como se constantemente estivesse em andamento uma disputa eleitoral, tem levado a confundir como política de governo mesmo uma iniciativa que vislumbra realizar a demanda popular por maior presença e participação junto ao Estado. Excetuando-se o fato de que o referido decreto institucionaliza práticas políticas que já vêm sendo aprimoradas há vários anos, por sucessivos governos, de um ponto de vista objetivo, nenhuma novidade nas estruturas existentes no Poder Executivo federal estava sendo aportada por esse instrumento.

Instalou-se uma controvérsia porque, exatamente na contramão da proposta original de garantir mecanismos democráticos de participação, o decreto foi recebido no Parlamento como um instrumento ditatorial, com potencial de diminuir ou limitar a ação do próprio Poder Legislativo. Realmente, foi do Congresso Nacional que partiram as principais críticas. A julgar por declarações mais severas publicadas na mídia nos meses que precederam a reprovação do decreto pela Câmara, alegou-se que as instâncias do SNPS implicariam a falência do Legislativo, tornando desnecessário o Congresso Nacional. No mínimo, esse fato põe em evidência, a pouca clareza que existe até o momento sobre as possibilidades de integração de iniciativas de participação popular e as estruturas do poder representativo no Brasil. Parece revelar-se, nesse episódio, uma clara rejeição de certos setores políticos nacionais a formas participativas de gestão pública. Frente à inexistente regulação para um processo ainda novo, a maioria dos parlamentares preferiu rechaçar aquilo em que viam a ameaça de uma mudança nas regras do jogo com que estão habituados.

Temendo a restrição do papel e do valor atribuído às instâncias da democracia representativa, essa reação conservadora é uma relutância à própria Constituição, em cujo artigo primeiro se lê que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos *ou diretamente* nos termos desta Constituição” (BRASIL, 2005. Grifo nosso). Tal estranhamento dos agentes da democracia representativa frente aos mecanismos da democracia participativa parece ser consequência do espaço restrito dedicado ao exercício direto do poder pelo cidadão na cultura política nacional. De fato, no Brasil, o poder se concentra predominantemente nas mãos de políticos eleitos, que se mostram pouco dispostos a permitir mudanças em tal equilíbrio de forças políticas.

## 2 OS FÓRUMS REGIONAIS DE GOVERNO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

O decreto n. 46.774, de 09 de junho de 2015, instituiu, em Minas Gerais, os fóruns regionais de governo. Trata-se de uma experiência de “atuação conjunta entre a administração pública estadual e a sociedade civil, na formulação, na execução e no monitoramento, na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento e democratização da gestão pública” (MINAS GERAIS, 2015a, art. 1).

Pressupõe a ação intersetorial de três secretarias de estado – a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG); e Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPA) – que, conjuntamente, coordenam a escolha de representantes nos dezessete territórios de desenvolvimento, criados pelo decreto. Em cada um desses territórios, constitui-se um fórum, ao qual se atribui um “ca-



ráter consultivo e propositivo”, que atua como “instância de articulação regional da ação administrativa”.

Tais territórios (subdivididos em microterritórios) são concebidos como “espaços de desenvolvimento econômico e social formado por municípios, no interior dos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas” (MINAS GERAIS, 2015a, art. 1, § 2).

As diretrizes gerais estabelecidas pelo decreto para os Fóruns Regionais de Governo são as seguintes:

I - viabilizar a participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia; II - reconhecer a participação social como impulsionadora da inclusão social, da promoção, da solidariedade e do respeito à diversidade, da cooperação, da construção de valores de cidadania e meio de contribuição para a construção e legitimação das políticas públicas e sua gestão; III - garantir o direito à informação, à transparência nas ações públicas e das informações da administração estadual, com uso de linguagem simples e objetiva; IV - assegurar a autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil; V - ampliar os mecanismos de controle social. (MINAS GERAIS, 2015a, art. 2º).

Os objetivos propostos pelo decreto são:

I - promover a participação da sociedade em todos os territórios de desenvolvimento; II - legitimar nos instrumentos de planejamento as Agendas Públicas Territoriais institucionalizadas; III - construir e formalizar instâncias de participação nos territórios de desenvolvimento; IV - contribuir para a promoção da transparência na atuação do poder público; V - discutir as prioridades de políticas públicas da administração pública direta e indireta do Estado e demais esferas de governo, a partir dos instrumentos de planejamento e

orçamento; VI - estimular a democracia participativa, difundindo o modelo regionalizado e propondo aprimoramento nos mecanismos de participação popular. (MINAS GERAIS, 2015a, art. 3º).

Os fóruns regionais envolvem representantes das diversas esferas de governo (prefeitos e vereadores, órgãos federais com atuação na região, Poder Legislativo estadual e federal, secretarias do governo estadual) e da sociedade civil, como as entidades de representação empresarial e sindical, e outros representantes de organizações e movimentos da sociedade civil.

Dentre todos os fóruns regionais, forma-se um colegiado “diretivo e executivo”, composto por representantes dos setores que compõem os referidos fóruns. Acrescentam-se ainda diversas outras representações de órgãos de administração e serviços (polícias, bombeiros, companhias de saneamento e energia etc.). Também o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública podem integrar esse colegiado.

Os fóruns seguem sendo instalados ao longo de 2015, com pelo menos duas reuniões propostas para cada um deles nesse período. O primeiro objeto de trabalho está sendo a discussão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que constitui um planejamento de longo prazo, no qual se estabelecem objetivos estratégicos, eixos e áreas de ação. Na primeira reunião, os participantes preencheram um “formulário de diagnóstico territorial”, no qual deviam detalhar os problemas por eles enfrentados em seus territórios.

Na segunda rodada, os participantes integram grupos temáticos, organizados segundo os eixos do PMDI: educação; segurança pública; desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico; infraestrutura e logística; saúde e proteção social (MINAS GERAIS, 2015b). Partindo das informações levantadas durante o preenchi-

mento do diagnóstico territorial, os participantes devem, nesta segunda fase, identificar as prioridades que constituirão as diretrizes do PMDI, do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Integrado.

Ainda nessa etapa devem ser indicados os representantes para compor o Comitê de Planejamento Territorial (COMPLETE) e, dentre estes últimos, saem os integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES). A terceira e última fase prevê a realização de reuniões do Comitê nas regiões para discussão do PMDI, que será finalmente submetido à aprovação do Conselho.

Essa experiência em Minas Gerais é recente. Poderá ser considerado um caso mais ou menos bem sucedido de democracia participativa e deliberativa, na medida em que conseguir, em maior ou menor grau, superar ou, pelo menos, complementar os processos decisórios feitos tradicionalmente no poder público. Seja como for, essa proposta de participação já permite um confronto com os procedimentos comumente adotados no poder público, os quais concentram o poder de deliberação nas mãos de grupos minoritários, por vezes com caráter elitista.

### 3 UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Tomando como referência a proposta de participação implicada nos dois documentos descritos acima, a presente seção se propõe a aproximá-las das reflexões que atualmente se fazem sobre a participação popular nas deliberações e sobre o exercício direto do poder pelo cidadão. No meio acadêmico, discute-se o significado epistêmico, político, sociológico e mesmo econômico que a democracia direta pode ter. Nos últimos anos, estão se multiplicando os

estudos e publicações que versam sobre esse tema. Pode-se destacar, em meio a tantas opções de leitura, a coletânea publicada sobre a “deliberação pública” em que os autores ali reunidos discutem, sob enfoques variados, os princípios e dificuldades da participação efetiva dos cidadãos nas escolhas relativas à organização do espaço coletivo (MARQUES, 2009).

O conceito de democracia deliberativa é elaborado de forma bastante ampla na literatura acadêmica. Em linhas gerais, pode-se dizer que a discussão se concentra, de um lado, em compreender as propostas implicadas nessa forma de se conceberem os processos democráticos. Sob outro ponto de vista, trata-se de analisar as condições de viabilidade de tais propostas e as possibilidades de se realizarem. Há problemas de naturezas diversas a serem enfrentados, quando se procura construir um sistema democrático em que se amplie a discussão pública por meio da aproximação entre a formalidade das instâncias de governo e um certo grau de informalidade que caracteriza os espaços de discussão constituídos pelos cidadãos, em que se verifica uma menor (e até inexistente) interveniência regulatória do Estado.

Não se trata de instituir processos pontuais de consulta popular, que se esgotam – como acontece nos processos eleitorais – na escolha de representantes que constituem grupos minoritários aos quais caberá, de forma elitista, a elaboração de decisões. O exercício democrático da deliberação supõe a organização da sociedade de forma que – a despeito de todas as diferenças – sejam criadas condições de igualdade de participação. Isso não significa uma igualdade política. Supõe-se que o fato de integrar grupos por afinidade e por interesses políticos não elimina as diferenças. Ao contrário, é justamente pelo fato de serem diferentes e por defenderem pontos de vista diversos que os cidadãos devem encontrar instâncias que permitam a discussão e eventualmente a disputa para fazer valer uma proposta que atenda a seus propósitos.

Entre as condições capazes de garantir a igualdade, destacam-se a liberdade de fala e de expressão, bem como a liberdade de associação e de investigação. É indispensável também a possibilidade de diálogo entre as pessoas envolvidas. A cooperação e a participação dos indivíduos que possuem interesse e vínculos com a questão em pauta são importantes para a viabilidade de qualquer processo decisório democrático.

Todos esses aspectos encaminham para um conceito da deliberação democrática definido, primeiramente, como uma ação discursiva. Isso significa que, no debate sobre os diversos aspectos de um problema, devem ser conciliados os diferentes olhares que os participantes lançam sobre ele. Portanto, o problema em questão vai sendo reinterpretado e avaliado. Nesse processo de discussão que aproxima as instâncias formais de governo e grupos menos formalizados e instituídos, forma-se um ponto de vista sobre o tema em questão, que o grupo elege como a visão mais adequada. Em outras palavras, o caráter democrático dessa forma de deliberação pública se deve ao “processo dialógico de troca de razões” que se estabelece “com o propósito de solucionar situações problemáticas” (BOHMAN, 2009, p. 36).

Para que os processos de deliberação democráticos sejam eficazes, os participantes enfrentam o desafio de encontrar formas de assegurar a legitimidade de normas de comum acordo estabelecidas como válidas para a condução do processo decisório. Outra dificuldade é encontrar maneiras de regular os conflitos decorrentes da multiplicidade de situações vividas pelos participantes. As diferenças de identidade, de demandas e necessidades precisam ser objeto de permanente negociação. A política pública haure sua legitimidade desse diálogo entre a proposição feita pelo poder público e a conversação estabelecida com e entre os cidadãos.

O aprimoramento da democracia que, potencialmente, pode advir de uma proposta participativa se deve a procedimentos que

possam permitir argumentações cooperativas ou que, eventualmente, explicitem os conflitos de modo a enfrentá-los por meio do debate com vistas a encontrar um possível encaminhamento consensual. Daí a centralidade do diálogo entre os cidadãos, que devem ser capazes de incorporar de forma positiva as diferenças que existem entre eles, ao tentarem clarear um problema e vislumbrar uma solução. O processo deliberativo que prima pela participação deve prever formas pelas quais os indivíduos possam apresentar uns aos outros os seus pontos de vistas e percepções, de modo a construir conjuntamente uma interpretação das questões.

Do ponto de vista pragmático, essa perspectiva de análise já oferece a vantagem de superar uma concepção que reduz a participação do cidadão ao momento do voto, tal como ocorre no modelo predominante no país. Excetuando-se a participação do cidadão em eleições, são raros os momentos em que ele é formalmente chamado a opinar sobre aspectos importantes da vida nacional. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram feitas apenas duas consultas populares, quanto a mudanças na legislação. Por meio de um plebiscito, realizado em 1993, o povo escolheu a forma e o sistema de governo no país. Em 2005, fez-se um referendo sobre o comércio de armas de fogo no Brasil.

Afora esses momentos raros, a única forma de participação direta é a lei de iniciativa popular. Na história recente, registra-se a aprovação de poucas leis com esse caráter. Uma delas, a Lei 9.840, de 1999, que regulamenta a punição a quem pratica a corrupção eleitoral. A apresentação desse importante projeto de lei aconteceu por iniciativa da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Resultou de uma campanha intitulada “Combatendo a corrupção eleitoral”, iniciada na Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema foi “fraternidade e política”.

Outra vitória importante foi a “Lei da ficha limpa”, de 2010. Graças a tal lei, políticos condenados por órgão colegiado (ou seja, por mais de um juiz) se tornam inelegíveis, mesmo que ainda reste possibilidade de recurso. Também perde o direito de se candidatar o político que for cassado ou que venha a renunciar a seu mandato tentando escapar da cassação.

Como se pode constatar, os instrumentos de participação direta da população nas decisões do país são escassos. As ocasiões em que questões relevantes são submetidas a consulta popular são raras. Já os mecanismos para proposição de leis de iniciativa popular são tão trabalhosos que quase se tornam inviáveis. De fato, para que uma proposta de lei desse tipo seja levada ao Congresso, é necessário que 1% dos eleitores aponham sua assinatura. Adesões feitas pela Internet não têm valor. Tudo isso significa que, nas regras atuais, é extremamente difícil conseguir que uma lei de iniciativa popular seja apreciada pelo Parlamento.

Os casos citados acima – em que a Igreja Católica e outras organizações da sociedade civil se envolveram para conseguir as assinaturas – são demonstrações da dificuldade de se garantir a participação dos cidadãos nas atuais condições. Sem a intervenção de uma instituição com grande capilaridade é praticamente impossível conseguir encaminhar um projeto lei de iniciativa popular.

O caso mais recente que mostra a dificuldade de acesso da população aos mecanismos de participação direta é a tentativa de apresentar um projeto de lei de iniciativa popular em favor de uma reforma política. Proposto por um conjunto de mais de cem entidades, o projeto da *Coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas*, do qual fazem parte, entre tantos outros, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem o objetivo de aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro. Ao mesmo tempo, deseja-se ampliar os mecanismos de participação popular nas instâncias representativas do país. Para

ter efeito de proposta de iniciativa popular, seriam necessárias cerca de 1,5 milhão de assinaturas, equivalentes a 1% do eleitorado brasileiro. A controversa mudança na legislação eleitoral ainda em tramitação no Congresso Nacional, em 2015, acabou sendo levada a votação antes que o número necessário de assinaturas colhidas na campanha popular pudesse ser alcançado.

A dificuldade enfrentada para alcançar o número necessário de signatários que viabilizasse a *Reforma política democrática* mostra que mecanismos alternativos – para além daqueles previstos na Constituição – são imprescindíveis para aumentar o diálogo entre a democracia representativa e a democracia participativa. Os defensores de tal proposta argumentam que questões de interesse nacional – como a construção de obras com grande impacto ambiental, a privatização ou alienação de bens públicos, a concessão de serviços públicos e outras – deveriam passar a ser decididas por meio da democracia direta. Considera-se, ainda, que as tecnologias digitais de comunicação e de informação tornam possível a criação de instrumentos que viabilizem e agilizem, com custo reduzido, a intervenção direta da população em tais questões. Além disso, conselhos e conferências de políticas públicas ampliam a possibilidade de cidadãos e movimentos organizados acompanharem constantemente as decisões e a implementação das ações dos poderes públicos.

De tal modo, a concepção de política se amplia. Deve-se entendê-la como o jogo entre grupos em uma determinada sociedade, cada qual compondo uma força, com interesses próprios. O jogo político consiste da atuação dessas forças de modo a fazer valer um ponto de vista. Quanto mais força um grupo acumula em razão dos espaços que ocupa em uma sociedade, mais capaz ele se torna de alcançar seus objetivos. Tal modelo já vigora na forma como tradicionalmente a política funciona. No entanto, atualmente, esse jogo é controlado por grupos minoritários que tiram vantagem de seu



poder econômico e da indiferença que a maior parte dos cidadãos nutre em relação à política.

Envolvendo mais pessoas e fortalecendo as organizações da sociedade civil, amplia-se o número daqueles que passam a tomar parte nesse jogo de forças. O cenário se torna mais complexo e as disputas mais diluídas e, ao mesmo tempo, mais intensas. Muda-se a ideia de política e agregam-se novos atores legitimados para reivindicar seu espaço na sociedade. Não somente o representante eleito é político. Todo cidadão, todo agente social também assume essa mesma condição do ser político.

Como amplamente discutido na teoria política nas últimas décadas, a racionalidade política passa a ser entendida não mais como valores e princípios petreamente estabelecidos, mas como a discussão e o estabelecimento de consensos. Os participantes devem apresentar suas razões e justificar suas preferências. O convencimento do outro se concretiza como uma necessidade de permanente negociação e passa a ser o mais importante instrumento para fazer valer um ponto de vista.

Essa concepção tem uma perspectiva inclusiva, na medida em que o convencimento não implica a derrota do ponto de vista antagonico, mas a oportunidade de uma concessão mútua criada pela negociação, pela transigência e pela tolerância. Nesse modelo, é competência dos governos propor as políticas que vão pautar a ação do Estado junto à sociedade. Contudo, o Estado terá que se modificar de modo a instituir propostas capazes de acolher as diretrizes formadas no debate com a sociedade civil. Essa maneira de conceber o processo participativo identifica a democracia deliberativa como um conjunto de acordos e práticas cooperativos pragmáticos.

Outro aspecto a ser considerado como característica da democracia deliberativa é a reciprocidade. Como afirmam Gutmann e Thompson (2009, p. 181), “a reciprocidade assegura que os cida-

dãos devem uns aos outros justificativas para as leis e as políticas públicas que os vinculam mutuamente e que eles coletivamente elaboraram”. A perspectiva da reciprocidade pode ajudar na definição de acordos políticos com base em princípios justificáveis a outros que compartilham o objetivo de chegar a um entendimento. Para esses autores, as decisões democráticas exigem uma justificação mútua, “providenciar razões que constituem uma justificação pelo fato de impor leis vinculatórias a outras pessoas” (GUTMANN e THOMPSON, 2009, p. 181). Essa justificação mútua somente é possível tomando como referência valores substantivos. Para esses autores, a reciprocidade indica que há outros princípios que também precisam ser observados para que se obtenha um conteúdo de democracia deliberativa, como a publicidade, a prestação de contas (*accountability*), a liberdade e a oportunidade.

No entanto, considerando a complexidade ou amplitude dos princípios a serem observados para a constituição da democracia deliberativa, há questionamentos sobre a exequibilidade ou possibilidade da realização empírica da deliberação. Um desses problemas é levantado por Benhabib (2009) que reafirma a importância da capacitação do sujeito para participar efetivamente dos processos democrático-deliberativos. Os participantes devem se tornar capazes de debater, expondo seus interesses e, ultrapassando os limites de suas próprias contingências, de percebê-los sob uma perspectiva mais geral e coletiva.

Isso põe em questão a necessidade de uma educação para a cidadania ativa. Embora a participação social seja fundamental, as decisões podem não atender às demandas sociais “se os participantes não são capazes de coordenar todas as várias perspectivas em direção a uma perspectiva comum, através de um processo dialético de constante enriquecimento e novas articulações” (BOHMAN, 2009, p. 77).

No entanto, para além do preparo do indivíduo para pensar e atuar de forma coletiva, ainda existem outros fatores pertinentes a cada contexto político que comprometem o alcance dos objetivos da democracia deliberativa. A legislação vigente no país e a estrutura jurídica, os mecanismos da política hegemônica, interesses estratégicos e econômicos de grupos, os jogos de informação e de contrainformação interpostos pela mídia, a pressão popular são contingências que determinam o andamento e o êxito das formas de deliberação democrática.

Historicamente, no Brasil, o poder sempre foi exercido por um grupo reduzido, ao passo que as massas se mantiveram à margem. Propostas de formas inclusivas de exercício do poder, com a participação daqueles diretamente afetados pelas políticas têm suscitado tipos diversos de reação. As dificuldades começam com a própria legislação que não facilita – quando não impede – o exercício desse tipo de intervenção popular.

A política se faz da diversidade de interesses dos grupos existentes em uma sociedade e que disputam entre si o maior domínio dos espaços de poder. Nem sempre essa disputa se faz de maneira altruísta, assim como raramente grupos dominantes estão dispostos a abrir mão de sua parcela de poder para viabilizar o acesso democrático aos espaços de decisão. Afinal, os objetivos estratégicos da democracia deliberativa em políticas públicas afetam hierarquias de poder e interesses econômicos dominantes.

Para configurar-se como uma experiência de democracia participativa, a deliberação não pode ficar restrita a alguns grupos. Precisa estar aberta à ampla participação das pessoas e suas organizações nas decisões políticas. Quando a liberdade individual e as oportunidades iguais são consideradas princípios substantivos, torna-se fundamental que as instâncias de participação se ampliem. Como já constatado acima, os espaços de participação democrática efetivamente disponíveis ao cidadão, na democracia focada na re-

apresentação, são praticamente nulos. Não há oportunidades iguais para que o indivíduo expresse suas demandas, nem espaço público disponível para isso. Em direção inversa, a democracia deliberativa supõe que novos espaços sejam criados ou que os existentes sejam reorganizados sob demanda social. As estruturas tornam-se móveis de modo a permitir que cidadãos com novas demandas possam participar da deliberação.

Essa mobilidade parece estar em acordo com o que Gutmann e Thompson (2009) denominam como princípio da provisoriidade. Com essa expressão, eles designam a possibilidade de que uma decisão coletivamente tomada em um momento possa ser revista e mesmo modificada em outro momento por uma instância igualmente coletiva. No entanto, talvez seja possível reformular esse princípio, na medida em que também o mundo social é marcado pela transitoriedade, pois é sempre passível de se reorganizar. Poder-se-ia pensar, então, em uma provisoriidade das próprias instâncias deliberativas, mais próximas da própria dinâmica dos grupos sociais, cuja capacidade de perdurar oscila. Isso pode levar à demanda por novas instâncias e o fechamento de outras para atender a demandas efetivas da cidadania.

Entre as críticas feitas aos processos associados à democracia deliberativa, afirma-se que nem sempre as decisões tomadas pelo coletivo são baseadas em informações claramente estabelecidas, ao contrário do que poderia ocorrer quando as decisões são tomadas por especialistas, a partir de critérios técnicos. Subentende-se que, por vezes, as decisões tomadas nos fóruns participativos podem ser baseadas apenas no senso comum ou motivadas pelas condições emocionais no momento em que se faz ou se vota uma proposta. No entanto, parece claro que não se deve afirmar dogmaticamente que uma decisão seja acertada apenas por ter sido tomada coletivamente. Do mesmo modo, não parece razoável que se conceba a existência de critérios técnicos desvinculados das relações políticas.

Não é raro que argumentos técnicos sejam empregados para justificar decisões que foram motivadas, de forma oculta, por critérios políticos. Em ambos os casos, a correção ou adequação da decisão não decorre, como consequência obrigatória, da forma como se chegou a ela.

Mesmo considerando esse aspecto, há analistas que encontram motivos para defender a perspectiva deliberativa. Bohman (2009), por exemplo, supõe que mesmo argumentos que aparentemente indicam problemas da deliberação costumam apresentar, como contraposição, benefícios que a justificam. Ele reconhece que a deliberação nem sempre levará à melhor decisão. Supostamente, decisões tomadas sem a intervenção pública podem ser objetivamente melhores do que decisões públicas. No entanto, para esse autor, a deliberação pública costuma melhorar a qualidade da justificação e da produção de decisões por submeter-se a maior amplitude de opiniões e possibilidades de alternativas. Disso decorre a conclusão de Bohman (2009, p. 35), segundo a qual a deliberação pública se constitui como “o melhor meio de aperfeiçoar a qualidade epistêmica das justificações para decisões políticas”.

Para Bohman (2009, p. 64), a legitimidade democrática e o sucesso nas atividades deliberativas têm sua base no diálogo: “uma abordagem dialógica da deliberação captura melhor o processo de reinterpretação das normas e procedimentos à luz de novas experiências e situações problemáticas”. A deliberação pública é compreendida, dessa forma, como um diálogo que tem como objetivo a solução de um problema ou resolução de um conflito. Ele conclui sua análise afirmando que “talvez o principal desafio da democracia deliberativa seja solucionar os crescentes conflitos comuns sem abrir mão da igualdade política dos cidadãos, da não tirania dos resultados e da publicidade do diálogo” (BOHMAN, 2009, p. 81).

## REFERÊNCIAS

BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, Ângela C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**; textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 109-141.

BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, Ângela C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**; textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 31-84.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.243**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm). Acesso em: 01 jun. 2014a.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Participação social no Brasil**: entre desafios e conquistas. Brasília, 2014b.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Democracia participativa**: nova relação do Estado com a sociedade – 2003-2010. 2.ed. Brasília, 2011.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Democracia Deliberativa para além do processo. In: MARQUES, Ângela C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**; textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 177-206.

MARQUES, Ângela C. S. (org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**; textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

MINAS GERAIS. **Decreto 46.774, de 09 de junho de 2015**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2015a.

MINAS GERAIS. **Fóruns regionais**: metodologia e diretrizes. Belo Horizonte: SEPLAG: ALMG, 2015b.

NASSIF, Luiz. Uma cartilha para entender a Política Nacional de Participação Social. **Jornal GGN**. Disponível em <http://jornalggm.com.br/noticia/uma-cartilha-para-entender-a-politica-nacional-de-participacao-social>. Acesso em: 18 jul. 2014.

# BELO HORIZONTE E SUAS FAVELAS: o que mudou com a urbanização na percepção dos seus moradores<sup>1</sup>

LUCIANA TEIXEIRA DE ANDRADE

NO FINAL DO SÉCULO XIX SURGEM EM BELO HORIZONTE formas de habitação extremamente precárias situadas no interior da zona urbana da cidade planejada. Foram chamadas de aglomerações de cafuas e barracos (GUIMARÃES, 1991) e, posteriormente, de favelas. Quando exatamente ocorreu essa mudança de nome é um bom tema de pesquisa. Como é difundido pela literatura carioca, a denominação favela, no sentido que a usamos hoje, teria sua origem na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX (VALLADARES, 2005).

As duas primeiras favelas de que se tem registro em Belo Horizonte surgiram durante o período da construção da cidade, entre 1893 e 1897, e ficaram conhecidas como Córrego do Leitão e Alto da Estação. Apesar da falta de registros precisos sobre a origem de seus habitantes, o mais provável, e o que aparece nas fontes

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo CNPq e que contou também com o apoio da Fapemig.

jornalísticas, é que tenham sido atraídos em função dos empregos proporcionados pela construção da nova capital. Durante esse período, a Comissão Construtora precisou atrair mão de obra externa, uma vez que a existente no antigo arraial era insuficiente para a construção da nova capital. Parte dessa mão de obra foi composta por imigrantes, principalmente italianos. Para se ter uma ideia da intensidade da migração, a população do arraial, que em 1890 contava com 600 habitantes, saltou para 2.615 em 1893 e 12.000 em 1897 (GUIMARÃES, 1991). Tudo isso poderia levar a crer que o surgimento das favelas nesse período era um fato provisório que logo depois se extinguiria, como ocorreu com as hospedarias de imigrantes. Mas não foi exatamente o que aconteceu, até porque não se planejou nenhum espaço de moradia para essa população de baixa renda. Enquanto os funcionários públicos foram contemplados com um bairro, o Bairro dos Funcionários, os trabalhadores não tiveram a mesma sorte. Aqueles que possuíam maiores recursos foram habitar a zona suburbana da cidade, aos outros restaram as regiões menos disputadas da cidade como os morros e as áreas próximas dos córregos, dando origem às primeiras favelas. O interessante é que apesar dos controles dos planejadores, as duas primeiras favelas surgem no interior da zona urbana, próximas do centro da cidade, uma na sua fronteira com a zona suburbana, denominada de Alto da Estação, e outra na parte mais baixa da área central, chamada de Córrego do Leitão.

Cinco anos após a inauguração da capital, em 1902, essas duas favelas foram removidas, mas nesse mesmo ano a cidade já contava como outra favela, a da Barroca. A história dessa favela é interessante, pois apesar de suas várias remoções, ela reaparecerá em outros lugares da cidade, mas mantendo o mesmo nome (GUIMARÃES, 1991 e FILGUEIRAS, 2009).

O que se pretende com essas primeiras colocações é mostrar como essa forma de morar, que veio a ser conhecida como favela,



surge simultaneamente em pelo menos duas cidades brasileiras. E não se trata de um simples acaso. No final do século XIX começava a se construir em Minas Gerais a nova capital do Estado seguindo os preceitos de um urbanismo higienista e segregacionista, enquanto a cidade do Rio de Janeiro desencadeava uma guerra contra os cortiços, o que, segundo alguns autores, fez com que sua população começasse a ocupar os morros da cidade. A reforma de Pereira Passos daria continuidade a essas iniciativas reformando o Centro do Rio de Janeiro e promovendo mais expulsão da população pobre para os morros da cidade (VALLADARES, 2005). Em Belo Horizonte, a favela não é resultado da expulsão, mas de uma concepção de cidade que não pensou nos pobres como seus habitantes, mas apenas como seus construtores.

O fato de Belo Horizonte ser uma cidade planejada derruba o mito de que as favelas são produtos da “falta de planejamento”. Já essas ações simultâneas, o planejamento da capital e o surgimento das favelas, evidenciam uma relação de íntima dependência entre a cidade planejada ou formal e a favela, e não de antítese. A hipótese da necessidade e dependência se fortalece na medida em que as favelas sobrevivem a vários períodos da história da cidade. As políticas de remoção parecem seguir a lógica dos interesses do mercado imobiliário, ou seja, a sua tolerância, assim como as remoções, estão subordinadas aos interesses daqueles que têm maior poder sobre o uso do solo urbano. Mas, em Belo Horizonte, como no Rio de Janeiro, as políticas de remoção não foram suficientes para conter o aparecimento de novas favelas e o adensamento daquelas já existentes.<sup>2</sup> A partir da década de 1990, maior ênfase será dada aos programas de urbanização, ainda que as remoções permaneçam

---

<sup>2</sup> Há favelas em várias outras cidades brasileiras. Tomar o Rio de Janeiro como referência justifica-se em função do fato de que nessa cidade, assim como em Belo Horizonte, as favelas surgem num mesmo período, o que não aconteceu, por exemplo, em São Paulo, onde os cortiços se mantiveram por mais tempo. (PASTERNAK, 2006).

até os dias atuais, muitas delas justificadas pelo poder público pelas necessidades de realização de obras, como foi o caso da recente construção da Linha Verde ligando o centro da capital mineira ao novo Centro Administrativo do Estado e ao aeroporto (LOPES, 2010).

Diferentemente do Rio de Janeiro, em Belo Horizonte as favelas não são chamadas de comunidades, mas de vilas. Já os conjuntos de favelas, de aglomerados. Essas denominações, utilizadas tanto pelo poder público quanto pelos movimentos populares, visam atenuar os estigmas que sempre rondaram as favelas. Segundo dados de 2008, organizados pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), a cidade contava nesse ano com aproximadamente 174 favelas e 350.566 habitantes, distribuídos em 97.012 domicílios (FILGUEIRAS, 2009).<sup>3</sup> Segundo os dados do Censo de 2010, Belo Horizonte possuía 169 aglomerados subnormais<sup>4</sup> com 87.763 domicílios e 307.038 habitantes. Esses habitantes correspondiam à época a 13% da população. Segundo a mesma fonte, o Rio de Janeiro possuía 763 aglomerados subnormais, com 426.965 domicílios e 1.393.314 habitantes, que correspondiam a 22% da população.

<sup>3</sup> O cálculo da população favelada em todo o Brasil é um problema complexo. O dado apresentado para 2008, cuja fonte é a Urbel, é próximo do que foi apresentado em Caldas, Mendonça e Carmo (2008) para 2004, cuja fonte também é a Urbel. Segundo esse trabalho existiriam no município, em 2004, 95.835 domicílios em favelas, com 369.857 habitantes. Outras fontes, que apresentam dados mais altos, próximos de 500 mil habitantes, somam à população favelada aqueles residentes em conjuntos habitacionais precarizados. No zoneamento da cidade estes seriam as ZEIS-3 e as favelas, ZEIS-1.

<sup>4</sup> O IBGE define aglomerado subnormal como: “[...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.” (IBGE, 2011).

## 1 AS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

As recentes experiências de urbanização foram precedidas por muitas remoções e debates em torno do destino das favelas. E, se esses debates têm início em fins dos anos 1960 (MACHADO DA SILVA, 1981, apud CARDOSO e ARAUJO, 2007), o início na década de 1970 registra as primeiras ações de urbanização que se intensificam nos anos 1980. Mas é na década de 1990 que se consolidam os principais projetos de urbanização de favelas no país. Entre os casos mais estudados e divulgados estão o “Favela Bairro” do Rio de Janeiro e o “Santo André Mais Igual”, na cidade de mesmo nome, em São Paulo.

Uma das maiores virtudes desses programas é a sua contraposição à política de remoção, ou seja, o que ele deixa de fazer. Efetivamente, a urbanização atua sobre a infraestrutura da favela e em alguns casos pode envolver a reforma ou a construção de novas moradias. Mas isso não a caracteriza como uma política de provisão de novas unidades para novos moradores. A construção se justifica em função da remoção de moradias que se encontravam em áreas de risco ou porque as obras de urbanização, como abertura de ruas e urbanização de becos, assim exigiram. Simbolicamente, a urbanização representa o reconhecimento do lugar da favela na cidade. Aliás, não é incomum que esses programas levem também à remoção de algumas famílias, seja porque algumas preferem a indenização e com ela adquirem moradias em outras partes da cidade, seja porque as novas unidades construídas, em geral apartamentos, não são suficientes para todos os moradores que perderam suas casas. A localização das favelas em áreas íngremes e/ou de risco e o seu estado atual de adensamento nem sempre favorecem a urbanização sem remoção para lugares fora da favela.

Apesar desses limites, os programas de urbanização são conhecidos mais pelas suas virtudes, conseguindo grande apoio dos meios

de comunicação, devido, em grande parte aos seus resultados mais visíveis e também estéticos. E, se eles se inserem entre as principais reivindicações dos movimentos populares por moradia, juntamente com a regularização fundiária e a produção de novas moradias (CARDOSO, 2006), não estão imunes às críticas. A primeira delas refere-se ao fato de eles não atacarem um dos principais problemas da moradia, o *déficit* habitacional. Ou seja, a urbanização de favelas passa a ocupar a atenção da sociedade em detrimento da produção de novas moradias. Outra crítica refere-se ao objetivo principal e último desses programas: a integração da favela à cidade. Em virtude da concentração das ações no plano físico-urbanístico, esse objetivo de natureza socioeconômica e também cultural não chega a ser alcançado. As políticas sociais e de inclusão que acompanham os programas ou são vistas como paliativas ou não são consideradas como muito efetivas. As outras críticas referem-se à natureza da participação popular, ao modelo de urbanização, à mudança das casas para os apartamentos, à valorização imobiliária que pode implicar na futura expulsão dos atuais moradores, ao baixo valor das indenizações e aos custos e às taxas provenientes da legalidade.

As motivações dessas críticas são diversas, até porque as avaliações desses programas não se circunscrevem aos relatórios técnicos e à produção acadêmica. Assim como os programas tornam-se emblemas de algumas administrações e/ou de alguns políticos, há, naturalmente, uma politização do debate. No caso de Belo Horizonte, o programa de urbanização de favelas, o Vila Viva, emblema da administração do prefeito Fernando Pimentel e da sua campanha para senador, motivou um manifesto de alguns setores dos movimentos populares cujo título é *Programa Vila Viva ou Vila Morta???* (ASSOCIAÇÃO, 2010).

As transformações na arquitetura, na forma urbanística da favela e nas suas moradias também reativam um outro imaginário sobre a favela, a de um lugar criativo, seja do ponto de vista da produção

artístico-cultural e da arquitetura vernacular, seja do ponto de vista das estratégias de sobrevivência amparadas num modo de vida próprio.<sup>5</sup> Para os que assim pensam, os programas de urbanização estariam impondo um modo de vida e um padrão de moradia e de urbanização contrários as essas forças sociais criativas e necessárias à sobrevivência da população favelada.

O objetivo dessas breves considerações foi mostrar que a urbanização de favelas constitui hoje um campo de disputas de significados, atravessado por questões de natureza diversas.

## 2 O AGLOMERADO DA SERRA E O PROGRAMA VILA VIVA

Durante os anos de 2009 e 2010 uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação da PUC Minas realizou uma pesquisa no maior aglomerado de favelas da cidade, o Aglomerado da Serra. Trata-se de um conjunto de vilas situado na zona sul da cidade, que no caso de Belo Horizonte é a região que concentra os grupos de rendas alta e média.

Esse aglomerado partilha o nome Serra com o bairro da Serra, um antigo bairro da cidade ocupado pelos estratos médios e altos. Os outros bairros com os quais faz fronteira são: Santa Efigênia, Paraíso, São Lucas e Mangabeiras. Faz fronteira também com duas áreas de preservação, a Mata da Baleia e o Parque das Mangabeiras. Internamente o aglomerado divide-se em sete vilas: Vila Fazendinha, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Marçola, Vila Novo São Lucas, Vila Santana do Cafezal, Vila Nossa Senhora

---

<sup>5</sup> Exemplos dessa abordagem podem ser verificados em Jacques (2003), Libânio (2004) e Abramo (2008).

Aparecida e Vila Nossa Senhora da Conceição.<sup>6</sup> A ocupação do aglomerado começou na década de 1920, pela Vila Nossa Senhora da Conceição e, segundo dados da URBEL, contava, na época da intervenção, com 46.086 habitantes.

Várias favelas de Belo Horizonte já foram beneficiadas com algum tipo de política de urbanização, mas nada que se compare ao escopo do atual programa Vila Viva. Sua execução está a cargo da URBEL e como os demais programas de urbanização, seu objetivo principal é a integração das favelas à cidade formal. Seu slogan é: “Vila Viva: o programa que transforma favelas em bairros”. Ainda que seja um programa para toda a cidade, seu projeto-piloto foi iniciado no Aglomerado da Serra no ano de 2005.

Antes da intervenção, a prefeitura realiza um estudo denominado Plano Global Específico (PGE). Esse plano precede qualquer intervenção em favelas e contempla os seguintes aspectos: diagnóstico físico, ambiental, jurídico-legal, socioeconômico e organizativo do território e dos seus moradores. Sua elaboração deve contar com a participação da população e na sua etapa final são hierarquizadas as propostas de urbanização (BELO HORIZONTE, 2001).

Uma vez feito o diagnóstico e definidas as prioridades de intervenção, cabe à Urbel a implementação do Vila Viva. No Aglomerado da Serra as principais intervenções foram: obras de saneamento, erradicação de áreas de risco, construção de novas unidades habitacionais, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos e implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Os recursos assegurados foram da ordem de R\$171,2 milhões, dos quais R\$113 milhões financiados pelo Banco Nacional

---

<sup>6</sup> A Vila Fazendinha, apesar de fazer parte do aglomerado, não foi contemplada pelas obras do Vila Viva por já possuir o processo de regularização fundiária concluído por obras anteriores.

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com contrapartida de 25% da prefeitura e R\$58,2 milhões pelo governo federal através do Programa Saneamento para Todos.<sup>7</sup>

Segundo dados da URBEL (s.d.), o aglomerado conta com 13.462 domicílios. Destes, 2.266 (16,8%) foram atingidos pelas obras. Estes se dividem em imóveis localizados em áreas de risco e outros que precisaram ser demolidos em função das obras. Aos moradores de tais imóveis, foram ofertadas três possibilidades: a indenização, a mudança para outra casa no próprio aglomerado ou a mudança para os apartamentos que seriam construídos dentro do aglomerado. Em geral, os que optaram pelos apartamentos foram aqueles cujos valores da indenização eram inferiores aos valores de um outro imóvel, que eles pudessem adquirir no próprio Aglomerado ou fora dele, seja porque residiam em áreas de risco e em habitações precárias, seja porque um mesmo imóvel abrigava mais de uma família. Nesses casos, a troca por mais de um apartamento revelou-se mais vantajosa do que a indenização (cf. EVANGELISTA, 2012). Cada prédio conta com quatro andares e oito apartamentos. Os prédios diferenciam-se segundo os tipos de apartamentos, de dois e três quartos. A pesquisa que se apresenta a seguir foi realizada com os moradores desses apartamentos. Tal escolha pautou-se pela avaliação de que foram eles os mais atingidos pela urbanização, uma vez que a mudança para os apartamentos é um fato bastante novo para eles. Outros que também poderíamos considerar como tendo sido muito atingidos foram aqueles que saíram da favela, mas em relação a esses não poderíamos saber se a urbanização modificou suas relações com a vizinhança.

A integração com a cidade é apontada como o objetivo central do programa, conforme pode-se ver pela passagem abaixo, do PGE.

---

<sup>7</sup> Projetos do Programa Vila Viva em outras favelas da cidade passaram a contar com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Articulação e envolvimento com o entorno – tendo em vista que o **objetivo final** de um PGE é inserir as vilas e favelas de Belo Horizonte no contexto urbano formal, torna-se imprescindível que a população seja, desde o início da execução do plano, preparada para usufruir de seus direitos de “**cidadãos na cidade**”. Assim sendo, deve-se ampliar através da divulgação ampla, envolvendo os vários equipamentos comunitários, tais como os centros de saúde, as escolas, as igrejas etc, o acesso aos programas e serviços que são oferecidos à cidade como um todo (BELO HORIZONTE, 2001, p.5-6. Grifos meus).

Na descrição dos métodos e conceitos do Plano, creditam-se à intervenção ganhos de cidadania para a população alvo e para a cidade como um todo. A descrição a seguir mostra a relação das ações com o restante da cidade:

dessa maneira, todos poderão viver numa cidade melhor, com um planejamento mais eficaz, pois os bolsões de miséria, hoje encravados pela cidade de Belo Horizonte, aguçam os conflitos de classe, arranhando a segurança mútua e tornando a vida urbana cada vez mais ameaçadora. (BELO HORIZONTE, 2001, p.9).

Além da remoção, outras obras foram executadas, tais como:

1. Reestruturação do sistema viário: desobstrução de acessos, integração externa e aumento da acessibilidade interna através da abertura de vias adequadas ao tráfego irrestrito de veículos e alargamento de algumas ruas e becos existentes;

2. Reestruturação ambiental: proteção das nascentes, cursos d’água e talvegues, com proposição de áreas de preservação permanente ou outro uso imediato que evite ocupação residencial posterior;



3. Reestruturação do sistema de referências e intervenções nos limites internos e externos do aglomerado, “visando ampliar a integração com os bairros vizinhos”<sup>8</sup>, por meio de ampliação e reforço das centralidades (pontos de encontro e lazer) existentes, eliminação dos pontos de insegurança através da criação de novas praças e áreas de esportes e lazer com estrutura adequada para abrigar encontros sociais e manifestações culturais, principalmente ao longo da Avenida do Cardoso, nos limites entre as vilas e entre o aglomerado e os bairros para promover a integração entre as vilas e com os bairros vizinhos. No PGE, estava prevista, ainda, a construção de estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida do Cardoso, entre os prédios, proposta que não foi efetivamente executada durante as obras.

4. Eliminação e/ou diminuição do risco geológico, através de intervenções de reurbanização, como a construção de muros de contenção<sup>9</sup>;

5. Regularização fundiária, com o objetivo de titulação do maior número possível de pessoas dentro das áreas consolidadas ou consolidáveis, evitando-se o adensamento que venha a deflagrar o risco em áreas sem infraestrutura urbana ou que ofereça condições de aproveitamento para uso público;

6. Implantação da Via 276 (Avenida do Cardoso) prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte;

7. Desadensamento do aglomerado e reestruturação do sistema habitacional.

---

<sup>8</sup> No PGE, é introduzida inclusive, a ideia de “bairro único”.

<sup>9</sup> A reestruturação ambiental e do sistema habitacional se complementam a este item.

### 3 SOBRE A PESQUISA E O CONTATO COM OS MORADORES ENTREVISTADOS

A pesquisa teve início com um primeiro contato com os técnicos da Urbel que nos apresentaram o programa por meio de uma palestra e de uma visita guiada ao aglomerado. Posteriormente, demos início à realização das entrevistas com a intermediação de uma bolsista, estudante de graduação da PUC Minas e residente no aglomerado.

As entrevistas foram realizadas nas proximidades dos prédios construídos pelo programa Vila Viva no aglomerado.<sup>10</sup> Os moradores já se encontravam residindo nos apartamentos, localizados nas avenidas Cardoso, Mém de Sá e na Rua São João. Naquele período, das 856 unidades previstas, 336 já estavam habitadas. Para a realização das entrevistas, a estratégia que se revelou mais eficaz foi a abordagem dos moradores em local próximo à moradia. Foram abordagens aleatórias e sem contato prévio. Em geral éramos bem sucedidos. As recusas, quando ocorriam, tinham como justificativas motivos rotineiros, como a falta de tempo. Algumas vezes éramos convidados a entrar nos apartamentos; em outras, a entrevista ocorria no próprio local da abordagem.

No decorrer das entrevistas percebemos que era importante insistir com aqueles que se mostravam mais resistentes, uma vez que eram justamente esses os que, em geral, tinham uma posição mais crítica. Ou seja, aqueles que se dispunham imediatamente manifestavam uma posição mais favorável, já aqueles que expressavam alguma resistência ou receio, quando se sentiam mais à vontade, manifestavam-se críticos a algum aspecto do programa. A nossa

---

<sup>10</sup> A pesquisa de campo contou com a participação dos bolsistas de Iniciação Científica Leonardo Souza Silveira e Simone Marques de Moura. Claudinéia Coura, mestre em Ciências Sociais, participou na fase inicial. A fase de tratamento dos dados contou também com a participação do bolsista de iniciação científica Matheus Coelho Torres Macedo.

insistência justifica-se pela preocupação em obter um leque mais amplo de opiniões. Contudo, o receio dos moradores parecia estar associado à presença da Urbel no aglomerado quando da realização da pesquisa. Os moradores ainda se encontram em um momento de negociações com o poder público e emitir críticas naquele momento poderia inviabilizá-las. Desde o início, nos apresentamos como pesquisadores da universidade, mas sabíamos que na maioria das vezes essa explicação era insuficiente para dirimir todas as dúvidas e desconfianças.

À medida que as entrevistas eram realizadas, foram transcritas e lidas. Nesse momento analisávamos o perfil dos entrevistados e a sua relação com as opiniões expressas. Essa análise foi a nossa referência para a diversificação dos entrevistados. Ou seja, logo de imediato percebemos a maior presença de mulheres e de pessoas mais velhas, o que tinha a ver com o horário de realização das entrevistas, que ocorriam no período da tarde. Procuramos, então, diversificar os dias e horários, privilegiando aqueles mais propícios para a abordagem de homens e jovens, como os finais de semana e feriados. Diferentemente das mulheres, os homens tratavam de certos temas, como a violência, por exemplo, com mais tranquilidade e menos receio. Ao adotarmos essa estratégia, procuramos, como sugere Becker (2007), maximizar a chance de que opiniões dissonantes pudessem surgir. Conscientemente, evitamos as lideranças oficiais e dos movimentos populares, porque queríamos ouvir o morador comum, ainda que entre esses que abordamos aleatoriamente alguns desempenhassem o papel de lideranças.

Sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, não há qualquer pretensão de falar sobre o universo dos que foram transferidos para os apartamentos; buscou-se apenas qualificar os impactos dessa mudança e a natureza dos conflitos que ela promoveu na perspec-

tiva do cumprimento do principal objetivo do Programa, integrar a favela à cidade.

Ao todo, realizamos 21 entrevistas com duração média de 40 minutos. Entre os entrevistados, 10 eram do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Dentre todos, apenas três completaram o ensino médio e nenhum chegou ao ensino superior. Em relação à origem (Tabela 1), quase a metade (dez) nasceu em Belo Horizonte. Dos nove que vieram do interior, três residiram antes em outros bairros da Capital. Apenas seis vieram do interior diretamente para o aglomerado (Tabela 2). Para melhor qualificar os dados referente à origem, pode-se ver pela Tabela 3 que dos 21, 18 moram no aglomerado há mais de dez anos. Se a origem de parte deles é interiorana, o tempo de moradia no aglomerado já atesta uma experiência tipicamente urbana.

**Tabela 1 – Origem dos entrevistados**

Origem	Frequência
Belo Horizonte	10
Interior de Minas Gerais	9
Outros estados <sup>12</sup>	2
Total	21

*Fonte: dados da pesquisa*

**Tabela 2 – Moradia anterior**

Moradia	Frequência
Outro bairro de Belo Horizonte	13
Interior de Minas Gerais	6
Outros estados	2
Total	21

*Fonte: dados da pesquisa*

<sup>11</sup> São Paulo e interior da Bahia.

**Tabela 3 – Tempo de moradia no aglomerado**

Tempo Médio	Frequência
Até 5 anos	2
De 6 a 9 anos	1
De 10 a 15 anos	6
Mais de 15 anos	12
Total	21

*Fonte: dados da pesquisa*

Procurou-se também obter informações sobre o local de trabalho, como forma de aferir as vantagens de se morar próximo a uma região que concentra grupos com alta renda e situada próxima ao centro da cidade. O universo aqui não foi apenas o dos 21 entrevistados, mas todos aqueles que trabalham na família, incluindo cônjuges e filhos e somam 33 pessoas. A maioria usufrui dessa “vantagem” da localização, uma vez que 27 dos 33 trabalham nas proximidades do local de moradia, isso sem contar aqueles que não têm um local de trabalho fixo, como os que vivem de reciclagem e outros trabalhos ambulantes. Por isso mesmo, 1/3 desloca-se a pé para o trabalho.<sup>12</sup>

Como destacado antes, essas informações não podem ser generalizadas para o aglomerado, uma vez que dizem respeito apenas às famílias dos 21 entrevistados, ainda que, como também já foi relatado, tivéssemos tomado certos cuidados na escolha dos respondentes. A intenção foi tentar conhecer um pouco da vida e das percepções desse grupo. Para este artigo abordaremos um dos tópicos da pesquisa que foi a percepção da mudança por parte desses moradores.

<sup>12</sup> Sobre o efeito-vizinhança, ver Andrade e Silveira, 2009.

## 4 A PERCEPÇÃO DA MUDANÇA

Nesta parte, abordaremos a percepção da mudança da casa para o apartamento contemplando, primeiro, as condições da antiga casa, depois as do apartamento e do prédio e, por fim, as relações com os vizinhos e a percepção sobre segurança.

A primeira pergunta do roteiro de entrevistas buscava conhecer a percepção dos moradores entrevistados em relação à antiga casa. A maioria deles vivera anteriormente em área de risco ou em locais muito precários.<sup>13</sup> Ainda que tivéssemos perguntado apenas como era a casa anterior, várias pessoas identificaram-nas como moradias em áreas de risco. Outras não falaram se a casa estava ou não em área de risco, mas as descrições mencionavam um estado de grande precariedade, como, por exemplo, casas que tinham partes construídas com madeira; casas com apenas um ou dois cômodos; proximidade com o esgoto; banheiro do lado de fora; falta de espaço; muitas famílias juntas (alta densidade); acesso difícil. As que falaram do risco se referiam especialmente às chuvas e à proximidade das moradias com encostas e a localização em becos. Nesses casos, elas também mencionam a presença de ratos e de mofo. Na voz de uma entrevistada, evidencia-se a instabilidade de sua casa:

Quando chovia, a enxurrada passava dentro da minha cozinha, descia água pela parede do quarto, no banheiro não podia ir nem tomar banho porque senão corria risco de morrer. Começava as paredes todas a abrir. A gente passou a usar o banheiro do vizinho por conta de que o chão do banheiro andou

---

<sup>13</sup> O que pode ser explicado em relação aos valores da indenização. Como já mencionado anteriormente, para aqueles que possuíam imóveis com baixo valor, como são os casos dos imóveis situados em áreas de risco ou muito precários, a troca pelo apartamento era mais vantajosa em termos econômicos.

tudo, e a laje também andou. Aí, depois foi o chão da cozinha que andou todinho. (Entrevista 15)<sup>14</sup>

Outra família, com 10 pessoas, residia numa casa com apenas três cômodos:

Era pequena, a gente morava perto de esgoto, moravam umas dez pessoas. Eram três cômodos. Era um quarto, um banheiro e uma cozinha. A gente fazia a sala de quarto [...]. O povo da prefeitura ofereceu um apartamento de três quartos. Aí ela [a mãe] falou o seguinte: ‘me dá dois apartamentos de dois quartos’, aí o povo da prefeitura aceitou. Aí minha mãe deu um pra mim. (Entrevista 7).

Há uma coincidência entre as moradias em situação de risco, a sua localização nos becos e a proximidade com o esgoto, mas também com locais de difícil acesso e, portanto, ponto de encontro daqueles que os entrevistados denominaram como “vagabundos”: “Ah, não gostava muito não. A casa ficava na beirada do beco, aí tinha muito barulho, esses meninos vagabundos ficavam lá gritando, aí não dava pra dormir direito.” (Entrevista 6).

Apenas duas pessoas se referiram positivamente em relação ao antigo lugar de moradia. Uma delas foi um garoto de 12 anos, que residia há um ano no prédio. Ele não lembra bem da casa antiga, mas sente saudades do lugar e dos amigos: “não lembro muito não. Lá tinha cinco cômodos com o banheiro e um corredor. Era rebocada por fora e por dentro. Eu gostava de morar nela. Já conhecia

---

<sup>14</sup> Nenhuma pessoa será identificada nominalmente, uma vez que durante o processo de realização das entrevistas explicamos que não era nosso objetivo identificá-los individualmente. Portanto, no registro das falas aparecerá apenas o número da entrevista.

todo mundo lá. Eu jogava bola lá no campo e numa praça que fica lá perto.” (Entrevista 9). A outra entrevistada que prefere a casa anterior, tem essa avaliação em virtude das suas atuais relações com os vizinhos nos apartamentos:

“a casa tinha três cômodos. O banheiro era do lado de fora. Pra mim, era normal, tranquilo. Vizinho e tudo, tranquilo, vivia muito bem. Vivia tudo tranquilo não tinha nada a reclamar. Só tinha que reclamar que eles me tiraram de lá pra me jogar num buraco.”

Em outra parte do seu depoimento ela diz da sua insatisfação com os vizinhos: “elas acham que saem do quartinho de madeira, mora num predinho deste e ficou rico, ganhou no Totobola.” (Entrevista 16).

Por hipótese, a predominância de avaliações positivas pode estar associada às condições da moradia anterior, que, com raras exceções, eram piores que as do apartamento.

Outra questão abordada foi se a antiga casa oferecia alguma fonte de renda, algum ativo econômico que teria se perdido com a mudança para o apartamento. Duas entrevistadas mencionaram a presença do quintal onde podiam plantar, já no apartamento precisam comprar tudo. Outra entrevistada falou de um plano que tinha na sua antiga casa, a construção de um cômodo para fazer salgados, sendo que no apartamento ela acha que isso não será possível. Todas as outras tinham a casa apenas como moradia, ou seja, não usufruíam de aluguel ou de outra forma de uso que lhes pudesse retornar como renda. Sempre mantendo o cuidado de não generalizar, o que essas entrevistas mostram é que nem toda moradia de favela tem um potencial econômico, seja porque seus moradores, por diversas razões – econô-



micas, vocacionais etc –, não a exploram, ou porque a sua precariedade construtiva, de localização etc, não oferece tal possibilidade.

Outra vantagem das casas em relação aos apartamentos é a possibilidade de ampliação para o abrigo de novas famílias, como comumente se faz quando os filhos constituem família, como relata uma moradora:

Na minha casa antiga moravam três famílias, a minha, da minha filha que é mãe desse menininho, ela, o marido e a menininha, e em cima o meu rapaz, que mora no prédio aí da frente também. Nós criamos todos ali e não queríamos separar, então... 'Ah mãe, me deixa fazer em cima da sua laje aí e tal', e eu deixei, aí a outra arranjou marido também, um menino, 'ah mãe, não vou pagar aluguel não, tá muito caro', aí nós fomos dividindo. E os outros foram todos dentro de casa com a gente. Não era acabada, sabe? Era uma casa assim, aquele negócio, só rebocada por dentro, com dois cômodos de laje, aquele negócio e por fora ela não era terminada, mas era murada tinha três... quatro quartos embaixo, só meu, sala, cozinha... tinha um banheiro do lado de fora e uma copazinha bem pequena, assim, a repartição da casa. (Entrevista 5)

Neste caso, em função de o lote abrigar três famílias, cada uma foi contemplada com um apartamento, como se depreende da fala a seguir.

Mas quando eles marcaram, eles marcaram três casas. A dela que era nos fundos, que tinha saída independente, a minha com saída independente e a do meu filho que ele entrava pelo meu portão e subia as escadas dele. Então eles me falaram que eu tinha direito de escolher, que podia ter direito a três apartamentos. Aí que deu, um pra Patrícia mais o Luiz, um pro Pedro, que na época estava com uma moça, morando com dois meninos e eles deram pra ele e me deram o meu. (Entrevista 5. Nomes fictícios).

Em relação aos aspectos físicos do prédio e dos apartamentos, as reclamações centram-se, em primeiro lugar, no valor das contas de água e luz que aumentaram consideravelmente e no tamanho da área de serviço, insuficiente para guardar material de limpeza, lixo, e ainda secar roupas. Alguns revelaram dificuldades de adaptação, no início: “é, tivemos um pouco de dificuldade sim, pra eu acostumar, era igual um leão na jaula, toda hora eu estava na janela. Pra eu acostumar foi difícil. Mas depois que acostuma... o que vale é o querer da pessoa.” (Entrevista 18). Outra já revela uma adaptação mais rápida: “não, está normal. Para mim está a mesma coisa. Só estranhei nos primeiros dias no mudar, mas isso é normal, é só nos primeiros dias.” (Entrevista 17).

Os aspectos positivos mais mencionados foram os quartos separados para as crianças (meninos e meninas); uma mudança no quadro de saúde dos filhos, principalmente daqueles que viviam em áreas insalubres; a melhor localização para aqueles que moravam nas partes mais íngremes; o aspecto estético do apartamento que em geral eles consideram muito mais bonito do que as suas antigas casas. Em um dos casos a mãe resistiu ir para o apartamento, mas foi convencida pelas filhas que achavam o apartamento muito melhor e mais bonito e se adaptaram mais fácil do que ela. Uma referência mencionada em algumas entrevistas como facilitadora da adaptação foi o fato de algumas mulheres terem experiência anterior de trabalho como domésticas em apartamentos. Elas diziam que, de alguma forma, já eram conhecedoras dessa forma de morar.

Os principais problemas presentes nos apartamentos referem-se aos conflitos com os vizinhos, como mostraremos a seguir. Como as entrevistas foram feitas em prédios diferentes, as avaliações não indicam apenas percepções diferenciadas, mas relações de vizinhança e modos de administração dos prédios distintos.

Sobre a relação com os vizinhos, a maioria diz ter uma relação boa e tranquila. Alguns mantiveram os mesmos vizinhos e as relações em geral são avaliadas como positivas. Uma das entrevistadas relatou que “teve o azar” de ter como vizinha uma pessoa com a qual já não se dava bem. Outra diz que são eles mesmos os que fazem a bagunça:

ah, quase o mesmo que na casa, normal. Muita zoeira, muita bagunça. A bagunça quem faz é até nós mesmos. O pessoal reclama é da gente. Dos vizinhos nós não temos nada que reclamar não. A não ser aqueles que pegam muito no pé da gente, mas é normal. É, porque às vezes nós passamos do limite, né? (Entrevista, 20)

As razões dos conflitos são descritas como presença de barulho, falta de educação no trato pessoal, presença de drogas e falta de cooperação no cuidado com o prédio. Algumas questões assemelham-se àquelas que ocorrem em prédios localizados em outras partes da cidade, como mostra o depoimento de uma moradora:

olha, de princípio, sabe? Eu fiquei muito empolgada, né? Era tudo muito bonito, quando a gente veio olhar. Mas aí veio realmente a realidade, da convivência, de como cada vizinho é. Então eu passei por muitas dificuldades pra ficar aqui. Eu vim grávida pra cá. Era muita bagunça, sabe? Os meninos pulando aqui e ali, então eu passei por muitas dificuldades mesmo. Já aqui dentro, entre quatro paredes é muito bom. Tem um quarto pra minha filha, separado, tudo arrumadinho. (Entrevista, 12).

Há, contudo, falas que revelam situações mais complexas, de prédios que não conseguiram eleger um síndico, prédios em que

o síndico não tem autoridade e ainda prédios em que há presença de drogas e armas. Esse último relato não se refere aos prédios nos quais essa pesquisa foi realizada, mas apareceu na fala de uma entrevistada referindo-se a um outro prédio:

“não adianta falar que tem que colocar os predinhos pra mudar a malandragem. Que malandragem tem em todo lugar, todo canto que você pensa. Igual tem um predinho aqui em cima que só mora malandro, é arma o dia todo” (Entrevista 16).

Outra entrevistada reclama em primeiro lugar do valor das contas e, em seguida, dos conflitos: “eu não estou gostando daqui. Estou detestando aqui, primeiro porque as contas estão muito altas. A gente fica sem condições e chega no limite até de cortar, como está cortada.”. Em seguida, fala da bagunça: “então é uma bagunça danada, com várias pessoas misturadas. Tem gente de tudo quanto é jeito, é uma mistura danada. É muita confusão e eu estou detestando mesmo.” Quando pedimos para que ela explicasse o tipo de bagunça ela disse: “é briga, é drogas, é bebida demais, é falta de respeito, ninguém aqui respeita ninguém, é palavrão.” Em relação ao espaço ela também diz que não é mais suficiente, pois a família cresceu: “fica muito embolado, porque minha irmã veio do interior pra morar, tem oito meses que ela está aqui, tem o meu netinho, esse que acabou de nascer” (Entrevista 8). Por essas razões ela disse que pretende vender o imóvel e voltar para a vila do aglomerado de onde veio.

Em relação à segurança, os entrevistados referem-se a alguns aspectos dos prédios e do entorno que, para eles, passam uma sensação maior de segurança: ter portão instalado na entrada do prédio; a localização em rua e não em beco; a altura, que permite

dormir com a janela aberta; e o acesso mais fácil dos carros da polícia e do resgate. Talvez, o mais importante seja um entendimento bastante abrangente do termo. Para eles, segurança não diz respeito apenas ao crime, como imaginamos ao fazer essa pergunta. Uma entrevistada mostrou as trincas no apartamento, outra se referiu à presença das drogas, mas também à falta de respeito, às brigas e aos palavrões. Poucos se referiram apenas ao prédio, mas teceram comentários em relação ao aglomerado como um todo; dentre eles, alguns tenderam a relativizar a violência, ao dizer que lá não era diferente de outros lugares, era bem tranquilo, ou então que é coisa do destino.

Em outras falas os entrevistados tendem a considerar a insegurança como algo sobre o qual o indivíduo deve ter controle, se tiver, não será atingido. Essa é uma tentativa de separarem-se daqueles que consideram como os agentes da violência. Na fala de uma entrevistada a insegurança não a afetava: “eu nunca tive problema com ninguém, tipo de influência com ninguém. Tanto lá em cima quanto lá em baixo.” E concluiu: “se cada um está no seu lugar, as pessoas sabem que têm que ficar tranquilo, é por esse lado.” (Entrevista, 14). A mesma concepção parece ter outra entrevistada, que declarou:

“eu nunca me senti sem segurança não, mesmo quando eu morei em um lugar sem segurança, eu me senti [insegura]. Porque quem faz o lugar é o morador, porque se você é de bem, e aquela pessoa é de mal você não se mistura com aquela pessoa, você não vai ser atingido [...]”. (Entrevista 21).

Um entrevistado falou da insegurança provocada pela polícia e como fazia para se defender:

“eles até tiveram aqui, procurando um rapaz uma vez, eles socaram a porta de todo mundo. Eu falei: ‘olha nega, não vou nem acender a luz, não vou levantar não’. Eu atravesso um porrete desse tamanho atrás da porta, então pra pessoa entrar ela tem que dobrar a porta no meio.” (Entrevista 11).

Se os entrevistados falam com certa frequência da presença do crime na favela, eles também procuram, de diversas maneiras, mostrar que não é um fato geral, mas a ação de uma minoria ou então que é um fenômeno que está presente em todos os lugares, e a favela não é uma exceção.

## 5 O QUE MUDOU?

Com relação à inserção da favela na cidade, cuja dimensão é física e social, a abertura das ruas, o endereço com nome de rua e número de apartamento facilitaram a vida dos moradores e simbolicamente essas mudanças foram percebidas como uma forma de reconhecimento social. Segundo os entrevistados, os prestadores de serviços agora entram com mais facilidade e menos temor, as visitas também chegam mais facilmente às casas e sentem-se mais seguras, como revela esse depoimento de uma moradora que precisou pegar um táxi em frente ao supermercado:

igual quando eu fui pegar um táxi em frente ao Epa<sup>15</sup>, que eu precisei. Ele me perguntou: ‘é lá dentro da favela?’ Aí eu falei: ‘não, é lá na Vila.’ Sabe? Porque se for, eles não entram, eles não aceitam entrar. Nossa, por um lado está sendo

---

<sup>15</sup> Nome de uma rede de supermercados.

bom pra gente. Por um lado o pessoal está trazendo a gente aqui. Antes não, antes era muito difícil um taxista entrar aqui dentro, agora você vê direto taxistas aqui. (Entrevista 12).

Outro depoente fala da maior credibilidade do endereço para a obtenção de crédito: “até fazer um cartão da loja agora ficou mais fácil, você fala onde você mora, aí fica melhor para a gente.” (Entrevista 15).

Outros prestadores de serviços também estão entrando mais no aglomerado:

se você precisar de um gás você liga lá, pro supermercado, eles te entregam aqui. Antigamente você fazia a compra, tinha que por o saco de arroz nas costas e levar. Hoje eles já te entregam. Hoje eles até entregam pizza aqui, coisa que não faziam antes. Do Santa Efigênia, dos bairros vizinhos aqui, da Serra mesmo. É o interesse de quem abriu o comércio, né? Pra atingir um outro público. (Entrevista 11).

Outras entrevistas falam de visitas de pessoas de grupos sociais diferentes do deles e do fato da urbanização ter atuado sobre o medo que elas tinham de entrar no aglomerado. Além dos serviços, alguns entrevistados falam de uma maior aceitação social:

“mas quando eu falo no meu serviço, que eu moro em um apartamento do Vila Viva, pra eles já é mais organizado, do que um barracão mostrando os tijolos. Pra eles, a impressão que eles me passam é essa, que é mais organizado.” (Entrevista 11).

Quando os moradores ouvidos precisam dizer onde moram, as falas revelam situações marcadas por muitas tensões e ambiguidades. Primeiro, eles evitam falar favela. Quase todos dizem vila, mas mesmo assim a tensão permanece, até porque vila diz pouca coisa. Belo Horizonte não tem bairros que são também chamados de vilas, o que leva à sua “tradução” por favela, ou seja, trata-se de uma denominação que apenas adia a compreensão, como se pode ver nessa sequência de falas. A primeira mostra como a denominação vila é pouco esclarecedora:

“olha, aqui a gente é considerado como vila, né? Houve uma mudança de favela para vila, então eu acho assim, que é vila. Porque a gente tem que falar que mora na vila e depois no bairro Serra, né? Porque senão eles vão procurar lá na vila em outro lugar.” (Entrevista 5).

Esta outra fala situa a vila entre a favela e o bairro: “só chamo aqui de vila, porque bairro é pra gente rica” (Entrevista 9). O único que diz que mora na favela tem que explicar que morar na favela não é o mesmo que ser favelado:

quando uma pessoa pergunta onde eu moro, eu falo favela. Tipo assim, não no sentido assim, eu sou favelado, é porque eu já acostumei em dizer que eu moro na favela, entendeu? Somente isso. Eu não vejo assim, por exemplo, se eu disser assim, eu moro no bairro Serra, ‘ah, então você mora no Cafezal. Cafezal é favela.’ Então eu digo direto, eu moro na favela. (Entrevista 20).

Os que dizem que moram na Serra sabem da sua ambiguidade, pois ainda que ambos compartilhem esse nome, Aglomerado da Serra e bairro da Serra, este último é um bairro de classe média alta



e os moradores do aglomerado sabem, como se poderá ver pelos relatos a seguir, que não adianta dizer que mora, tem que “parecer que mora”, o que depende da posse de certos atributos. Diante da resposta “Serra”, o interlocutor é levado a decidir, fazendo outra pergunta ou interpretando, se se trata do bairro Serra ou do Aglomerado da Serra. Caso contrário a resposta pouco informará.

Porque se você fala que mora na Serra, tem aquele negócio, ou ele é rico ou ele é pobre. Se você for lá pro lado da Rua do Ouro, quem mora ali tem uma condição melhor. Mas se você mora no morro, você é pobre mesmo. 'Onde você mora? - Moro no Santa Efigênia. - Aonde? - Nos apartamentos do Vila Viva. Ah! Aqueles que tem perto do Canão, no final da Mem de Sá. Até o pessoal entende o final da Mem de Sá como Santa Efigênia. Esse termo eu uso pra qualquer pessoa. (Entrevista II).

Uma estratégia, mencionada por alguns entrevistados é dizer que mora em Santa Efigênia ou Paraíso, bairros que abrigam estratos mais baixos da classe média. Na fala abaixo a entrevistada adotou a estratégia de revelação do lugar onde mora por partes:

eu falo que moro lá no Santa Efigênia, porque eles conhecem aqui como Canão. Eles vão achar que é na favela mesmo, com o nome Canão. Pra mim esta reação é ruim, porque a imagem que eles têm da favela não é boa não. Pra meus professores eu falo que moro no Santa Efigênia e em alguns momentos pra outras pessoas também. Eu acho que eles veem aqui como lugar que mora só pobre e pessoas que mexem com drogas. (Entrevista 9).

Outra entrevistada, ao se referir aos moradores de Santa Efigênia, mostra como para eles a questão da fronteira é importante,

nesse caso eles precisam se distinguir da favela: “eles falam que aqui acima já é favela. Desta rua para cima eles já não consideram como Santa Efigênia, eles consideram como favela” (Entrevista 17).

Há alguns casos, como na descrição do comportamento da filha pela mãe, em que se evita essa ambiguidade na interpretação do lugar mentindo sobre o endereço:

minha menina mesmo fala: ‘eu não gosto da favela’. Deixa eu falar pra você, você nasceu em uma casa pobre, para com isso! Ela não tem muita amizade não, são poucas amizades. Então, nem endereço ela dava do meu barraco. Não, não dava não. Dava o endereço da casa da minha patroa. (Entrevista 13).

A dificuldade em relação à declaração do lugar de moradia não é algo banal. Além de impedir as relações sociais em distintos níveis, elas se mostram de forma muito objetiva em relação ao acesso a empregos por parte de algumas empresas, que selecionam as pessoas pelo lugar de moradia, evitando lugares considerados como perigosos, estigmatizados etc. O estigma, como diz Goffman (1977), diminui as chances de vida de seus portadores.

Em todas as falas, quando os moradores referem-se às suas relações com pessoas de fora da favela, sejam os vizinhos dos bairros ao redor, ou de outras partes da cidade, o tema da favela reaparece, inclusive na tentativa de expurgar o conteúdo negativo que essa denominação carrega. É nesse momento que as definições de favela como um tipo de moradia ou como um lugar físico, ou ainda como lugar da ilegalidade da posse do terreno ou da moradia, mostram-se limitadas e, por consequência, mostram também como é restrito o alcance da urbanização para a integração social.

Se a permanência na favela em contraposição à remoção é uma garantia de um direito à cidade, não se deve desconsiderar a natu-

reza subalterna do gozo desse direito e da inserção na sociedade. Sobre o primeiro aspecto – a favela como um direito à cidade –, ao analisarmos os locais de trabalho e as ocupações dos entrevistados da pesquisa, fica evidente como o lugar onde residem é fundamental para a manutenção das suas relações de trabalho. A maioria trabalha nos bairros vizinhos e se desloca a pé para o trabalho. Os que trabalham mais longe, fazem-no no Centro, e para isso dependem de um deslocamento de aproximadamente vinte minutos de ônibus. O mesmo se observa em relação aos que estudam, a maioria não depende de ônibus, até porque há uma boa oferta de escolas dentro do aglomerado e nos bairros vizinhos. Essa proximidade com os locais de estudo e trabalho é um ativo desses bairros que a urbanização conserva ao procurar manter no próprio bairro aqueles que perderam suas antigas casas. Mas, quando analisamos as profissões, o que se observa é uma inserção subalterna, todas são profissões de baixa qualificação, status e remuneração, tais como bordadeira, empregada doméstica, reciclagem, serviços gerais, ajudante de pedreiro, zeladora, comerciante, vendedora, jardineira, porteiro mecânico, garçomete, carpinteiro, faxineira, pintor, armador, diarista e auxiliar de expedição, isso sem contar os desempregados.

Se a proximidade da favela com os bairros de classes média e alta pode ser considerada um efeito vizinhança positivo no que toca às oportunidades de trabalho, do ponto de vista da integração social, o que se observa é uma sociabilidade bastante tensionada pela distância social entre os vizinhos e pelo estigma que a favela continua a carregar. Os ganhos de reconhecimento, muitos deles vindos dos prestadores de serviços, são insuficientes para concluir que a favela se integrou à cidade. A eliminação de algumas barreiras físicas não é suficiente para aproximar, num patamar de igualdade de direitos, moradores de favelas e de bairros.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. A Cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, v. 5, p. 12-32, 2008.

ANDRADE, Luciana T.; SILVEIRA, Leonardo S. Efeito território. Explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 381-402, 2013.

ASSOCIAÇÃO Comunitária dos Moradores do Novo Lajedo et al. **Programa Vila-Viva ou Vila-Morta???**. Belo Horizonte, set. 2008. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/10//429698.pdf>. Acessado em 15/09/2010.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **PGE – Plano Global Específico do Aglomerado da Serra**. Belo Horizonte: Prefeitura municipal de Belo Horizonte, 2001.

CALDAS, M. F., MENDONÇA J. G. e CARMO, L. N. (Coord.). **Estudos urbanos**. Belo Horizonte – 2008. Transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

CARDOSO, A. Lucio. Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya. (Org.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, v. 1, p. 76-115.

CARDOSO, A. L.; ARAUJO, R. L.. A política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2007, v. 1, p. 276-323.

EVANGELISTA, June L. **Desmanchando adobes: construindo caminhos?** Um estudo sobre urbanização e segregação no Programa Vila Viva Aglomerado da Serra. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Gestão das Cidades). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

FILGUEIRAS, Wanja R. dos Santos. **Cidade Jardim fundos: a Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Gestão das Cidades). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 323 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Rioarte, 2003.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. **Guia cultural das vilas e favelas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Rona, 2004.

LOPES, Erika. **O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas**: um estudo de caso da prática de desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da UFMG, 2010.

PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas favelas. **Pós. Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, São Paulo, v. 27, p. 176-197, 2006.

URBEL. **Vila Viva – Aglomerado da Serra**. [Material fornecido em *power point* quando da visita ao aglomerado]. s.d.

VALLADARES, Lícia do P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.





Parte IV:

NESP -  
10 ANOS:  
DOCUMENTOS





# Sob o signo da alegria e da esperança

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM

A obra da recordação atribui à vivência o lugar que lhe compete na sequência que a manterá viva, a narração, que sempre poderá passar para o relato aberto, para a vida maior, a invenção. (HANDKE, 1994, p.61).

CONVIDADA A REDIGIR UM RELATO sobre a atuação do Nesp ao longo de seus dez anos de existência, vejo-me em dificuldade. Não gostaria que este texto se fizesse como um simples elencar de atividades que se sucedem umas às outras. Revisito em pensamento tudo o que temos feito e sei que ali há mais que o fazer, há todo um processo coletivo que precisaria ser problematizado a cada momento em que eu me referisse a algo que se realizou, o que seria impossível nos limites deste texto.

Um relatório, na tentativa de descrever, elucidar, apontar o real, estará sempre submetido a uma certa busca de racionalidade que subtrai boa parte da beleza dos acontecimentos, ou seja, tira-lhes aquilo que eles têm de humano, uma vez que regados a desejos, emoções, anseios, crenças, conflitos e muito mais.

É preciso também compreender que acontecimentos são processuais e não compartimentados como pode parecer ao leitor. Nenhuma das atividades adiante descritas faz sentido se tomada isoladamente; estão todas em interação e fazem-se em contínuo movimento.

Um relatório é sempre um registro da memória do acontecido. Porém, recordar é também descobrir: ao rever o realizado, a experiência havida ganha novos contornos. E aqui, contornos de alegria e de esperança. Alegria no sentido de efetuar potências de agir sobre o mundo, dando-lhes formas vivas e produtivas. Esperança na transformação, no devir a ser permanentemente inventado.

## 1 O NESP FAZ DEZ ANOS: BREVE MEMÓRIA

Em novembro de 2005, quando se comemoravam os 40 anos de publicação da constituição pastoral *Gaudium et Spes*, fundava-se o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), na forma de um convênio firmado entre a PUC Minas e a Arquidiocese de Belo Horizonte.

A criação do Nesp deu-se em resposta a uma demanda expressa pelos participantes da 2ª Assembleia do Povo de Deus (APD), ainda em outubro de 2003. Já no texto-base que lhe servira de inspiração, intitulado “Igreja viva: todos chamados à comunhão”, retomavam-se as diretrizes do projeto “Construir a Esperança”<sup>1</sup> e reafirmava-se a importância da “presença pública da Igreja, nas questões sociais, na ética pública, na opção pelos pobres, na participação política” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2003, p.12).

---

<sup>1</sup> O Projeto Pastoral Construir a Esperança, liderado pelo saudoso Padre Alberto Antoniazzi, foi desenvolvido na Arquidiocese de Belo Horizonte ao longo dos anos 1990.

Publicado em seguida, o Projeto de Evangelização da Arquidiocese de Belo Horizonte – 2005/2008, denominado “Igreja Viva: povo de Deus em comunhão”, aponta o caminho traçado pela 2ª APD. Em tal documento, no que se refere às decisões e práticas sobre a inserção social, afirma-se a necessidade de “aprofundar o conhecimento das causas da pobreza, buscando a transformação da sociedade e uma atitude mais profética, denunciando as injustiças sociais, a exclusão e a marginalização” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, s.d, p. 13). Para alcançar tal propósito, várias ações são ali indicadas, dentre as quais se propõe que

o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, em parceria com a PUC e outros organismos, organize um Centro de Estudo Sociopolítico com os objetivos de aprofundar o conhecimento das causas da pobreza, estudar o Ensino Social da Igreja, promover a formação nessa área, incluindo a possibilidade de criação de um curso de especialização. Esse Centro de Estudo será um canal para fomentar a dimensão profética da Igreja, a formação de grupos de fé e política nas comunidades e outras iniciativas específicas. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, s.d., p. 13-14).

Ciente da missão da PUC Minas como transmissora de valores e produtora de conhecimentos, com o dever de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade e o desafio permanente de colocar o saber a serviço da plena realização da pessoa humana, o idealizador do Nesp, Padre Joaquim Mol (posteriormente sagrado bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte), à época vice-reitor da Universidade, aceita o desafio e designa dois professores<sup>2</sup> para que elaborem, sob sua coordenação e do vigário

---

<sup>2</sup> Professora Adriana Maria Brandão Penzim e Professor Adriano de Souza Ventura.

episcopal para a ação social e política, Padre José Januário Moreira, o projeto de criação e implantação do Núcleo.

Com muito entusiasmo, em um longo trabalho conjunto, regado por constante diálogo, até chegar ao seu formato final o projeto foi também submetido à apreciação de vários agentes e líderes de grupos eclesiais e pastorais. Por fim, o Nesp teve sua fundação oficial em bela cerimônia pública ocorrida em 28 de novembro de 2005, presidida pelo arcebispo de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo. O Nesp nascia sob o signo da alegria e da esperança.

Constituído como “um núcleo de reflexão, debate e formação em conteúdos orientadores para uma atuação social engajada na construção do bem comum e na promoção da justiça e da paz, à luz da Doutrina Social da Igreja” (PENZIM e VENTURA, 2005, p. 5) e contemplando diferentes campos do conhecimento, em privilégio da interdisciplinaridade, o Nesp busca promover a conexão entre saberes acadêmicos e populares, com o objetivo central de

auxiliar os participantes de grupos pastorais, movimentos eclesiais e outros grupos religiosos, no desenvolvimento de sua capacidade de leitura e compreensão pluridimensional da realidade brasileira e, em especial, dos municípios que integram a Arquidiocese de Belo Horizonte, para que, compreendendo seus problemas, causas e conseqüências, possam promover e ampliar sua atuação social e política. (PENZIM e VENTURA, 2005, p. 5).

Desde então, o Nesp tem-se dedicado à produção e à difusão de saberes que possam contribuir para a formação de todos aqueles que buscam “cooperar na solução das principais questões do nosso tempo”, como postula a *Gaudium et Spes*, ao lembrar aos cristãos católicos a importância de sua ação no mundo em prol da justiça e da paz.

O Nesp é operacionalizado por um grupo gestor<sup>3</sup> composto por professores da Universidade e por representantes do Vicariato para a Ação Social e Política (Veasp) e das regiões episcopais da Arquidiocese, e tem contado permanentemente com a participação de estagiários, alunos da PUC Minas.<sup>4</sup>

Visando favorecer a emergência de sujeitos conscientes e autônomos e o surgimento e fortalecimento de grupos que se empenhem em uma *práxis* criativa e transformadora, a atuação do Nesp pauta-se por princípios de universalidade e pluralismo.

De modo amplo e diversificado, com a pretensão de promover permanente reflexão sobre questões relevantes do mundo contemporâneo e a capacitação em conteúdos orientadores para uma atuação política de intervenção na realidade que vise à construção de uma ordem social democrática e solidária, o Nesp realiza eventos de formação tais como cursos, seminários e encontros, destinados a integrantes de grupos de fé e política, agentes pastorais, lideranças comunitárias, universitários, presbíteros, religiosos e ao público em geral.

Além disso, produz e publica livros, cartilhas, livretos, vídeos, textos eletrônicos, de acordo com o alcance formativo que se pretende e os públicos a que se direcionam.

Atuando a partir de um planejamento anual, integrando ensino, pesquisa e extensão, são muitas as atividades já realizadas pelo

---

<sup>3</sup> O grupo gestor do Nesp é atualmente formado pelos professores da PUC Minas Robson Sávio Reis Souza (coordenador), Claudemir Francisco Alves e Adriana Maria Brandão Penzim e pelos representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte Frederico Santana Rick (Veasp), José Zanetti Gonçalves (Rense) e Padre Cássio Ferreira Borges (Rensp). Em diferentes períodos, também integraram o referido grupo gestor os professores Adriano de Souza Ventura, Raquel Beatriz Junqueira Guimarães e William Cesar Castilho Pereira e, membros da Arquidiocese, Padre Júlio César Amaral (Rense), Carlos José dos Santos (Rensc), Eva Torres de Aguiar (Rensa), Liliam Daniela dos Anjos (Rensa) e Luzia do Carmo Barcelos (Rense).

<sup>4</sup> Ao longo dos anos, atuaram no Nesp alunos dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e Psicologia.

Nesp, ao longo de uma década de existência. Em variados formatos e numa perspectiva multidisciplinar, são ações que se busca realizar de modo articulado, evitando-se cair em ativismo inócuo. Impossível, todavia, neste breve texto elencar toda a obra empreendida pelo Núcleo desde a sua fundação. Valem, contudo, alguns destaques.

Refiro-me, inicialmente, aos projetos “Eleições”, executados em 2006, 2008 e 2010, “Eleições 2012: voto na cidade” e “Eleições 2014: voto no Brasil”. Adotando formatos variados e lançando mão de diferentes recursos didáticos, tiveram sempre em vista promover a reflexão sobre os processos eleitorais e a importância do voto consciente. Tem-se, assim, um processo sistemático que objetiva elevar a participação e aprimorar progressivamente a qualidade da ação eletiva dos cristãos católicos nos momentos da decisão eleitoral. Tais projetos abrangeram um conjunto de ações concertadas que incluíram a produção de cartilhas, vídeos, folhetos, programas televisivos e radiofônicos, seminários, palestras e debates.

Ainda que a princípio se pretendesse atingir apenas os municípios integrantes da Arquidiocese de Belo Horizonte, o universo de abrangência de tais projetos vem-se expandindo, à medida que o Nesp tem sido cada vez mais demandado por outras dioceses, não somente mineiras, que passam também a adotá-los em períodos eleitorais. O mesmo vem-se dando em relação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O projeto “Eleições 2012: voto na cidade” foi inserido em campanha capitaneada pela CNBB e pelo Tribunal Superior Eleitoral. Dois anos depois, o projeto “Eleições 2014: voto no Brasil” foi desde o início realizado em regime de parceria entre a CNBB e o Nesp.

Paralelamente, à luz da concepção de que a ação política não se restringe ao momento do voto e sublinhando a importância do acompanhamento dos eleitos, integra os trabalhos do Nesp o projeto “Acompanhamento do Legislativo”, desenvolvido ao longo de três anos, entre 2009 e 2011, que consistiu em pesquisa, criação

e difusão de um instrumental metodológico que, ofertado à sociedade civil, visa fomentar práticas de monitoramento das ações parlamentares em âmbito estadual e municipal.

Ainda no âmbito da pesquisa, entendida como prática ética cuja função transcende a promoção de conhecimentos e, por meio da reflexão, visa colaborar para que se instalem novas possibilidades de atuação, entre 2009 e 2013, o Nesp planejou e executou longa investigação intitulada “Mapeamento de grupos e práticas de fé e política presentes na Arquidiocese de Belo Horizonte”, visando conhecer e caracterizar, nas diversas paróquias, grupos que afirmam em suas ações a integração entre fé e política como constitutiva do cotidiano cristão.

Procurou-se retomar o itinerário histórico percorrido por tais grupos desde seu surgimento, compreendendo suas trajetórias, características institucionais, modos de funcionamento, estratégias e táticas de atuação, vínculos e parcerias que estabelecem, elementos facilitadores e dificultadores à ação e os resultados que têm obtido. A pesquisa não se restringiu a um mero e objetivo levantamento de dados e informações. Em especial tencionou-se estabelecer vínculos e estreitar laços de solidariedade entre o Nesp e os grupos, conhecer suas demandas de formação e aperfeiçoamento, à luz da reflexão crítica realizada por seus próprios membros.

Há que destacar também os seminários que vêm sendo periodicamente promovidos pelo Nesp, dirigidos ao público em geral e, em especial, aos grupos de fé e política e aos universitários da PUC.

A série “Seminários Temáticos do Nesp” teve lugar entre 2007 e 2008. Com a participação de especialistas, temas os mais variados foram objeto de ampla discussão. Oriundos de diferentes áreas, por ali passaram jornalistas, ministros de Estado, deputados, vereadores, funcionários públicos, intelectuais oriundos de universidades nacionais e internacionais. Em animados debates, discutiu-se sobre ética e política; cultura da paz; ecologia e preser-

vação ambiental; grupos e movimentos sociais; controle social dos poderes, e muito mais.

O seminário “Monitoramento dos poderes públicos”, realizado em outubro 2011, colocou em debate a necessária e importantíssima participação da sociedade civil no controle da coisa pública. O seminário “Ética e corrupção: dilemas contemporâneos”, em setembro de 2012, integrou dois outros projetos mais amplos: “O que você tem a ver com a corrupção”, desenvolvido pelo Ministério Público Estadual, e “Eleições 2012: voto na cidade”, realizado pelo Nesp. Em 2014, o seminário “50 anos do golpe civil-militar: a Igreja e a Universidade” promoveu amplo debate sobre o golpe de 64 e os efeitos e ressonâncias do período ditatorial, a partir dos relatos de pessoas que tiveram atuação naquele momento e de suas vivências associadas a processos de resistência nos campos eclesial e universitário. Como se verá mais adiante, o registro dos três seminários foi publicado na série “Cadernos Temáticos do Nesp”.

No âmbito dos estudos especializados, em 2011, o Nesp ofertou, através do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas, o curso de pós-graduação *lato sensu* denominado “Doutrina Social da Igreja na Sociedade Contemporânea”. Visando à formação de lideranças multiplicadoras de saberes em suas comunidades, o curso integrou o estudo de grandes questões contemporâneas, propondo aos alunos meios de problematizá-las à luz da Doutrina Social da Igreja Católica, oferecendo-lhes, em simultâneo, a oportunidade de instrumentalizarem-se para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos sociais que seriam desenvolvidos em suas áreas de atuação.

Em ação conjunta com o Veasp e com a participação ativa de líderes e agentes atuantes nas quatro regiões episcopais da Arquidiocese, realizam-se eventos denominados “Nesp nas regiões”, em que se debatem temas anteriormente definidos pelos próprios grupos. Com formatos variados, os eventos são realizados nas próprias regiões e têm seu planejamento realizado coletivamente. Por outro



lado, buscando congregiar participantes oriundos de todas as paróquias da Arquidiocese, a partir de 2007, periodicamente, o Nesp e o VEASP promovem encontros arquidiocesanos de fé e política, jornada em que se realizam atividades variadas, a partir de um tema gerador e sempre com o fito de aprimorar a formação social e política de leigos católicos e revigorar suas ações. Neste ano, à luz dos desafios propostos pelo papa Francisco na encíclica *Laudato Si*, o evento se organiza em torno do tema do cuidado com a vida ao mesmo tempo em que retoma a reflexão sobre a constituição pastoral *Gaudium et Spes*.

Iniciada em 2015, a série de debates “Diálogos: Igreja e Sociedade”, iniciativa em parceria do Nesp e do Centro Loyola de Espiritualidade, Fé e Cultura, põe em discussão questões contemporâneas de especial interesse coletivo, uma vez que afetam nossos modos de existência, de modo a aprofundar, como o próprio nome indica, a colaboração entre a Igreja e a sociedade. Com participação aberta ao público, realizada mensalmente, a atividade inicia-se com uma explanação sobre um tema previamente escolhido, por conferencista convidado, ao que se segue o debate com os presentes.

De grande importância pela sua ampla abrangência, merecem destaque as publicações do Núcleo. Dentre muitas outras, vale lembrar, ainda em 2007, a cartilha “Organizando grupos de fé e política”. Escrita a muitas mãos, teve sua versão preliminar redigida por membros de grupos de fé e política da Arquidiocese, ao que se somou a contribuição do grupo gestor do Nesp, em um feliz encontro entre saberes populares e acadêmicos.

Lançada em 2011, a série “Cadernos Temáticos do Nesp” tem por finalidade sistematizar e divulgar, periodicamente, produções do Núcleo de especial relevância. O primeiro número, “Acompanhamento do Legislativo: o que é e como fazer”, objetivou divulgar e promover práticas de monitoramento dos poderes públicos, como forma eficiente de controle social do Estado. O segundo, fruto do

seminário de mesmo nome, “Ética e corrupção: dilemas contemporâneos”, convoca os leitores à reflexão ao discutir de modo amplo a questão da corrupção no âmbito das democracias contemporâneas e problematiza sua ocorrência na atual conjuntura brasileira. Na sequência, o caderno intitulado “Fé, política e cidadania: pesquisas” conjuga três questões que integram a existência do cristão no mundo: a vivência da fé, a ação política e o exercício da cidadania. Nele se apresentam os resultados de pesquisas que tiveram em comum o propósito de promover a reflexão sobre a ação dos cristãos católicos na Arquidiocese de Belo Horizonte, com vistas ao aprimoramento de sua atuação presente e futura. Intitulada “50 anos do golpe civil-militar: a Igreja e a Universidade”, a quarta publicação da série faz uma releitura de acontecimentos que marcaram a história do país, reunindo o conteúdo de palestras ministradas na PUC Minas no ano que marcou o cinquentenário do golpe.

Integrando os projetos “Eleições 2012: voto na cidade”, o Nesp produziu uma série de dez vídeos de curta duração, que abordaram, em linguagem de fácil compreensão, os seguintes temas: participação política; fé e política; funções e deveres de prefeitos e vereadores; a escolha do candidato; ética e política; políticas públicas e participação popular; controle social dos poderes. Tais materiais foram distribuídos a todas as paróquias da Arquidiocese, visando promover ampla discussão sobre o processo eleitoral em curso. Na mesma linha, o vídeo “Eleições 2014: voto no Brasil”, também realizado pelo Nesp, integrou a campanha promovida pela CNBB, naquele ano, com difusão nacional.

No campo da comunicação digital, o Nesp mantém uma *homepage* e um *blog*, com a finalidade de divulgar notícias, prestar contas de suas ações e disponibilizar informações relevantes à ação política de grupos e coletivos, de modo ágil e veloz. O “Blog do Nesp” debate temas importantes que afetam a sociedade brasileira, divulga eventos, convoca e mobiliza seus leitores à participação.

Paralelamente, em um canal aberto de vídeos no YouTube, o Nesp mantém material audiovisual produzido a partir do registro de eventos que realiza, além de programas diversos que abordam temas de interesse público.

Através de um *mailing* extenso e em constante ampliação, desde junho de 2012, o Nesp envia diretamente a todos aqueles que se interessam a edição semanal do boletim “De Olho na Política” na forma de um *eletronic clipping* que reúne notícias, artigos e textos diversos selecionados em jornais, revistas, *sites* e outros meios de comunicação. O Boletim tem por finalidade disponibilizar aos seus leitores uma coletânea de informações relevantes sobre a conjuntura contemporânea, com ênfase em temas sociais, políticos, econômicos e culturais atinentes aos municípios que integram a Arquidiocese de Belo Horizonte.

Outra publicação eletrônica do Nesp, desde 2013, o periódico “*Contextus*” oferece aos leitores uma análise de conjuntura elaborada a partir de cuidadosa apreciação crítica de fatos políticos e sociais em curso. Não se trata, portanto, de mera oferta de dados ou descrição de acontecimentos, mas de um estudo que busca suas conexões e inter-relações, de modo a propiciar uma leitura pluridimensional da realidade.

Desde 2007 promovendo ações de fomento à discussão sobre a reforma política, em 2009 e 2010 o Nesp foi ativo participante na campanha para aprovação do projeto “Ficha Limpa”. A partir de 2014 e sobretudo em 2015, teve forte atuação em prol do projeto de lei de iniciativa popular para a Reforma Política, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, da Ordem dos Advogados do Brasil e de mais de cem entidades que, congregadas formaram a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas. Nesse sentido, promoveu e participou de debates, produziu material impresso e audiovisual e realizou ações de mobilização pela coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular.

Ao longo dos anos, o Nesp tem apoiado cursos de formação de conselheiros municipais desenvolvidos pelo Veasp e, junto à Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, de formação de conselheiros tutelares. Além disso, membros do grupo gestor do Núcleo tiveram ou têm assento no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e no Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

Tanto trabalho não se faz isoladamente. O Nesp estabelece parcerias internas e externas à Universidade<sup>5</sup> e, desde 2011, integra o Anima, organismo da PUC Minas que promove a articulação intertersetorial e multidisciplinar das várias unidades<sup>6</sup> a ele associadas, fomentando o trabalho em conjunto. Além disso, de acordo com as múltiplas e específicas atividades, conta com um conjunto de assessores *ad hoc*, oriundos ou não da academia, que tenham vivência e experiência no trato com os muitos públicos que participam das ações que se empreendem. O que se espera é conseguir uma integração produtiva entre saberes populares e acadêmicos que favoreça o preciso alcance dos objetivos pretendidos.

## 2 NOTA FINAL

Na antiguidade grega, três palavras designam o tempo. *Kronos*, a referir-se ao tempo linearmente medido, sucessivo, controlado.

---

<sup>5</sup> Além dos órgãos que integram o Anima, são muitos os parceiros que temos encontrado ao longo da caminhada, dentre as quais destacam-se: a Secretaria de Comunicação e a Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários da PUC Minas, a PUC TV, a Assessoria de Comunicação e Marketing da Arquidiocese de Belo Horizonte, a Rede Catedral de Comunicação Católica, as unidades de Betim, Barreiro e São Gabriel da PUC Minas, a Faculdade Jesuíta, a Caturra Produções, o Grupo Democracia Ativa, o Centro Loyola de Espiritualidade, Fé e Cultura.

<sup>6</sup> O Anima é integrado pelas seguintes unidades: Centro de Formação de Agentes da Pastoral – Cefap; Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas – Cegipar; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Pastoral da Cultura – Nepac; Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp; Observatório da Evangelização; Ação Pastoral Universitária.

*Áion* é tempo imensurável que diz da intensidade da vida. *Kairós* é o tempo da oportunidade, da realização. No pragmatismo e na velocidade contemporâneos, acabamos por privilegiar *kronos*. Contudo, se queremos que os dez anos do Nesp sejam motivo de comemoração, não será pela medida de sua longevidade que deveremos fazê-lo, mas, admitida nossa finitude, se deles tivermos feito oportunidade de sabedoria, intensidade e afirmação da vida. Somente assim poderemos, com os corações repletos de alegria, mergulhar, esperançosos, em águas de futuro.

## REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Igreja viva**: todos chamados à comunhão. Texto-base. 2ª. Assembléia do Povo de Deus. Belo Horizonte: FUMARC, 2003.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Igreja viva**: povo de Deus em comunhão. Belo Horizonte: FUMARC, s.d.

HANDKE, Peter. **A repetição**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI) **Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual**. Disponível em < [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em: 5 out. 15.

PENZIM, Adriana M.B.; VENTURA, Adriano de S. **Projeto de criação do Núcleo de Estudos Sociopolíticos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. Mimeo.



# *A Gaudium et Spes* ontem e hoje<sup>1</sup>

DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES<sup>2</sup>

## 1 A *GAUDIUM ET SPES* À LUZ DO CONCÍLIO VATICANO II

O PAPA PAULO VI, investido da gravíssima missão de concluir o 21º Concílio Ecumênico da bimilenar Igreja Católica, o mais importante acontecimento eclesial do século XX, iniciado em outubro de 1962, abriu a quarta e última sessão conciliar, no dia 14 de setembro de 1965.

Naquela sessão foram aprovados alguns dos documentos mais importantes do Concílio. Documentos que modificaram, para sempre, a vida da Igreja. São orientações sobre o múnus pastoral dos bispos; a formação, o ministério e a vida dos presbíteros; o

---

<sup>1</sup> Conferência na sessão de instalação do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC Minas e do Vicariato para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, em 28 de novembro de 2005.

<sup>2</sup> Na época em que esta conferência foi proferida, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães – hoje bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas – era padre e vice-reitor dessa Universidade.

indispensável e qualificado apostolado dos leigos; a renovação da vida consagrada; a ação missionária da Igreja; os pilares da educação cristã; a afirmação da liberdade religiosa e a abertura para as relações com as religiões não-cristãs. A Igreja, com a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina, aprovada também naquela última sessão, redescobriu-se em sua fonte primeira, a Escritura Sagrada.

Foi naquele momento final, quando as janelas já estavam definitivamente abertas – o que nos faz bem lembrar – que foram abolidas as censuras e excomunhões entre Roma e Constantinopla, em vigor desde 1054, e foram colocadas as bases para a reforma da Congregação do Santo Ofício.

Pois bem. No dia 7 de dezembro de 1965, há 40 anos, foi aprovada a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – as alegrias e as esperanças – sobre a Igreja no mundo de hoje, com 2.309 bispos conciliares a favor (eram 2.384 bispos). No dia seguinte o Concílio foi encerrado.

Muitos historiadores e, sobretudo, teólogos, não hesitaram em dizer: “bem que os demais documentos do Concílio poderiam ser reescritos à luz da *Gaudium et Spes*.” Assim sendo o Concílio não terminaria. Por outro lado, podemos hoje afirmar que a *Gaudium et Spes* só foi possível graças ao itinerário do Vaticano II.

Concluímos, portanto, que a referida Constituição deve ser interpretada sob a luz do “magistério conciliar” como um todo. Sua luz é seu “espírito” e seu “espírito” não se esgota na letra nem numa única interpretação, sequer a mais autorizada. Ele será encontrado no que podemos chamar o “evento conciliar” e no que o Espírito nele suscitou (PALÁCIO, 1995, p. 351) e a partir dele vem realizando.

Tamanha envergadura exige que até hoje, quatro décadas depois, falemos ainda de recepção do Concílio. É que o Vaticano II é muito prospectivo. Ele tem a vocação de abrir veredas, de impul-



sionar com marcha forte. Essa é a marca daquele que Deus inspirou a convocação do Concílio, o papa João XXIII, que em seu diário escreveu com esperança, poucos dias antes de morrer:

quem teve a sorte de uma vida longa, encontrou-se no começo deste século, diante de novas tarefas sociais; e quem - como eu - esteve vinte anos no oriente e oito na França, e encontrou-se no cruzamento de diversas culturas e tradições, sabe que chegou o momento de discernir os sinais dos tempos, de aferrar-se à oportunidade de olhar para frente. (ALBERIGO e ALBERIGO, 1978, p. 594).

O cardeal Roncalli surpreendeu, excitou e provocou reações adversas no mundo quando, com menos de cem dias de pontificado, anunciou, emblematicamente depois da missa da conversão de Paulo, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, em 25 de janeiro de 1959, a convocação do Concílio Ecumênico. Foi um gesto de “tranquila audácia”, como ele mesmo definiu diante dos cardeais: “pronuncio perante vós, por certo tremendo um pouco de emoção, mas ao mesmo tempo com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta de duas celebrações: um Sínodo diocesano para a Urbe (a cidade de Roma) e um Concílio geral para a Igreja Universal” (KLOPPENBURG, 1962, p. 38).

O Cardeal Vigário, aquele que cuidava da diocese do bispo de Roma, já por tradição, ficou ali sabendo que teria pouco trabalho. O bispo de Roma queria, ele mesmo, conhecer e cuidar do seu povo, fazendo visitas pastorais às comunidades, tendo contatos pessoais com os enfermos, os prisioneiros e os jovens com seus educadores nas escolas. Sobre a decisão acerca do Concílio revelou que seu caráter era pastoral e que deveria ser um tempo de renovação e atualização (BEOZZO, 2005). Essas ações remontam ao mistério

da vida: o papa João, filho de camponeses de Sotto il Monte, com 78 anos, já era ancião.

Deixara claro que a palavra de ordem era *aggiornamento*. Mais que uma ideia, uma atitude eclesial era exigida da Igreja: algo quase como um “colocar-se em dia”, “renovar-se”, porém com sentido mais teológico que sociológico. Não se trata de “sujeição, nivelamento, pacto ou compromisso com o mundo de hoje. Nada de acomodação do cristianismo ao mundo moderno, nem absorção do mundo moderno pela Igreja-instituição” (LORSCHIEDER, 2005, p. 13). “Não é uma modernização superficial para dar à Igreja uma configuração mais atraente ou mais simpática” (RECEPÇÃO, 2005, p. 5). *Aggiornamento*, como ensina o bispo conciliar Dom Aloisio Lorscheider,

é escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas exigências do mundo de hoje, em suas profundas mudanças de estruturas, de modos de ser (culturas), inserindo-se nele para ajudá-lo, sempre no respeito à sua autonomia relativa (secularização), num espírito de doação, de caridade total, de diaconia, a serviço dos pobres de Javé. [...] Exprime o aspecto encarnacionista do mistério da Igreja, a sua historicidade. (LORSCHIEDER, 2005, p. 13).

Nessa perspectiva, “colocar-se em dia” ganha a dinâmica do movimento da história, incluindo nele a “mudança”.

Estava em pauta a árdua tarefa de repensar a Igreja, de forma que a mensagem cristã respondesse às esperanças do mundo moderno. A autoconsciência da Igreja indica que “este não é um caminho opcional, mas exigência da fidelidade à fé”. Algo, cujo significado refere-se à conversão. E “se for difícil, porque supõe a conversão da Igreja em todos os níveis, é irrenunciável” (RECEPÇÃO, 2005, p. 8).

O Brasil participou ativamente dessa empreitada, desde a fase de consulta até a realização. Posições antagônicas foram eviden-

ciadas. Dom Sigaud elaborou uma das listas contendo erros modernistas com o pedido de consequente condenação e repressão de seminários, universidades e editoras que os propagassem. Dom Hélder manifestou a todos o desejo de ver uma Igreja renovada, comprometida com os pobres e sua luta contra a pobreza, aberta ao diálogo com o mundo moderno (BEOZZO, 2005).

Essa posição foi um eco da importantíssima mensagem radiofônica transmitida pelo papa João, em setembro de 1962, um mês depois de iniciado o Concílio, como um ponto luminoso para a Igreja como um todo e um dos eixos que tocaram os povos da África, Ásia e América Latina, mesmo que numericamente menos representados no Concílio (na fase preparatória esses continentes somavam menos de 15% dos envolvidos). Diz a mensagem: “em face dos países subdesenvolvidos, a Igreja apresenta-se – tal qual é e quer ser – como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres” (BEOZZO, 2005, p. 7-10).

Para alcançar bem o significado da *Gaudium et Spes* e consequentemente o seu alcance, é bom lembrar que uma forte experiência bíblica foi evocada por João XXIII, explicando o Concílio como novo Pentecostes na vida da Igreja, como uma janela aberta ao sopro do Espírito. Para dar exatidão à forte comparação ele explicou: “de fato é na doutrina e no espírito de Pentecostes que o grande acontecimento do Concílio ecumênico haure substância e vida” (IGREJA CATÓLICA, 1962, p. 39). Essa é uma das razões que levaram João Paulo II, percebendo o mal-estar provocado pelo enfraquecimento do Vaticano II, a fazer na carta apostólica no advento do terceiro milênio, uma vibrante defesa do Concílio e sua renovada recepção. Ele questiona:

uma pergunta fundamental deve também ser levantada sobre o estilo das relações entre a Igreja e o mundo. As diretrizes conciliares – de um diálogo

aberto, respeitoso e cordial, acompanhado, contudo, por um testemunho da verdade, continuam sendo válidas e chamam-nos a um compromisso ulterior. (IGREJA CATÓLICA. 1994, 36).

## 2 A GAUDIUM ET SPES

“A *Gaudium et Spes* é a estrela do Vaticano II.” Parece ser o único documento que, explicitamente, o papa João XXIII queria (CODINA, 2005, p. 98). Nele a Igreja corrige sua posição, porque abandona a “fuga do mundo”, exercita a humildade, porque abandona a postura “acima do mundo”, redefine sua presença, porque abandona a fixação “contra o mundo”. Como Igreja povo-de-Deus, ela foi chamada a ser no mundo, Igreja servidora e solidária, com o mundo, Igreja dialogante (LORSCHIEDER, 2005, p. 14-15). Uma nova forma de presença e uma nova metodologia pastoral, indutiva, com base teológica: a realidade, com a complexidade de seus problemas e os apelos que Deus nele revela, é o ponto de partida, ainda que a resposta da Igreja não seja suficientemente articulada (CODINA, 2005).

Inacabada na reflexão de um certo número de problemas da época, que ainda perduram, a *Gaudium et Spes* de ontem orienta dessa forma a assumirmos os problemas de hoje. Por isso hodiernamente colocamos em pauta seja nas discussões e nos estudos como nas práticas sociais e pastorais, os problemas atuais: a miséria e a fome ao lado da inadjetivável concentração de riqueza, a antiga crise ética hoje descoberta, literalmente, em todas as instâncias, os desafios genéticos e da biotecnologia, a manipulação da dimensão religiosa da vida humana, a indústria e o individualismo culturais, para citar apenas alguns.

Brilham as palavras do diário de João XXIII:

hoje mais do que nunca (certamente mais do que em séculos precedentes), somos chamados ao serviço do homem como tal, não somente dos católicos. A defender, sobretudo e em toda parte, os direitos da pessoa humana. As condições atuais, as investigações, levaram-nos a realidades novas. Não é que o Evangelho tenha mudado; somos nós que começamos a compreendê-lo melhor. (ALBERIGO e ALBERIGO, 1978, p. 594).

Para não deixar margem a pensar a *Gaudium et Spes* como um documento ingênuo, é necessário afirmar que ele reconhece o pecado no mundo, pois “o homem encontra-se dividido em si mesmo” (GS 13). Mas no contexto da passagem da condenação do mundo para o diálogo,

o progresso humano foi levado a sério, há um desejo de colaborar com todas as pessoas de boa vontade, vendo no mundo as pegadas de Deus e os sinais dos tempos (nº 4, II e 44), as sementes do Verbo (nº 26, 92). Deseja-se promover a justiça, buscando a participação de todos nos bens da criação (nº 69) e se dá importância ao compromisso político (nº 75). (CODINA, 2005, p. 98).

Essas posições estão ancoradas numa espiritualidade:

a antiga história do bom samaritano foi a pauta da espiritualidade do Concílio. Um imenso amor para com a pessoa humana penetrou-o todo. A descoberta das necessidades humanas - e são tão maiores quanto maior se faz o filho da terra - absorveu a atenção de todos. (IGREJA CATÓLICA, 1997, p. 669).

A *Gaudium et Spes* deixou-nos o legado de uma “nova condição cristã” na medida em que recuperou a centralidade da indissociabilidade do amor a Deus e do amor ao próximo.

No proêmio do texto (a condição do homem no mundo de hoje) encontramos as conhecidas palavras, que dão nome à Constituição:

as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. E não há realidade alguma, verdadeiramente humana, que não encontre eco no seu coração. (GS 1)<sup>3</sup>

É dever da Igreja, portanto, investigar os sinais dos tempos para que possa responder às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e futura. Por isso é necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático e contraditório: vivemos num mundo de mudanças profundas, rápidas e permanentes, num mundo abundante de riquezas e atormentado pela fome e miséria, com tanta liberdade e tanta dependência, tanto progresso e tanto atraso. (GS 2-10).

Na primeira parte, intitulada “A Igreja e a vocação do homem” temos o farol com três fochos de luz.

1º) a *definição do homem*, criado à imagem e semelhança de Deus, dividido pelo pecado, convertido a Deus, cuja inteligência encontra sua perfeição na sabedoria, dotado de consciência como sacrário no qual se encontra a sós com seu Senhor, de liberdade e do germe de eternidade.

2º) a afirmação da humanidade como *comunidade humana*, onde todos devem se tratar como irmãos. Cada um é um outro-eu, daí decorre a condenação de tudo que se opõe à vida (homicídio, ge-

---

<sup>3</sup> Daqui para frente passo a citar textos da *Gaudium et Spes* (GS), como síntese do documento, de forma livre, indicando ao final de cada bloco o conjunto dos números.

nocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário), tudo que viola a integridade da pessoa (mutilação, tormento corporal e mental, violência contra a consciência) e tudo que ofende a dignidade humana (condição infra-humana de vida, prisão arbitrária, escravidão, prostituição, comércio de seres humanos, condição degradante de trabalho, qualquer forma de discriminação (por razões do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião)).

3º) A importância da *atividade humana* enquanto construção “de uma nova terra e um novo céu” e do *papel da Igreja*, com as outras Igrejas cristãs e o mundo, para tornar mais humana a família humana e a sua história. (GS 11-45).

A segunda parte é dominada por alguns dos mais urgentes problemas da época, que continuam hoje como verdadeiros desafios.

1º) “*A promoção da dignidade do matrimônio e da família*” porque o processo de humanização da evolução humana, crê a *Gaudium et Spes*, está intimamente ligado à melhoria da comunidade familiar.

2º) “*A promoção do progresso cultural*” porque a cultura deve orientar-se para o aperfeiçoamento integral da pessoa humana, para o bem da comunidade e da sociedade. Toma-se cultura como tudo que é produzido pelo espírito humano, como seus modos de ser no mundo e como sentido para o viver. Fazer cultura pelo trabalho e no descanso. À diminuição do tempo de trabalho deve corresponder o aumento da cultura, facilitando o descanso do espírito e a saúde integral.

3º) É preciso destacar a busca do equilíbrio na “*vida econômico-social*”, pois a coexistência da miséria e do luxo, de multidões carentes do necessário para viver e de alguns que vivem na opulência, de tantos desprovidos de poder e poucos decidindo os destinos humanos, coloca em risco a paz mundial.

Em vista da eliminação das desigualdades econômicas acompanhadas de exclusão, o progresso econômico deve ser colocado

sob a direção da comunidade humana e não dos minoritários e poderosos grupos político-econômicos. Todos precisam assumir o direito e o dever de trabalhar e descansar, para que todos tenham respeitada a sacralidade de suas vidas e de suas famílias.

A *Gaudium es Spes* assume o famoso princípio explicado por Santo Tomás de Aquino: como os bens da terra são destinados por Deus a todos os homens, todos têm direito de ter uma parte desses bens suficiente para si e suas famílias; aquele, porém, que se encontra em extrema necessidade, tem o direito a tomar, dos bens dos outros, o que necessita, respeitadas todas as condições moralmente exigidas.

4º) “*A vida da comunidade política*” é valorizada enquanto instância que favorece a liberdade e o direito. Por isso todos devem colaborar na vida pública. Comunidade política e Igreja, cada uma em seu campo, independentes e autônomas, ambas servindo a vocação pessoal e social das mesmas pessoas, por isso podem cultivar entre si uma sã cooperação.

5º) O documento termina, magistralmente, com um apelo contundente pela “*promoção da paz e da comunidade internacional*”. O conceito é grande e só chega em quem não tem “alma pequena”. O profeta Isaías é convocado a dar sua contribuição. A paz não é simplesmente ausência da guerra, nem se reduz ao equilíbrio entre as forças adversárias, nem é o resultado da dominação despótica. A paz, com exatidão, é chamada “obra da justiça” (Is 32,7). Todos os cristãos são dramaticamente chamados a praticar o amor, se unir com as pessoas pacíficas, implorar e construir a paz.

Qualquer tipo de guerra é condenável. É necessário evitar a guerra! É gravíssimo o dever de educar para a paz, sobretudo a juventude e a opinião pública e ao mesmo tempo eliminar as causas das discórdias: injustiças, desigualdades econômicas, espírito de dominação e desprezo das pessoas... com vistas à construção da comunidade internacional.



Será necessário que a Igreja seja um sinal sacramental desse empenho e da fraternidade desejada (GS 46-93), assim como o foi o papa João Paulo II.

### 3 CONCLUSÃO

Para terminar conclamo a todos, com a colaboração do NESP, a ocupar o lugar de uma “nova condição cristã”, aquela que emergiu da *Gaudium et Spes*, na fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo e, a partir daí, voltar nossa atenção para a pessoa humana vivente neste mundo, para amá-la.

Retomando as enraizadas palavras de Paulo VI, na solenidade de encerramento do Concílio, que poderiam ter sido as palavras de conclusão da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, assim como podem ser as palavras de hoje, ao iniciar o NESP e reiniciar nossas esperanças:

estaria, então, destinado este Concílio, que dedicou ao homem a sua principal e esforçada atenção, a propor de novo ao mundo moderno a libertação e a consolação a que gradualmente pode subir? Não será, em resumo, um modo simples, novo e solene de ensinar a amar o homem para amar a Deus? Amar o homem, dizemos, não como instrumento, mas como primeiro fim, que nos leva ao supremo fim transcendente. Por isso, todo este Concílio se resume no seu significado religioso, não sendo outra coisa senão um veemente e amistoso convite em que a humanidade é chamada a encontrar, pelo caminho do amor fraterno, aquele Deus, como diz Agostinho, “de quem afastar-se é cair, a quem dirigir-se é levantar-se, em quem permanecer é estar firme, a quem voltar é renascer, em quem habitar é viver. (IGREJA CATÓLICA, 1997, p. 672-673).

## REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe; ALBERIGO, Angelina Nicora. **Giovanni XXIII: profecia nella fedeltà**. Brescia: Queriniana, 1978.
- BEOZZO, O. O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. **Vida pastoral**, São Paulo, v. 46, n. 243, jul./ago. p. 3-12, 2005.
- CODINA, Victor. O Vaticano II, um concílio em processo de recepção. **Perspectiva teológica**, Belo Horizonte, v. 37, n. 101, p. 89-104, 2005.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). Alocução aos dirigentes da Ação Católica. In: KLOPPENBURG, B. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1962-1963. v.1: Documentário pré-conciliar.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI). Homilia na conclusão do Concílio. In: IGREJA CATÓLICA. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). **Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente**. São Paulo: Paulus, 1994.
- ISAÍAS. In: Bíblia Sagrada: tradução da CNBB. 3.ed. Brasília: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (s.d.).
- KLOPPENBURG, B. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1962. v.1: Documentário pré-conciliar.
- LORSCHIEDER, Aloísio. Linhas mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II. In: **Vida pastoral**, São Paulo, v. 46, n. 243, jul./ago. p. 13-16, 2005.
- PALÁCIO, Carlos. O legado da *Gaudium et Spes*: riscos e exigências de uma nova “condição cristã”. **Perspectiva teológica**, Belo Horizonte, v. 27, n. 73, p. 333-353, 1995.
- A RECEPÇÃO do Concílio Vaticano II: entre o desencanto e a esperança. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 37. n. 101, p. 5-10. 2005.

# Entrevista *in memoriam* de Padre Libanio: a formação dos Grupos de Fé e Política na Arquidiocese de Belo Horizonte

PADRE JOÃO BATISTA LIBANIO

## I APRESENTAÇÃO

O PRESENTE DOCUMENTO RESULTA DA TRANSCRIÇÃO de uma entrevista concedida pelo padre João Batista Libanio, por meio da qual ele contribuiu para a realização da pesquisa “Mapeamento de grupos e práticas de fé e política presentes na Arquidiocese de Belo Horizonte”, conduzida pela equipe do Nesp entre 2009 e 2013. O relato dessa pesquisa foi posteriormente publicado no número três da série de *Cadernos temáticos do Nesp*.

Embora a contribuição do padre Libanio tenha sido valiosa para a compreensão de diversos aspectos históricos e teológicos dos grupos de fé e política na Arquidiocese de Belo Horizonte, restava inédito o conteúdo da entrevista, com informações preciosas sobre as perspectivas da Igreja Católica no período posterior ao Concílio Vaticano II, ocorrido na década de 1960. A inclusão desta entrevista no presente volume é resultado do desejo e da ne-

cessidade de levar ao leitor a riqueza expressa nas palavras desse importante teólogo.

A conversa com o padre Libanio ocorreu no dia 2 de maio de 2012, na sede da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte. Os professores Adriana Penzim e Robson Sávio, membros do Grupo Gestor do Nesp, conduziram a entrevista.

A publicação deste documento não teria sido possível sem a inestimável contribuição do padre Jaldemir Vitória, da Faculdade Jesuíta, o qual assumiu a árdua tarefa de revisar a transcrição, preenchendo lacunas e tornando claras algumas passagens que, no texto original, requeriam interpretação. Aspectos que seriam pouco legíveis para um leitor comum eram bastante compreensíveis para alguém que, como afirma o padre Vitória, ouviu tantas vezes o padre Libanio falar desses temas. Fiquem registrados aqui os agradecimentos do Nesp por essa tarefa realizada com grande acuidade e competência pelo padre Vitória.

## 2 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

**Adriana:** Estamos aqui, em 2 de maio de 2012, no *campus* da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, com o padre Libanio, iniciando uma entrevista para a pesquisa “Mapeamento de grupos e práticas de fé e política presentes na Arquidiocese de Belo Horizonte”, com o objetivo de compreender a história desses grupos.

**Robson:** Nós já entrevistamos cerca de quinze personalidades, os chamados “históricos”.

**Padre Libanio:** Eles são históricos mesmo, eu sou a-histórico! Estou meio sem graça; eu não sei o que vou dizer.

**Adriana:** Fique à vontade para dizer o que o senhor sabe.

**Padre Libanio:** O meu trabalho foi o de assessorar, e não o de ter grupo. O único grupo que, de certa maneira, acompanhei foi um grupo de universitários, na época da repressão, na década de 70. Até hoje esse meu grupo de universitários funciona. São pessoas de várias cidades, e não exclusivamente de Belo Horizonte. Nós nos reunimos em Juiz de Fora, numa casa dos redentoristas, afastada da cidade. Já nos anos 60, 70, na época dos governos militares, nós tínhamos esse grupo de reflexão.

**Adriana:** Trata-se daquele grupo do qual muitos membros foram presos e responderam a inquérito?

**Padre Libanio:** Esse grupo foi logo depois; acho que do nosso grupo ninguém foi preso. Mas eram todos bem engajados; naquela época, eram universitários. Hoje são todos senhores de 50 anos. Nós tivemos uma reunião em fevereiro. Foi o único grupo que eu acompanhei pessoalmente e orientei como grupo. Nasceu e, até hoje, se reúne de vez em quando. Agora já são todos senhores, professores de universidade. Com esse grupo tive realmente um trabalho direto; mas um trabalho muito intelectual, muito acadêmico, teológico, sociológico; cada um, do seu campo, trazia a sua contribuição. Aqui de Belo Horizonte, por exemplo, um deles é o professor da UFMG, Délcio Fonseca Sobrinho; era aluno de medicina e nós estudamos o livro do Jacques Monod, por exemplo. Ele expunha o livro do Jacques Monod e se discutia. Outra que atuou foi a Maria Amélia, chamada de Amelinha, professora de Serviço Social, também na UFMG. Ela expôs, por exemplo, o famoso livro do Werner Jaeger sobre a Paideia. Eles faziam reflexões teóricas sobre pedagogia, sociologia, e eu fazia a parte mais espiritual e teológica. O Faustino Teixeira, especialista em Ciências da Religião, era estudante naquela época. Aquele Ricardo, o que foi perseguido e publicou uma tese doutoral enorme, no Rio, também era do gru-

po. Então, esse trabalho eu tive. Agora, na Arquidiocese de Belo Horizonte mesmo, nunca tive nenhum grupo que eu dissesse: é um grupo de fé e política, ou parecido com o que eu tinha trabalhado. Por isso estou sem saber como posso contribuir com vocês.

**Robson:** Na conversa com o padre Henrique, ele tentou explicar para a gente como, na visão dele, o Concílio Vaticano II repercutiu em ações na Igreja do Brasil. No entendimento dele, principalmente com a criação das pastorais sociais, de certo modo, essas novas ações são filhas da ACO, a antiga ACO. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, houve, já na época de Dom João, um grande engajamento dos cristãos em várias frentes, voltadas para uma inserção maior da Igreja no mundo contemporâneo, nas demandas contemporâneas. Ele falou de vários personagens que ajudaram a Igreja de Belo Horizonte a se organizar nessa linha; e uma das pessoas foi o senhor.

**Padre Libanio:** Sim, pelos escritos, pelas palestras, mas não diretamente com orientação de grupos. Nem na criação de grupos. Meus livros, meus primeiros livros foram todos nessa linha – “Formação da Consciência Crítica”, volume um, volume dois, volume três. Mas eu não tive um grupo e nem trabalhei com essas pessoas. Fazia palestras, conferências; nesse sentido, sim. Eles queriam seminários sobre Teologia da Libertação; queriam livros sobre Teologia da Libertação. Mas isso não tem a ver com o que vocês estão pesquisando, pelo que entendi do correio eletrônico. Vocês querem saber o que as pessoas desejavam; eu posso dizer o que ofereci.

**Adriana:** Esse é um ponto da nossa pesquisa. Nós gostaríamos de conhecer, conversando com as pessoas que têm alguma possibilidade de contar, a partir de uma cronologia, como surgiram os grupos de fé e política na Arquidiocese de Belo Horizonte. Nós temos contato com os grupos que existem hoje e suas necessidades. Porém, gostaríamos de saber como se deu a passagem das origens

para os grupos atuais; como, a partir de determinado momento, se formaram esses grupos.

**Padre Libanio:** O que eu mais faço e fiz bastante foi mostrar as rupturas culturais fundamentais pelas quais a Igreja passou. Tenho até um livro chamado “As grandes rupturas”, escrito, de modo especial, para os religiosos e as religiosas. Tento mostrar o que chamo a ruptura da Igreja tradicional, a Igreja pré-moderna, a Igreja pré-hermenêutica, para a grande ruptura do Concílio Vaticano II e, depois, a ruptura de Medellín. Considero que esses grupos de fé e política, na América Latina e no Brasil, portanto, nasceram, em grande parte, embalados por Medellín e alimentados pela Teologia da Libertação. E a Teologia da Libertação nutriu-se, especialmente no Brasil, com a pedagogia de Paulo Freire, que se fez presente e lhe serviu de base. Está presente o documento de Medellín, que os bispos escreveram na assembleia de 68. Está presente, não a ACO, como você já se referiu, e sim a JUC e a JEC que eram mais avançadas. A ACO foi até a menos avançada de todas; avançadas foram a JEC e a JUC. Entretanto, a JEC e a JUC foram suprimidas, pois Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, não as reconheceu como movimento de Igreja. Então, alguns membros da JEC e da JUC foram fundar a AP – Ação Popular, que se tornou cada vez mais marxista e se afastou da Igreja, de onde nascera. O documento base da AP foi escrito com a ajuda do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, um dos redatores principais. Sem dúvida, esse documento iluminou muita gente, muito estudante. A teologia que nós produzimos na década de 70, sem dúvida, alimentou muita gente, porém, não sabíamos a quem alimentava. Quando você escreve um livro, não sabe quem vai “comer” esse livro; portanto, não posso dizer: “Ah, foi tal grupo”. Durante onze anos, Leonardo Boff, eu e outros, trabalhamos na Equipe de Reflexão Teológica da CRB-Nacional e no Instituto Nacional de Pastoral –

INP. Eram dois grupos bem de vanguarda. Neles, nós discutíamos, escrevíamos, dávamos cursos para bispos e para o clero. Tudo isso eu fiz. Entretanto, não posso dizer que estou na origem de grupos de fé e política. Com toda simplicidade, humildade, não sei se eu estou implicado nessa história; posso estar indiretamente. Indiretamente, nós trabalhávamos nesse viés em que a ideia fundamental é a inversão do sujeito, a segunda ruptura, que considero ser a ruptura de Medellín. O sujeito moderno é o sujeito da subjetividade, é o sujeito da história, é o sujeito das ciências modernas, de Galileu Galilei, que não tinha ainda entrado na teologia; esse o sujeito moderno. É um sujeito que respondia às grandes perguntas da modernidade. O que nós fizemos foi perceber que a modernidade tem um reverso, que é a modernidade capitalista. A modernidade, sobretudo na Europa, foi uma euforia muito grande. Naquela época, o neocapitalismo era bastante mais justo; já não era aquele capitalismo liberal inglês horroroso e, sim, um capitalismo que tinha assimilado vários elementos socialistas, como os direitos sociais dos operários, as férias e a preocupação com a saúde dos operários. Na Inglaterra, por exemplo, os remédios eram todos gratuitos. Havia uma socialização muito grande no capitalismo europeu, mas era capitalismo europeu e era hegemônico. Esse capitalismo não olhava para os países pobres, seja a África, seja a Ásia, e nós aqui na América Latina. Então, a Teologia da Libertação tentou fazer essa virada a partir das camadas populares, que eram as camadas rurais – o Brasil, naquela época, era bastante mais rural – e as periferias das grandes cidades. Trabalhamos com essas comunidades de base. Não vou dizer que eram grupos políticos; eram Comunidades Eclesiais de Base. Nós organizamos os grandes encontros de comunidades de base. Eu estive presente em quase todos os primeiros; só não fui aos dois últimos. Nesse sentido, trabalhamos muito com as Comunidades Eclesiais de Base. Nesses grandes encontros, estavam os teóricos, por exemplo, Leonardo Boff e Carlos Mesters.



Seguramente, fomos uma equipe que pensou a fé para alimentar os compromissos sociais; isso nós fizemos. Leonardo, também, não tem grupo de fé e política, que eu saiba. Nós trabalhávamos demais, escrevíamos artigos, fazíamos conferências e participávamos de encontros. Nesses encontros, chegavam a participar mais de mil pessoas da base, praticamente, de todo o país e de quase todas as dioceses, mesmo daquelas cujos bispos não aceitavam oficialmente as comunidades de base. Nós estivemos presentes em quase todas as dioceses do Brasil por meio das CEBs. E as CEBs eram alimentadas, em grande parte, pelos escritos de Mesters, mais bíblicos, e pelos nossos na linha mais da fé e política. Nós fizemos esse trabalho; inclusive, tenho um livro chamado “Fé e Política”; outro que se intitula “Formação da Consciência Crítica”; outro que trata das “Grandes Rupturas”. Escrever nessa linha eu escrevi; só isso! É o que eu posso dizer-lhes.

**Adriana:** Podemos afirmar que, em termos temporais, os grupos de fé e política resultam desse trabalho?

**Padre Libanio:** Eles são causa e resultado. Eu digo causa, porque o próprio Gustavo Gutiérrez disse que, quando, em 1971, escreveu o livro considerado fundador da Teologia da Libertação, *Teología de la Liberación*, publicado em castelhano, no Peru, se inspirou, em grande parte, nos grupos de ação católica que havia no Brasil. Os autores anteriores eram Emmanuel Mounier – esse influenciou muito – e Jacques Maritain, ambos franceses. Eles chegavam até nós por meio dos assessores dos grupos de cristãos universitários. Um dos principais assessores foi o Padre Henrique Claudio de Lima Vaz. Vários padres que foram ativos naquele período deixaram o ministério; eram padres engajados com os universitários. Os grupos de JOC, JEC e JUC, aos quais pertenceram os dominicanos Frei Mateus Rocha, já falecido, e o Frei Carlos Josafá, exilado por causa do jornal “Brasil Urgente”, foram gerações anteriores à

nossa. Aquela geração colocou a semente e esse movimento, lentamente, produziu uma reflexão teológica. Os teóricos de base eram filósofos; os outros eram mais pastoralistas. Portanto, esse primeiro grupo da teologia no Brasil foi formado praticamente por nós, do Brasil. Antes havia Juan Luis Segundo, no Uruguai, já falecido, e Gustavo Gutierrez, no Peru, que são mais velhos do que nós. Nossa geração estava chegando da Europa, no final da década de 60. Em 69, já havia acontecido o golpe militar no Brasil (1964) e a promulgação do AI 5 (1968). Eu chego aqui depois do AI 5. Era um período de efervescência, diferente daquele da década de 60, antes do golpe militar e do AI 5. Sem dúvida, uma das causas do golpe militar foi essa efervescência que era mais intelectual, mais universitária, do tipo “Maio de 68 francês”. As pessoas da camada intelectualizada não tinham alcançado as bases da sociedade e chegado às comunidades de base. Isso acontecerá lentamente. Tudo isso é anterior. Nossos livros formalizaram, teologicamente, esse caldo já existente. No meu primeiro livro sobre a Teologia da Libertação, apresento todos aqueles movimentos anteriores que já estavam na base da reflexão sobre fé e política. A *Gaudium et Spes*, documento do Concílio Vaticano II, foi o primeiro documento eclesial, reflexo da ação da Igreja no Mundo; isso era coisa nova. Nele, a Igreja refletiu sobre sua ação no mundo, oficialmente. A *Gaudium et Spes* deu a pauta; já havia a famosa trilogia da ação católica: ver, julgar e agir. Isso tudo é anterior à minha atuação no Brasil; eu estava na Europa. A novidade é que, voltando para o Brasil, cáimos num regime militar hostil e oposto a qualquer reflexão sobre fé. Para os ditadores tudo isso era comunismo. Na Europa, a reflexão teológica desenvolveu-se com muita liberdade porque lá o neocapitalismo era bastante tolerante e o neocapitalismo assimilou muito desses movimentos sociais, o mais social possível que o capitalismo conseguiu. Todavia, perdeu de novo, pois, com Thatcher e Reagan, começou a regressão. Até o governo Thatcher e Reagan,

o capitalismo possuía uma espécie de camada social muito forte, em ligação com esses movimentos anteriores. Não se podia chamar Teologia da Libertação, embora houvesse fecundado movimentos sociais no Brasil, dentre os ruralistas lá do Nordeste, como as Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião. O Nordeste estava pegando fogo com aqueles movimentos, sem falar de Brizola, no Sul. Antes do golpe de 64, o Brasil passava por uma efervescência muito grande; portanto, antes de acabar o Concílio, já havia uma força social e uma percepção de que a fé tem incidência sobre a realidade. Isso não foi descoberta nossa, de jeito nenhum; apenas foi se acentuado. Nossa colaboração consistiu em pensar teologicamente, de maneira mais metódica, mais científica, mais elaborada, algo que já estava sendo trabalhado. Considero que o livro de Clodovis Boff, “Teologia do político”, foi o que melhor formulou essa relação. Ele leva a certa maturidade, como reflexão teológica, a articulação que chama de mediações socioanalíticas e mediações hermenêuticas. As mediações socioanalíticas são as mediações que nos permitem ter acesso à realidade de maneira crítica, passando pela sociologia, a política etc. Esse material é repensado à luz da revelação por mediações hermenêuticas e teológicas. O produto é uma fé, é a *práxis*, uma fé em que a realidade é pensada; a realidade criticamente pensada é criticamente pensada à luz da fé. Considero que a originalidade está centrada na palavra “crítica”. A realidade não é, simplesmente, pensada à luz da fé; é pensada criticamente. Existem, pois, dois momentos críticos. A realidade é criticada servindo-se dos instrumentais marxistas. E esse é o grande problema, porque com os instrumentais capitalistas de análises da realidade, não se podia perceber a contradição radical do sistema. O neoliberalismo trabalhava muito com a ideia de justiça, e até seduzia – os países nórdicos gozavam de direitos sociais, de vida social, muito grande. Então, os teólogos da libertação disseram: “certo, mas ainda não se chegou à raiz”. E para chegar até a raiz da contradição

fundamental da realidade capitalista, os teólogos da libertação não usaram Marx e, sim, elementos da análise marxista, para perceber a contradição do sistema. No meu livro sobre a Teologia da Libertação, explico o sentido de marxismo como sistema; não me interessa Marx, enquanto tal, pois é ateu. O segundo momento crítico consistiu em olhar a realidade à luz do Êxodo, da libertação do povo de Israel, da prática de Jesus etc.; é a mediação hermenêutica. Isso nós fizemos e nada mais.

**Robson:** Há pouco tempo, fiz um pequeno ensaio sobre comunitarismo cristão, pensando em Maritain, onde se encontram elementos que podem ter motivado a fundação do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, anteriormente, das Ligas Camponesas. Fica a pergunta se houve incidência direta ou indireta do comunitarismo cristão, pensado na Europa, sobre os movimentos sociais no Brasil, inclusive sobre os partidos políticos.

**Padre Libanio:** O jesuíta Fernando Ávila, no Rio de Janeiro, foi um dos principais estudiosos do comunitarismo cristão. Voltando à sua pergunta, de fato, os movimentos sociais, em sua origem, tem uma base na Igreja.

**Robson:** Os grupos de fé e política, talvez, tenham sido movimentos que não se institucionalizaram tanto e continuaram efervescentes no âmbito das Igrejas particulares.

**Padre Libanio:** Isso, sem dúvida. O que fizemos, outros talvez bem mais do que eu, foi oferecer um caldo para que os movimentos sociais nascessem e se alimentassem; não no sentido organizacional. Porém, houve quem partisse para a luta, por exemplo, o padre Henrique Moura. Esse sim estava com a mão na massa: organizava e trabalhava junto aos grupos. Esse tipo de atuação eu não tive.

**Robson:** Mas tudo isso tem um valor enorme para nós, porque, dentre nossos objetivos, está conhecer as condições de surgimento

desses grupos, ou seja, o que fez com que emergissem. O que o senhor está falando é de grande importância para nós.

**Padre Libanio:** No meu entender, sem a ruptura do Vaticano II seria quase impossível que os grupos de fé e política pudessem surgir na Igreja. Em um dos meus livros, faço essa comparação: por que a Teologia da Libertação não nasceu na situação da Inglaterra? A situação social era muito violenta, talvez pior no século XVIII do que no século XX. Quando começou a grande industrialização na Inglaterra, digamos que mais forte, chegou-se àquele quadro descrito por Marx, em “O capital”, falando das fábricas inglesas, em que as pessoas dormiam no ambiente de trabalho. Por que a Teologia da Libertação não nasceu naquele momento? Aquele capítulo de Marx é fantástico; ele descreve as fábricas da Inglaterra e aquele pessoal dormindo lá para trabalhar mais horas. E por que não nasceu, então, uma Teologia da Libertação? Por quê? Respondo: porque não estava a Igreja presente, nem um teólogo, nenhuma cabeça pensante da Igreja. Portanto, não podia nascer uma teologia, apenas uma teoria revolucionária; não teologia. Agora, a grande originalidade no Brasil, na América Latina, foi que, nesse mesmo caldo social, que lá não gerou teologia e, sim, ideologias ateias, foi possível, entre aspas, brotar “uma ideologia tocada pela fé”. O elemento ideológico está presente, isso não é novidade. Também a teologia conservadora tem posição ideológica; nenhuma escapa da ideologia. Mas, por que, no caso da Teologia da Libertação a “ideologia” tinha um viés diferente? Porque era feita por pessoas da Igreja, movidas pela fé. Eu valorizo muito as religiosas. Elas foram mais corajosas que os religiosos, pois estavam nas grandes periferias. Algumas deixaram seus colégios burgueses como o Sion, o *Sacré-Coeur de Jésus*...

**Adriana:** Eu estudei no *Sacré-Coeur de Jésus* e vivi exatamente esse período em que as irmãs deixaram o colégio e partiram para a in-

serção nas comunidades populares. Foi um gesto que não somente teve importância ampla, socialmente falando, mas também para as próprias alunas. Isso foi muito marcante para mim.

**Padre Libanio:** Você é uma testemunha viva; eu sei só por referência. Por exemplo, Gustavo Corção, o famoso Corção, escreveu artigos terríveis contra as freiras do Sion, que ele chamava de “as freiras de passeata”. O surgimento dos movimentos sociais, da Teologia da Libertação e dos grupos de fé e política só foi possível porque, estando a Igreja presente com pessoas de fé, que refletem, nasceu uma reflexão de fé, em que política e fé estão articuladas. Essa é a intuição que nós temos e alimentamos. Então, vamos alimentar esse compromisso social com a fé. Os críticos da Teologia da Libertação julgavam haver certo unilateralismo. Por quê? Nós privilegiávamos, naturalmente, as passagens bíblicas que melhor iluminavam nossa realidade e são, sobretudo, o Êxodo e a prática de Jesus. Esses dois eixos tornaram-se os eixos principais com os profetas, naturalmente. Deixamos de lado outras coisas que, na Bíblia, afetam menos. Por exemplo, os sapienciais não afetavam tanto e, sim, alguns profetas, o Êxodo e a prática de Jesus. Esses se tornaram eixos fundamentais para alimentar a reflexão que unia fé e política. O grande obreiro, sem dúvida, foi Carlos Mesters, com seu método de leitura popular da Bíblia.

**Robson:** Padre Libanio, o senhor com outros teólogos, é claro, estava pensando uma teologia para o Brasil, para a América Latina. Naquele período o senhor estava baseado aqui em Belo Horizonte.

**Padre Libanio:** Durante um tempo, cinco ou seis anos, morei no Rio de Janeiro.

**Robson:** Belo Horizonte é uma Arquidiocese grande que também reproduziu algumas contradições. Por exemplo, em Contagem, certa época, uma parte do operariado efervescente exigia uma Igreja mais presente; ao mesmo tempo, havia grupos católicos con-

servadores na capital. Como o senhor percebia esses movimentos aqui na Arquidiocese?

**Padre Libanio:** Tivemos vários Arcebispos naquele período, principalmente, Dom João e Dom Serafim. Nada sei sobre a obra de Dom Cabral, pois saí de Belo Horizonte bem jovemzinho e fui para Nova Friburgo-RJ; depois, fui para a Europa, e, quando voltei, ele já estava em fim de carreira. Que fez Dom Serafim, como bom mineiro? Não fechou com nenhuma posição, nitidamente, como certos bispos do Nordeste, por exemplo, Dom Fragoso, o próprio Dom Evaristo Arns e Dom Helder. O que ele fez? Permitiu um clima em que fosse possível pensar a fé a partir da realidade. Uma das coisas fundamentais e interessantes na Igreja de Belo Horizonte foi o pluralismo de forças, realmente, quase opostas. Opostas mesmo! Cito só dois exemplos. A Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, não a atual, que melhorou muito, era o reduto dos reacionários. Lá, Dom Sigaud, de Diamantina, agia como uma espécie de Arcebispo de Belo Horizonte. Lá estava o pessoal da TFP, apoiado por um grupo de padres italianos reacionários. Entretanto, ao mesmo tempo, havia a Igreja do Carmo. Em certa época, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, com o Padre Preto, que morreu relativamente jovem e era muito liberal, foi um espaço de abertura. Então, Belo Horizonte permitiu uma tolerância muito grande, com católicos de extrema direita e católicos muito engajados socialmente. Isso também era política dentro da Arquidiocese.

**Adriana:** Onde estavam os mais progressistas, os mais liberais?

**Padre Libanio:** Sem dúvida, na Igreja do Carmo! Como Igreja, era. Sob alguns aspectos, podemos incluir o padre Carlos, chamado de Padre Preto, o padre negro da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Ele morreu cedo e era muito aberto. Houve alguns padres intelectuais, também, que hoje já estão bastante velhos; por exemplo, o Padre Hélio da Igreja do Santo Antônio. Havia um grupo de padres que

tinha uma visão intelectual mais aberta. Portanto, Belo Horizonte foi o centro de um grupo de padres intelectuais abertos e super-racionais. Pelo contrário, havia, também, a TFP, que aqui era muito forte. Havia esses dois lados. Nós, evidentemente, trabalhávamos na vertente de uma versão social e política da fé. Minha atividade, diretamente pastoral, num primeiro momento de minha vida de jesuíta em Belo Horizonte, consistia em celebrar algumas missas na Igreja de Santo Inácio, no bairro Cidade Jardim. Depois, num segundo momento, quando a formação dos jesuítas se concentrou em Belo Horizonte, no ISI, fui para Vespasiano, na periferia da região metropolitana, e lá estou há mais de 20 anos. Isso já nos idos de 80, quando houve uma grande mudança no cenário brasileiro. Já não era mais a mesma geração que começou com a abertura política no Brasil. Os partidos assumiram as causas sociais e a Igreja não precisou desempenhar o papel de outrora, no período da ditadura. Por isso, a Igreja ficou um pouco desprotegida socialmente porque, em parte, havia o PT e outros movimentos; havia liberdade política e já não precisavam mais da Igreja. A Igreja tinha sido uma espécie de grande guarda-chuva para suportar e proteger as forças de oposição, até que veio a abertura com o final do governo Geisel que suprimiu o AI 5; depois, veio o governo Figueiredo, abrindo passagem para a sarneyada.

**Robson:** O senhor afirma que Belo Horizonte foi uma Arquidiocese pluralista. Porém, sob o ponto de vista da militância acadêmica, parece não ter sido um solo fértil, no tocante à reflexão sobre a fé e a política. A Universidade Católica não produziu uma teologia diferente. Já o antigo ISI, dos jesuítas, preocupava-se com a formação dos teóricos, não somente locais, mas da América Latina. Isso é verdade?

**Padre Libanio:** O problema é o seguinte: vocês são professores em uma instituição e vocês escrevem. Qual a relação entre as duas coi-



sas? Não havia na Universidade Católica um grupo de professores que pensasse junto. O grupo de teólogos que pensava junto estava no Rio de Janeiro, onde eu morava. Quando mudei para Belo Horizonte e atuava na Equipe de Reflexão Teológica da CRB-Nacional e no Instituto Nacional de Pastoral, no Rio, era considerado de Belo Horizonte. Durante a década de 70, nós nos reuníamos, mensalmente, no Rio. Cleto Caliman fazia parte do grupo, e era daqui. Quando foi implantada a Teologia na PUC Minas, começou separada, na Rua Augusto de Lima, no centro, ali ao lado daquela “fábrica de fumaça”. Ao lado da fábrica de cigarros, estava o Instituto Teológico, que se chamava ICFP – Instituto Central de Filosofia e Teologia, onde estudaram o padre Eder Amantea, o Padre Alberto Taveira, atual Arcebispo de Belém-PA, e tantos outros. Nós éramos professores, sem que houvesse um grupo que se reunisse para pensar junto. Não! Dávamos aulas como professores horistas. Essa ideia de professor horista impede os professores de criarem entre si um grupo de pesquisa. Na atual FAJE, outrora ISI, foi diferente. Éramos um grupo de pesquisa. Trabalhávamos juntos; nós nos reuníamos muito. Todos os editoriais das publicações da Faculdade são feitos colegialmente, até hoje. O grupo de professores se reúne, escolhe um tema e o debate. Um dos professores se encarrega de sistematizar as ideias, mas não assina o texto, pois o pensamento é assumido pelo grupo, expressão do pensamento de todos. E nós temos editoriais bem fortes, bem críticos. Nesse sentido, havia uma teologia crítica que o ISI, depois a FAJE, produziu. Até hoje é assim. Nós refletimos sobre as temáticas mais críticas. Nesse sentido, seguimos um caminho distinto do assumido pelos professores de teologia da PUC. Você afirma que, atualmente, existem muitos grupos de reflexão na PUC. Mas, nos meus primeiros tempos de Belo Horizonte, como teólogo, não havia nenhum grupo que pensasse junto. Posteriormente, surgiu um, mas não formado exclusivamente por professores da PUC.

**Robson:** Era em nível de Belo Horizonte, com várias colaborações.

**Padre Libanio:** Exato, eram três instituições. Éramos a FAJE, a PUC e, creio, o ISTA. Não foi uma iniciativa da PUC. Esse grupo, sim, era um grupo que pensava junto; entretanto, não me recordo de que os temas sociais fossem os mais importantes.

**Robson:** A relação de vocês, jesuítas, do antigo ISI, com a UFMG produziu pensamentos interessantes?

**Padre Libanio:** Olha, havia uma relação pessoal entre o ISI e a UFMG, porque nosso contato com eles se dava por meio do Padre Henrique Vaz, um luminar da Filosofia. Aí sim, havia uma ligação, uma ligação grande pelo prestígio do Padre Vaz, que dava aulas lá e aqui. Depois de ter sido aposentado e se tornado emérito – emérito na Federal quer dizer que você pode continuar professor, atuante – ele, de certa maneira, continuou com a presença na academia até morrer. Não ia muito lá; porém, era muito procurado por pessoas de lá, de modo especial, antigos professores e antigos alunos. Depois que ele morreu, a ligação ficou muito menor. Padre Vaz esteve na origem de certos movimentos, uns mais conservadores, outros mais críticos. No final da vida, afastou-se daqueles grupos, pois, muitos cristãos fervorosos que ele conheceu da JUC, praticamente, deixaram a fé e se dedicaram só à política. Isso o deixou um tanto perplexo, diante da pergunta: até onde é possível conciliar a fé com compromissos dessa natureza? Alguns, inclusive, se tornaram ateus; a fé não servia mais para nada; parecia que servia, mas não servia. Se tinham agora outros instrumentais teóricos, pensavam poder prescindir da fé. Isso foi uma das crises sérias dos movimentos de fé. Vocês podem notar até onde o movimento é de fé e de política. Pode chegar um momento em que se diga: “a fé é uma superestrutura”, como dizia Marx. Sendo assim, o que interessa são os instrumentais socioanalíticos, pois são eles que servem de chave para compreender a ação.

**Robson:** Isso explicaria, por exemplo, na visão do senhor, a dificuldade dos cristãos, dos cristãos comuns, e também do clero, de entender a relação entre fé e política? Essa questão aparece cada vez que se pede às pessoas, clérigos ou cristãos, para que definam o que é fé e o que é política e elas são incapazes de estabelecer a relação.

**Padre Libanio:** Bom, aí se esconde uma história incrível, uma coisa mais complicada. A Igreja nunca foi tão política como o foi até a modernidade. Ela era toda política. Os papas tinham a pretensão de concentrar os três poderes: o executivo, o judiciário e o legislativo. Condenavam-se e queimavam-se as pessoas. Era um poder gigantesco. Poder matar uma pessoa é um poder gigantesco, poder de vida e morte, um poder supremo. E a Igreja o exerceu até o século XVII. Giordano Bruno foi a última vítima da Inquisição. Então, não é verdade dizer que a fé não se misturava com política. Pelo contrário, talvez, reagindo a esse tipo de cristandade, a ruptura levou à posição oposta: a negação de qualquer peso político à fé. A Teologia da Libertação buscou fazer uma síntese entre a cristandade e a secularização radical e propôs uma tentativa de articulação. Penso que conseguiu! Parece-me viável pensar a fé politicamente e pensar politicamente a fé. Agora parece estar se produzindo um terceiro momento, outro momento diferente. Uma vez que o Estado adquiriu autonomia em relação à Igreja e a Igreja necessitou, para bem ou para mal, de um refluxo sobre si mesma, nota-se um interesse muito maior pelas realidades intraeclesiais, em todos os aspectos, mais que um movimento de saída para fora de si mesma. O êxodo para as igrejas evangélicas pode estar influenciando, porém, há muitas outras razões. Será preciso fazer uma longa análise porque há o recuo na relação fé e política da década de 60 e 70 para 2012. A conjuntura da Igreja é outra. O longo pontificado de João Paulo II marcou muito a Igreja. Aquele pontificado, praticamente, está sendo continuado e é um pontificado em que a

fé, a Igreja, mais que a fé, quis marcar sua independência em face ao Estado, com medo de qualquer contaminação por ideologias comunistas.

**Adriana:** Os grupos com os quais temos conversado, dentre outras questões, nos falam de um momento, o da Constituição de 88, em que houve um fortalecimento dos movimentos, com um posterior momento de arrefecimento. É um percurso com idas e vindas. O senhor tem algo a nos dizer sobre esse momento de 88? O senhor faz uma análise muito clara que nos ajuda a pensar as coisas que vemos, de forma fragmentada, nas falas de um ou de outro entrevistado.

**Padre Libanio:** A única dificuldade que tenho quando explico para você é que, quando se fica mais velho, as distâncias de tempo diminuem muito. Pensar 88 para mim é como se fosse ontem. Tenho que parar um pouquinho e pensar o que é 88, pois eu já estava no Brasil. Tenho que encontrar alguns marcos para me situar cronologicamente e verificar se houve mudança ou não. Eu diria o seguinte: olhando para dentro e desde dentro da Igreja, não politicamente – certamente vocês terão análises políticas, até melhores que a minha – olhando a parte da Igreja, não posso dizer que o ano de 88 foi diferente. O processo da Igreja foi lento, gradual, mas ininterrupto, desde o início do pontificado de João Paulo II. Para se ter uma ideia: Puebla aconteceu em 1979; o papa tinha três meses de pontificado e fez um discurso que foi uma coisa espantosa, carregado de reacionarismo. Chegou a chamar os religiosos e as religiosas, os padres e também a nós, teólogos, de “magistério paralelo”. Quer dizer, não são Igreja; são paralelos à Igreja. Claro, eu não sou o papa, nem sabia que existia isso na América Latina. Quer dizer que as forças internas da Igreja, já na década de 70, em 79, já estavam fortemente organizadas, sobretudo, no CELAM. O CELAM foi, fortemente, ocupado pela direita eclesiástica, so-

bretudo, por um cardeal, que Deus o tenha na glória, o cardeal López Trujillo, da Colômbia. Ele conseguiu que vários presidentes do CELAM fossem seus adeptos. Dom Lorscheider, do Brasil, foi presidente, mas não foi significativo. Trujillo e seu grupo fizeram uma aliança muito forte com a Roma conservadora; foram eles que prepararam Puebla. Então, Puebla, para ser muito honesto, aqui em voz baixa, foi um encontro em que a direita da Igreja quis diluir ao máximo o que a Igreja havia conseguido em Medellín. Puebla não foi essa abertura que a gente fala; foi o contrário. Posso contar um tanto de coisas para vocês porque eu estava lá; eu estive em Puebla; eu vivi aquilo. Então, o que se preparou para Puebla foi – uso uma palavra feia, que eu nem gosto – um golpe de direita dentro da Igreja. Não pelo papa, talvez, ele nem soubesse que existia um grupo de direita conservadora no CELAM. Por isso, nós, teólogos do Brasil, desfizemos o Documento Base, que a gente chamava de “Documento Verde”. Houve, por toda parte, uma crítica radical ao Documento Base de Puebla, que ficou desmoralizado entre nós. Um dos artigos mais fortes, escrito naquela época, foi o de Clodovis Boff. Eu escrevi sobre a cristologia do Documento. Essa configuração de uma Igreja conservadora já existia em 78, 79. Os bispos da América Latina, em geral, eram conservadores. O único grupo que era um pouquinho mais aberto era o do Brasil e um ou outro bispo de um ou outro país; nada mais. Então, imaginar que o Episcopado da América Latina era aberto é uma ilusão. Os bispos, em sua maioria, eram muito conservadores. Eles tentaram diluir o impacto mais forte possível do social, surgido em Medellín; porém, tiveram uma infelicidade muito grande. O papa João Paulo II era muito jovem. Ele fez um discurso inaugural muito forte, em Puebla, e depois foi visitar o México. Ao passar por várias cidades do país, começou a ficar chocado, porque num país comunista, por pior que fosse, não existia o contraste escandaloso entre ricos e pobres. Isso não existia, e ele começou a levar um susto. E passou

a fazer afirmações sociais fortes, que nada tinham a ver com sua teoria e com a teologia do Concílio que defendia. Então, o que nós, teólogos da libertação, inteligentemente fizemos? Seleccionamos as afirmações do papa e passamos aos bispos aos quais assessorávamos, para que fossem insertadas no Documento final de Puebla. Por isso, o Documento cita mais de cem vezes o papa; e o papa só tinha três meses de papado. Qualquer um que analisar o discurso considerará isso algo espantoso. João Paulo II citado mais de cem vezes, com apenas três meses como papa! Eram frases do papa, geralmente abertas, que os bispos não podiam rejeitar. Nós estávamos fora do recinto da assembleia, porém mandávamos as propostas de emendas com as frases do papa para os bispos alinhados conosco para que as inserissem no texto que estavam produzindo. Como eram citações do papa, os bispos não podiam rejeitar, embora não concordassem com elas. Se você toma esse Documento, encontrará uma parte descritiva avançada e uma parte teológica, que é a maior, conservadora. Mas ninguém lia essa parte, pois é indigesta. Então, tem-se a impressão de que Puebla é a continuação de Medellín. Aí você vê como a realidade é interessante!

**Adriana:** É muito interessante o que o senhor está dizendo, pois para mim, na minha inexperiência, no meu desconhecimento, houve uma continuidade entre Medellín e Puebla.

**Robson:** Eu também sempre pensei na continuidade.

**Padre Libanio:** Se vocês quiserem ter uma ideia do que se passou, sugiro, com toda modéstia, que leiam a introdução que escrevi ao Documento de Puebla publicado pelas Edições Loyola. Houve um bispo que pediu que fosse retirada minha introdução, pois desfigurava o Documento. O que disse na introdução foi o que relatei para vocês; e eu estava lá; eu vivi tudo aquilo.

**Adriana:** Onde está sua introdução ao Documento de Puebla?

**Padre Libanio:** Está publicada no Documento de Puebla editado pelas Edições Loyola. Não pesquisem o texto publicado por outras editoras, porque fizeram outras introduções. A Loyola colocou a minha introdução. Então, mandaram arrancar essa introdução, porque estragava o Documento. Porque, exatamente, eu tentava demonstrar certa ilusão na leitura do Documento de Puebla, mas descrevendo tudo isso que falei, agora, para vocês. Está tudo escrito lá. Eu escrevi no dia em que cheguei de Puebla. Estava no calor dos fatos. Em Puebla, nós, teólogos da libertação, erámos uns 40, 50, 60, grande número, mas nenhum estava no recinto da assembleia; todos fora. Para vocês terem uma ideia, todos os teólogos da libertação fomos excluídos de Puebla; todos. Nós alugamos uma casa fora, ficamos fora, e os bispos vinham a nós, porque nós não podíamos entrar lá. Mas vinham muitos, muitos pediam contribuições e escritos. Nós tivemos muito trabalho; nós passávamos o dia todo trabalhando. Em nossa última reunião, dissemos: “ao voltar para os nossos países, vamos ganhar a interpretação de Puebla”.

**Robson:** Algo parecido com o Pacto das Catacumbas, que um grupo de bispos fez na Catacumba de Santa Domitila, em 1965, no final do Vaticano II?

**Padre Libanio:** Exatamente. Nós fizemos esse pacto. Nós vamos mostrar que a parte social do Documento de Puebla está cheio de afirmações fortes do papa. Foi isso que pregávamos e falávamos.

**Adriana:** A conversa com o senhor esclareceu algo que eu percebia em João Paulo II: um conservadorismo enorme, ao mesmo tempo em que parecia ver as coisas. E me perguntava: como esse papa pode dizer tais coisas? Por isso, eu o considerava sempre muito contraditório. Por outro lado, pensava que eu mesma era quem não estava alcançando o que estava acontecendo.

**Padre Libanio:** Exatamente. João Paulo II tinha uma visão intraclesiástica extremamente autoritária e conservadora, ao mesmo

tempo, tinha frases com forte denúncia social. Por quê? Porque, de fato, ficou escandalizado com a pobreza da América Latina. Eu soube que, em uma favela brasileira, teria dito: “como pode um ser humano viver assim?” Ele nunca tinha visto coisa parecida em um país comunista.

**Robson:** A doação do Anel do Pescador aos moradores da Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, visitada por ele, em 1980, teria sido um gesto simbólico de solidariedade com aqueles pobres?

**Padre Libanio:** Exato. Significa que ele ficou muito tocado e, então, fazia aquelas frases soltas de cunho social. Já o discurso teológico dele! Quando João Paulo II veio ao Brasil pela segunda vez, em 1997, eu estava no Rio e fui vê-lo no Aterro do Flamengo. Estava, lá, no meio do povão, algo como dois milhões de pessoas. Ele fez um discurso para a família totalmente desfocado, que não tinha nada a ver com o pessoal que estava lá. O povo estava lá, apenas, para vê-lo; nada mais. Lembro-me de umas senhoras bem pobres, com umas criancinhas menores, que falaram: “ah! Eu já vi, posso ir embora”. As palavras do papa não tinham a mínima importância. Os discursos teóricos dele não exerceram nenhuma influência.

**Robson:** Mas, quando ele aparecia e saudava o povo, era festa.

**Padre Libanio:** Exato. “Belo Horizonte!” Acabou. É isso aí que acontece.

**Robson:** Para o povo é isso que fica.

**Padre Libanio:** Sim, nada mais. Eu lembro que lá pelas tantas, o papa soltava frases sociais fortes, falava de libertação. Em Puebla, ele soltou muitas frases fortes, porque viu a miséria do México.

**Adriana:** Peço que nos fale sobre aquele momento, lá no início de sua atuação com o padre Alberto Antoniazzi e outras pessoas, em função do Projeto “Construir a Esperança”. Aquele momento, considerando as falas dos grupos, parece ter sido um momento de



passagem. Entretanto, para mim, não fica claro como, aí, se processou uma mudança.

**Padre Libanio:** Naquele momento, na minha leitura muito limitada, havia duas possibilidades de se pensar a Igreja local. Uma mais tradicional seria convocar um sínodo diocesano, uma instituição canônica bem marcada. De antemão, já estão determinadas as pessoas que participariam; havia espaço para o povo, é claro. Porém! A alternativa seria criar uma instituição nova que foi a Assembleia do Povo de Deus. Dom Serafim optou por essa. Para pensarmos a Assembleia do Povo de Deus, teríamos que começar com uma grande questão: que Igreja é essa? Talvez a grande intuição do Alberto foi fazer aquelas pesquisas. A finalidade era essa: conhecendo-a, podemos pensar uma pastoral para nossa Igreja. Deixou-se de lado a possibilidade de um sínodo, conduzido pela cúpula da Igreja, onde já se tem todos os projetos prontinhos e não precisa perguntar nada a ninguém. Por exemplo, você não precisa perguntar a ninguém qual deve ser a relação entre fé e política, pois já se sabe de antemão. Como nós não sabemos, vamos perguntar ao povo. Essa intuição revolucionou a Igreja em Belo Horizonte: o PPCE – Projeto Pastoral “Construir a Esperança”. Para mim, a grande intuição, o grande acerto de Dom Serafim, foi caminhar diferente de outras dioceses que fizeram sínodos. Ele preferiu fazer uma assembleia. E para preparar a assembleia, quis ouvir o máximo possível de pessoas, e o fez no final das missas, pois o único lugar em que nós temos acesso ao povo católico é a missa; não temos outro lugar. Então, foram feitas as pesquisas nos finais das missas, com o método da “rasgadinha”. Assim, conseguiu-se ter uma ideia um pouco melhor da realidade da Igreja. Baseados nas pesquisas, Alberto e eu escrevemos o “Rosto da Igreja de Belo Horizonte”. Portanto, o Projeto constrói-se e se deslancha a partir daí. Foi possível conhecer os pontos fracos a serem reforçados e que pastorais melhorar. O auge

foi a Primeira Assembleia do Povo de Deus, em 1996. Na segunda, o padre Alberto já estava muito doente, à beira da morte. Com a chegada de Dom Walmor, tem início outra trajetória, bem diferente, com outra visão de Igreja. A primeira visão de Igreja partiu da metodologia da Ação Católica: ver por meio das pesquisas. Vocês estão pesquisando sobre um campo específico; lá a pesquisa abrangia todos os campos. Vocês podem reparar os assuntos das primeiras pesquisas: tocavam todos os campos. Chegou-se a ter, mais ou menos, uma ideia viva da Igreja de Belo Horizonte e, a partir dela, podia-se planejar. O projeto “Construir a Esperança” consistia em planejar sobre isso. Essa seria sua originalidade. O caminho seria equivocado, na mesma medida, se a Igreja já tivesse projetos para serem realizados e convocasse o sínodo para sancioná-los. Então, não teria efeito! Foi um pouco a primeira ideia que o pessoal da Cúria Romana teve para o Concílio Vaticano II. Ainda bem que pessoas lúcidas, como Dom Helder, não permitiram que vingassem os documentos previamente preparados pelo Santo Ofício. A ideia era já ter todos os projetos prontos para serem votados e o Concílio ser concluído com a máxima brevidade. O Concílio Vaticano II, no pensar do pessoal da Cúria Romana, era para ser encerrado em três meses; de fato, durou três anos. Houve um desarranjo e quem o desarranjou, em boa parte, foi Dom Helder. Foi um dos principais desarticuladores dos esquemas curiais romanos. Ele e Manuel Larrain do Chile. Aqueles dois bispos jovens, mas clarividentes, deram uma virada por baixo. Pediam que os cardeais falassem na aula conciliar sobre certos temas e os cardeais não falavam nada. Então, Dom Helder começou a trabalhar junto aos padres conciliares mais sensíveis às exigências do tempo para a Igreja.

**Robson:** Dom Helder e outros bispos agiam nos bastidores, não é?

**Padre Libanio:** Sim, nos bastidores! Vocês como sociólogo e psicóloga devem entender muito bem disso: uma coisa é quando já

se tem um projeto pronto e é executado; outra coisa é dizer “vamos escutar, antes, as pessoas”. É uma revolução muito grande. Isso aconteceu com o projeto “Construir a Esperança”. Sirvo-me de uma metáfora e termino. No primeiro projeto, acontece o seguinte: eu preparo o bolo e vamos comê-lo juntos; porém, eu trago o bolo pronto e vocês vão comer o meu bolo. E quando fazemos o bolo juntos? Eu trago uma coisa, você traz outra, um traz o trigo, outro traz ovos, acendemos o fogão, outro sugere uma receita, todos se juntam lá na cozinha, fazemos o bolo e o comemos juntos. Essa foi a intuição de Dom Serafim. Vamos fazer o bolo e vamos comê-lo juntos; nada de trazer um bolo pronto, que Roma já conhece e a Sagrada Congregação deu a receita. O bolo pode ser ótimo, bem saboroso, e ser assado num forno maravilhoso. Entretanto, não é o bolo que interessa ao povo.

**Adriana:** O senhor pensa que, de certa forma, estamos retrocedendo para essa maneira de pensar a Igreja?

**Padre Libanio:** Um pouco, sim, mas não totalmente; um pouco sim. Para mim, o que está acontecendo é diferente, por estarmos em tempos de pós-modernidade que fragmenta, por ser fortemente fragmentante. Ao fragmentar, provoca duas ou três reações, duas opostas e uma terceira sintética. Quando estou fragmentado, eu agarro. Você, psicóloga, deve saber muito bem isso, melhor do que eu. Quando estou muito inseguro, agarro-me naquilo que me dá segurança; daí o fanatismo.

**Adriana:** E as mistificações?

**Padre Libanio:** Isso, exato. Pode ser qualquer símbolo: agarro-me a ele. Pode ser a batina, a roupa e o rito. Tudo isso dá muita segurança, de modo especial, quando fundado no Direito Canônico, que dá suporte jurídico. E o jurídico não tem brechas. É assim, e pronto!

**Adriana:** Talvez esteja aí uma das razões porque setores tão conservadores fazem tanto sucesso.

**Padre Libanio:** Claro! Veja os carismáticos. Chegam aos excessos. A pessoa está tão fragmentada que se perde. Resultado: o vazio e o desespero; o sem sentido é uma das vias de escape.

**Adriana:** Padre Libanio, agradeço-lhe a chance que nos deu de conversar com o senhor. Muito obrigada!

**Robson:** Suas palavras foram esclarecedoras e enriquecedoras, em todos os sentidos. Muito obrigado!

## SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM, membro do Grupo Gestor do Nesp, é psicóloga, mestre em Ciências Sociais e doutora em Psicologia Social. Professora da PUC Minas, foi co-autora do projeto de criação do Nesp, tendo sido responsável por sua implantação.

CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES é graduado em Filosofia pela PUC Minas, mestre e doutor em Estudos Literários pela UFMG. Professor da PUC Minas e membro do Grupo Gestor do Nesp.

DANIEL SEIDEL é membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e professor licenciado da Universidade Católica de Brasília.

DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES é bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas. Formado em Filosofia e em Teologia, com mestrado pelo Centro de Estudos Superiores dos Jesuítas. É membro do Pontifício Conselho para a Cultura. Na CNBB, presidiu, de 2011 a 2015, a Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação e está à frente da Comissão para Acompanhamento da Reforma Política.

DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO é arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte e Grão-chanceler da PUC Minas. Formado em Filosofia e bacharel em Teologia, com mestrado em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma) e doutorado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Na CNBB, foi eleito em 2003 para presidir a Comissão para a Doutrina da Fé.

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR é doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität de Münster, Alemanha; professor de Teologia na Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará.

JALDEMIR VITÓRIO possui graduação em Filosofia e em Teologia, Mestrado em Sagrada Escritura e doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor titular da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, assessor teológico da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, membro do Grupo de Biblistas Mineiros, da Comisión Teológica Jesuítica de America Latina e presidente da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião – SOTER.

JOÃO BATISTA LIBÂNIO (1932-2014) foi padre jesuíta e um dos mais importantes teólogos da Igreja Católica na América Latina. Obteve licença em teologia em Frankfurt (Alemanha) e doutorado na Universidade Gregoriana de Roma. Durante décadas dedicou-se ao magistério e à pesquisa teológica. Publicou centenas de livros e artigos, no Brasil e fora do país. Além de haver se destacado como conferencista e assessor teológico, dedicou-se permanentemente ao trabalho pastoral.

JORGE SÜNDERMANN é bacharel em filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE); graduado em informática – habilitação em Análise de Sistemas (UNISINOS); e em Administração (UFLA). Especialista em gestão estratégica de negócios (UFMG). Mestre e doutorando em Administração (UFLA). Professor do Departamento de Administração na PUC Minas.

LUCIANA TEIXEIRA DE ANDRADE, mestre em Ciência Política; doutora em Sociologia pelo IUPERJ, com pós-doutorado no Centre for Urban Studies da Universidade de Amsterdã; professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.

MAURÍCIO ABDALLA é professor do departamento de Filosofia da UFES, membro da Rede Nacional de Assessores do Centro de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP/CNBB) e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

MERCÊS SOMARRIBA é doutora em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra; professora titular aposentada da UFMG; pesquisadora e autora de publicações nas áreas de saúde, movimentos sociais e políticas de participação popular.

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA é licenciado em Filosofia e doutor em Ciências Sociais. É professor da PUC Minas, onde coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp). É membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais e associado pleno do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

VALENTINA SOMARRIBA é bacharel e mestre em História pela UFMG, doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política, pela UFMG e historiadora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

WILLIAM CESAR CASTILHO PEREIRA é psicólogo clínico, analista institucional, doutor pela UFRJ, autor de livros e artigos. Professor emérito da PUC Minas. Psicólogo *ad hoc* do Departamento de Vocações e Ministérios da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM).

Este livro foi composto em tipografia Adobe Caslon e Política e impresso em papel Offset 75g no miolo, capa em Cartão Supremo 300g, pela Furnarc Soluções Gráficas, para o Nesp/PUC Minas.